

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

HISTÓRIAS DE VIDA NA PERIFERIA

---

JUVENTUDES E SEUS ENTRECruzAMENTOS

**GIOVANNA BARDI**

**São Carlos**

**2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

HISTÓRIAS DE VIDA NA PERIFERIA

---

JUVENTUDES E SEUS ENTRECruzAMENTOS

**GIOVANNA BARDI**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional pelo Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. Área de Concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional. Linha de Pesquisa: Redes Sociais e Vulnerabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano.

**São Carlos**

**2013**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B246hv Bardi, Giovanna.  
Histórias de vida na periferia : juventudes e seus  
entrecruzamentos / Giovanna Bardi. -- São Carlos : UFSCar,  
2013.  
178 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2013.

1. Terapia ocupacional. 2. Drogas e juventude. 3. Redes  
sociais. 4. Terapia ocupacional social. I. Título.

CDD: 615.8515 (20<sup>a</sup>)

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO(A)  
ALUNO(A) GIOVANNA BARDI, DEFENDIDA PUBLICAMENTE EM 14 DE  
FEVEREIRO DE 2013.



Prof.(<sup>a</sup>) Dr.(<sup>a</sup>) Ana Paula Serrata Malfitano  
Orientador(a) e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



Prof.(<sup>a</sup>) Dr.(<sup>a</sup>) Denise Dias Barros  
Universidade de São Paulo / USP



Prof.(<sup>a</sup>) Dr.(<sup>a</sup>) Rubens Camargo de Ferreira Adorno  
Universidade de São Paulo / USP

Homologado na CPG-PPGTO na  
\_\_\_\_\_ª Reunião no dia  
\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Financiamento realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES)

*Para os dois*

## **AGRADECIMENTOS**

---

Há muito o que agradecer àqueles que auxiliaram diretamente na construção deste texto. Mas não se trata “apenas” disso. A meu ver, se assim o fizesse, estaria em falta com tantas outras pessoas que atravessaram o percorrer da minha vida nesses últimos dois anos e fizeram alguma diferença, mostrando, assim como já dizia Vinicius de Moraes na canção “Samba da Bênção”, que “a vida é a arte do encontro”.

Início, no entanto, esse agradecimento, com aqueles que já me encontrei há muito tempo, Marisa Stocco Bardi e Wilson Bardi, que tão logo depositaram profunda confiança na minha existência. Agradeço, sobretudo, a eles, pela liberdade de escolha que me proporcionaram em muitos momentos, mas principalmente, para cursar a graduação e o mestrado. Pelas rezas infinitas e por abrir mão de suas vontades para que as minhas fossem concretizadas. Isso não é pouca coisa, nem tampouco, uma obrigação.

Junto deles, outros familiares se uniram à torcida pelo meu sucesso. Agradeço aos tios, avós e primos pelo carinho, e à minha irmã, pela relação de complexidade, no sentido mais amplo e, de fato, complexo do termo, por me fazer aprender com as dificuldades colocadas.

Esse mestrado se iniciou junto a uma série de turbulências em diversificados campos da vida e não digo isso para me utilizar do tão recorrente clichê de que “o que é sofrido deve ser mais valorizado”, mas sim, porque a partir do seu desenrolar, muitos acontecimentos benéficos de deram. Nesse sentido, esse mestrado funciona para mim como uma espécie de marco, marco de felicidade e realização, de maior paz de espírito e tranquilidade emocional.

Logo nos primeiros meses encontrei-me com Florença Justino, Carolina Gaspar e Isadora Pereira, com elas vieram uma infinidade de outros encontros maravilhosos. Casa cheia, gente cozinhando, festas, brincadeiras, companheirismo, acolhimento e, acima de qualquer coisa, pertencimento. Crescemos em dificuldades, mas o mundo ganhou em amadurecimento.

Amigos de longa data também se fizeram presente de forma importante nesse período, e trouxeram, cada qual com suas peculiaridades, um pouco de si para o meu processo. Agradeço à Beatriz Prado Pereira pela parceria, pela prontidão em ajudar, pelo compartilhamento nos momentos acadêmicos e não acadêmicos. Pelos almoços, jantares, cafés da tarde, pelo companheirismo sem igual, por fazer parte dos momentos mais difíceis. Ao Gustavo Monzeli, pela “contaminação” constante com o bom humor, pela leveza e desprendimento com que leva a sua vida e me ensina a levar a minha. À Ana Carolina Toniolo, pela arte do riso, pelas broncas, pela malandragem. À Lívia Celegati Pan, Rafael Barreiro e Bruna Taño, recém chegados aos encontros incansáveis do 202, do 203 ou do 803, por alegrarem tanto a festa. À Mariana Midori Sime pela disponibilidade em me ajudar com as faltas de habilidades mais variadas, por ser tão prestativa que eu não precisava pedir nada, pela sua amizade. À Letícia Brandão de Souza e Luiza Mendes Paez, grandes amigas, mais distantes (ou longe) no momento, porém, não menos importantes. Às companheiras do mestrado, pelas reflexões, em especial, à Juliana Bauab e Juliana Archiza Yamashiro, por serem assim, especiais para mim.

Ao Aislan Ferreti, devo o reconhecimento do significado da palavra “afinidade” e de muitas outras. Agradeço por potencializar sempre o que há de melhor em mim, fazendo-me perceber o que o autoconhecimento oculta, reforçando o que há de nato, a abertura diante da vida e a coragem para o conhecimento de novos “lugares, pessoas, cheiros e prazeres”. Ao Paulo Bortolini, devo o aprendizado sobre a simplicidade das situações, a minimização dos problemas, o mergulho no imponderável e à Juliana Vansan, o entendimento profundo sobre o respeito e o cuidado com aquilo que se cativa, o puro altruísmo.

Grande parte dos dois anos desse trabalho foram uma sucessão de idas e vindas sem fim, de “pequenas viagens” ao Jardim Gonzaga, tão próximo, tão distante, tão familiar, tão desconhecido. Ônibus, mochila nas costas, água e câmera fotográfica. Agradeço ao Pedrinho e Heitor, que abriram as portas de suas casas e, mais do que isso, suas próprias vidas, para a minha entrada. A eles devo também a transformação pessoal, algo que se pode chamar, sem melodrama, de engrandecimento da alma. Alguma coisa grande acontece quando a gente se permite enxergar além dos próprios valores, quando a dor do outro pode ser sentida, mesmo que em doses milionésimas. O campo deste trabalho revelou mais do que se podia imaginar, mudou a leitura de mundo em alguns graus, trouxe reflexão ética, gerou crises, tornou-me uma pessoa melhor. Obrigada pela oportunidade de conhecê-los.

Agradeço ao METUIA, pelo espaço proporcionado de discussões tão ricas, ao lado dos parceiros de trabalho do grupo de pesquisa e das professoras Roseli Esquerdo Lopes, Patrícia Leme de Oliveira Borba, Carla Regina Silva e Ana Paula Serrata Malfitano. Muito aprendizado se deu ali, no campo da juventude, da vulnerabilidade, mas também no campo da vida pessoal, das relações humanas e humanizadas. No entanto, fica um agradecimento especial a quem coube o verdadeiro papel de orientar este trabalho e de outros durante a trajetória da graduação. Graças à sua dedicação posso dizer que nunca me senti desamparada durante esse processo. Obrigada por fazer frente à minha insegurança e por não permitir que ela me paralisasse.

Ainda no que compete às orientações e contribuições diretas para essa pesquisa, devo aos professores Gabriel de Santis Feltran e Sérgio do Nascimento Silva Trad, pelas possibilidades de interlocução, um sincero agradecimento. Assim como para a professora Denise Dias Barros e para o professor Rubens de Camargo Ferreira Adorno, por serem membros da minha banca de qualificação e defesa, por destinarem leitura cuidadosa e potencializadora a este manuscrito.

Por fim, agradeço à CAPES pelo provimento da bolsa de estudo e ao Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar pelo espaço institucional para o desenvolvimento do trabalho.

## RESUMO

---

A questão das drogas na atualidade tem sido representada por um debate alarmante caracterizado pela desqualificação de inúmeros indivíduos que fazem uso dessas substâncias. A discussão, comumente, encontra-se focada nas problematizações em torno de uma juventude pobre, sobre a qual se realiza uma abordagem imbuída pela falta, pela criminalização ou pela concentração da atenção no combate a produtos, perdendo de vista os detalhes socioculturais dos seus usos. A partir de uma perspectiva contrária à associação simplista entre jovens pobres e uso de drogas, objetivou-se conhecer histórias de vida de jovens moradores de uma cidade de porte médio do interior paulista, São Carlos (SP), que fazem uso de drogas ilícitas e consideram que necessitam de auxílio em função deste uso, buscando identificar as redes pessoais e sociais, formais e informais, que esta população tem acessado para obter auxílio com relação a este uso ou, ainda, as redes que se impõem em suas vidas. Como recurso metodológico, realizou-se o acompanhamento de dois jovens participantes de atividades prévias de projetos ligados à Universidade, de natureza de ensino, pesquisa e extensão, retomando contatos anteriormente estabelecidos e acompanhando-os pelo período de um ano por meio de uma análise etnográfica dos dados do campo, alcançada através da imersão em seus cotidianos e da redação de diários de campo para a reflexão sobre aquela realidade. Procurou-se também acessar os atores citados pelos jovens como presentes em suas redes, para realizar entrevistas semiestruturadas com eles. Por fim, levantaram-se categorias de análise para serem discutidas, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Terapia Ocupacional Social, da Sociologia e da Antropologia. Os resultados nos revelaram a importância dessas redes no auxílio frente às situações de dificuldades em função do uso das drogas, sobretudo as de cunho informal. Destacou-se o auxílio concedido aos sujeitos pertencentes a templos religiosos, porém, este não se encontrou relacionado ao apego às divindades, fato que coloca em cheque discursos acerca da “salvação” de usuários de droga pela fé. As redes de cunho formal apresentaram-se “apenas” nas modalidades de internação via comunidade terapêutica e de contenção por meio de uma delegacia regional. Dessa forma, reconhecendo que o estudo sobre as redes pode nos apontar possíveis caminhos de abordagem para o fenômeno das drogas, esperamos contribuir com pressupostos para a formulação de políticas públicas mais condizentes com a realidade, que possam, efetivamente, atuarem como suportes sociais na vida daqueles jovens.

**Palavras-chave:** Juventude; História de vida; Drogas; Terapia Ocupacional Social; Redes sociais

## ABSTRACT

---

The drug issue today has been represented by an alarming debate characterized by the disqualification of many people who use those substances. The discussion, commonly, is focused on problematizations around a poor youth, on which there is an imbued approach by lack, by criminalization or by the concentration of attention on fighting products, losing sight of the sociocultural details of their uses. From a perspective contrary to the simplistic association between poor youngsters and drug use, it was aimed to know the life histories of young residents of a medium-sized city in the interior of Sao Paulo, Sao Carlos (SP), who use illicit drugs and consider that they need assistance in this using, seeking to identify their personal and social networks, formal and informal, that this population has accessed for assistance regarding such use, or even networks that are imposed into their lives. As a methodological resource, it was performed a monitoring of two young participants from previous activities of projects connected to the University coming from teaching, research and extension nature, resuming previously established contacts and following them up for a period of one year through an ethnographic analysis of field data, achieved through the immersion in their daily lives and the writing of field diaries to reflect on that reality. We also sought to access the agents cited by youngsters as present on their networks, to conduct semi-structured interviews with them. At last categories of analysis to be discussed were raised, according to the theoretical and methodological assumptions of Social Occupational Therapy, Sociology and Anthropology. The results showed the importance of these networks in the aid facing difficult situations due to the use of drugs, especially those from informal nature. We emphasize the aid granted to the people belonging to religious temples however this was not found to be related to attachment to divinities, a fact that puts in check speeches about the "salvation" of drug users by faith. Networks of formal stamp showed "just" in the modalities of admission via therapeutic community and containment through a regional police station. Thus recognizing that the study of networks can point out to potential ways of approach to the drug phenomenon, we hope to contribute with assumptions for the formulation of more consistent with reality public policies, which can effectively act as social supports in the life of those youngsters.

**Keywords:** Youth; Histories of Life; Drugs; Social Occupational Therapy; Social Networks.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

---

- ABA – Associação Brasileira de Antropologia
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
- CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
- CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas
- CETAD – Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas
- CFP – Conselho Federal de Psicologia
- CID-10 – Classificação Internacional de Doenças
- CJ – Centro da Juventude
- CMT – Centro Mineiro de Toxicomania
- COMENS – Conselho Municipal de Entorpecentes
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONAD – Conselho Nacional Antidrogas/ Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
- CONENS – Conselho Estadual de Entorpecentes
- CONFEN – Conselho Federal de Entorpecentes
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- DISE – Delegacia de Investigação de Entorpecentes
- DSM-3-III – Diagnost and Statistical Manual of Mental Disorders
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EUA – Estados Unidos da América
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FUNAD – Fundo Nacional Antidrogas
- HIV - Human Immunodeficiency Virus/ Vírus da imunodeficiência humana
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social
- OBID – Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- ONG – Organização Não-Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Primeiro Comando da Capital

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPD – Política Pública sobre Drogas

PROAD – Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária

PUC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RA – Região Administrativa

SEAD – Secretaria de Estado de Administração

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SNC – Sistema Nervoso Central

SP – São Paulo

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

## **LISTAS DE FIGURAS**

---

<b>Figura 1</b> - Localização da Região Central no Estado de São Paulo.....	21
<b>Figura 2</b> - Localização do Município de São Carlos na Região Central.....	21
<b>Figura 3</b> - Localização do Bairro Jardim Gonzaga no Município de São Carlos.....	21
<b>Figura 4</b> - Localização do bairro Jardim Gonzaga (no destaque) e os bairros com que faz fronteira.....	22

## SUMÁRIO

---

### PARTE I. INTRODUÇÃO

<b>Percurso e escolha do tema</b> .....	1
<b>Cap. 1. A pesquisa</b> .....	9
1.1. As escolhas metodológicas.....	9
1.2. Os colaboradores e os processos de chegada.....	18
1.3. O campo.....	21
1.4. Os aspectos éticos.....	27

---

### PARTE II. AS HISTÓRIAS DE VIDA

<b>Apontamentos iniciais</b> .....	35
<b>Cap. 1. Pedrinho, religiosidade e prostituição: transitoriedades e permanências</b> ....	44
1.1. As primeiras idas: a questão das drogas e o trânsito pelos equipamentos.....	45
1.2. Coração de Pombagira.....	58
1.3. Melissa, a <i>trava</i> da admiração e do ódio.....	63
1.4. O episódio da “pixação no muro”: um divisor de águas?.....	68
1.5. Sobre Deuses, Demônios e Pombagiras: relatos sobre as facetas do “bem” e do mal.....	71
1.6. Os saldos dessa história, os agenciamentos de um ser ambivalente.....	81
<b>Cap. 2. Heitor e o “mundo do crime”</b> .....	91
2.1. As primeiras idas, iniciando um diálogo.....	93
2.2. Os desfechos desastrosos de um “bandido” mal sucedido.....	99
2.3. O crime como direcionador dos espaços possíveis para um jovem de periferia usuário de droga.....	105

---

### PARTE III. AS REDES SOCIAIS

<b>Cap. 1. Sobre as redes sociais</b> .....	122
<b>Cap. 2. Pedrinho e Heitor: um olhar sobre as suas redes de suporte</b> .....	129
<b>Cap. 3. A Terapia Ocupacional Social, possibilidades de interlocução</b> .....	142

REFERÊNCIAS.....	154
------------------	-----

APÊNDICE.....	169
---------------	-----

## PARTE I. INTRODUÇÃO

---



## PERCURSO E ESCOLHA DO TEMA

Iniciei no ano de 2007 a minha graduação em terapia ocupacional na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Na época, não havia grandes certezas quanto à escolha e, como quase todos os alunos da minha turma, estava neste curso por ter falhado no processo seletivo de outros. A terapia ocupacional surgia, então, para mim (e talvez para os outros), como uma profissão que representava um extenso leque de possibilidades de trabalho, através da qual se podia atuar de forma vinculada à saúde mental ou à área física. Não possuía ainda conhecimento sobre outros tipos de trabalho realizados, nem sobre aqueles inscritos na área social, onde hoje me encontro.

Dentre as possibilidades que eu podia vislumbrar naquele momento inicial, escolhi trilhar proximidades com a saúde mental, mas logo no semestre seguinte (março de 2009), buscando conhecer novas interfaces da terapia ocupacional, ingressei no Núcleo UFSCar do Projeto METUIA<sup>1</sup>. Por algum tempo ainda procurei estar atrelada às duas inserções conjuntamente, mas os tempos eram curtos e a necessidade de assumir diferenciadas posturas em determinados momentos era um exercício trabalhoso e confuso. Além do mais, passei a adotar de forma mais intrínseca os conceitos apreendidos no laboratório de terapia ocupacional social, com os quais passei a ter maior identificação.

Iniciei participando do projeto de extensão “Articulação com jovens no território do Jardim Gonzaga” em março de 2009, integrando um grupo que realizava intervenções com os jovens em um Centro da Juventude (CJ)<sup>2</sup> e uma escola da região, mas que também traçava ações territoriais com essa população. A exemplo disso, nos inícios dos semestres, nos organizávamos para divulgar nossas atividades no território, batendo nas portas das casas, falando com os jovens que encontrávamos nas ruas, nos postos de saúde, no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), dentro outros locais. Não nos detínhamos aos limites

---

<sup>1</sup> O Projeto METUIA se constituiu desde 1998 como um grupo interinstitucional com ações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão em defesa da cidadania das populações em processos de ruptura das redes sociais de suporte. Dentre as atividades que vem realizando, estão os programas de intervenção de terapia ocupacional, em suas interconexões com os setores da assistência social, da cultura, da educação e também com a saúde. Atualmente, dois núcleos estão em atividade: o da USP e o da UFSCar (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a).

<sup>2</sup> Equipamento destinado a jovens inaugurado em outubro de 2008, através do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tem como principal objetivo pensar, planejar, criar e apoiar ações que gerem canais efetivos de oferta de serviços e ações públicas que possam formar uma política municipal de juventude. Almeja ainda a articulação de setores da Educação, do Trabalho, da Saúde, do Esporte e do Lazer, da Cultura, da Assistência Social, bem como de organizações comunitárias, formais e informais, para fomento e debate de um espaço de participação e protagonismo dos jovens, em busca de acesso aos serviços e da construção da cidadania para e por este grupo (LOPES; MALFITANO; SILVA, 2008).

institucionais daquela região periférica, embora estivéssemos mais centrados naqueles espaços, focos importantes de intervenção.

A ideia era (e continua sendo) a realização de atividades junto a jovens pobres daquela localidade que pudessem, além de se caracterizar um espaço de convivência, atingir os objetivos estabelecidos pelo grupo, de refletir junto aos jovens sobre seus direitos, seus projetos de vida, sobre as possibilidades (ou faltas delas) de vida, dentre outras questões que aparecem durante a vivência estabelecida e ganham tons conforme o grau de vínculo existente nas relações.

Dessa forma, o METUIA - UFSCar trabalha pelo fomento de reflexões pautadas pela noção de cidadania e direitos, buscando novas estratégias de cuidado que possam favorecer a ampliação das redes sociais de suporte, da inserção social e da autonomia dos sujeitos, sendo a maior parte de suas experiências com jovens pobres (LOPES et al., 2008). O encontro com tais pressupostos foi de grande impacto para mim, enquanto aluna (e, posteriormente, profissional) e pessoa, já que outros ângulos se mostraram como possíveis para uma chave de leitura do mundo. Assim, iniciou-se um processo de desconstrução de diversos valores e crenças que perdura até os dias de hoje.

Permitir-se o contato com o campo social trouxe uma quebra constante de paradigmas, visto que a lente utilizada para analisar o trabalho do terapeuta ocupacional social não pode ser a mesma que se utiliza para as áreas vinculadas à saúde dentro da mesma categoria profissional. Tem que ser trocada. Caso contrário, nos leva a conflitos teóricos e práticos importantes e conclusões que são, por vezes, muito perigosas, como a associação midiática (mas não somente) recorrente entre a pobreza e a doença.

A incompatibilidade de uma com a outra só ficou completamente evidente na minha trajetória universitária quando estagiária em uma instituição de referência à atenção à saúde mental na cidade de São Paulo. Lá cheguei, após um ano e meio em contato com os referenciais teóricos de Robert Castel e Paulo Freire<sup>3</sup> no METUIA, com o olhar direcionado para a intervenção do terapeuta ocupacional na área social e seus pressupostos pautados na autonomia do ser humano. Deparei-me, então, com outros paradigmas, que pareciam não estabelecer interlocução com os meus e cuja mera tentativa parecia ser geradora de embate.

---

<sup>3</sup> Nos anos 1970 e 1980 houve busca de alguns referenciais teóricos que pudessem vir a compor os pressupostos da terapia ocupacional no campo social, houve, então, um conjunto de produções de base sociológica e antropológica e de cunho biográfico ou jornalístico que passou a compor o corpo teórico das disciplinas. Dentre os trabalhos mais usados, destacam-se as idéias de Franco Basaglia, Robert Castel, Jacques Donzelot, Michel Foucault, Erving Goffman, Paulo Freire e Karl Marx (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a).

De forma bastante concreta, foram demarcadas ali formas de intervenção que se adequavam a diferentes contingentes populacionais e eram regidos por diretrizes específicas.

Na tentativa de esclarecer o nevoeiro formado pelas justaposições equivocadas, refleti sobre aqueles pressupostos, os “novos” e os “velhos”, compreendendo suas diferenças e possíveis similaridades. Assim, pude ajustar e refinar as minhas próprias lentes, ainda voltadas para o entendimento das questões sociais, dando prosseguimento ao caminho trilhado na terapia ocupacional social e atentando-me para a limpeza constante das mesmas que, de vez em quando, ficavam (e ficam) um pouco embaçadas por estarem tão constantemente implicadas com problemáticas envoltas em julgamentos preconceituosos e moralistas.

No âmbito da pesquisa, participei na condição de bolsista (CNPq) de Iniciação Científica, entre os meses de agosto de 2009 a julho de 2010, de um projeto que buscava investigar a existência (ou não) de ações direcionadas para a juventude em duas regionais de saúde do município de São Carlos, tendo como foco os serviços de atenção básica em saúde e seu modo de funcionamento. Para isso, foram utilizados diversos recursos metodológicos, sendo eles: a busca de documentos municipais e do Ministério da Saúde específicos sobre a juventude, entrevistas semiestruturadas com diversos atores do município (gestores, profissionais da rede e jovens) e experiências tidas no campo por meio de Projeto de Extensão e Estágio no Laboratório METUIA (MALFITANO; BARDI, 2010).

Em suma, os dados nos revelaram a falta de documentos municipais sobre a juventude e a necessidade que as equipes de saúde da família possuíam de priorizar o atendimento a outros grupos de cuidado, como o hipertenso, o diabético, o bebê, o acamado, dentre outros, dedicando poucas ações especificamente para a população em questão. Além disso, deparamo-nos com três demandas colocadas pelos profissionais como principais no que concernia aos jovens daquela localidade, sendo elas: a gravidez “precoce”<sup>4</sup>, o uso de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis.

---

<sup>4</sup> Coloco aqui a palavra precoce entre aspas para demarcar o meu descontentamento com o termo. Segundo Dias e Teixeira (2010) com o aumento da industrialização e da urbanização na sociedade ocidental moderna, o período da vida entre a infância e a vida adulta passou a ser entendido como uma etapa de transição, onde a preparação para o trabalho (através da escolarização) e a construção de um senso pessoal de identidade seriam elementos centrais (DIAS; TEIXEIRA, 2010). Assim, estabeleceu-se uma ideia implícita de adolescência na qual a gestação não está incluída como experiência normativa. Pelo contrário, ela é vista como um desvio de percurso, um evento supostamente não desejado pelas adolescentes e cujas consequências frustram o que seria considerada uma “boa” adolescência, daí decorrem termos como gravidez precoce, indesejada, não planejada e de risco para descrever e enfatizar as consequências sociais e biológicas negativas associadas ao fenômeno presentes nos discursos biomédicos (HEILBORN et al., 2002; PANTOJA, 2003; GONÇALVES; KNAUTH, 2006). Todavia, é necessário também questionar até que ponto adolescência e gravidez são experiências que conflitam entre si, o que certamente depende do modo como se entende a própria adolescência – tanto em termos teóricos quanto em termos do que se espera socialmente de um adolescente e mais, da capacidade de enxergar

Com relação, especificamente, ao uso de drogas feito pelos jovens, parte que aqui mais nos interessa, obtivemos, através dos relatos dos próprios profissionais da rede de atenção básica em saúde do município, que estes não se sentiam preparados para lidar com a demanda. Por conta disso, mas não apenas, eram escassas as ações da atenção básica em saúde direcionadas para esta temática nas regiões estudadas. Compreendemos, então, que o município possuía uma rede de saúde mental bastante incipiente para atenção aos jovens em uso de drogas, questão que se tornou ainda mais complexa quando discursos dos atores da rede apontaram que existiam dificuldades para que os jovens aderissem aos poucos equipamentos especializados na atenção ao uso de álcool e outras drogas do município, como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPSad<sup>5</sup>(MALFITANO; BARDI, 2010).

Assim, tornou-se necessário e até mesmo impositivo que nos debruçássemos sobre a temática das drogas em consonância com a juventude das regiões propostas para o estudo. Embora o foco da pesquisa estivesse na saúde, uma vez que buscava as ações na atenção básica, houve tentativa de que o tema das drogas, como também outros, fosse abordado como uma questão social, no sentido de ser uma discussão que compete a variados setores e se inscreve nos registros teórico, clínico, social, político e ético, constituindo um campo de investigação formado por diferentes saberes.

Em alguns momentos, deparei-me com situações “escorregadias” nesse percurso, em que facilmente me “contaminava” com o discurso da saúde e parecia abordar a temática centrada nesta vertente. A fatalidade, entretanto, não se dava por acaso, visto que a saúde, mais especificamente a medicina, foi quem deteve a questão das drogas em seus primórdios, apoiando decisivamente o controle legal sobre todas as substâncias. Este fato pode ser explicado pelo complexo contexto de disputas que envolveram a consolidação da medicina como saber científico e a sua busca por deter a exclusividade do receituário e da manipulação de substâncias (FIORE, 2002).

---

além da categoria adolescência/juventude para compreender a histórias de adolescentes e jovens em suas peculiaridades.

<sup>5</sup> Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira, passando a demonstrar a possibilidade de organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. É função dos CAPS prestar atendimento clínico às pessoas com transtornos mentais graves e persistentes em regime de atenção diária, evitando assim as internações em hospitais psiquiátricos; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais através de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação e dar suporte à atenção à saúde mental na rede básica. Os CAPSad são dispositivos estratégicos para o atendimento de pacientes com “dependência” e/ou uso prejudicial de álcool e outras drogas (BRASIL, 2005a).

No entanto, de forma equivalente à análise sobre a sexualidade feita por Foucault (1988), as drogas se constituíram no mundo contemporâneo enquanto um dispositivo de diversificados discursos e práticas que deram origem ao estatuto social do consumo de drogas, a partir do século XX, sob diversos feixes de poder<sup>6</sup>/saber que o atravessaram e, assim, determinaram o lugar de cada substância e seu consumo<sup>7</sup> (FIORE, 2009; VARGAS, 2001). Esse dispositivo seria, então, um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais (FOUCAULT, 1988).

A partir dessa perspectiva, assim como ocorreu com a sexualidade, os discursos sobre as drogas foram e têm sido reprimidos, incitados, falados e investigados a todo o tempo. Por isso, essa questão não pode ser entendida a partir de uma única vertente, comumente vinculada às práticas sociais controladas pelo Estado e seus “agentes” (medicina, polícia, direito etc.), mas também como uma ação que é construída ao mesmo tempo em que é controlada (FIORE, 2009).

Somando-se a isso, apontamos que o foco exclusivo na saúde, para tratar sobre o assunto das drogas, também se faz de forma inadequada pelo fato desse campo de conhecimento e de práticas não ser suficiente para abarcar todos os âmbitos da temática. A própria política de “Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas”, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2004), prioriza o fortalecimento do trabalho em rede, por considerar que a droga consiste em um tema transversal a diversas áreas como a saúde, a justiça, a educação, dentre outras. As articulações com a sociedade civil, movimentos sindicais, associações e organizações comunitárias e universidades, são colocadas, então, como fundamentais para a elaboração de planos estratégicos dos estados e municípios, ampliando-se significativamente a

---

<sup>6</sup> O conceito de poder mencionado acima, no sentido foucaultiano, se afasta de uma concepção substancialista ou puramente repressiva do poder, marcada pela submissão daqueles que não o possuem pelos seus detentores. Assim, “[...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

<sup>7</sup> Para compreendermos concretamente parte da influência que diversos saberes e poderes tiveram (e continuam tendo) sob o uso de drogas em nossa sociedade, basta nos reportarmos a uma situação exemplificada pelo Professor Doutor Gabriel de Santis Feltran durante uma qualificação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. O contexto é de uma festa em uma casa de classe média alta de qualquer cidade do Estado de São Paulo, na qual se pode observar o uso de drogas acontecendo de maneiras variadas, a depender do tipo de substância a ser utilizada e das compreensões sociais que ensejam a mesma. Na sala, habitada por crianças, jovens e adultos, os últimos fazem uso de bebida alcoólica ou fumam um cigarro nas proximidades da sacada, as crianças circulam entres eles e isso não é considerado um problema. Na sacada da casa, que consiste num local menos povoado, observa-se a presença de algumas pessoas que fumam um ou outro *baseado*<sup>7</sup>, os pais das crianças talvez venham a evitar que as mesmas cheguem até lá. Por fim, no banheiro da casa, às portas trancadas, encontram-se outras pessoas fazendo uso de cocaína de maneira rápida e eficiente, sem deixar vestígios óbvios no local.

cobertura das ações dirigidas a essa população (BRASIL, 2004). Por outro lado, a mesma política enfoca que este contexto se encontra permeado historicamente pela insuficiência/ausência de políticas que promovam a promoção e a proteção social, de saúde e tratamento das pessoas que usam, abusam ou são dependentes de álcool e outras drogas, sendo este fato determinante para o aumento das vulnerabilidades dessa população (BRASIL, 2004).

No mesmo sentido, a literatura tem apontado que as ações de saúde direcionadas ao público jovem em uso de drogas têm se mostrado insuficientes para fazer frente à questão, por não considerar as especificidades desses sujeitos, focando demasiadamente o “problema” (RAUPP; MILNITSKY-SAPIRO, 2009).

Os estudos que enfocam essas substâncias requerem, portanto, abordagens multidisciplinares que possam abordar os seus variados aspectos, uma vez que as relações advindas deste tema se inscrevem nos registros teórico, clínico, social, político, ético, dentre outros, e constituem temas de investigação relacionados a diferentes saberes, ligados pela busca de compreensão das ambiguidades da sociedade contemporânea em relação às drogas (RAUPP; MILNITISKY-SAPIRO, 2008).

Dessa forma, ao mencionar novamente as drogas, agora em pesquisa de mestrado, uma abordagem mais abrangente deve ser priorizada, arriscando-me, todavia, a possíveis deslizos ou a um caminhar meio cambaleante, ainda que sob constante policiamento. Dar força à centralidade do discurso da saúde também se faz de forma facilitada pelo fato de que sou pertencente ao núcleo de práticas e saberes da terapia ocupacional que, embora não seja uma profissão exclusivamente do campo da saúde, é fortemente monopolizada pela mesma.

Desta vez, buscou-se centrar foco nas lacunas que se estabeleceram após a pesquisa de Iniciação Científica, nas incompreensões sobre jovens que faziam uso de drogas, uma vez que a assistência formal aos mesmos parecia não ocorrer de forma efetiva, portanto: a quem podiam recorrer em momentos de dificuldades? Dúvidas outras se colocavam no contato e formação de vínculo com alguns destes jovens, através das inserções como estudante extensionista e, posteriormente, estagiária do Núcleo UFSCar do projeto METUIA. A situação, então, era de grande visibilidade, mas apresentava pontos de um espaço que causava uma mobilização pessoal e que, a meu ver, só poderiam ser sanadas se me propusesse a tecer uma aproximação verdadeira com estas pessoas. Dialogar com os profissionais tinha solucionado apenas uma parte da questão.

Compreendi, então, que se eu quisesse contribuir na produção de conhecimento neste campo, precisava ir além do que é reproduzido pelo discurso da justiça, que criminaliza o

usuário, ou pelo discurso da saúde, que há muito tempo mantém o foco sobre a patologia e o patológico, ainda que se utilizando de referenciais mais ampliados, como as ações propostas pela abordagem via redução de danos. Precisava compartilhar dos dizeres do pesquisador Edward MacRae (2003), quando ele diz que, para realizar qualquer trabalho com relação ao uso de drogas, que seja efetivo, é necessário começar por procurar conhecer o contexto sociocultural em que ocorre o seu uso, entender a sua lógica interna.

Nesse sentido, trabalhei para a aproximação com jovens que faziam uso de drogas, buscando ultrapassar a relação técnica, na tentativa de apreender, efetivamente, o jovem e seu coletivo. Para tanto, foi preciso abdicar, na maioria das vezes, dos processos de intervenção anteriormente realizados e das condutas apreendidas como profissional do campo social de um núcleo específico, extrapolando quaisquer limites institucionais e geográficos e propondo-me a acompanhá-los em seus cotidianos, na tentativa de conhecer, verdadeiramente, suas vidas.

Por outro lado, ressalta-se que essa proposta somente tornou-se viável a partir dessas vivências profissionais que me abriram portas para a entrada no campo, facilitaram o encontro com possíveis colaboradores e suas concordâncias em participar da pesquisa. Nesse novo lugar, viabilizado pelo histórico anterior de um grupo de trabalho, buscou-se esclarecer aos jovens e seus familiares a mudança do papel de técnica para pesquisadora, demonstrada num movimento constante entre distanciamentos (do papel técnico) e aproximações (da vida destes jovens), realizado enquanto uma possibilidade de acessar as imbricadas formas de se viver e se lidar com a droga.

Essa possibilidade de acesso, por vezes, pode escapar ao técnico em suas intervenções, tendo em vista o poder com que se coloca na relação com aquele que intervém ou que o outro coloca sobre ele, quase que inevitavelmente. Segundo Basaglia e Basaglia (1977), o técnico, ao colocar à disposição do assistido seus conhecimentos, põe em movimento automaticamente o papel de poder que lhe corresponde por sua figura social, pela classe a que pertence. Seu papel funciona como uma forma de domínio e de distância que impede ao outro existir como figura social, como homem possuidor de direitos e, comumente, se traduz em medidas repressivas com relação àqueles aos quais deve prestar serviço. Dessa forma, os técnicos:

[...] codificam e determinam comportamentos, deixando em silêncio as necessidades primárias, criando outras artificiais, ensinando aos homens o significado de seu nascimento, o que são, qual deve ser sua vida, qual é a relação que devem estabelecer entre eles, qual deve ser e que forma deve assumir a morte (BASAGLIA; BASAGLIA, 1977, p. 3).

É preciso ressaltar, contudo, que não se quer aqui afirmar que as relações estabelecidas durante o campo da pesquisa estiveram ilesas de poder. Estamos em consonância com Foucault (1995) quando ele nos coloca que uma sociedade sem relações de poder somente pode ser uma abstração, isto implica que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, posto que a existência deste tipo de relação é coexistente à vida social. O autor ainda ressalta que “entre cada ponto do corpo social, entre homem e mulher, entre membros de uma família, (...) entre cada um que sabe e cada um que não sabe, existem relações de poder” (FOUCAULT, 1980, p. 187).

O objetivo aqui é colocar luz sobre o processo de desconstrução do binômio saber-poder do **técnico** vivido por mim durante os meses em que estive em campo. É aproximar a lupa sobre a **transformação** de uma responsabilidade técnica, anteriormente existente, para uma responsabilidade de uma pesquisadora com os seus colaboradores, e, sobretudo, para uma responsabilidade de uma pessoa com as outras, como aquelas que a gente tece com os indivíduos com quem nos relacionamos em diversos momentos da vida<sup>8</sup>. Sem esquecer, contudo, que esse processo só foi possível frente ao histórico texto grupalmente constituído.

Fruto destas escolhas, essa dissertação estrutura-se como uma possibilidade de compreender as redes sociais de jovens que usam drogas ilícitas numa periferia urbana, levando em consideração os seguintes questionamentos que, inicialmente, nos mobilizaram: Possuem esses jovens proximidade com pessoas ou equipamentos com os quais podem contar em situações de possíveis dificuldades advindas do uso de drogas? Como se dão essas relações?

Posteriormente, após termos nos defrontado com resultados preliminares do estudo, optamos por expandir a análise realizada, pois houve percepção de que há nessas redes algumas relações que se impõe na vida dos jovens como fruto da forte mobilização de diversos setores da sociedade em torno da questão do uso das drogas, assim como dos estigmas e da visão negativista colocados sobre eles. A partir deste ponto, nos incubimos da

---

<sup>8</sup> É preciso demarcar que não houve um rompimento completo com a “identidade técnica” durante esta pesquisa, pois acredito que tal situação se coloca numa impossibilidade de existência, a partir do momento em que a formação técnica encontra-se intrínseca a mim, compondo também a minha maneira de ver o mundo e de me comportar nele. A questão aqui explicitada é outra, pois faço menção ao distanciamento do papel técnico nas relações construídas com os colaboradores da pesquisa, na medida em que não utilizei de uma metodologia interventiva, no sentido de oferecer intervenções aos embates encontrados durante as vivências no campo. Assim, não houve uma preocupação com um aconselhamento do ponto de vista profissional, nem com planejamentos constantes de ação técnica. Destaco, no entanto, que mesmo me colocando outra missão, demandas puderam ser percebidas neste processo e estas não foram ignoradas. Sempre procurei articular formas de dar continência às questões identificadas junto aos demais membros do Projeto METUIA. Poucas vezes pedi auxílio para outros profissionais da região, com os quais já travamos parcerias em algum momento ou, ainda, num limite de urgência, intervi eu mesma em alguma situação que me foi imposta pelo campo.

compreensão de quais eram os caminhos possíveis para jovens pobres<sup>9</sup> usuários de drogas, investigando com quais laços podem contar e quais deles se impõem em suas vidas.

Iniciaremos apresentando a metodologia, os colaboradores e o campo, dando seguimento com as histórias de vida dos colaboradores que fizeram parte dessa pesquisa, permeadas pelas referências sobre a questão das drogas e da população juvenil. Por fim, trataremos discussões que se inscrevem no âmbito das redes sociais dos jovens estudados e reflexões acerca da categoria profissional “Terapia Ocupacional Social” enquanto possibilidade de trabalho com jovens usuários de drogas em interlocução com suas redes sociais.

## **CAPÍTULO 1. A PESQUISA**

### **1.1. As escolhas metodológicas**

Primeiramente nos cabe contextualizar que o percurso metodológico dessa pesquisa se iniciou com a escolha por estudar o uso de drogas vinculado especificamente à população juvenil. Tal decisão decorreu do sentimento de afinidade com os jovens, existindo da minha parte certa disponibilidade no que concerne ao diálogo para com os mesmos. Esse fato se colocou como de primordial importância para o tipo do método escolhido, a saber: o acompanhamento de jovens que fazem uso de drogas numa determinada localidade periférica do município de São Carlos e julgam necessitarem de auxílio em função deste uso.

Dessa forma, com a proposição de acompanhar colocada, era preciso estar disponível para relações de troca, para acessar e ser acessada de diversas formas por essas pessoas. Somou-se a isso o fato de conhecer alguns jovens neste local, em função do trabalho realizado junto à equipe de terapia ocupacional social da UFSCar, como também alguns técnicos da rede de equipamentos da região direcionada para a juventude.

A partir de tais premissas, que deram concretude à possibilidade inicial de realização de um método próximo aos participantes de pesquisa, realizei investimento em leituras sobre o método etnográfico e utilizei de inúmeras contribuições do mesmo para justificar outras escolhas feitas neste trabalho, como o número de participantes, a forma de análise dos resultados, os aspectos éticos, dentre outros, que serão descritos neste capítulo<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Assim como para Sposito e Corrochano (2005), a designação utilizada – jovens pobres – é intencional, uma vez que não se pretende aceitar alguns adjetivos que vêm sendo adotados, como “excluídos, vulneráveis, em situação de risco ou miseráveis” na tentativa de explicitar uma questão de classe social influente nas possibilidades devida e redes sociais acessíveis a este grupo.

<sup>10</sup> Apoiava-me também, para o fortalecimento da escolha, nos dizeres do Prof. Dr. Rubens de Camargo Ferreira Adorno, a quem tive oportunidade de ouvir durante uma aula no primeiro semestre no PPGTO. Ele discorria

Os estudos etnográficos têm sua origem na antropologia, quando o teórico Mauss e o “experimentador” Malinowski compreenderam que a vida social e cultural de uma sociedade é apreendida, em sua totalidade, a partir da observação de como os diferentes aspectos da vida social se expressam em situações particulares, revelando valores, comportamentos, modos de vida e visões de mundo diferentes (NAKAMURA, 2011). Esses pesquisadores e outros antropólogos, comumente, possuem uma atitude de estranhamento e/ou exterioridade em relação ao objeto de análise por eles escolhidos (MAGNANI, 2009). Eu havia trilhado um percurso diferenciado, uma vez que já possuía conhecimento sobre os pesquisados, transitava por aquele território e era também por eles conhecida como técnica da terapia ocupacional.

Vale ressaltar, portanto, que realizei a pesquisa de campo em um território no qual minha trajetória se deu por outra entrada, não estando na experiência da “pesquisadora” no princípio da minha relação com os moradores dos lugares por onde estive regularmente nos anos 2011 e 2012, enquanto mestranda. A minha entrada foi institucional, no sentido de que era reconhecida pelas pessoas como técnica do METUIA e não como pesquisadora. Tal lugar, como já fora dito, potencializou a realização da pesquisa e desencadeou um interessante processo de transformação das relações existentes, na medida em que os jovens que, inicialmente, não conseguiam me retirar do papel do zelo profissional, passaram a me possibilitar uma maior entrada em suas vidas.

Nesse sentido, em função do tipo da minha entrada e do reconhecimento profissional existente no território, mas não somente, as experiências que aqui serão relatadas não serão chamadas de etnografia, serão trazidas como fragmentos das experiências vividas através do acompanhamento de jovens que faziam uso de drogas. Essas experiências, por sua vez, distanciaram-se substancialmente do “etnografar” clássico na medida em que houve processos de cuidado com os jovens acompanhados, assim como de responsabilização pelos mesmos<sup>11</sup>, advindos do histórico profissional existente nas relações e da própria espera por “resoluções” que aqueles jovens e suas famílias depositavam sobre mim. Além disso, retorno para o ponto de onde parti, pois o acompanhamento da vida das pessoas me permite dialogar com as

---

sobre a importância de que o pesquisador tivesse vias de acesso, relativamente seguras, que pudessem permitir a entrada no campo para a realização de pesquisas de cunho etnográficas, nas quais eu passei a me inspirar e com as quais passei a estabelecer comunicação.

<sup>11</sup> Não queremos aqui dizer que nos processos de pesquisa etnográficos não há cuidado ou responsabilização dos pesquisadores com seus interlocutores. O que objetivamos é nos situar em meio a um processo de cuidado e responsabilização provenientes de uma relação anteriormente existente, e de cunho profissional, fato que lhe dá um caráter específico. Destacamos que as ações de intervenção da Universidade, por meio do laboratório METUIA, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Carlos, estiveram em curso durante todo o período de realização do trabalho de campo desta pesquisa.

possibilidades de ação técnica e oferece subsídios para pensar a intervenção profissional realizada com a juventude, sobretudo a intervenção do terapeuta ocupacional no campo social.

Tais expectativas profissionalizadas, no entanto, foram se transformando conforme houve a compreensão de que naquele momento eu incorporava o papel de pesquisadora. O mesmo ocorreu com o cuidado existente, que passou a ser cada vez menos ligado à conduta profissional, para tornar-se um cuidado compartilhado, como quando, por vezes, senti-me cuidada por eles.

Assim, em suma, são determinantes para a metodologia desta pesquisa três diferentes componentes já mencionados: a entrada institucionalmente facilitada e o processo dela decorrente de transformação dos papéis anteriormente colocados, a disponibilidade pessoal para a troca de experiências com os jovens e o uso de contribuições etnográficas.

Outra questão que necessita ser mencionada refere-se à escolha por pesquisar sobre o uso de drogas feito pelos jovens que considerassem necessitar de auxílio em função deste uso em determinados momentos, mesmo que não todos os dias, ou de forma constante, uma vez que se pretende estudar as redes pessoais e sociais acessadas. Assim, aquele usuário de droga que o faz uma vez no mês, administrando a substância em sua vida sem dificuldades, não nos pareceria ser um interlocutor interessante perante os objetivos aqui propostos, nem mesmo aquele que faz uso todos os dias, mas também sem maiores prejuízos ou dificuldades.

Essa opção se traduz numa forma de não reforçar conceitos utilizados para delimitar os graus de uso ou “dependência<sup>12</sup>” estabelecidos, comumente de forma bastante objetiva, por diversas organizações e manuais de classificação de doenças, a saber: “uso recreativo”, “uso abusivo”, “uso nocivo”, “uso arriscado”, dentre outros<sup>13</sup>. Para nós, tais termos generalizam demais algo muito particular: o lugar que a droga ocupa na vida de cada usuário e a capacidade que ele tem de administrá-la. Dessa forma, uma quantidade ou frequência que para um pode ser considerada prejudicial, para outro pode não sê-lo, ou pelo menos não da mesma forma. Assim, demos prioridade aos apontamentos que os próprios jovens faziam acerca de seus usos de drogas, numa tentativa de garantir que fosse de fato, um uso prejudicial para os seus cotidianos.

---

<sup>12</sup> Em função da problematização do termo “dependência”, este será aqui utilizado entre aspas.

<sup>13</sup> O uso do termo “abusivo”, por exemplo, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Psiquiátrica Norte-Americana (DSM-III-R) denota um padrão desajustado de uso indicado pela persistência, apesar do reconhecimento de problemas decorrentes desse uso (social, ocupacional, psicológico ou físico). Entretanto, o mesmo termo é algumas vezes utilizado de forma desaprovativa para designar qualquer tipo de uso, particularmente o de drogas ilícitas (BRASIL, 2006b). Já o “uso nocivo” ou “uso arriscado”, são considerados equivalentes na terminologia da OMS, e dizem respeito apenas aos efeitos físicos e não às consequências sociais decorrentes do uso de drogas, sem que preencham todos os critérios para a instalação de uma “dependência” (BRASIL, 2006b).

Quanto à escolha pelas drogas necessariamente ilícitas, deu-se em função do desejo de problematizar a compreensão tida das drogas pelo senso comum, embora existam diversos significados formais para essas substâncias em suas composições lícitas e ilícitas. O pressuposto farmacológico é um exemplo e classifica como droga toda substância que provoque alguma mudança fisiológica num corpo sem ser fundamental para sua sobrevivência. Em torno de tal conceito podemos observar que múltiplas instâncias se organizam, a exemplo disso, temos a Organização Mundial de Saúde - OMS que, de forma análoga, entende como droga toda a "substância que, quando administrada ou consumida por um ser vivo, modifica uma ou mais de suas funções, com exceção daquelas substâncias necessárias para a manutenção da saúde normal" (LEITE, 1999, p.26).

Fiore (2002), no entanto, nos traz o quanto esta definição, assim como outras que veiculam no meio social, apresenta dificuldades de precisão, pois a noção de “substâncias necessárias para a manutenção da saúde normal” indicaria, em princípio, alimentos e água. Porém, outros alimentos ou líquidos poderiam substituí-los, sem que fossem, no entanto, considerados como drogas no entendimento social. Além do mais, segundo o mesmo autor, “se em um local consumíssemos o chá mate devido à inexistência de água ‘pura’, estaríamos ingerindo um alimento e não uma ‘droga’” (p. 9, aspas no original).

Mesmo o termo “substância psicoativa” que, com alguma frequência, é utilizado quando o assunto é droga e que possui uma definição mais clara e precisa, traz consigo imprecisões que abrem margens para questionamentos. O conceito mais consensual no meio médico nos traz que estas são substâncias que agem sobre o SNC (Sistema Nervoso Central) ou o alteram de alguma maneira a psique e a consciência humanas, deixando em aberto a classificação de algumas substâncias que afetam o SNC, mas não são consideradas psicoativas pela medicina<sup>14</sup> (FIORE, 2002).

Na linguagem mais comum, entretanto, as drogas significam substâncias psicoativas ilícitas, como cocaína e maconha, não sendo o termo aplicável, no imaginário social, para as substâncias psicoativas lícitas, como certos medicamentos ou como os alcoólicos e o tabaco (FIORE, 2002). O uso destas, por sua vez, encontra-se fortemente associado à juventude, carregando para essa população concepções pejorativas relacionadas à “baderna, confusão e descontrole”. Quando se tratam, então, de jovens pobres, a situação ganha ainda outros

---

<sup>14</sup> Pesquisa realizada por Fiore (2004) se dedicou a analisar o debate público atual sobre o tema das drogas através de um de seus componentes fundamentais, os discursos médicos. Obteve, em meio a outros resultados, relatos desses profissionais sobre o medicamento *Fenergan*, referindo-se ao seu poder sedativo que, por vezes, causa “dependência” nos seus consumidores. Desse ponto de vista, o medicamento é reconhecido por alguns interlocutores da pesquisa como uma droga, já que causa alteração significativa no Sistema Nervoso Central (SNC) e pode levar à “dependência”.

contornos, remetendo às associações mais pesadas, como à violência, ao crime, ao tráfico, à “bandidagem”, dentre outros. É destes jovens que quero falar, daqueles que são estigmatizados frente à sociedade, buscando um outro olhar para a questão.

Não encontraria a mesma problematização se fosse aqui discorrer sobre os jovens que fazem uso de drogas lícitas, como a bebida alcoólica ou o tabaco, por conta de suas naturalizações no meio social (FIORE, 2002). Tampouco haveria a mesma repercussão caso abordasse o uso de drogas ilícitas por meninos de classe média, portanto, quando a partir deste ponto mencionar “drogas”, estarei referindo-me às ilícitas, embora tenha clareza de que o conceito deve englobar também outras substâncias que não passam pela ilegalidade.

Nesta dissertação, emprestando o raciocínio empregado por Malvasi (2012), não quis ceder a um dos lados do “muro” que envolve as fronteiras entre uma verdadeira apologia ao uso de drogas pelos jovens e a demonização inconsequente dos mesmos. Não defendo uma visão opressiva que toma estes jovens como um verdadeiro perigo à ordem social, mas também não deixo de mencionar que o uso das drogas pode sim trazer inúmeras consequências para a vida daqueles jovens, a começar pelo estigma sofrido, podendo chegar até os danos físicos e psíquicos. Observar “de perto e de dentro”<sup>15</sup> esta realidade não implica em desconsiderar os diversos riscos que permeiam esta prática ou mesmo a associação com o crime em determinados momentos. Entretanto, em uma perspectiva intersticial, pondero sobre variáveis que desconstroem a associação jovens-periferia-uso de drogas-violência.

Assim, optamos por lançar foco nas redes sociais e pessoais de jovens que fazem uso de drogas, baseando-nos na premissa de que, atualmente, a questão das drogas tem ganhado evidência através de intensos debates, porém, pouco se tem debruçado sobre os contextos socioculturais em que se dá a produção, a distribuição e, em especial, o uso de drogas, de forma a evidenciar redes sociais, normas e regras formais ou informais que servem como referência para essas atividades, mesmo quando desviantes dos padrões hegemônicos na sociedade maior (MACRAE, 2003). Com o objetivo de preencher parte ínfima desta lacuna, nos disponibilizamos para utilizar as redes sociais destas pessoas como forma de compreender como se dão os possíveis auxílios, mas também para contribuir no próprio entendimento da questão das drogas nos tempos atuais.

---

<sup>15</sup> Termo emprestado do pesquisador Magnani (2002) quando se refere ao olhar de cunho etnográfico para a realização de pesquisas.

Quanto ao número de participantes a serem acompanhados, aqui chamados de colaboradores<sup>16</sup>, ressalta-se que, no início, não foi possível haver uma determinação exata, pois, através do referencial teórico da etnografia, tivemos acesso a uma característica muito presente nos projetos deste cunho: a definição do número de participantes costuma se dar somente durante o trabalho de campo, a partir das possibilidades encontradas após as aproximações (VILA et al., 2007). Assim, somente no decorrer do trabalho houve percepção de que não seria possível acompanhar mais do que dois jovens, uma vez que a abertura para participação da vida destes foi significativa, preenchendo com intensidade o tempo de um ano dedicado à realização do campo.

Este número, que pode ser considerado restrito por determinadas chaves de leitura, não deve, entretanto, implicar numa restrição de dados. Neste caso, assim como nas pesquisas etnográficas, não se quer empreender um estudo longitudinal, que abarca grandes contingentes populacionais, na busca explicativa de relações entre variáveis; ao contrário, objetiva-se concentrar em pequenos grupos para empreender um estudo em profundidade, de maneira a interpretar significados de práticas, motivações, rituais, crenças etc (VILA et al., 2007). Contrariar este pressuposto é o mesmo que ignorar os inúmeros contatos informais, mas de grande potencial informativo, que o pesquisador trava com os múltiplos atores no campo de pesquisa (MACRAE; VIDAL, 2006).

Além disso, o que se busca com o uso das contribuições etnográficas:

é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas - religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise (MAGNANI, 2002, p.18).

Assim, para o tipo de informação que escolhi acessar, fazer determinadas incorporações do método etnográfico culminou numa estratégia muito eficaz, dando-me aval para conciliar as minhas buscas necessariamente a uma imersão nas histórias de vida e no cotidiano daqueles jovens, auxiliando na compreensão do sentido das experiências vividas pelos participantes estudados e das estratégias das quais lançam mão para enfrentar o cotidiano (DALMOLIN et al., 2002). Além disso, o uso de tais contribuições também pode

---

<sup>16</sup> Os jovens devem ser considerados colaboradores neste processo, categoria que indica uma repartição dos lugares de produção de conhecimento ou compreensão no processo de pesquisa (SCHMIDT, 2008).

ser explicado pela própria Organização Mundial de Saúde (OMS) que, ao avaliar as diferentes metodologias utilizadas no estudo do uso de drogas, considerou a etnografia como um dos mais eficientes quanto ao acesso de uma maior quantidade e qualidade de informações. Tal recomendação se deve às relações de confiabilidade implícitas no método, que corroboram para maiores possibilidade de acesso a informações pessoais (ROMANÍ, 1999).

A mesma escolha também pode ser justificada pelos pressupostos da Terapia Ocupacional Social que, neste contexto, propõe e desenvolve ações territoriais e comunitárias (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002). Somado a isto, o terapeuta ocupacional é um profissional que utiliza o cotidiano como unidade de análise e intervenção, considerando que o mesmo “traz em si a marca da singularidade do sujeito, e toma forma a partir de suas necessidades, valores, crenças e afetos” (GALHEIGO, 2003a, p. 106).

O cotidiano, nesse contexto, seria, então, “o centro real da práxis, onde se realiza o movimento de produção e de reprodução das relações sociais, onde se dá a produção do ser humano, no curso de seu desenvolvimento histórico” (LIMA, 1983, p.43). Esse conceito, quando incorporado à terapia ocupacional, causou uma mudança radical na proposição teórico-metodológica da mesma, pois, a ação passou a se fundar na retomada histórica e contextualizada dos sujeitos, atentando para as subjetividades destes, mas também para suas coletividades (GALHEIGO, 2003a).

Sobre estas coletividades, Heller (2000) nos explicita que a inserção no cotidiano se manifesta numa dupla condição: através da “consciência do eu” e da “consciência do nós”, num encontro do singular e do coletivo ao buscar a satisfação das necessidades pessoais e, também, das necessidades coletivas. Assim, com o olhar integrado sobre as vivências do sujeito e possuindo o entendimento de que estas são interpeladas pelos acontecimentos da micro-estrutura e da macro-estrutura, o terapeuta ocupacional adquire o domínio de poder contribuir para a elaboração crítica do cotidiano dos indivíduos com os quais intervém, “oferecendo subsídios para movimentos de auto-determinação do sujeito, de reorganização do coletivo e ressignificação do cotidiano” (GALHEIGO, 2003a, p. 108).

Temos, então, que o cotidiano costuma fazer parte das intervenções do terapeuta ocupacional e pode ser, ainda, parte inseparável de sua prática, caracterizando uma técnica utilizada, mais especificamente, pela terapia ocupacional social: o acompanhamento individual territorial. Comumente parte-se para esse tipo de técnica quando se identifica, em meio à coletividade, uma demanda específica a um indivíduo que, para ser trabalhada, necessita de um acompanhamento mais próximo do profissional. Dessa forma, os acompanhamentos individuais territoriais apresentam potencialidades para ser

transformadores das realidades, a depender da capacidade para a leitura conjunta das necessidades, “da direção de sua responsabilidade ética e técnica no articular redes sociais, comunitário-familiares e de serviços e órgãos públicos, e do reconhecimento das limitações decorrentes da própria ação” (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011, p. 238).

Assim, com o olhar voltado para a compreensão do cotidiano do outro em minha prática profissional e com esclarecimento acerca da técnica de acompanhamento individual, possuía elementos que favoreciam a realização do tipo de pesquisa aqui colocada, não por acaso, de acompanhamento de cotidianos específicos.

Com esses aportes intrínsecos à minha ação no campo da pesquisa, circulei pelos espaços em que meus colaboradores me levaram, fui às suas casas e de alguns amigos, às praças do bairro, à *cyber*<sup>17</sup>, à Biblioteca Comunitária do bairro, a bares, à avenida onde trabalham as profissionais do sexo do município, à igreja Assembleia de Deus, mas, sobretudo, subi e descii muita ladeira, caminhando ao lado de um, dois ou mais jovens que se juntavam a mim e ao colaborador que me acompanhava.

Após todos esses acontecimentos, realizava o trabalho de registro sistemático das atividades em diários de campo, quando fazia a descrição densa das mesmas, com a maior riqueza de detalhes possível. De acordo com Gomes (2008) o diário de campo é uma das técnicas básicas e imprescindíveis na observação participante:

[...] nele devem ser registrados não somente aquilo que é observado no dia-a-dia, isto é, dados que depois devem ser passados para outras cadernetas de anotações, mas os sentimentos que o pesquisador vai vivenciando no seu relacionamento com os pesquisados. Esses sentimentos são possivelmente muito pessoais, conjunturais, mas também podem ajudar a definir os sentidos da pesquisa e, mais tarde, a esclarecer o quanto o pesquisador estava sendo objetivo ou não (p.59)

A pesquisa também manteve atenção sobre os atores presentes nas redes sociais dos colaboradores com o objetivo de compreender melhor que papel os mesmos consideravam ter nas relações estabelecidas e o que achavam sobre o uso de drogas. Sobretudo, a ideia era conhecer um pouco sobre essas pessoas, acreditando que isso pudesse trazer contribuições para o entendimento das relações existentes. Assim, não se alcançava apenas uma via de acesso à informação ou um porta-voz (o colaborador) e se tinha uma visão mais complexa do fenômeno.

Com esse objetivo, demarca-se que, com a maioria dos atores presentes nas redes travou-se uma série de contatos, pois, enquanto estava em campo com os jovens, as relações

---

<sup>17</sup> Palavra que denota um local para onde as pessoas se dirigem para ter acesso ao computador, comumente, com a finalidade de utilizar a rede mundial de computadores - internet.

com estes outros muitas vezes se davam. Tais situações, transcritas no diário de campo, tornaram-se primordiais para as análises realizadas neste trabalho, de forma mais intensa para alguns atores da rede e menos intensa para outros, a depender da frequência com a qual os colaboradores interagiam com esses atores ou vice versa. Como havia essa variação, decidi por fazer uso de entrevistas semiestruturadas para garantir o acesso a informações dos indivíduos apontados pelos jovens como parte de suas redes sociais.

A escolha por esse recurso metodológico aconteceu, então, pela compreensão de que as:

entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. [...] elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade (DUARTE, 2004, p. 3).

Ao todo foram realizadas entrevistas com dez atores, sete presentes nas redes sociais de Pedrinho, a saber: sua mãe, sua irmã, duas amigas, o pastor de uma igreja, o pai-de-santo de um terreiro e com a coordenadora do CAPSad do município de São Carlos; e três presentes nas redes sociais de Heitor, a saber: sua mãe, seu irmão e um policial da Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes - DISE.

Os roteiros de entrevista utilizados variaram conforme o ator entrevistado. Para mães e irmãos utilizei o mesmo (Apêndice 1), para amigos utilizei um roteiro específico (Apêndice 2), para as demais categorias utilizei outros roteiros diversificados: coordenadora do CAPSad (Apêndice 3), policial (Apêndice 4), pastor (Apêndice 5) e pai-de-santo (Apêndice 6).

Tendo concluído as entrevistas e o trabalho de campo em julho de 2012, totalizando um ano em campo, centralizei no processo de análise dos resultados obtidos, no entanto não houve uma delimitação clara entre a fase de “coleta” de dados e de análise dos mesmos, pois, durante o trabalho de campo percebia-me fazendo e refazendo análises constantemente enquanto vivenciava inúmeras experiências com os colaboradores. Tal falta de linearidade parece encontrar explicação, mais uma vez, na conjunção com as pesquisas etnográficas, uma vez que Silva (2006) e MacRae (1994) ressaltam que nestas, é comum que haja menor distanciamento entre o levantamento de dados e a sua análise, portanto, na prática, essas etapas seriam, então, processos que se comunicam e se constituem de forma circular ou espiral (SILVA, 2006).

Dessa forma, em meio a estas análises durante o trabalho de campo, por muitas vezes, redimensionava questões da pesquisa ou colocava-me a necessidade de retornar a alguns espaços e falar novamente com determinadas pessoas para esclarecer de forma aprofundada situações intrigantes. Ou ainda, como nos ilustra Feltran (2008), realizava o exercício constante de, para além de relatar o vivido nos diários de campo, “tentar compreender erros de condução da entrevista ou da conversa, problemas enfrentados caso a caso, condicionantes externos ou situacionais da narrativa obtida e das múltiplas narrativas omitidas” (p. 59).

Assim, somada à reflexão e análise contínuas, realizei as transcrições das entrevistas e debrucei-me sobre estas e os diários de campo com o intuito de eleger temas e categorias analíticas centrais. Atentei-me à percepção dos temas que aparecessem com frequência, mas não apenas levando à quantidade de vezes em conta, mas sim o que poderia haver por trás dessa “insistência” e o quanto cada categoria era eficiente para explicar os questionamentos colocados no início da pesquisa. Posteriormente, os temas levantados serão discutidos segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Terapia Ocupacional Social, da Sociologia e da Antropologia.

## **1.2. Os colaboradores e os processos de chegada**

Cheguei em campo no mês de julho de 2011, o território era familiar, pois desde o ano de 2009 transitava por aquela localidade. Entretanto, senti certo estranhamento ao adentrar as ruas por onde costumava andar, acredito que por ter ficado muito ausente durante o último ano. Estava distanciada daquela “realidade”.

Encontrava com alguns moradores conhecidos, o que me proporcionava uma sensação de alívio e conforto, mas em outros momentos, de maiores solidão, vinha também forte a lembrança do texto de Simmel (1983), “O estrangeiro”. Pensava, então, que mesmo possuindo alguns vínculos, não sendo assim uma estranha para algumas pessoas, eu possuía uma posição naquele espaço “que era determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo” (SIMMEL, 1983, p. 182). Carregava comigo diversos símbolos e quando chegava àquele território, estes pulsavam, inevitavelmente. Eram formas de falar, vestir-se e comportar-se que me delatavam o tempo todo como uma estrangeira.

Levei Beatriz comigo, uma colega do laboratório, por achar que ela poderia facilitar alguns diálogos que eu estava disposta a travar, era bem relacionada naquela região. Eu estava em busca de jovens que pudessem permitir um acompanhamento, que pudessem lidar de

maneira tranquila com a minha presença curiosa e que estivessem dispostos a compartilhar um bom tanto de suas vidas comigo. Era a forma que eu tinha escolhido para entender como estavam caracterizadas suas redes sociais e pessoais.

Sabia que um dos meninos que eu tinha conhecido em 2009 estava em uso de alguma droga, desde àquela época já havia rumores sobre este assunto. Um pouco antes dessa ocasião, tinha conversado com pessoas da equipe do METUIA sobre ele e obtive algumas confirmações. Havia ido também ao Centro da Juventude da região, acreditando que lá os profissionais poderiam ter informações mais precisas, uma vez que o jovem costumava utilizar do espaço. Tinha sido uma boa decisão, pois pude conversar diretamente com a Coordenadora Pedagógica e explicar do que se tratava a pesquisa. Ela, gentilmente, além de ter confirmado a situação de Pedrinho<sup>18</sup>, me passou uma lista com alguns outros nomes e endereços: eram jovens moradores do Jardim Gonzaga ou entorno, que faziam uso de alguma droga ilícita.

Após a confirmação de que Pedrinho estava em uso de drogas e tendo em vista a confiança no vínculo que havíamos construído há mais ou menos um ano, fui até sua casa naquele dia em que Beatriz me acompanhava. Após recepção calorosa, consegui ficar a sós com ele, disse que precisava de ajuda para uma pesquisa e expliquei como a mesma funcionava, então, logo em seguida, perguntei se ele sabia de pessoas para me indicar, possíveis usuários de drogas do bairro. Pensou um pouco e respondeu que ele mesmo poderia me fornecer algumas informações. Dessa forma, iniciaram-se nossos encontros que, no início, costumavam acontecer duas vezes na semana, mas intensificaram-se com o tempo, chegando a uma média de cinco encontros semanais, sempre no período da tarde, com exceção de alguns encontros no período noturno.

Heitor, o outro jovem que as circunstâncias do campo me possibilitaram acompanhar, também foi contatado alguns dias depois, mas a história com ele era um pouco diferente. Lembrava vagamente de termos conversado durante as intervenções realizadas pelo Núcleo UFSCar do METUIA no Centro da Juventude, pois não era um jovem muito presente nas oficinas<sup>19</sup>. Por esse motivo, jamais teria pensado em lhe propor qualquer participação, porém,

---

<sup>18</sup> Todos os nomes próprios dos personagens citados são fictícios. Esta opção de inserir nomes fictícios entra como um dos princípios éticos da pesquisa que busca zelar pela integridade dos participantes e preconiza a não existência de riscos para os mesmos. As alterações dos nomes não interferem na argumentação desta dissertação.

<sup>19</sup> Semanalmente eram (e são) realizadas pelo METUIA-UFSCar oficinas junto aos jovens no Centro da Juventude do município de São Carlos. As estagiárias que compunham a equipe do laboratório, também compostas por extensionistas, planejavam as atividades a serem realizadas com antecedência, levando em consideração os interesses dos jovens e as demandas do campo, sob supervisão e com a participação de um professor do Laboratório METUIA.

durante a conversa com a coordenação do CJ ele havia sido muito comentado como sendo alvo das preocupações daqueles profissionais que se referiam ao mesmo como um “caso grave”. Decidi me aproximar, mas não sabia como, então, a Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Borba<sup>20</sup> solidarizou-se, dizendo que eu podia me apresentar como sua amiga, fato que poderia ajudar, já que entre eles havia maior vinculação. Tendo recebido rapidamente seu aval, iniciaram-se também os encontros.

É importante mencionar que eu tinha um histórico diferente com cada um dos jovens, o que, por conseguinte, me possibilitou entradas e permanências diferentes em campo. Com Pedrinho já tinha um vínculo mais ou menos instituído, o que proporcionou que, rapidamente, nos encontrássemos muitas vezes por semana para conversar sobre diversas questões que tangenciavam a pesquisa, mas não somente. Por isso considero que tenho mais elementos de discussão relacionados à história de vida deste jovem. Com relação a Heitor, tive uma aproximação mais lenta, só consegui acessar vivências mais íntimas de sua história após um processo de aproximação mais demorado, quando comparado ao processo construído com o outro jovem.

Eram, então, dois jovens, com histórias absolutamente diversas<sup>21</sup>, embora fossem moradores do mesmo bairro, mais precisamente há duas ruas de distanciamento um do outro; tivessem idades parecidas, Pedrinho, 17 anos e Heitor, 21 anos e condição socioeconômica também semelhantes. A escolha por histórias diversas, dentro outras que se colocavam como possibilidade, remete neste trabalho à heterogeneidade destes sujeitos e à ruptura com o imaginário social de homogeneidade colocada para os jovens pobres do país e, mais, colocada para os jovens pobres que fazem uso de drogas (VELHO, 1998).

---

<sup>20</sup> A professora Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba integra o grupo de estudos “Cidadania, Ação Social, Educação e Terapia Ocupacional” e encontra-se vinculada à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) como professora assistente.

<sup>21</sup> A escolha por duas histórias diferentes não configurou, no entanto, a pesquisa em uma perspectiva comparativa convencional. Cada história foi discutida em suas peculiaridades.



Figura 4: Localização do bairro Jardim Gonzaga (no destaque) e os bairros com que faz fronteiras



Fonte: wikimapia.org

O campo da pesquisa aconteceu no Município de São Carlos, SP, que se encontra distante 230 km da capital e integra a Região Administrativa Central<sup>22</sup> do Estado, juntamente com outros 25 municípios (SÃO PAULO, 2010). A cidade possui 221.950 habitantes, estando 96% destes concentrados na área urbana (IBGE, 2011). Quanto à população juvenil, sabe-se que 25,63% do total de indivíduos estão na faixa etária entre os 15 e os 29 anos, representando 56.893 jovens (IBGE, 2012).

A cidade surge no contexto da expansão da lavoura cafeeira, que é marcante nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX. Em 1884 há grande impulso ao desenvolvimento da economia da região com a chegada da ferrovia que propiciou um sistema eficiente para escoamento da produção para o porto de Santos. Os fazendeiros aplicavam os lucros obtidos com o café na constituição de várias empresas como bancos, companhias de luz elétrica, de bondes, telefones, sistemas de água e esgoto, teatro, hospitais e escolas, fortalecendo a infra-estrutura urbana, criando assim condições para a industrialização<sup>23</sup>.

Nas últimas décadas do século XIX São Carlos recebeu imigrantes alemães trazidos pelo Conde do Pinhal em 1876 e, posteriormente, outros vindos do Estado de São Paulo, originários, em sua maioria, das regiões setentrionais da Itália. Os imigrantes vinham para trabalhar nas lavouras de café e atuavam também na manufatura e no comércio. Porém, a crise cafeeira de 1929 levou os imigrantes a deixarem a atividade rural, passando a trabalhar no centro urbano como operários nas oficinas, no comércio, na prestação de serviços, na fábrica

<sup>22</sup> O Estado de São Paulo é subdividido em 15 Regiões Administrativas (R.A.), a saber: São Paulo, Baixada Santista, Registro, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Barretos, Franca, Ribeirão Preto, Bauru, Central, Marília, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente (SÃO PAULO, 2010).

de artefatos de madeira e de cerâmica e na construção civil. Assim, a indústria consolidou-se como a principal atividade econômica do município<sup>24</sup>.

Na segunda metade do século XX, originaram-se no local duas universidades, a Escola de Engenharia de São Carlos, vinculada à Universidade de São Paulo (USP) em 1953 e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na década de 1970. Além disso, em 1984 foi criada a Fundação ParqTec, organização não governamental sem fins lucrativos que tem como objetivo gerenciar e promover o desenvolvimento do Pólo Tecnológico de São Carlos, a partir da transferência de tecnologia das universidades e centros de pesquisas para as empresas. Atualmente, a cidade é conhecida como importante pólo tecnológico, graças às universidades e diversos centros de pesquisa que abriga (SÃO PAULO, 2010).

Quanto a alguns indicadores numéricos, tem-se que o Produto Interno Bruto (PIB) da cidade no ano de 2010 foi de R\$ 3.331.556,00 e o PIB per capita foi da ordem de R\$17.941,00 (IBGE, 2011). Segundo a Fundação SEADE (2011), a maior concentração de empregos está no setor serviços (42,73%), seguida pelos setores indústria (30,59%) e comércio (19,72%). Na área social, São Carlos apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,841 (PNUD, 2000), estando na 17ª posição no país (FIESP, 2011).

Contudo, embora o município de São Carlos apresente bons índices de desenvolvimento econômico e ações relevantes na área social, ainda apresenta desigualdades sociais importantes, segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que classifica os municípios do Estado de São Paulo a partir de dados como escolaridade, longevidade e renda, além de considerar as especificidades locais e regionais (SÃO PAULO, 2010). De acordo com essa classificação, o município de São Carlos enquadra-se na tipologia do Grupo 2, a qual reúne municípios com bons níveis de riqueza que não se refletem nos indicadores sociais, na mesma proporção. Na classificação do IPRS, o município de São Carlos ocupa a 100ª colocação no item Riqueza, a 135ª quanto a Longevidade, e está na 384ª posição no quesito Escolaridade.

Embora o crescimento demográfico do município venha se elevando ininterruptamente desde a década de 1950, tendo apresentado no último censo taxa de crescimento geométrico de 1,41, superior às médias da Região (1,13) e do Estado (1,09) (SEADE, 2011), sabe-se que a cidade não absorve adequadamente todo esse contingente, aumentando os níveis de precariedade e desigualdade (SÃO CARLOS, 2003).

---

<sup>17, 18</sup> Informações retiradas do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de São Carlos, disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br>

Em estudo realizado pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, para a elaboração do Plano Anual de Assistência Social 2003-2004, foram identificados os “bolsões de pobreza” no município, orientando ações de assistência social voltadas àquelas localidades. As áreas de maior concentração de pobreza apontadas pelo documento correspondem aos bairros: Cidade Aracy I e II, Antenor Garcia, Santa Angelina, Santa Felícia, Santa Maria I e II e Jardim Gonzaga (SÃO CARLOS, 2003).

Esses bairros são caracterizados por moradias precárias e por um grupo de moradores que, muitas vezes, enfrentam dificuldades em acessar serviços públicos como educação, saúde, transporte e lazer. Dentre eles, como fora citado, encontra-se o bairro Jardim Gonzaga, local onde residem os dois jovens acompanhados neste estudo. Por conta desse fato, grande parte do estudo foi realizado nesta localidade, embora não tenha se limitado a ela, uma vez que a metodologia prevê o acompanhamento dos jovens em seus espaços de circulação.

Localizado na região sul de São Carlos, o bairro Jardim Gonzaga começou a ser formado em meados da década de 1970 a partir de invasões das áreas livres pertencentes aos bairros Jardim Pacaembu, Monte Carlo e Jardim Cruzeiro do Sul. Os primeiros moradores a ocuparem as áreas que hoje compõem o bairro eram trabalhadores pobres, a maioria migrante, atraídos para a cidade em busca do crescimento econômico e de melhores condições de vida. Porém, devido aos baixos salários e à precariedade das ofertas de trabalho, não conseguiram se estabelecer nos bairros originalmente destinados a trabalhadores pobres, recorrendo à ocupação, de maneira regular ou irregular, como estratégia de sobrevivência. É dessa forma que a favela do Gonzaga começa a nascer (ROSA, 2008).

O período seguinte às primeiras ocupações, mais precisamente entre os anos 1979 e 1990, caracterizou um misto de acontecimentos diversificados: de um lado configurou-se um cenário marcado por intensos debates e mobilizações entre os moradores, agentes sociais e o poder público municipal, no sentido de garantir o acesso aos direitos básicos de cidadania. De outro, percebeu-se que a população ali fixada passou a receber uma série de mecanismos diretos como a ação de programas de remoção urbana e das favelas, e/ou indiretos como a especulação imobiliária, legislação e taxações urbanas com o objetivo de deslocar essas pessoas para regiões mais periféricas onde, pela ausência de infra-estrutura e regularização, predominavam baixos preços (ROSA, 2008)<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Kowarick (1980) discute sobre organizações que algumas favelas desenvolveram como forma de resistência às forças econômicas e políticas que tinham o intuito de desalojá-las e que levavam à consolidação dos aglomerados. Na medida em que os bairros próximos começam a crescer e acontece uma modelação dessas áreas, ocorreria a valorização da região, que tenderia à expulsão dos moradores de baixa renda ou à desvalorização, incentivando o objetivo de expulsá-los para fazer a terra valer mais dinheiro.

Fato é que desde a sua fundação, a favela do Gonzaga passou por um longo processo de intervenções até se transformar no bairro Jardim Gonzaga. As transformações foram, sobretudo, financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através de um projeto que objetivou a solução de problemáticas habitacionais locais, como o escoamento das águas pluviais, que objetivava diminuir a declividade do terreno e as consequentes erosões do solo (CAMPOS et al., 2003).

A urbanização foi efetivada em 1989 através de “obras de infra-estrutura, com abertura de vias de circulação, pavimentação asfáltica, instalação de redes de água, esgoto e iluminação pública e uma infinidade de cortes e aterros no terreno, reconfigurando significativamente a paisagem do local” (ROSA, 2008, p.131). Apesar dessas mudanças que transformaram o espaço aos olhos da cidade, muitos moradores continuaram vivendo em barracos, fato que deflagra o quanto determinadas situações passaram de forma despercebida às vistas do poder público. Além disso, a promessa de regularização fundiária vem sendo postergada pelas diferentes administrações públicas até a atualidade (ROSA, 2008).

Mais recentemente, no ano de 2006, realizou-se uma “urbanização integrada” segundo normativas do Programa Habitar Brasil – BID. Chega, então, ao Jardim Gonzaga a “Estação Comunitária” (ECo), destinada à centralização dos serviços sociais para atenção ao bairro, incluindo espaços de esportes, cultura e lazer, a Unidade Básica de Saúde (UBS) com a Equipe de Saúde da Família local e parte do atendimento do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) (LOPES; SOUZA; BORBA, 2010).

Apesar das significativas melhorias com relação às condições de vida proporcionadas por projetos políticos e sociais na região, reconhecidas inclusive pela população que atualmente ali reside, ressalta-se o quanto a ideia de reorganizar o espaço urbano perpassou, entre tantas questões, pelo gerenciamento da população. Com os traçados urbanos estabelecidos e com a localização das construções sob maior controle, por exemplo, houve aumento na capacidade de identificar o que se passava naquele espaço e realizar planejamentos para contê-lo. A própria entrada da polícia e circulação das viaturas foi mais viabilizada nessa forma de composição do espaço (LOPES; SOUZA; BORBA, 2010).

Nesse sentido, muitas vezes, as intervenções que aconteceram no Gonzaga não nasceram de demandas locais ou de medidas que favoreceram os próprios moradores diretamente, mas de uma tentativa de facilitar o “cuidado” sobre a área e diminuir as negatividades que a presença desse aparato trazia para as pessoas que moravam por perto. De fato, os usos políticos da pobreza (ROSA, 2008) e as formas de intervenção propostas

estavam voltados muito mais à atenção de interesses dos que residiam fora do Jardim Gonzaga do que de seus moradores (LOPES; SOUZA; BORBA, 2010).

De uma forma geral, mesmo após as intervenções realizadas, o Jardim Gonzaga é um bairro que detém, quando comparado aos indicativos globais do município, altos índices de desemprego e pobreza, no sentido econômico, além de baixos índices de desenvolvimento humano, especialmente no que se refere ao acesso a bens e serviços (ROSA, 2008). Além disso, trata-se de um território com muitas acusações sobre o abuso de poder e violência policial (MADUREIRA, 2008). Histórias relatando o confronto direto principalmente entre policiais de base do serviço de segurança pública e jovens, especialmente os do sexo masculino, não são poucas. Relatos sobre invasões de casas – por vezes fora do formato permitido por lei – e até de uma operação policial de grande porte que incluiu helicópteros sobrevoando a região e muitas prisões, ressoam nas falas de muitos que ali residem.

Essas operações policiais, por sua vez, estão fortemente conectadas à repressão do tráfico de drogas presente na região, que embora tenha recebido título de bairro na década de 1990 não se vê livre da nova incursão de núcleos favelizados e nem deixa de se tornar regionalmente representado como um dos redutos do tráfico de drogas gerenciado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)<sup>26</sup>. Tal atividade aparece como uma alternativa de trabalho e renda através da qual se pode ganhar, economicamente falando, mais do que em muitas outras possibilidades de emprego disponíveis para àquela população, especialmente para os jovens do sexo masculino (LOPES; SOUZA; BORBA, 2010).

Por conta desses episódios, que acabam se tornando pauta dos meios de comunicação locais, especialmente de um jornal local online intitulado de “São Carlos Agora”, e pelo fato do bairro ser reconhecido como uma das áreas mais precarizadas do município, guardando uma relação histórica com a pobreza, sobrevoa sobre os seus moradores, ainda hoje, forte estigma que os liga à “ilegalidade, promiscuidade, incivilidade, carência” (ROSA, 2008,

---

<sup>26</sup> Uma das teorias conhecidas acerca da fundação do PCC diz que no dia 31 de agosto de 1993 esta teria ocorrido durante um jogo de futebol entre o Comando Caipira e o Primeiro Comando da Capital, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, considerada uma das mais rígidas instituições carcerárias do país. Uma briga entre as equipes resultou na morte de dois integrantes do Comando Caipira. Para se protegerem dos castigos da equipe de funcionários da instituição, geralmente na forma de espancamentos, firmaram um pacto: “Quem ofender um de nós ofenderá a todos – somos o time do PCC, os fundadores do Primeiro Comando da Capital” (BARROS, 2006, p. 10). Rapidamente, o estado foi dividido em regiões para facilitar o gerenciamento de negócios como, por exemplo, o mais lucrativo deles, o comércio de drogas ilícitas (BARROS, 2006). É a origem de uma importante forma de organização do “mundo do crime”, que adentra com força em muitas favelas, ditando condutas. Feltran (2010) argumenta que a queda dos índices de homicídios que acontece principalmente a partir de 2000 remete, sobretudo, ao ordenamento interno do “mundo do crime”, após a consolidação da presença do PCC para além dos presídios.

p.68). Tais associações acabam por aumentar ainda mais a situação de vulnerabilidade a que os moradores da localidade, sobretudo os jovens, estão submetidos.

O que nos cabe diante do discurso homogeneizado presente nas notas midiáticas e no imaginário dos moradores dos demais bairros da cidade é ressaltar que a região pode ser percebida na sua diversidade e para além de uma qualificação exclusiva pela negação. A dicotomização que origina e associa os conceitos “centro”, “legalidade”, “segurança” e “ordem” de um lado e “periferia”, “ilegalidade”, “violência” e “desordem” de outro devem ser consideradas com cuidado, assim como a fluidez entre as partes, na tentativa de não reproduzirmos pré-conceitos fundamentados, porém simplistas (TELLES; HIRATA, 2007).

Vale frisar, portanto, que muitos jovens do bairro trabalham, dentro e fora desse espaço urbano, em vários empregos considerados legais ou ilegais. Além disso, mesmo pensando-se especificamente na juventude masculina envolvida com o “mundo do crime”, é grande a heterogeneidade entre as pessoas. A mesma lógica se aplica à proposta de acompanhamento de jovens que fazem uso de drogas. Não se quer desenhar aqui uma realidade generalizável a toda juventude do Jardim Gonzaga.

#### **1.4. Os aspectos éticos**

As preocupações éticas são premissas para a efetivação desta pesquisa e nos acompanham há tempos nas ações realizadas pela equipe do METUIA, sendo parte das intervenções no nível da extensão universitária, nas ações de ensino e pesquisa, executadas por toda equipe de trabalho há mais de cinco anos naquela região. Além da reflexão sobre a ética alocada ao planejamento e realização das atividades junto aos jovens, a ética também tem sido problematizada em nível teórico pela equipe no laboratório, em torno disso, debates tem ocorrido no Grupo de Pesquisa “Cidadania, Ação Social, Educação e Terapia Ocupacional” e durante outros momentos de formação dos alunos.

Compreendemos que a posição ética em pesquisas de natureza social demanda reflexões aprofundadas, realizadas por pesquisadores de diversas áreas. Segundo tais discussões, a ética encontra-se automaticamente ligada ao senso e à consciência moral do pesquisador, sendo, portanto “morada, modo de habitar o mundo e lugar de atualização de valores e atitudes. Ou seja, a ética está implicada nas escolhas humanas que criam mundos e nos modos de valorizar e viver estes mundos. A ética, portanto, é indissociável do tema da escolha” (SCHMIDT, 2008, p. 392).

Entretanto, para além do processo individual do pesquisador, lidamos hoje com as dificuldades de nos enquadrar nos moldes éticos da Resolução 196/ 96, instituída pela

Comissão de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde para regular os aspectos éticos de pesquisas que envolvem seres humanos. O problema é que essa resolução parece ter sido concebida com o propósito central de proteger os sujeitos envolvidos em pesquisas de natureza biomédica, fato de relevância e que precisa ser regulamentado, mas devido à costumeira generalização dos valores e padrões da biomedicina para todas as outras disciplinas científicas, essas estipulações foram estendidas a outras áreas de estudo, passando a ameaçar a plena utilização de alguns de seus métodos (MACRAE; VIDAL, 2006).

É o caso específico das pesquisas etnográficas advindas do campo teórico da antropologia, com os quais nos interligamos em diversos pontos. Nestas, a autorreflexão e a alteridade são valores que se encontram fortemente em voga, já que estão implícitos os deslocamentos do pesquisador em direção ao universo de vida do outro, local em que deve encontrar e compreender modos próprios de viver, pensar e sentir (SCHMIDT, 2008).

Tal abordagem pressupõe “autorizações” emitidas pelas pessoas que estão em campo, na medida em que se dirige ao encontro dos sujeitos, em seu lugar de vida, requerendo relações de troca entre o pesquisador e os pesquisados. Dessa forma, percebe-se a existência de desenhos metodológicos que estão intrinsecamente relacionados à ética de modos diversos daqueles contemplados pela Resolução 196/96, que possui inspiração normativa e metodológica advindas do campo médico, fato que imprime características disciplinares muito específicas e até mesmo estranhas à prática investigativa das Ciências Humanas (DINIZ, 2008).

A exemplo disso, tem-se o uso dos termos de consentimento, situados por MacRae e Vidal (2006) como causadores de sérios empecilhos frente à imposição feita pela Resolução 196/96, de que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que, por si, ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência. Essa disposição é seguida de numerosas especificações, algumas bastante detalhadas e, no caso do tipo de estudo discutido aqui, pouco realistas e difíceis de implementar.

A começar pelo complexo processo de entrada em campo, momento em que, muitas vezes, o pesquisador realiza algumas visitas a um determinado território buscando refletir sobre a viabilidade e o rendimento que poderá vir a ter seu estudo naquele local, assim como negociar a sua maneira de inserção. Durante esse período, antes mesmo de começar a fazer contatos mais intensos e frequentes que sirvam para estabelecer um mínimo de confiabilidade em sua pessoa, seria completamente irrealista esperar que ele pudesse obter permissão via apresentação de termo de consentimento dos pesquisados como recomenda o capítulo IV da

Resolução. O desencontro ocorre porque o proponente acredita estar apenas “visitando o campo”, mas nos termos estritos suas ações seriam classificadas como um início de pesquisa e haveria, sem dúvida, a exigência de que obtivesse o consentimento (MACRAE; VIDAL, 2006).

Outras dificuldades e incompreensões podem ainda decorrer do uso dos termos quando o pesquisador pretende estudar as chamadas “populações ocultas”, como os usuários de drogas com idade inferior a 18 anos. Nessa situação, segundo os preceitos da ética aqui problematizada, haveria necessidade de obtenção do consentimento dos pais e/ou responsáveis, mesmo para estes esse uso fosse desconhecido<sup>27</sup>. Esse procedimento, no entanto, caso fosse efetivado nesse cenário de desconhecimento, poderia ser gerador de embates que viriam a contrariar os princípios da ética pelos quais deveria zelar. Um impasse encontra-se colocado.

Há ainda as peculiaridades do trabalho do pesquisador que, frequentemente, redefine seus objetivos quando sua pesquisa está em andamento ou até mesmo quando já tenha deixado o campo, utilizando, então, declarações ou observações colhidas de forma distinta do planejado originalmente. Tal flexibilidade, muito significativa para a composição de um bom trabalho etnográfico, torna inviável a descrição de objetivos consistentes na apresentação do consentimento informado, como é previsto pela Resolução 196 (OLIVEIRA, 2004).

Com base nestas justificativas é que se abdicou do uso dos termos, optando-se pelo estabelecimento de contrato verbal com os colaboradores e outros participantes sobre a minha presença em campo, deixando claro, inclusive, as possibilidades de alterações no decorrer do estudo.

Refletindo acerca das outras tantas exigências colocadas pela Resolução 196, é preciso questionar, como destacado por Oliveira (2004), a diferença entre pesquisas **em** seres humanos (caso da área biomédica) e **com** seres humanos (a situação da antropologia, especialmente da social ou cultural). Nas pesquisas em seres humanos, a relação com os sujeitos implicaria em uma situação na qual os coloca como objetos de intervenção. Já no caso de pesquisa com seres humanos, o sujeito do estudo deve ser compreendido como ator, sujeito de interlocução ou colaborador para se apreender a realidade em estudo.

Indo ao encontro do autor supracitado, Caroso (2004) aponta que nas ciências da saúde os sujeitos da pesquisa são concebidos como “seres humanos”, atentando-se fortemente para a preservação de seu bem-estar biológico e individual. Já nas ciências humanas, seriam

---

<sup>27</sup> Não seria o nosso caso, uma vez que todos os atores presentes nas redes sociais tinham conhecimento sobre o uso de drogas feito pelos colaboradores.

concebidos como “pessoas”, o que demandaria outras concepções sobre ética, uma vez que as pesquisas sociais não interferem nos corpos, mas buscam entender suas concepções sobre determinados temas que vivem, usando observação e entrevistas.

Há de se reconhecer que são de extrema importância as pesquisas relativas à área biomédica em função dos benefícios que podem trazer no que tange à evolução de tratamentos e à criação de novas tecnologias em prol da cura de doenças, por exemplo. Contudo, esta discussão remete, necessariamente, ao entendimento das diferenças epistemológicas e metodológicas que constituem o interior das práticas de pesquisa, o que configura, então, éticas próprias e mutuamente respeitáveis.

Partindo dessa discussão e assumindo a importância de se estabelecer um posicionamento ético frente ao projeto proposto, as pesquisadoras optaram por seguir as orientações do Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), reconhecendo-o como um documento que se aproxima de forma mais fidedigna aos procedimentos metodológicos escolhidos. Para a ABA, o pesquisador precisa interagir atento aos códigos estabelecidos pelos indivíduos das comunidades, dando-lhes o direito de serem informados sobre a natureza da pesquisa; de recusarem-se a participar de uma pesquisa; de preservarem sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais; de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado; de acessarem os resultados da investigação, dentre outros<sup>28</sup>.

Dessa forma, cuidou-se para que os participantes aderissem voluntariamente ao projeto, deixando-os cientes da natureza do estudo, que foi exposta mediante diálogo com a proponente. Buscou-se sempre a garantia de que os participantes não estivessem expostos aos riscos advindos dos resultados da pesquisa, por isso tiveram aqui suas identidades protegidas. Quanto ao direito de acesso dos pesquisados aos resultados da investigação, procurou-se garanti-lo por meio de conversa sobre os mesmos, bem como entrega de cópia da dissertação futuramente, juntamente a discussão dela com eles.

Foram cogitadas outras formas de proteção da identidade dos colaboradores da pesquisa, como a criação de personagens baseados em suas vivências, opção feita pelo pesquisador Malvasi (2012) que materializou as falas e as situações vivenciadas por três interlocutores em um de seus personagens. Além disso, pensou-se na não delimitação da região estudada, nem mesmo do município no qual o trabalho de campo foi feito, na tentativa

---

<sup>28</sup> Informações disponíveis no site da Associação Brasileira de Antropologia: [www.abant.org.br](http://www.abant.org.br).

de garantir maior anonimidade aos participantes, uma vez que não poderiam ser relacionados a nenhuma localidade.

Estas possibilidades, no entanto, foram descartadas junto dos colaboradores ao longo da realização da pesquisa. Houve muitas situações nas quais os jovens e suas famílias fizeram um apelo para que eu escrevesse suas histórias, colocasse luz sobre suas vivências utilizando um tom quase de denúncia. Não foram poucos os momentos em que as mães verbalizaram a necessidade de que eu expusesse alguns dos “absurdos” (sic) vividos pelos filhos, ou suas dificuldades de lidar com determinadas situações referentes ao uso de drogas dos mesmos, ou ainda a constante sensação de não poder ou conseguir fazer nada para ajudá-los. Situações parecidas se deram com os jovens<sup>29</sup>, com os quais tive que negociar ao menos que me permitissem trocar seus nomes.

Dificuldades outras se colocariam, caso tivéssemos decidido por omitir a localidade da realização do trabalho de campo. Não seria possível, por exemplo, problematizar devidamente a minha inserção como profissional e os processos de desconstrução desse papel vivido junto aos jovens, pois, revelar tais facetas, levaria facilmente à identificação do local por onde transitei. Também não seria possível problematizar questões referentes ao município de São Carlos ou ao bairro Jardim Gonzaga que, ao mesmo tempo em que podem ser comuns a todo bairro de periferia de qualquer cidade de médio porte do interior paulista, possuem suas especificidades, dão força à heterogeneidade das periferias brasileiras e nos levam a discussões sobre possibilidades de intervenções ou criação de políticas públicas também específicas.

Por fim, cabe-nos centrar foco sobre outra discussão concernente ao tema: a exposição que sofrem nossos interlocutores diariamente nos meios de comunicação locais e nas próprias situações vividas no bairro. Tem, por diversas vezes, suas identidades expostas em um jornal online local, onde são publicadas imagens dos acontecidos e há espaço para que os leitores possam postar o que pensam sobre as matérias<sup>30</sup>. Pedrinho, por exemplo, já foi alvo de algumas publicações no jornal, a última delas, especificamente, será descrita no nosso trabalho e ilustra com detalhamento as consequências da exposição sofrida pelo jovem.

Jaguar, outro jovem que conheci através das oficinas realizadas no Centro da Juventude pelo METUIA, passou por situação semelhante recentemente. Após uma acusação

---

<sup>29</sup> Em especial com Heitor, que vivenciou muitas situações de violência que para mim foram relatadas.

<sup>30</sup> Essa possibilidade de “ouvir” os leitores acaba por expor ainda mais a identidade daquelas pessoas noticiadas, pois, comumente, resulta num debate fervoroso feito por testemunhas da situação vivenciada que circula incansavelmente entre acusações e defesas. Tais discussões revelam, na grande maioria dos casos, dados sobre os noticiados que aos jornalistas faltava expor.

de que este jovem e os irmãos haviam apedrejado viatura policial, foram retirados à força de um Centro de Referência e Assistência Social do bairro por policiais numa tarde. As testemunhas narram que os policiais chegaram violentamente ao local, frequentado por muitas pessoas do bairro naquele momento, e agrediram um dos irmãos de Jaguar, um adolescente de 16 anos de idade. A mãe, que estava presente, tentou defender o filho, mas também foi agredida, fato que desencadeou a entrada impulsiva de Jaguar na briga, numa tentativa desesperada de defendê-la. Ele diz ter sido espancado pelos policiais, mas não sabe narrar ao certo sobre a sequência de golpes recebidos, ficou desacordado e somente voltou a si numa Unidade de Pronto Atendimento do município. Estava algemado. No mesmo dia foi realizada a publicação do acontecido, na notícia vê-se claramente uma imagem de Jaguar “jogado” ao chão.

Não entraremos nos detalhes dos desdobramentos dessa situação e das mobilizações realizada pelos profissionais preocupados com os jovens daquela localidade. O objetivo é ilustrarmos a exposição a que estão sujeitos esses moradores, exposição caracterizada por uma negatividade sobre a existência desses indivíduos, que denigre pouco a pouco suas imagens no coletivo social do município. Dessa forma, a exposição que aqui fazemos, numa tentativa de positivar tais existências ou, pelo menos, de contribuir na desconstrução desses imaginários, nada expõe além do que já fora exposto muitas e muitas vezes nos veículos midiáticos locais ou nas vivências públicas. A diferença está no tom, no modo de contar, na ênfase escolhida. Neste trabalho, ilustramos modos diversos de vida, buscando dar visibilidade as diversas formas de viver e lidar com temas da vida, como o uso de drogas.

Em suma, mesmo optando por localizar esses sujeitos em seus contextos, todos os procedimentos éticos com relação à salvaguarda dos mesmos compõem o nosso rol de preocupações para a consecução da pesquisa. É importante, também, esclarecer que não se configurou, no interior do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, a exigência da submissão dos projetos de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar.

Sem a pretensão de oferecer soluções às possíveis complicações advindas do uso de drogas, e fixando-nos nas questões que estão no horizonte da pesquisa que ora se apresenta, o que segue, são trajetórias, fatos, partes das histórias de vida de dois jovens que ingressaram na prática do uso de drogas há alguns anos, reconstruídas a partir de intenso acompanhamento dos mesmos em seus espaços de circulação e de entrevistas realizadas com as pessoas presentes em suas redes sociais. Tomando como subsídios as reflexões aqui introduzidas,

buscamos compreender o fenômeno proposto a partir do jogo de mediações e conexões que simultaneamente reafirma e transborda o seu caráter local.

PARTE II. AS HISTÓRIAS DE VIDA

---

## APONTAMENTOS INICIAIS

A seguir, serão apresentadas histórias de vida apreendidas durante o acompanhamento com os jovens colaboradores desta pesquisa, através dos relatos feitos pelos mesmos acerca de momentos de suas vidas ou da vivência realizada durante o campo. Anteriormente, contudo, faz-se necessário realizar esclarecimento sobre o que compreendemos por história de vida, uma vez que o tema encontra-se respaldado por literatura específica, fato que nos impele a determinar proximidades e distanciamentos das escolhas realizadas.

Neste trabalho, as histórias de vida estão representadas pela narração de episódios da vida de dois jovens, não havendo um comprometimento com o levantamento histórico mais integral dessas pessoas. Dessa forma, não se pretende aqui contar “a história de vida” de cada um desses meninos, mas sim, determinadas vivências relacionadas ao suporte dado a eles em função do uso de drogas ou diversificadas histórias que não podem ser convertidas numa história totalizante sobre cada uma dessas existências.

A história de vida pode, entretanto, ser estruturada como uma metodologia de pesquisa centrada na história transmitida pela comunicação com as pessoas, sendo nomeada, conforme MEIHY (1996), como história oral<sup>31</sup>. Embora, não nos centremos na utilização desta metodologia, há consonância com parte da abordagem que compreende a história de vida como processual e como pertencente às massas, pois leva em conta o contexto, as estruturas e a cultura dos povos. Nesta perspectiva, a história pessoal, configura-se como parte da história social e serve de articulação para o entendimento de fatos e vivências de indivíduos e grupos, relativos às categorias subjetivas em estudo (LE GOFF, 1995).

De forma análoga, Queiroz (1988) refere-se à história de vida como situada na interface entre o individual e o social, já que cada indivíduo que faz seu relato tem, não só a sua história pessoal, mas também uma percepção e uma representação próprias, sendo ainda um reflexo de seu tempo e espaço, com influências as mais diversas, constituindo, portanto, uma unidade dentro da coletividade. Nesse sentido, histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte.

---

<sup>31</sup> A história oral pode ser, de forma sucinta, definida por um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento e a condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY, 1996).

Ainda de acordo com a história oral, vale retomar o que já fora estabelecido anteriormente nesse manuscrito: a necessária interação que deve existir entre o pesquisador e o entrevistado, que neste tipo de referencial teórico também é denominado de colaborador, pelo fato deste ser um participante ativo na pesquisa realizada, e não um mero respondente ou informante, embora o processo de condução e autoria do projeto seja do próprio pesquisador (MEIHY,1996).

Como se sabe, os colaboradores aqui presentes são jovens moradores de um bairro periférico do município de São Carlos, SP. Eles, embora tenham histórias diferenciadas uma da outra, condição que se coaduna com a singularidade de suas existências, pertencem a algumas das mesmas categorias existenciais, são jovens, são pobres e usuários de drogas ilícitas, fatos que lhes imprimem determinadas compreensões no imaginário social. Em função dessas “marcas”, que sobre nossos colaboradores são impressas, colocamo-nos a responsabilidade de trazer brevemente a compreensão sobre tais categorias empregadas neste trabalho, assim como o debate em torno das mesmas.

No caso da categoria juventude, na literatura podemos observar que concerne à parcela da população compreendida entre o final da infância e a entrada na “vida adulta”, sendo que há diferenças entre as terminologias e classificações empregadas, variando estas conforme as concepções sociais, culturais, políticas e ideológicas sobre as quais são construídas (ABRAMOVAY; ESTEVES, 2007; ABRAMO; LEÓN, 2005; LEÓN, 2005; CATANI; GILIOTI, 2004).

Abramo e León (2005) nos apontam que existe no Brasil o uso concomitante de duas terminologias para indicar esses grupos, sendo elas “adolescência” e “juventude”. Aparecem de formas variadas, ora tidas como sinônimos, ora como complementares ou, ainda, de forma a demarcar suas diferenças e especificidades, localizando-se num plano de disputa em defesa da abordagem escolhida. Segundo esses autores, há no país um predomínio no uso do termo adolescência nas discussões, calcado nas lutas pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes, formalizados com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, bem como a prevalência da concepção biológica dessa fase nos discursos de áreas como saúde e educação (CÉSAR, 2008; CACCIA-BAVA; COSTA, 2004).

Dentro dessa concepção biológica, o paradigma biomédico se coloca como o principal norteador da produção de conhecimento e das práticas correspondentes à área. A adolescência, nessa concepção, acaba sendo descrita como uma fase do desenvolvimento humano que corresponde à transição entre a infância e a idade adulta, ocorrendo na segunda década da vida (entre os dez e os vinte anos de idade). Caracteriza-se por transformações

biológicas (puberais), que transcendem às esferas psicológica e social em direção à maturidade bio-psico-social. Além disso, constitui um período crítico, crucial na vida dos indivíduos, por se tratar de momento de definições de identidade - sexual, profissional, de valores - que gera crises que beiram ao patológico, caracterizadas como “síndrome do adolescente normal” (PERES; ROSENBERG, 1998).

Por outro lado, vista a partir de uma perspectiva geracional, sendo considerada uma categoria social historicamente construída (ABRAMO; LEÓN, 2005; LEÓN, 2005; CATANI; GILIOTI, 2004; PAIS, 1990) e, portanto, passível de modificar-se ao longo do tempo, o termo mais frequentemente utilizado, em especial a partir do olhar das Ciências Sociais e Humanas, tem sido juventude (PAIS, 1990). Tal termo vem para contemplar uma série de indivíduos que até então se encontravam descobertos pelas categorias utilizadas, uma vez que:

As respostas produzidas até então, sob a referência da defesa dos direitos das crianças e adolescentes [...] se mostraram insuficientes para dar conta das questões emergentes relativas aos processos (e dificuldades) de inserção e atuação no mundo social, vividos por aqueles que já têm mais de 18 anos, mas que se encontram ainda num momento diferenciado da fase adulta, exatamente por ainda estarem construindo seus espaços e modos de inserção (ABRAMO; LEÓN, 2005, p. 8).

O novo conceito empregado tem como princípio o fato de que o “ser jovem” varia conforme o tempo e o espaço, a cultura e as características de cada sociedade. Dessa forma, é preciso compreender que essa população constrói determinados modos de existir, a depender do meio social no qual se desenvolve e da qualidade das trocas que este proporciona. É nesse sentido que se tem a noção de juventudes, com ênfase para o plural, para anunciar a diversidade de modos de “ser jovem” existentes em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos a partir dos mais diversos recortes, como por exemplo: classe, gênero, etnia, origem rural ou urbana, entre outros (ABRAMO, 2007; SPOSITO, 2003).

Há ainda, segundo León (2005), a possibilidade de emprego do termo juventude a fim de englobar os dois períodos mencionados, a adolescência que corresponderia a uma primeira fase (de 12 a 17 anos, conforme estabelece o ECA), enfocando principalmente as mudanças características dessa etapa do desenvolvimento, de preparação para a “vida adulta”; e juventude, que se referiria à fase posterior de construção de trajetórias de vida e entrada na vida social. No entanto, essa forma de superposição dos termos pode vir a desconsiderar situações específicas de cada faixa etária, causando uma generalização inadequada (LEÓN, 2005).

No plano político, por exemplo, as diferenças entre as populações citadas são evidentes, fato que influencia nas trajetórias de vida e nas possibilidades de acesso aos direitos sociais das mesmas. Os adolescentes, junto às crianças, encontram-se respaldados por diretrizes políticas pautadas na Constituição Brasileira (1988) que reconheceu nestes indivíduos certas prioridades e o direito de cidadania (Artigos 227 e 228) (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006) e no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), através do qual se efetivou uma carta jurídica que prevê a universalidade para os direitos e intervenções com todas as crianças e adolescentes brasileiros<sup>32</sup>.

Vale destacar que os avanços teóricos formais jurídicos previstos nestes documentos, apesar de significativos, não cumprem integralmente com o que estabelecem, uma vez que encontramos crianças e adolescentes que estão expostos a vários tipos de abusos, de negligência e de exploração, demonstrando o não exercício social dos direitos garantidos pelo ECA (LOPES, et al. 2008). Porém, ainda assim, precisam ser reconhecidos, principalmente quando comparados ao panorama ausente de formulações políticas direcionadas para a juventude. Acerca desta temática, Malfitano (2011) assinala que:

[...] os avanços teóricos formais jurídicos, acima apresentados, concernem ao universo de crianças e adolescentes, mas não alcançam a juventude. Embora haja referências a esse grupo e também exista uma fase de idade congruente entre adolescência e juventude, segundo algumas divisões etárias, trata-se de categorias diferentes, com problemáticas e demandas diferenciadas, e que, portanto, requerem ações públicas diversas. O ECA caracteriza a criança e o adolescente segundo a faixa etária, porém não aborda a juventude. Existe, portanto, um legado de proteção instituído para a infância no Brasil, alguns apontamentos para a adolescência, porém nenhum aprofundamento jurídico sobre a juventude (p. 528).

Tendo em vista essa lacuna, debates da sociedade e da academia culminaram, em 2004, na apresentação à Câmara dos Deputados de um projeto de lei que cria o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto dos Direitos da Juventude, que aguardam aprovação. Em 2005 houve criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e em 2006 foi instituída a Política Nacional de Juventude, fruto da reivindicação de variados movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil e de iniciativas do Poder Legislativo e do Governo Federal (NOVAES et al., 2006). A política delimita a população juvenil como pertencente à faixa

---

<sup>32</sup> Tal legislação estabeleceu um novo olhar para a população em questão por meio do reconhecimento dessas pessoas como sujeitos sociais, portadores de direitos e garantias próprias, independentes de seus pais e/ou familiares e do próprio Estado (BRASIL, 1990). Efetivou também os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, reconhecendo a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

etária entre 15 e 29 anos e estrutura uma compreensão sobre os jovens calcada numa multiplicidade de possibilidades, como exemplifica o trecho abaixo:

Em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso - por opção ou por origem - em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos/das jovens (NOVAES et al., 2006, p. 5).

Em nome da clareza dos argumentos, destaca-se que, neste trabalho, o termo adotado para designar esses grupos é juventude, em consonância com a Política Nacional de Juventude (NOVAES et al. 2006). Ressalta-se que a escolha se faz de modo a abrangê-los em sua diversidade e complexidade, portanto, ao mencionar o termo não se remete aqui a uma possível homogeneidade entre a adolescência e a juventude, ambas contextualizadas neste estudo, mas sim, adota-se uma nomenclatura sociológica que compreende a juventude como um campo de inovação, de geração de novas identidades, de discussão de papéis e questionamento do caráter conservador das instituições, dos valores e das normas sociais (ADORNO; ALVARENGA; VASCONCELLOS, 2005).

Entretanto, é comum encontrar conceitos únicos e generalizados no que remete aos jovens, incluindo-se no mesmo critério realidades e histórias distintas e contraditórias entre si. Teoricamente, essas diferenças existem entre vários grupos de uma sociedade, mas em uma abordagem coletiva, essas características particulares são desconsideradas, sendo o jovem, comumente, pressionado a se enquadrar em padrões que são destinados a população em geral (BRANCALHÃO, 2003).

Pautada nesses padrões, a juventude pode, então, ser vista na condição de transitoriedade na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Com isso, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, pois ela fica necessariamente atrelada ao que ainda não chegou a ser. Dessa forma, tende-se a negar o presente vivido pelo jovem como espaço de formação, para estabelecer foco apenas no futuro (ABRAMO, 2007).

Há, recorrentemente, um distanciamento da concepção de que o tempo da juventude localiza-se no aqui e agora, ou seja, no presente, através do qual o jovem pode se utilizar de diversão, de prazer, de encontros e de trocas afetivas, mas também de angústias e incertezas. Viver a juventude não é preparar-se para o futuro, entre outras razões, porque os caminhos para o “amanhã” encontram-se fechados para essa população. Além disso, “do ponto de vista

dos poderes públicos, (o jovem) é alguém que tem dificuldade em ter acesso aos atributos essenciais da idade adulta em termos de trabalho, de habitação, de paternidade e de apropriação da esfera política” (LONCLE, 2008, p. 1).

No que corresponde às diversas dificuldades de acesso econômico e cultural, Castel (1994) conceitua a vulnerabilidade social como sendo produzida na aliança da precariedade do trabalho com a fragilidade relacional. Estar em condição de vulnerabilidade social, portanto, implica em ter frágeis redes sociais de suporte e estar inserido nas relações precárias com o mundo do trabalho.

A questão do trabalho seria, então, um marco para a discussão da juventude, na medida em que, ainda apoiada em Castel (1998), nos encontramos em uma crise da sociedade salarial segundo a qual há diminuição gradativa de postos de trabalho assalariados levando a dificuldades que perpassam as diversas classes sociais, mas que atingem de forma especial os jovens. Com isso, há uma tendência transversal de prolongamento da juventude das classes média e alta para que esses indivíduos tendam a retardar sua entrada no mercado de trabalho, momento em que calçam investimentos na continuidade dos estudos formais ainda sob financiamento dos pais (IARD, 2001).

Nota-se, contudo, que para os jovens dos segmentos populares esta possibilidade não está colocada, por isso a busca em torno do trabalho permanece. Essa busca que, por muitas vezes é em vão, em função da impossibilidade do trabalho a partir da organização atual capitalista, o que coloca a juventude pobre, inevitavelmente, à mercê de um período de abundante tempo livre, que é também um tempo de ociosidade, de angústia, de impotência e principalmente de estigmatização social, “um tempo que empurra na direção da marginalidade e da exclusão, o tempo do ficar ‘marcando boqueira’ numa esquina, exposto aos agentes de limpeza social” (ABAD, 2003, p. 26, aspas no original).

Sobre estes jovens de grupos populares, em especial, existe socialmente uma visão cultural construída historicamente e que permanece ainda hoje alicerçada em dois elementos. Primeiramente, há um olhar para essa população associado à piedade, advindo, principalmente, em torno do lugar social da “criança abandonada” na história brasileira. Por outro lado, há também a visão do medo, produzido por essas mesmas instituições históricas de assistência para essa população, assim como pelas repetidas notícias vinculadas na mídia em torno dos temas “violência e juventude” (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006).

Se, de acordo com Abramo e León (2005), a concepção tida sobre os jovens, com alguma regularidade, é problemática e é ainda mais complexa quando nos referimos à juventude de grupos populares (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006), a situação parece

atingir maiores níveis de preconceito quando se acrescenta ao jovem pobre o uso de alguma droga ilícita, fato que traz compreensões de cunho mais pejorativo, associadas à violência e ao crime.

No que concerne à produção de conhecimento sobre as drogas, também existem divergências, pois apesar da temática ser objeto de discussão de diversas áreas, o predomínio epistemológico e político é, comumente, concedido às ciências da saúde, notadamente à medicina (FIORE, 2009). Em função dessa preponderância, gerou-se uma partilha, na qual coube às ciências sociais o estudo de tudo aquilo que envolvesse (no sentido de “estar em volta de”) o consumo de drogas, seus aspectos sócio-culturais, suas causas e consequências sociais imediatas, como o tráfico e a violência, mas não o consumo em si, este seria ainda de posse exclusiva das ciências da saúde (FIORE, 2009).

O referencial teórico sobre drogas produzido pelas ciências sociais, escolhido para sustentar a discussão aqui proposta, é relativamente atual, pois a área se apoderou mais recentemente desta temática, tendo em vista outras áreas do conhecimento como, e principalmente, a psicologia e a medicina. Entretanto, suas produções trouxeram (e continuam trazendo) valiosas contribuições para o entendimento do fenômeno quando, diferentemente das abordagens de outros núcleos do conhecimento, se propuseram a olhar de perto e de dentro as relações travadas entre os seres humanos e as drogas (FIORE, 2009).

Na primeira metade do século XX, considera-se que aquilo que foi produzido como pesquisa sociológica sobre as drogas era quase uma complementação dos esforços médicos e sanitários em “resolver” os problemas que eram relacionados aos seus consumos: a “dependência”, o crime e a desagregação social. O uso de drogas era, então, visto como um desvio de um padrão de comportamento tido como normal e as discussões sobre o assunto estavam situadas sob o mesmo guarda-chuva temático dos estudos sobre delinquência e violência, pautados pelo funcionalismo<sup>33</sup> preponderante na sociologia norte-americana. Porém, iniciaram-se questionamentos sobre esse tipo de abordagem, introduzindo ao cenário outras formas de entendimento (FIORE, 2009).

---

<sup>33</sup> O termo funcionalismo surge na década de 1930, por iniciativa de antropólogos e etnólogos, como Malinowski e Radcliffe-Brown. Nos anos 40 estes dois autores trabalham na Universidade de Chicago e contribuem para o reforço da ideologia dominante ao conceber a sociedade como um sistema basicamente harmônico, em que os conflitos podem ser tratados como inocentes tensões. Essa teoria sociológica procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para sociedade como um todo, compreendendo como um desregramento da própria sociedade possíveis elementos que apresentem um funcionamento diferenciado (BOEIRA, 1996).

Becker (1963), sociólogo norte-americano, embasado por uma nova perspectiva, o Interacionismo Simbólico<sup>34</sup>, criticou as ideias de desvio da forma como eram colocadas e, após reorganizá-las, compreendeu que o desvio não podia ser considerado uma qualidade do ato cometido por um indivíduo, mas sim uma consequência da aplicação que outros lhe impunham por meio de uma variedade de contingências sociais. A nova concepção permitia maiores proximidades com a população em uso de droga, a ponto de identificar que, em muitos casos, as pessoas colocadas na condição de desviantes não concordavam com o rótulo recebido e estruturavam compreensões próprias sobre o fenômeno (BECKER, 1963).

Na sequência, temos um pioneiro nas pesquisas sobre consumidores de drogas no Brasil, que foi inspirado por Becker, o antropólogo Gilberto Velho, que apontou para a necessidade de se destrinchar a homogeneidade artificial a partir da qual aqueles indivíduos eram socialmente classificados. Para isso, o pesquisador realizava estudos nos quais havia entre os grupos diferenciações internas que, grande parte das vezes, estava relacionada às clivagens sociais mais clássicas, como classe, situação profissional, faixa etária e gênero. Dentro dessa perspectiva, o que estava em jogo era entender como as experiências com as drogas de alguma forma refletiam ou estavam relacionadas com cenários sociais distintos (RUI, 2008)<sup>35</sup>.

Segundo Velho (1998), o uso de drogas, quando analisado sobre o viés de diferentes classes sociais, apresenta peculiaridades no que concerne ao entendimento social:

Tendo realizado a pesquisa numa grande metrópole, numa sociedade estratificada, tive oportunidade de verificar que os tóxicos são utilizados e reprimidos de forma bastante diferenciada, basicamente em função da classe social, estrato ou grupo de status a que pertença o consumidor. Desta forma, o tóxico não só tem significados em função do grupo que o utiliza, como sua utilização pode ser interpretada por não consumidores, acusadores potenciais e autoridades de maneira diferente, provocando reações particulares. Mais ainda, embora possam ser estigmatizantes em termos de uma cultura dominante oficial, os tóxicos são manipulados como símbolos de prestígio não só internamente aos grupos estudados, mas como forma

---

<sup>34</sup> O Interacionismo Simbólico é uma abordagem sociológica das relações humanas que considera de suma importância a influência, na interação social, dos significados trazidos pelo indivíduo à interação, assim como os significados que ele obtém a partir dessa interação sob sua interpretação pessoal. Refere oposição a noções como as de organização social e estrutura social, muito comuns no pensamento dos egressos de Harvard ou Columbia, entre os alunos de Robert Merton, Talcott Parsons, bem como no pensamento de certos antropólogos ingleses, que usavam a metáfora da estrutura social de modo excessivamente materializado (BECKER, 1996).

<sup>35</sup> A partir dos estudos de Becker e Velho, outros puderam ainda se originar no sentido de dar continuidade àqueles pressupostos. Rui (2008), ao estruturar o panorama acerca dos estudos sobre as drogas no campo das ciências sociais, nos coloca alguns deles que podem ser consultados para maior aprofundamento do conhecimento produzido sobre o tema nas Ciências Sociais, a saber: Lima (1990), MacRae e Simões (2000), Piccolo (2001), Vargas (2001).

de marcar distâncias em termos de relacionamento entre grupos sociais distintos (p. 204-205).

Destaca-se, portanto, que o contexto social no qual o jovem está inserido e sua possibilidade ou não de acesso aos bens sociais tornam-se elementos essenciais para se analisar os desdobramentos advindos do uso de drogas. Indo ao encontro do autor supracitado, Zaluar (1994) também ressalta o tratamento diferenciado dispensado aos que fazem uso de drogas de classes sociais distintas:

[...] jovens de classe média e alta não chegam a ser estigmatizados como problemáticos, anti-sociais ou violentos, apresentando-se muito mais como jovens em busca de diversão ou, quando exageram, jovens que necessitam de atendimento por médicos e clínicas particulares. [...] Jovens pobres, porém, não gozam da mesma compreensão: são presos como traficantes por carregarem consigo dois ou três gramas de maconha ou cocaína (p. 9).

São desses jovens que trataremos a seguir, que têm sociabilidades e cotidianos marcados pela sua vinculação à sua posição social, a partir da qual são criadas diferenças nas possibilidades de vivência da juventude e no seu acesso a direitos sociais (ABAD, 2003). Além disso, trazem em suas histórias de vida a complexidade do fato de usarem drogas e costumam ter consigo a fatia do fenômeno que é caracterizada pelo estigma da condenação social, pelo aumento dos controles sobre si mesmos e pela maior restrição de oportunidades de inserção, ou seja, encontram-se permeados por diversos fatores que reafirmam o tempo todo a sua condição de vulnerabilidade social (PEREIRA, 2012).

Assim vivem Pedrinho e Heitor, como também muitos de seus pares, sob constantes e severos julgamentos acerca de suas existências. Ressaltamos, no entanto, a tentativa de quebra com tais paradigmas que foi empreendida nas narrativas construídas nesta dissertação. As histórias aqui contadas objetivam mostrar a riqueza existente nessas vidas, para além das interfaces com o uso de drogas e com o crime ou, ainda, mesmo quando mencionadas, tais conexões se colocam por uma perspectiva contextual e não pejorativa.

## CAP. 1. PEDRINHO, RELIGIOSIDADE E PROSTITUIÇÃO: TRANSITORIEDADES E PERMANÊNCIAS

Jovem de 18 anos, Pedrinho mora em uma pequena casa com os pais e dois irmãos no Bairro Jardim Gonzaga. A família é composta também por uma irmã e mais um irmão, a primeira mora na casa ao lado com o marido e três filhos, um do primeiro casamento e dois do último, e o segundo encontra-se preso no momento, só retorna para a casa no Natal ou em outras datas específicas, quando lhe é concedido um indulto. Pedrinho é o caçula da família, possui sete anos de diferença da irmã, a quem costuma recorrer com frequência quando precisa de qualquer tipo de auxílio, mas também com quem mantém uma relação bastante conflituosa, permeada por brigas constantes, caracterizando uma convivência, segundo a mãe, de intenso amor e ódio.

Pedrinho é o mais magro dentre todos os filhos do casal, não é muito alto, mas nisso se assemelha com os irmãos. Tem os traços do rosto delicados, características muito bem utilizadas por ele quando se *monta*<sup>36</sup> para frequentar a avenida do município, onde concentram-se mulheres e travestis que trabalham na prostituição. Ele é um deles e desde o início da pesquisa eu já o sabia, mas não achava ainda que era o momento de revelar, na verdade, aguardava uma situação em que o próprio falasse sobre aquela prática. O jovem falava, com alguma frequência, de forma indireta sobre a própria sexualidade, como quando se dizia apaixonado por uma nova pessoa do sexo masculino ou quando, com uma frequência maior ainda, apontava os meninos que por nós passavam como *ex-ficantes* ou ex-namorados, mas jamais se dizia enquanto frequentador da Avenida Getúlio Vargas<sup>37</sup>, muito menos na condição de trabalhador do sexo.

A orientação sexual também vinha à tona através das escolhas das roupas e acessórios, quando não da maquiagem, feitas por ele. Era comum que usasse uma camiseta mais justa, quase tanto quanto uma *baby look* feminina, uma bermuda mais curta e chinelos femininos. Havia dias em que se viam em seu rosto os resquícios da maquiagem do dia anterior e do esmalte na unha rosado, já por sair. Pulseiras também apareciam para compor o visual, assim como anéis. Não foram raros os dias em que presenciava situações constrangedoras em que a mãe pedia para que ele fosse trocar a camiseta ou o chinelo. Ele, esbravejava um pouco, mas sempre obedecia. Quanto ao pai, parecia não se importar com o que o filho usava ou deixava

---

<sup>36</sup> Expressão utilizada para falar sobre o ato de se travestir.

<sup>37</sup> Local do município que concentra a prostituição feminina, de mulheres e travestis.

de usar, pelo menos na minha frente nunca havia feito comentário algum. Pedrinho mesmo já havia me contado que a mãe tinha maior dificuldade em compreender as suas escolhas.

Outro momento que falava, mesmo que indiretamente, sobre a sua sexualidade era nas idas à *cyber* próxima à sua casa. Ele, então, costumava entrar no *Orkut*<sup>38</sup> e mostrar as fotos de seus amigos que se travestiam. Durante esses momentos era comum que comentássemos se as travestis eram bonitas ou não, se pareciam homem ou se estavam bem disfarçados de mulher, critério importante pra classificar quem era uma *boa travesti*. Era comum também que me mostrasse recados de outros meninos para ele, fazendo-lhe elogios sobre fotos e sugerindo encontros.

Conhecia Pedrinho desde o ano de 2009, era um jovem bastante presente nas oficinas realizadas pelo METUIA no Centro da Juventude (CJ). Facilmente as pessoas da equipe podiam se aproximar dele, pois era bastante comunicativo e chamava a atenção pela habilidade com que fazia diversas atividades propostas. Desenhar era sua especialidade, fazia traçados firmes, representações muito precisas da realidade, que impressionavam a todos. Havia também feito alguns cursos rápidos de tranças africanas e costumava se oferecer para arrumar os cabelos de outros jovens ou das terapeutas ocupacionais que compunham a equipe.

Quando iniciamos o contato específico para a pesquisa de mestrado, Pedrinho encontrava-se afastado das atividades do CJ há cerca de um ano. Quando perguntado sobre o motivo do afastamento, respondia prontamente que sentia falta das antigas componentes do METUIA e não havia ainda se acostumado com as novatas, perguntava, então, com entusiasmo de pessoas com as quais eu dividia a intervenção em outras épocas. Dizia sentir saudades. Havia também se afastado da escola por não gostar de estar naquele espaço, ter preguiça de estudar e também por conta de conflitos com os professores e com a coordenação em função do seu *mau comportamento*.

### **1.1. As primeiras idas: a questão das drogas e o trânsito pelos equipamentos**

Nas primeiras idas ao Gonzaga, ciente do motivo de tê-lo procurado, Pedrinho contou que havia ficado internado em uma comunidade terapêutica no município de Votorantim, durante seis meses, no período de novembro de 2010 a abril de 2011. Perguntei como tinha sido encaminhado para lá, disse que se sentia muito mal em função do uso de drogas naquela época, que estava deprimido e que não tinha mais vontade de fazer nada, então pediu ajuda

---

<sup>38</sup> Rede social através da qual os usuários podem encontrar novos e velhos amigos, manter relacionamentos já existentes ou dar início a novos.

para a mãe. Os dois foram ao CAPSad do município onde, após haver escuta acerca de sua situação e a realização de alguns procedimentos para compreensão sobre o nível de vício existente, profissionais travaram um diálogo com o juiz responsável pelos encaminhamentos para clínicas de internação ou comunidades terapêuticas fora do município, visto que no local não se encontram possibilidades de internação com relação a esta demanda. Poucas semanas depois, vieram buscá-lo para a sua internação, Pedrinho foi acompanhado pela irmã até Votorantim.

Depois me relatou como era a rotina na instituição: acordava cedo, tomava café, limpava a instituição, assistia às palestras, almoçava, assistia a filmes, tomava banho e só então, tinha a hora do lazer, quando podiam utilizar de jogos, ou conversarem à toa. Disse ter gostada muito da experiência vivida ali, principalmente por ter encontrado pessoas que passavam pela mesma situação que ele, tendo ficado bastante próximo dos outros usuários. Em seguida mostrou-me um livro que havia ganhado lá, era uma espécie de diário proveniente dos Narcóticos Anônimos, onde em cada dia do ano estava escrita uma mensagem de incentivo para o afastamento das drogas.

Embora tenha seguido com empenho todas as recomendações do local, disse já ter tido três recaídas depois de ter saído da comunidade, relata: “É um sentimento insuportável que dá, você tem que ficar procurando alguma coisa pra fazer, pra se ocupar, mas tem hora que nada adianta”. Perguntei para ele como havia acessado a droga nos momentos de recaída, respondeu que era fácil, que amigos tinham, que era só pedir que eles traziam, então podia fazer uso na rua, dentro de um carro ou na casa de outras pessoas. Relatou ainda que, no momento de pico, a sensação era muito boa, mas que depois ele ficava muito arrependido e deprimido.

Referia-se sempre à droga como algo do passado. Havia, sim, tido recaídas, mas desde então encontrava-se *limpo*<sup>39</sup>. Tal informação contrariava, entretanto, os relatos obtidos através da Coordenadora Pedagógica do CJ sobre a condição complexa em que Pedrinho se encontrava, em função do seu envolvimento com as drogas no **presente**. Compreendi, então, que precisava me atentar às informações trazidas por outras pessoas presentes no campo. Seria possível obter outras versões de uma mesma história ou ainda, outras histórias completamente diferentes. Era também compreensível se Pedrinho não estivesse falando sobre este fato, pois, por mais que tivéssemos algum vínculo, poderia escolher não realizar alguns compartilhares, especialmente pelo fato de tê-lo conhecido no papel de técnica da área

---

<sup>39</sup> Expressão que denota o distanciamento das drogas para uma pessoa que antes fazia seu uso de forma constante.

social. Eu buscava um descolamento que achava ser necessário para ter uma entrada de maior compartilhamento em sua vida.

Entretanto, o suposto medo de compartilhamento de Pedrinho tinha ainda outro denominador, o jovem tinha conhecimento sobre o imaginário social existente sobre os usuários de droga, sentia na pele o preconceito e por isso cuidava para que não ficasse exposto a determinados discursos que se apresentam de forma mais alarmista do que coerente, mais sensacionalista do que científica e mais moralista do que isenta de juízos valorativos (RAUPP; MILNITSKY-SAPIRO, 2009). Sobre isso, Soares (1997) conclui que o usuário de drogas ilícitas é julgado moralmente por infringir as regras sociais como um ser inferior ou um verdadeiro criminoso. Neste sentido, propõe-se um discurso de demonização das drogas, centrado predominantemente nas drogas ilícitas, justamente aquelas que representam o menor contingente de usuários no Brasil<sup>40</sup> (MOTA, 2005).

Por isso, naquele momento, sua mãe foi uma colaboradora importante, com outras versões daquela história que contribuía para sua constituição. Obtive o relato de que o filho começou a usar drogas pela convivência com amigos que também faziam uso. Lúcia pontuou que desde muito cedo, quando o Pedrinho tinha de oito para nove anos, conheceu uma menina no bairro que usava drogas e então passou a usar também. Logo de início, ela começou a notar que ele estava diferente, que ficava mais ansioso e impaciente frente às diversas situações do cotidiano. Os irmãos também notaram a mudança e foram conversar com ela sobre o assunto. Lúcia, que costumava perguntar se o filho usava “esse tipo de coisa”, sempre obtinha um “não” como resposta.

Com o passar do tempo, comentários dos vizinhos sobre o suposto uso de drogas feito por Pedrinho começou a chegar a seus ouvidos, então resolveu travar com ele um conversa mais séria, momento em que recebeu a confirmação sobre o evento. Perguntei se ela sabia que tipo de droga ele estava usando naquela época, e ela respondeu que esse tipo de coisa nunca havia descoberto, pois ele se negava a mencionar. Pensou um pouco e disse: “Eu sei que é pó... pó é cocaína, não é?”. E eu confirmei.

Recordo-me que fiquei bastante surpresa quando descobri que Lúcia desconhecia a droga que o próprio filho usava, mas talvez tenha ficado mais surpresa ainda ao perceber que ela não sabia ao certo o que significava “pó”, palavra que eu já tinha ouvido de algumas crianças de seis anos do bairro, que brincavam na mesma praça em que os traficantes comercializavam, a nem uma quadra da casa de Lúcia. Fiquei dias refletindo sobre a questão:

---

<sup>40</sup> Ressaltamos que condenar os discursos maniqueístas sobre as drogas e sua contribuição para a estigmatização do usuário não significa afirmar que tais substâncias sejam desprovidas de perigos.

Como tal palavra não tinha ainda chegado ao vocabulário de Lúcia? Ainda hoje não obtive uma resposta clara e objetiva para a questão, mas confortei-me com a possibilidade de que a fala desta mulher estivesse contribuindo para o meu entendimento sobre a heterogeneidade da periferia.

Valladares (2005) discorre acerca do notável crescimento e desenvolvimento de estudos sobre as favelas a partir dos anos 1990, através de um número crescente de alunos de pós-graduação que passou a se interessar pelo assunto. Entretanto, ressalta que essa produção intelectual encontra-se marcada historicamente pela construção da representação da favela como um “território da violência, como lugar de todas as ilegalidades, como bolsão da pobreza e da exclusão social” (p. 20), fazendo circular as imagens da fratura social e de uma “cidade partida” que pautam a agenda e conformam um campo de pesquisa que deixa escapar, sob uma figuração homogeneizadora da favela, uma notável diversidade social e espacial em seu universo, bem como o dinamismo social e econômico que vem marcando essas realidades. Por esse motivo, a autora faz uma defesa por produções que possam demarcar questões emergentes pertinentes à vida urbana, cifradas na diversidade interna às favelas, mas não exclusivas a elas.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado para a região que aqui descrevo, pois, embora o Jardim Gonzaga tenha recebido título de bairro na década de 1990, não se vê livre da nova incursão de núcleos favelizados e possui ainda muitos moradores que continuaram vivendo em barracos, apesar dos processos de urbanização implementados na região ao longo de sua história (ROSA, 2008). Nessa localidade, percebo a lógica homogênea, colocada acima, presente nas falas dos seus próprios moradores que, aliás, intitulam-se muitas vezes como moradores da *favela do Gonzaga* e percebo, ainda, com maior veemência, a reprodução desse discurso na abordagem feita pela mídia e pelo debate público locais. É como se todos os seus moradores possuíssem envolvimento com algum tipo de ilegalidade ou, no mínimo, compartilhassem tais eventos, numa certa permissividade calada.

Transitando diariamente por aquela região, pode-se notar uma variabilidade de situações muito grande, proximidades e distanciamentos entre as histórias e composições familiares muito diferenciadas. Há aquelas famílias em que os “gerenciadores” (pais e mães) possuem evidente associação com o crime e passam o bastão da ilegalidade aos filhos quase que como uma obrigação, há aquelas em que os pais encontram-se na categoria de trabalhadores formais enquanto os filhos partiram para trabalhos ilícitos e passaram a compor

a categoria de “bandidos”, há aquelas em que nem pais nem filhos mantêm associações de cunho ilegal como renda, dentre outras muitas possibilidades<sup>41</sup>.

Também lembro de ter me surpreendido quando soube que Pedrinho fazia uso de cocaína, informação que eu já tinha acessado antes do diálogo com a mãe, pois o próprio jovem havia me contado. Suspeitava que a droga utilizada fosse o *crack*, substância de consumo mais acessível economicamente, porém, ao explicitar tal suspeita para Pedrinho, recebi como resposta uma verdadeira análise sobre os gerenciamentos da droga naquela localidade. Ele me explicou pacientemente que as pessoas que usavam *crack* eram “os noias” e ele, com certeza, não era um deles. Os “noias”, segundo a sua descrição, eram aquelas pessoas sujas que víamos vagando pelas ruas em busca de droga, indivíduos que se sentiam perseguidos ao usar drogas e por isso gostavam de ficar mais isolados. Mesmo assim, em locais de maior isolamento, ainda levavam consigo a paranóica persecutória e acabavam “brigando até com a própria sombra” (sic).

Apesar de ser tida como uma droga que se faz uso sozinho, segundo Gomes e Adorno (2011), o *crack* funciona como elemento importante na sociabilidade destas pessoas, que buscam fumá-la cada um com seu cachimbo, mas tomando para si o apelido que lhes é empregado socialmente - “noias”. Tal sociabilidade, que representa, por outro lado, a cronificação destas pessoas neste circuito e lugar, parece ser fortalecida pela falta de perspectiva de inserção em outros contextos, assim como pelas ações governamentais que, ao invés de contribuir para a retirada dos mesmos dessa condição, acabam por reforçar o estigma ligado ao “noia” e restringir ainda mais as possibilidades de vida destas pessoas (GOMES; ADORNO, 2011).

Assim, o “noia”, configura-se no espaço social e é percebido “como aquele que despreza as normas sociais e os parâmetros éticos em busca da pedra de *crack*, é visto com desconfiança e não consegue estabelecer relações de outra forma com as pessoas” (GOMES; ADORNO, 2011, p. 584). Ao mesmo tempo, segundo os mesmos autores, percebe-se que, frente a essa categoria instalada, os usuários identificam-se com o lugar de “noia”, portando-se dessa forma no espaço público, mantendo relações cotidianas com pessoas assim caracterizadas e fortalecendo, por sua vez, o enquadramento acerca de suas condições de intratáveis que devem ser submetidos à força ao tratamento psiquiátrico.

---

<sup>41</sup> Para maiores informações, ver Feltran (2010), que pontua claramente a disparidade interna dos códigos que oferecem parâmetros às formas de vida de cada morador da periferia onde realizou sua pesquisa de campo, fato que produzia heterogeneidade interna no mundo social da localidade em que se encontrava.

Diante dessa caracterização, Pedrinho fazia questão de ressaltar que não era um “noia”, podia fazer uso de cocaína em qualquer esquina ou atrás de alguma árvore, mas não precisava ir até “o matagal” (sic). Além do mais, não era nem “burro” (sic) de experimentar *crack*, que viciava. Perguntei se a cocaína viciava e ele disse que era possível de se obter controle sobre ela, dependendo do caso até mesmo sobre o *crack*, mas era mais difícil. Quanto ao uso da maconha, o que eu podia ver ali era que havia um uso quase legalizado, ou seja, o uso era feito no meio da rua, ao ar livre, com as pessoas sentadas numa praça conversando ou em frente às suas casas, com grande naturalidade.

De qualquer forma, tendo em vista o episódio em que Pedrinho havia pedido auxílio para a mãe por conta do uso de cocaína, era um fato que não havia conseguido obter controle sobre a droga. A mãe compartilhou ainda diversas outras situações delicadas nas quais Pedrinho se colocou em função do vício. Certa vez, o jovem havia pegado o seu dinheiro, sem que tivesse consentido, para usar cocaína. Perguntei se ela ou o marido já haviam recebido cobranças de traficantes do bairro, mas ela disse que não, situações mais comuns eram aquelas em que Pedrinho contraía dívidas em compras de outros produtos, geralmente salgados e refrigerantes, nas vendinhas dos arredores da casa. Questionei-a sobre isso: “Se o Pedrinho não trabalha, onde é que ele consegue o dinheiro para usar droga?”. E ela respondeu que não se precisa necessariamente de dinheiro para usar droga naquela localidade. O que comumente acontecia era que os amigos e a convivência acabavam proporcionando esse tipo de coisa, “ele não pega dinheiro, ele usa junto” (sic).

A situação mais crítica com relação ao uso de drogas do filho que já tinha presenciado havia ocorrido há cerca de um ano (agosto de 2010) quando recebeu uma ligação do pronto socorro pedindo para que o buscasse lá, estava desmaiado, havia bebido e usado muita droga no *funk*<sup>42</sup>. Contou que foi uma situação traumatizante porque o encontrou em um estado muito deplorável, “cheio de aparelhos no peito” (sic) e achou que ele iria morrer. Lúcia revelou, então, que ainda hoje tem medo de passar por essa situação novamente, uma vez que Pedrinho ainda faz uso de drogas. Nesse momento compartilhou uma informação que me era cara e ainda acrescentou que o retorno ao uso tinha acontecido após 15 dias de sua saída da comunidade terapêutica e acontecia, desde então, de forma mais intensa do que anteriormente.

Ao descrever tal situação, Lúcia comentava com grande preocupação a situação do filho, enfatizava que sentia necessidade de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para

---

<sup>42</sup> Embora nesse caso, a palavra faça menção ao “baile funk”, ou seja, festa onde se toca esse tipo de música, “funk” significa um estilo musical oriundo do Rio de Janeiro, mais precisamente das favelas. Por muitas vezes, apresenta uma linguagem obscena e vulgar, sendo composto por letras obscenas e temáticas relacionadas ao crime, drogas, tráfico, e à sexualidade, de forma exacerbada.

ajudá-lo naquele momento, pois depois que ele fizesse 18 anos não poderia mais intervir. E isso estava para acontecer: Pedrinho faria aniversário em dezembro, estávamos no final do mês de agosto. Neste momento clarificou-se para mim a relação entre os tempos institucionais e a questão da faixa etária ou, mais especificamente, da maioridade jurídica. Até os 18 anos o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece uma série de diretrizes de cuidado com a população infantil e adolescente. Mas o que haveria estabelecido para os jovens? Atingir a maioridade parecia ser um problema, pois significava a perda de uma série de garantias colocadas para os seres não autônomos, não completamente donos de si. De fato, a falha colocada no não estabelecimento de garantias para a população juvenil estava ali, materializada nas falas de uma mãe.

O incômodo da maioridade também chegava a Pedrinho. Nas proximidades de seu aniversário, lembro que não gostava que eu tocasse no assunto, mas eu insistia, na tentativa de que ele me trouxesse maiores elementos sobre esse descontentamento. Certa vez, ele deixou claro que não queria que o aniversário chegasse porque ia fazer 18 anos, dizia que nessa idade as coisas tendiam a mudar, tornava-se responsável pelos seus atos e poderia haver necessidade de trabalhar, pois seria, muito provavelmente, cobrado por isso. Era interessante perceber como nas comunidades de periferia atingir a maioridade poderia implicar numa mudança grande na vida daqueles meninos e meninas. Para os jovens de classe média ou alta, no entanto, parecia que a expectativa em torno da idade era mais positiva, pois permitia a conquista de alguns níveis de maior independência como a possibilidade de tirar a carta de motorista.

Tal situação de embate na vida do jovem nos remete ao conceito de “evento crítico” utilizado por Das (1995) para se referir à profunda ruptura que determinada situação impõe ao fluxo da vida cotidiana de um indivíduo. Nesse caso, especificamente, um fator externo à vida cotidiana daquele menino, no caso a legislação da área da infância e da adolescência, atua como elemento causador de sofrimento social na passagem para a maioridade, marcada pela posição de classe socioeconômica dessa população (MALFITANO, 2011).

Diante desse evento próximo, tanto Pedrinho quanto Lúcia sofriam. Ele parecia se incomodar mais com o fato de, supostamente, necessitar ter independência financeira dos pais, mas também ficava inseguro com a possibilidade de precisar responder judicialmente por seus atos. Lúcia também temia que o menino pudesse ser preso caso “se metesse em alguma enrascada” (sic), como lhe havia sido notificado outras vezes através do Conselho Tutelar ou ainda, quando, mais concretamente, precisou cumprir uma medida socioeducativa. Entretanto, o que lhe aterrorizava de fato era não mais poder contar com o acesso do filho ao

CAPSad do município<sup>43</sup>, único local que podia ser acessado para o atendimento específico de adolescentes que faziam uso de drogas e através do qual se conseguiam as internações em Comunidades Terapêuticas.

Falando sobre a internação, Lúcia referiu que achava que esta havia sido de curto prazo, por isso não havia dado o resultado por ela esperado: a abstinência do filho. Acreditava que um novo período de reclusão poderia ajudar Pedrinho, porém este teria que se dar por mais tempo. Para isso, utilizou a sua sobrinha como exemplo: Dolores tinha ficado internada por mais tempo em uma comunidade terapêutica e depois que saiu, segundo Lúcia, mudou completamente os hábitos de vida. “Era usuária de *crack*, hoje tem um filho de quem cuida muito bem e trabalha como catadora de sucata” (sic). Quando estava em uso crítico da droga, chegou a ter outro filho, sobre o qual Lúcia não sabia o paradeiro, disse que ela o deixou lá e “pulou o muro toda rasgada, remendada” (sic), acredito que fugindo de outra internação.

Quanto ao CAPSad, ela dizia: “o CAPS fez o que pôde, mas depende da pessoa querer ser ajudada”. Então, mencionou que Pedrinho não aderiu ao equipamento, que costumava faltar quase sempre que havia horário marcado, tendo comparecido apenas uma ou duas vezes. O equipamento costumava ligar para remarcar e saber o motivo pelo qual não tinha ido, mas depois de várias tentativas o movimento parou. Chegaram a mandar uma técnica de referência algumas vezes à casa deles, mas como o Pedrinho não contribuía com a adesão, nenhum tratamento pôde se efetivar. Já o próprio Pedrinho, quando questionado sobre o porquê de não ir ao CAPS, dizia não ter gostado dos profissionais e da abordagem ali realizada.

Nota-se que Lúcia mencionou várias vezes os equipamentos formais de tratamento para uso de drogas enquanto relatava as histórias do filho. Para ela, o CAPSad era o primeiro local pensado para buscar auxílio, depois a comunidade terapêutica e, por fim, dizia sentir medo de perder a possibilidade de tratamento do filho no primeiro local, quando ele completasse a maioridade. Seu comportamento reflete a forma como a sociedade tem agido para “resolver” as questões do uso de drogas pela população em geral, comumente através de suas instituições, sobretudo por meio da saúde, com a tendência a medicalizar os objetos de suas intervenções nas mais diferentes áreas de interface entre a saúde e o social (FIORE, 2005).

---

<sup>43</sup> Segundo a Coordenadora do CAPSad de São Carlos, o equipamento foi inaugurado no ano de 2006 e atendeu até o ano de 2011 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos de idade. A partir deste ano ampliou o atendimento para a faixa etária adulta, mas naquele momento em que entrevistava Lúcia, ela ainda não possuía essa informação.

Esta via, no entanto, tem apresentado problemas para responder ao que se propõe, já que estudos têm apontado que os serviços de saúde não se encontram preparados para atender os jovens (MALFITANO; BARDI, 2010; SCADUTTO; BARBIERI, 2009; VICENTIN, 2006), a exemplo dos CAPS no país, que não contemplam ainda a questão da juventude de uma forma diferenciada, não levando em consideração suas especificidades (MALFITANO, 2008). Além disso, considera-se a necessidade de um debate acerca da temática que ultrapasse a esfera clínica, pois esta se distancia das múltiplas vertentes sociais que acompanham o uso de drogas por jovens contemporaneamente (PEREIRA, 2012).

Mesmo não frequentando o equipamento, este ainda aparecia de forma não usual em diversas situações de sua vida. Um dia, por exemplo, ao chegarmos ao Centro Comunitário, disse que precisava pegar passes com a assistente social para ir ao CAPS. Estranhei a informação - CAPS? Eu sabia que Pedrinho não estava vinculado ao equipamento e parecia não ter o mínimo interesse em fazê-lo. Questionei algumas vezes a provável ida ao local e ele acabou me contando que, na verdade, queria dois passes para ir e voltar do centro da cidade, pois lá tinha “uns esquemas para resolver” (sic).

Não houve tempo para qualquer tipo de reação, pois, após o que me foi dito, Pedrinho entrou imediatamente na sala da assistente social. Explicou para ela que naquele dia tinha consulta no CAPS e demarcou, com certo desespero, o fato de que precisa ir de qualquer forma, mas não tinha dinheiro para o passe. Ela protestou bastante ao pedido dizendo que ele não podia fazer esse tipo de solicitação em cima da hora, isso tinha que ser feito com maior antecedência, era um procedimento burocrático. Eu ouvia a tudo do lado de fora da sala, ainda um pouco impressionada com a capacidade teatral do menino.

Enquanto Pedrinho insistia com ela, o telefone da sala tocou e ela pediu que o jovem aguardasse um pouco. Ele veio ao meu encontro, do lado de fora, estava nervoso, provavelmente não conseguiria os passes, seus planos teriam que ser adiados. Falava comigo sobre o assunto, quando a assistente social desligou o telefone e ele voltou rapidamente para a sala, mas desta vez, conduzindo-me até lá. Percebi que ela notou a minha presença, cumprimentou-me cordialmente e, após pestanejar um pouco com ele, acabou cedendo à entrega dos passes. Notei prontamente que havia contribuído para o desfecho da situação, a questão era que, de uma forma ou de outra, eu havia acabado de lhe dar credibilidade. Nessa situação, era importante analisar que o CAPS também estava sendo usado como meio para que ele conseguisse o que queria.

Diversas facetas desse episódio merecem que coloquemos uma lupa e analisemos mais de perto os acontecimentos. Primeiramente, faz-se necessário demarcar a perspicácia de

Pedrinho ao utilizar-se da condição de paciente do CAPSad para conseguir os passes dos quais precisava. O fornecimento destes, normalmente, se coloca como responsabilidade de um profissional assistente social que atua em determinada região e deve zelar pelo acesso de seus moradores a diversos tipos de benefícios, quando assim justificados. O caso de Pedrinho, entretanto, era peculiar a esta realidade de concessões para fins institucionais.

O jovem, mais de uma vez, já havia relatado que não ia ao CAPS desde que tinha saído de sua internação. Nunca chegou a explicitar com clareza os motivos da não adesão, mas, vez ou outra, comentava que não gostava dos profissionais, que eles não o entendiam. Também costumava dizer, quando eu perguntava sobre as idas ao equipamento “CAPS? Eu não! Não sou louco, pra que eu vou lá?”. Eu achava esse tipo de comentário curioso, uma vez que o CAPSad não se destinava ao cuidado de pessoas que possuíam transtorno mental, mas sim, especificamente, ao cuidado das pessoas que faziam uso de álcool e outras drogas e Pedrinho o sabia. Apesar disso, com este tipo de relato, ele me permitia observar que ao mencionar uma vinculação ao CAPS, mesmo que fosse o “álcool e drogas”, existia facilmente uma associação ao quadro de “insanidade mental”<sup>44</sup>.

Em outras palavras, Pedrinho verbalizava com convicção o rótulo que se podia adquirir ao frequentar esse tipo de equipamento e, fato era, que ele não queria estar vinculado a este estigma. Para Goffman (1980), a palavra “estigma” representa um processo de deterioração da identidade social que acontece quando alguém, que demonstra pertencer a uma categoria com atributos incomuns ou diferentes, é pouco aceito por outro grupo social formado por indivíduos que se consideram “normais”. Assim, aquele que se diferencia deixa de ser visto como uma pessoa em sua totalidade e transforma-se em um ser desprovido de potencialidades. Esse sujeito é estigmatizado socialmente e anulado no contexto da produção técnica, científica e humana.

No entanto, Pedrinho não chegava a “se diferenciar em meio aos normais”, apenas havia se utilizado estrategicamente do estigma em prol de um benefício específico. No seu caso, não chegava a haver uma adesão real ao equipamento, fato que, poderia permitir um estigma com maior rebatimento social, mas que, por outro lado, poderia dotá-lo de possíveis benefícios que somente um frequentador assíduo do CAPSad poderia acessar. Sobre isso, Goffman (1980) faz menção àqueles que “aderem” às determinadas proposições e encaminhamentos, incorporando-se aos códigos locais e acessam ganhos secundários no

---

<sup>44</sup> Não se sabe ao certo o motivo dessa associação, mas talvez possa acontecer porque o CAPS mental possui maior tradição no município, tendo sido inaugurado no ano de 2002, enquanto o CAPSad somente passou a existir em 2006.

universo institucional, ou seja, para eles são ofertados alguns benefícios diferenciados, que não chegam para “todos”, e, assim, podem desfrutar de circulação, acesso e oportunidades distintos.

No caso aqui relatado, o vínculo com a instituição é reafirmado no momento em que o interlocutor considera interessante para si mesmo o recebimento do rótulo, e o faz, sem pesar, uma vez que o momento em que se associa ao equipamento acontece de forma muito protegida: dentro de uma sala a portas entreabertas com a presença de apenas uma profissional que não lhe cobra nenhuma assinatura, nem nenhum outro tipo de procedimento expositivo. Outro ponto interessante a se notar é que Pedrinho mostra ter conhecimento sobre as instituições (tanto sobre o CAPSad, quanto sobre o CRAS), não sendo um mero produto das condutas destes locais, mas sim, sendo ativo no processo de fazer uso destas instituições, sabendo dos limites e das possibilidades, dos ganhos e das perdas existentes.

Sobre a postura da profissional que o recebe, há também pontos-chaves a se demarcar. Nota-se que a assistente social apenas realiza a concessão dos passes quando percebe a minha presença na sala, momento em que, provavelmente, os códigos que me acompanham (vestimenta, uso de acessórios, cor da pele, tipo de cabelo, dentre outros) devem ter permitido que ela me identificasse como “estrangeira” àquele território (SIMMEL, 1983) e, possivelmente, como outra profissional. Nessa condição, teria dado credibilidade ao jovem, pois, eu o estaria acompanhando, dando continência àquela situação de alguma forma, quer fosse, garantindo à sua ida até o serviço ou apenas garantindo os meios para que ele pudesse se conduzir até lá sozinho.

É perceptível que, nas tramas da vida de Pedrinho, o CAPSad se constituiu como uma rede social formal que, em consequência de outros benefícios, foi relativamente imposta. Não eram apenas os passes que ele havia conseguido através desta vinculação, mas também e, principalmente, a sua internação, que havia sido voluntária e cujo caminho passava necessariamente por esse equipamento. Porém, concedidos os benefícios, o equipamento já não lhe prestava qualquer tipo de auxílio, uma vez que não havia interesse do jovem em frequentá-lo.

A comunidade terapêutica, outra rede social formal acessada, havia sido uma escolha do jovem junto à mãe. Passou lá seis meses, nos quais esteve abstinente, mas dado seu retorno para casa, num prazo de 15 dias, passou a usar drogas novamente numa quantidade e frequência ainda maior. Hoje diz que não tem vontade de voltar para lá, apesar de ter feito muitos amigos dos quais sente saudade, acha que os meses de internação não resolveram. Voltou para casa e percebeu que tinha muita saudade de tudo aquilo que tinha “deixado para

trás” (sic), “inclusive a droga” (sic). Costumava dizer que se resolvesse por parar de usar cocaína, era preciso consegui-lo no seu bairro, junto da sua família e amigos, pois, de qualquer forma, era ali que teria que continuar convivendo. Ressaltava que não havia um dia em que saísse de casa e não lhe fosse ofertado algum tipo de droga, pelos vizinhos, amigos ou pelos traficantes e eu presenciei muitas dessas situações. Era preciso conseguir dizer não.

As comunidades terapêuticas, por sua vez, têm sido protagonistas de diversos debates que têm se imposto, não de forma pacífica, para o campo das drogas. Segundo o Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos (2011), a realidade encontrada nestas instituições evidencia questões, convoca à reflexão e exige uma tomada de posição por parte do Estado e da sociedade brasileira.

O documento aponta que, na maioria destes locais, a assistência que vem sendo ofertada fundamenta-se em princípios que contrariam os pressupostos que orientam as políticas públicas, sendo, o principal deles, o respeito à cidadania dos usuários. A maioria dessas práticas sociais adota como recurso terapêutico a fé religiosa, fato que conduz, inevitavelmente, à violação do direito de escolha de outro credo ou a opção de não adotar nem seguir nenhuma crença religiosa, além de ser fonte de constrangimentos e imposição de cura para os homossexuais, travestis, lésbicas, entre outros, considerados, todos, como portadores de uma sexualidade desviante. Outra questão é que, na ampla maioria dos locais não existem funcionários, apenas religiosos, pastores, obreiros (quase sempre ex-usuários convertidos) (CFP, 2011)<sup>45</sup>.

Acalorados debates sobre o tema tem ocorrido com frequência em diversos espaços acadêmicos, como congressos da área<sup>46</sup>, onde se pode, claramente, observar a trincheira colocada entre dois principais atores: os defensores das comunidades terapêuticas e os defensores da estratégia de redução de danos. Os primeiros encontram-se embasados por uma visão unilateral da questão da drogadição, a perspectiva da abstinência que imperou por muito tempo, e ainda é bastante forte no cenário dos tratamentos oferecidos (RAUPP, 2006). No entanto, de acordo com o Ministério da Saúde (2004), assim como pensam os redutores de danos, a abstinência não dever ser o único objetivo a ser alcançado, pois, em se tratando de

---

<sup>45</sup> A discussão sobre as comunidades terapêuticas está sendo colocada de maneira simplificada por não ser prioridade de discussão nesta pesquisa. Para maiores informações ver o “Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas” realizado pelo Conselho Federal de Psicologia (2011), Fracasso (2011) ou ainda Rui (2010).

<sup>46</sup> A exemplo do III Congresso Brasileiro de Saúde Mental realizado no Ceará – Fortaleza, no mês de junho deste ano (2012), no debate entre os ouvintes, após a apresentação da mesa “Saúde Mental em Tempos de Terror: Drogas e Violência Ética” composta pelos palestrantes Aluisio Ferreira de Lima, Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Servolo Paulo Silva Chagas e Sérgio do Nascimento Silva Trad.

lidar com vidas humanas, se faz necessário que se tenha em primeiro plano o respeito às singularidades e diferentes possibilidades de escolha. As práticas de saúde, em qualquer nível, devem levar em conta esta diversidade.

As estratégias e opções de redução de danos para a saúde pública e direitos humanos foram colocadas como orientação geral pelo Conselho Nacional Antidrogas (2005) como uma alternativa para a lógica abstinente. As ações devem ser utilizadas nos serviços públicos que atendem a população usuária de álcool e outras drogas, devendo ser realizada de forma articulada (inter e intrasetorial), visando à redução dos riscos, das consequências adversas e dos danos associados ao uso de álcool e outras drogas para a pessoa, a família e a sociedade.

O Manual de Redução de Danos do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), orienta a execução de ações para a prevenção das consequências danosas à saúde que decorrem do uso de drogas, sem necessariamente interferir na oferta ou no consumo. A estratégia teve origem na Inglaterra, em 1926, onde se estabelecia um princípio em que o médico poderia prescrever legalmente opiáceos para dependentes dessa droga, a fim de trabalhar na redução de uso e não na sua supressão, amenizando, desta maneira, os danos à saúde vivenciados pelo uso de substâncias psicoativas. Nos anos 1980, esse tipo de ação, juntamente a outras, foram sistematizadas em formas de programas, sendo que o primeiro deles surgiu na Holanda em função da preocupação com a disseminação de hepatites entre os usuários de drogas injetáveis (BRASIL, 2001).

No Brasil, a primeira iniciativa de realização de troca de seringas, conforme as diretrizes de redução de danos, aconteceu em 1988, em Santos, SP, porém foi interrompida por decisão judicial. Houve tentativa, então, de implementar o uso de solução de hipoclorito de sódio para desinfecção de equipamentos de injeção, porém, ao se perceber que essa ação possuía baixa eficácia, conseguiu-se que houvesse a legalização da troca de seringas, em 1995, em Salvador, Bahia. Desde então, outros municípios e estados aprovaram leis semelhantes (BRASIL, 2001).

Por meio dessas experiências em desenvolvimento, a redução de danos vem mostrando outro tipo de tratamento possível para o usuário de drogas, alternativo à abstinência total. Sobre isso, a Política para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2004, p.10) diz que:

A abstinência não pode ser, então, o único objetivo a ser alcançado. Aliás, quando se trata de cuidar de vidas humanas, temos de, necessariamente, lidar com as singularidades, com as diferentes possibilidades e escolhas que são feitas. As práticas de saúde, em qualquer nível de ocorrência, devem levar em conta esta diversidade. Devem acolher, sem julgamento, o que em cada situação, com cada

usuário, é possível, o que é necessário, o que está sendo demandado, o que pode ser ofertado, o que deve ser feito, sempre estimulando a sua participação e o seu engajamento.

Há, todavia, autores que realizam algumas ressalvas acerca da Redução de Danos, como Rodrigues (2003), que demarca que a estratégia não representa em si uma mudança substancial ao regime proibicionista. Para ele, a perspectiva adotada parece partir de um ponto de vista que ainda se mantém focado em certo nível de negatividade, já que a preocupação está em minimizar prejuízos, dada a impossibilidade de um mundo abstêmio. Apesar das pontuações, reconhece que, por meio do Programa, é possível observar progressos no nível do discurso e no estabelecimento do texto jurídico, na medida em que, historicamente, a questão do uso das drogas vinha sendo abordada por uma ótica fortemente psiquiátrica ou médica.

Embora as questões sociais, psicológicas, econômicas e políticas sejam essenciais para a compreensão do uso das drogas na sociedade, cabe destacar que, ainda assim, o tema vem sendo associado à criminalidade e práticas antissociais e à oferta de “tratamentos” inspirados em modelos de exclusão/separação dos usuários do convívio social (BRASIL, 2004), mantendo formas tradicionais de abordagem e tratamento da problemática.

## 1.2. Coração de Pombagira

Fábio me levou para conhecer a sala onde trabalhava. Era um quartinho pequeno, com diversos altares. Um deles tinha a imagem de um senhor negro que parecia um sambista e muitas bebidas alcoólicas, havia também cigarro, cachimbos, cartas de baralho, velas, dentre outras coisas. No chão estava o altar da Pombagira, a principal entidade com a qual trabalhava, para ela havia muitos artigos em vermelho e preto, como calcinhas, *soutiens*, cinta ligas, brincos, colares, cigarro, pimenta, artigos de sexy shop, velas vermelhas e pretas. Ali eram feitos inúmeros trabalhos para o amor. [Diário de Campo]

Passando a acompanhar o cotidiano do Pedrinho, tive maior dimensão de sua proximidade com o candomblé. Já tinha conhecimento de que se interessava por religiões afro-brasileiras, pois, não era raro vê-lo chegando às oficinas no Centro da Juventude com desenhos de Iemanjá para mostrar, também como ouvi-lo falando sobre a necessidade de ir embora em função de compromissos em algum terreiro, porém, aos poucos, fui compreendendo mais a dimensão sobre o lugar que tais compromissos tinham em sua vida. Toda semana via Pedrinho envolvido em alguma atividade do terreiro, quer fosse decorando a coroa para a festa de algum orixá ou preparando algum prato para oferenda. O envolvimento com essas tarefas eram fonte de grande animação. Certa vez, quando cheguei à sua casa,

contou que naquela noite iria ao terreiro para um ritual festivo no qual o seu orixá seria homenageado. Os preparativos eram muitos, desde a limpeza do local até o preparo de todos os pratos a serem degustados e das roupas a serem utilizadas.

Dias após refletir sobre a importância da religiosidade em sua vida, principalmente no que concernia ao auxílio para os momentos de dificuldade advindos do uso das drogas, pedi para que elencasse, em ordem de importância, as coisas que o ajudavam com relação a essas situações. Primeiramente, ele mencionou a religião, depois a sua mãe e, por último, os amigos. Explicou que muita gente poderia achar estranho que ele colocasse o terreiro em primeiro lugar, pois lá costumavam acontecer muitas práticas com bebidas alcoólicas e cigarro. Exemplificou que quando um orixá incorporava poderia ingerir grande quantidade de bebida alcoólica, fator que, segundo ele, normalmente aumenta a vontade de usar alguma droga quando você já possui esse hábito. Porém, me disse que quando o orixá abandona um corpo leva com ele todos os fluidos. Ou seja, a ingestão de bebida não era feita por ele, mas sim, pelo orixá que utilizava de seu corpo para se manifestar.

Quanto à sua mãe, relatou que podia conversar com ela nos momentos de desespero por causa do uso de drogas. Isso havia acontecido, como já fora relatado, quando estava em uso no ano passado e sentiu que precisava de ajuda. Lúcia era a primeira pessoa na qual pensava para desabafar e, de fato, foi quem o ouviu e se prontificou a ajudá-lo. Mais especificamente quanto ao suporte dado pelos amigos, já havia relatado em outro momento que este era o mais complicado, pois, possui amigos que não sabe como reagiriam ao saber do uso de drogas realizado e outros que, por também fazerem uso, não o poderiam ajudar, senão oferecendo mais droga para suprir a vontade e a sensação de abstinência.

A religião, segundo ele, ocupava o primeiro lugar dentre as possibilidades de ajuda porque o deixava mais entretido. Podia passar dias e dias envolvido com uma atividade do terreiro e simplesmente esquecia das drogas nesses momentos. Tinha verdadeira paixão por Pombagira, uma entidade originada na quimbanda que é hoje cultuada na maioria dos terreiros de Umbanda e grande parte dos de Candomblé, além de outras modalidades religiosas de origem africana.

Pombagira, segundo Prandi (2010), é o espírito de uma mulher que em vida teria sido uma prostituta, mulher de baixos princípios morais, capaz de dominar os homens com suas proezas sexuais, amante do luxo, do dinheiro, e de toda sorte de prazeres. As Pombagiras (podem ser várias: Maria Padilha, Maria Mulambo, Maria Quitéria, Sete Saias etc) usam trajes escandalosos nas cores vermelho e preto e uma rosa vermelha nos longos cabelos

negros, exibindo trejeitos de prostituta, ora do bordel mais miserável ora de elegantes salões de meretrício, jogo e perdição (PRANDI, 2010).

Tendo Pedrinho verbalizado a importância da religiosidade em sua vida, vi-me na obrigação de aproximar-me desta vertente de sua vida para ver de perto o que se passava. Esperava ansiosamente por um convite para ir ao terreiro, pois já havia compartilhado meu interesse. Ao final do mês de agosto de 2011 o convite aconteceu e eu aceitei de pronto, íamos, na verdade, para a casa de um homem que realizava diversos tipos de atividades ligadas às religiões afro-brasileiras, como práticas de cura, leituras de cartas, trabalhos para entidades, dentre outras.

A visita foi rápida, ao chegar deparei-me como uma imensidão de imagens de entidades numa longa estante, assim como oferendas. Sentamo-nos à espera de Luciano, que viria nos atender. Cerca de 20 minutos se passaram e eu comecei a me sentir mal, eram dores fortes na cabeça e sono, muito sono, quase que insuportável. Pedrinho, ao perceber o mal estar, antes que eu verbalizasse, me tirou de lá e explicou que o que eu sentia eram as influências das irradiações. Logo depois de ter saído do local já não sentia mais nada, mas ele disse que não poderíamos voltar lá tão já, eu não estava preparada.

Depois disso, Pedrinho iniciou comigo um tipo de preparação para que conseguisse retornar a um terreiro sem me sentir mal. Foram dias e dias de idas à *cyber* para aprender sobre os cultos da umbanda e do candomblé. Mostrava-me vídeos, programas de televisão, figuras das entidades e ia contando histórias sobre situações vividas por ele nos terreiros frequentados. Tudo isso fazia parte do meu aprendizado. Só então, depois de vários meses, fui levada por ele à casa de Fábio, onde também aconteciam diversas práticas de candomblé. Fábio era, antes de mais nada, um amigo para Pedrinho, a mãe sempre comentava que ele costumava ajudar muito seu filho, aconselhando-o a deixar as drogas, por isso eu sentia muita necessidade de conhecê-lo.

É interessante notar o cuidado que Pedrinho teve comigo nesse processo. Percebia que para ele era importante que eu pudesse adentrar esse seu mundo particular que pouca gente já tinha acessado. Muitos de seus vizinhos e amigos eram evangélicos e não viam com bons olhos o seu envolvimento com o candomblé, os pais<sup>47</sup>, eram adeptos da Congregação Cristã e também não eram favoráveis a tais práticas. Aparentemente, eu era uma das únicas pessoas em sua vida que tinha demonstrado interesse por conhecer de perto suas obrigações no

---

<sup>47</sup> A mãe de Pedrinho, especificamente, era quem o tinha conduzido às práticas do candomblé quando ele era ainda criança, mas, acabou se afastando da religião algum tempo depois. Não se sabe exatamente o motivo de tal afastamento.

terreiro. Porém, tive dificuldades e Pedrinho cuidou para que elas não inviabilizassem minha aproximação e, ainda, planejou toda a preparação para que conseguisse efetivar tal visita.

Chegou o dia de irmos, então, à casa de Fábio, e eu pude conhecer o espaço que ele utilizava para fazer os cultos, assim como diversas roupas e oferendas, que vinham acompanhadas de explicação, uma a uma. Conteí a Fábio sobre a pesquisa que eu fazia e tivemos uma longa tarde de conversas. Primeiramente, perguntei como as pessoas que trabalhavam no terreiro enxergavam uma pessoa que era dependente de drogas, ele respondeu, então, que essa pessoa era automaticamente vista como alguém que precisava de ajuda, por isso no terreiro havia práticas específicas para que essa pessoa fosse ajudada, ela tomava banho com algumas substâncias, por exemplo, ou utilizaria de algumas ervas.

Explicou-me também que na casa de Luciano eu havia passado mal devido ao uso de drogas realizado por ele, *crack* no caso, já que, por esse motivo, o ambiente ali ficava muito “pesado”. Dessa vez, faz-se importante ressaltar que não apresentei nenhum dos sintomas anteriormente mencionados, pelo contrário, a sensação era muito boa, estava muito à vontade com a recepção feita.

O consumo de droga para um pai-de-santo era uma questão complicada, pois, segundo Fábio, existem determinados santos que não permitem aproximação nem mesmo com bebida alcoólica (ele disse alguns nomes dos quais não me lembro). Havia situações, por exemplo, em que ele precisava se resguardar cerca de um mês sem consumir bebidas ou mesmo cigarro para fazer uma oferenda. Outras entidades gostavam de bebida alcoólica, então, quando se preparava os altares destas incluí-se esse tipo de artigo (cigarros, garrafas de bebidas variadas). As festas no terreiro eram outros momentos em que a bebida poderia aparecer facilmente, dependendo da entidade para qual a festa era oferecida, preparava-se o cardápio de comidas e de bebidas, então, depois que os rituais aconteciam, todos podiam beber e comer à vontade. Durante os rituais em si era a entidade que consumia as substâncias de sua preferência.

Em meio à conversa sobre o uso de drogas, rapidamente ele começou a falar de Pedrinho. Disse que costumava se preocupar muito com ele por conta do uso de drogas. Relatava diversas situações durante as quais já havia jogado cocaína fora quando Pedrinho apareceu pedindo para cheirar. “Não adianta, eu não deixo ele fumar aqui, aí teve um dia que chegou ele e uma outra bicha vagabunda e veio aqui pedir pra fumar e eu peguei toda aquela merda e dei descarga na privada” (sic). Contava também que, por vezes, era ele quem acolhia Pedrinho depois dos longos dias em que sumia usando drogas, ali ele podia se recompor para

voltar para sua própria casa. Nesses momentos era comum que a mãe de Pedrinho ligasse para ele perguntando onde seu filho estava.

Era perceptível e verbalizado por Pedrinho que Fábio o ajudava em muitos momentos em que estava mal em função do uso de drogas, por isso eu me questionava até que ponto a religião em si (a crença) era para ele uma fonte de suporte social ou se este suporte estava centralizado nas pessoas pertencentes a essas religiões, aos “chefes de doutrina”, assim como Fábio, que o acolhia de forma carinhosa, conversava com ele abertamente sobre diversos assuntos e mantinha com ele uma relação de compreensão, para além dos julgamentos preconceituosos. Outra questão a ser pensada era o motivo pelo qual Pedrinho havia me apontado que o candomblé se colocava em primeiro lugar quanto à capacidade de ajudá-lo nos momentos de dificuldade: a religião ocupava o seu tempo. Assim, caso estivesse ocupado com qualquer outra atividade que gostasse de fazer, que não fosse necessariamente de cunho religioso, haveria o mesmo resultado? Faria com que Pedrinho se sentisse ajudado da mesma forma?

Em função desses questionamentos dediquei-me a travar maior aproximação dos momentos de entrega religiosa de Pedrinho. Era preciso compreender melhor a relação tida com Fábio e com as entidades do candomblé, principalmente com Pombagira. Por hora, o que sabia era que aquele indivíduo não ocupava na vida de Pedrinho apenas o lugar de pai-de-santo, mas também de amigo e era, assim, aliás, que Fábio dizia se sentir na vida de Pedrinho: era um amigo com quem ele podia contar nos momentos de dificuldade quaisquer.

Fábio era travesti, por isso imaginei que fosse compreensível para com a sexualidade de Pedrinho. Nas próximas idas à sua casa pude perceber que de fato o era, juntos compartilhavam perucas, dicas de maquiagem, combinações de roupas etc. Àquela altura do acompanhamento já podia conversar abertamente com Pedrinho sobre a prostituição, pois, acho que tinha percebido que não seria por mim julgado caso contasse sobre as vivências “daquele mundo” (sic). Fábio, neste quesito, não parecia ter concordância alguma, não era raro ouvi-lo dizendo para Pedrinho que precisava se valorizar enquanto homossexual ou ainda que precisava ser “bicha com dignidade” (sic), uma pessoa que trabalhava como qualquer outra e “que não precisava se prostituir” (sic).

Dada a impossibilidade de concordância de Fábio com relação aos acontecimentos do “mundo da prostituição”, Pedrinho mantinha um relacionamento muito próximo com outra pessoa que o acompanhava sempre nestas práticas. Tive, então, a oportunidade de me reaproximar desta amiga para entender melhor a relação colocada com Pedrinho. Ela

mostrava-se a cada dia mais como uma pessoa de supra importância em sua vida, direcionadora de muitas escolhas e desfechos de histórias.

### 1.3. Melissa, a *trava*<sup>48</sup> da admiração e do ódio

Chegamos à casa do Evandro, desci com Melissa, batíamos, batíamos e nada. Ninguém em casa. Os vizinhos comentaram que ele havia ido a um ensaio de escola de samba, Melissa ainda perguntou para eles: “Ele tava de mulher?” e os dois disseram que sim. Tínhamos que fazer a parte mais difícil, contar ao Pedrinho que nada tinha dado certo, não tínhamos conseguido uma peruca emprestada para que ele pudesse sair e Melissa o fez sem nenhuma piedade. Aí fica à mostra a relação que os dois mantinham, de muita humilhação e prepotência. Pedrinho estava decidido, queria que nós o deixássemos na praça perto de sua casa, não ia mais sair. Foi o que fizemos, eu tentava animá-lo no carro, deixar a situação mais leve, mas Melissa atrapalhava com frequência dizendo: “Affe, odeio bicha frescurenta, fala que vai fazer as coisas e dá pra trás”. Quando Pedrinho desceu do carro, Melissa continuou falando para nós a respeito do amigo. [Diário de Campo]

Tal cena ilustra a relação muito conflituosa existente entre Pedrinho e Melissa. O primeiro sendo, quase sempre, ao menos na minha presença, rebaixado por ela, que zombava de seu corpo, dizendo ser magro demais, sem curvas, sem grandes atrativos para os clientes que procuravam outros arquétipos de mulher no comércio sexual. Melissa, por sua vez, era uma travesti que chamava muito a atenção, alta, forte, com o corpo todo trabalhado por silicone e hormônios que ingeria há muitos anos.

Havia entre elas, de fato, uma diferença substancial quanto ao lugar que a travestilidade ocupava nas respectivas vidas. Diferente de Melissa, Pedrinho não se encontrava travestida durante o dia em sua casa, realizava, portanto, uma *montagem* específica para um dado momento: ir para a Avenida Getúlio Vargas. Não se utilizava da identidade feminina nas situações casuais do dia-a-dia, não sendo, nem ao menos chamado ou reconhecido por nomes femininos. Já durante o período noturno, quando ia se prostituir, assemelhava-se muito com Melissa na vestimenta, no uso de *picumã*<sup>49</sup>, de acessórios e na escolha de um nome de sua preferência para ser identificado.

Muitas vezes em que me encontrei com Melissa, Pedrinho não estava conosco e ela me cedia muitas informações sobre ele, principalmente sobre os fatos ocorridos na *pista*<sup>50</sup>. Não eram raros os relatos sobre o uso intenso de cocaína e álcool pela madrugada: “A

<sup>48</sup> Abreviação de travesti.

<sup>49</sup> Expressão travesti que denota peruca.

<sup>50</sup> Expressão utilizada, neste contexto, para dizer sobre o local onde se reúnem as práticas de prostituição.

Pedrinha (se referia no feminino) bebe muito, usa muita droga e depois fica passando mal, né, aí eu tive que ficar ajudando ela até melhorar” (sic). Dessa forma, revelava-se, por outro lado, que Melissa desempenhava um papel essencial no auxílio dado ao amigo por conta do uso de drogas, principalmente, porque era ela quem estava ao seu lado nos momentos mais críticos de uso.

A própria mãe de Pedrinho, que não gostava de Melissa, por achar que ela era uma má influência para seu filho, por vezes assumiu que a mesma tinha sido importante em alguns momentos, um deles já relatado aqui, quando Pedrinho havia necessitado de auxílio médico em uma unidade de pronto atendimento do município. Sabíamos que quem o tinha conduzido para lá tinha sido Melissa, que ao ver Pedrinho desmaiado na sarjeta teria acionado uma ambulância e com a sua chegada teria saído correndo. Por mais que às vezes ficasse com raiva dos comentários feitos pela amiga, Pedrinho também reconhecia nela uma fonte de suporte para diversas situações.

Melissa era para ele um exemplo. Ao vê-la, sonhava um dia também ter seu corpo *montado* 24 horas por dia. Comentava que para conseguir isso Melissa tinha enfrentado a família, coisa que Pedrinho não queria fazer ou não sabia muito como. Mesmo assim, para imitá-la, havia começado a injetar uma substância hormonal e também estava tomando anticoncepcional (três comprimidos por dia) para “ganhar mais corpo” (sic).

Diversos aspectos da história de amizade desses jovens nos mostram a grande admiração de Pedrinho por Melissa e a determinação existente em seguir os seus passos, porém existiam ainda outras diferenças importantes. A história de Melissa com a travestilidade era muito mais antiga que a de Pedrinho, recordo-me de tê-los conhecido há alguns anos, na época em que Melissa era ainda conhecida como Walter e quando costumavam estar sempre na presença de um terceiro amigo, Júlio. Os três utilizavam de acessórios femininos e roupas um pouco mais justas que a dos outros meninos da mesma idade e anunciavam-se enquanto homossexuais.

Cerca de dois anos depois, havia considerável mudança no panorama do trio: Walter havia se tornado uma travesti, somente atendia<sup>51</sup> pelo nome de Melissa e prostituía-se quase todas as noites em uma das avenidas do município; Júlio também havia se tornado travesti, alterado o próprio nome para Jaqueline e iniciado na prostituição; já Pedrinho mantinha-se basicamente na mesma situação, com a diferença das *montagens* estratégicas que realizava em alguma noites. Vale ressaltar que os três jovens faziam uso de cocaína nesse período de suas

---

<sup>51</sup> Com exceção de algumas pessoas que o haviam conhecido antes de se tornar Melissa e, principalmente, os familiares, que sempre se referiam a ela utilizando o nome masculino.

vidas, principalmente no momento em que iam para a *pista*, pois a droga dava-lhes, em suas próprias palavras, “mais desenvoltura”, fazia com que se sentissem “mais bonitas e poderosas” e com que “aguentassem o tranco da noite inteira”.

Atualmente, podiam-se observar alguns desfechos dessas histórias de vida. Melissa seguia com a prostituição, havia conseguido se estabelecer de forma mais estável nessa atividade, tendo conquistado muitos clientes e sendo sempre muito procurada para trabalhos. Jaqueline havia “virado” Júlio novamente após ter passado cerca de um ano numa comunidade terapêutica de um município vizinho. Soube que tinha se envolvido com drogas de forma bastante drástica, tendo passado por episódios muito graves<sup>52</sup> nos momentos anteriores à sua internação. Por fim, Pedrinho dava continuidade à prostituição, mas ao contrário de Melissa, não havia progredido nesta atividade, costumava voltar para casa tendo gastado todo o dinheiro conseguido com os programas com a compra de *pinos*<sup>53</sup>. Sobre isso, Melissa tinha até chegado a fazer o seguinte comentário “Parece até que a Pedrinha vai mais pra pista pra *aquendar o pires*<sup>54</sup> do que pra fazer programa” (sic).

Eu tinha a mesma impressão que Melissa. Pedrinho nada dizia sobre os programas que fazia, demonstrava incômodo toda vez que eu tentava mencionar o tema ou até mesmo mudava de assunto bruscamente. Além disso, o que me parecia era que na escalada de se tornar parecida com Melissa, Pedrinho se perdia um pouco e não sabia lidar com determinadas questões, como por exemplo, com o limite de droga utilizado. Quanto a isso, era Melissa que novamente o auxiliava. Certa vez me explicou que existia uma quantidade específica de cocaína que ajudava e muito o trabalho de prostituição, entretanto, caso passasse disso, havia o risco de não conseguir trabalhar de tanta “loucura” (sic) ou de se colocar em diversas situações de risco, como já havia feito Pedrinho há poucos dias, ao resolver entrar em um carro com três clientes.

Nessa ocasião, assim como em outras, ficava evidente que Melissa conhecia os códigos daquele “mundo” e, a partir desse conhecimento, podia gerenciar a entrada e permanência de outras pessoas. Tinha sido ela que havia convidado Pedrinho para começar a se prostituir naquela localidade e, a partir daí, lhe tinha ensinado todos os truques do trabalho, inclusive a administração da cocaína. Outras situações que ilustravam tal gerenciamento eram

---

<sup>52</sup> Há sempre uma história que se repete nas vozes de Pedrinho, Melissa e outros moradores do bairro sobre Júlio: nas vésperas à sua internação, encontrava-se nas ruas, sujo e com roupas rasgadas falando sozinho em busca de cocaína. Diziam que tentavam conversar com ele, mas que já não reconhecia ninguém, nem mesmo as pessoas da família, só o que fazia era vagar, vagar e vagar, sem destino algum pelas ruas do bairro.

<sup>53</sup> Palavra utilizada para se referir a pequenos compartimentos da droga cocaína.

<sup>54</sup> Expressão utilizada pelas travestis para fazer referência ao uso de cocaína.

os momentos anteriores à ida para *pista*, alguns destes compartilhados por mim, nos quais Melissa emprestava roupas, sapatos e maquiagens para Pedrinho e, logo após, realizava o pedido da droga e o seu pagamento. Estavam prontas para mais uma noite.

Quando pensadas de forma analítica, essas situações que pude presenciar se comparam à análise realizada por Becker (1963) sobre o uso de maconha feito por músicos de casas noturnas nos Estados Unidos. O autor discorre sobre esses indivíduos como desviantes das regras e normas construídas em processos políticos por grupos que conseguem impor seus pontos de vista como mais legítimos que outros. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante, portanto, é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso (BECKER, 1963).

Com esse conceito, Becker (1963) demonstra como um comportamento, geralmente explicado como decorrente de traços psicológicos individuais, tem seus significados e suas motivações socialmente configurados. O aprendizado de técnicas e interpretações sobre essa ação desviante seria construído ao longo de *carreiras*<sup>55</sup> que, no caso do uso da maconha, envolve uma sequência das seguintes experiências: aprendizado da técnica de fumar; identificação dos efeitos e atribuição desses efeitos ao uso da maconha; e redefinição das sensações como prazerosas.

Ainda segundo o autor, para engendrar esse aprendizado é necessário que haja a crescente participação do indivíduo em grupos de *insiders*<sup>56</sup>, onde são desenvolvidos valores e táticas específicas de aquisição do produto e justificativas morais para as suas práticas. A carreira do usuário de maconha, portanto, progride do estágio de iniciante para o de usuário ocasional e, finalmente, para o de usuário regular, podendo haver sucessos e fracassos em cada um destes estágios, sempre na companhia de outros usuários. O indivíduo aprende, em suma, a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular.

O primeiro passo na sequência de eventos que deve ocorrer para que a pessoa se torne usuária é o aprendizado acerca da técnica adequada de fumar, que pode ocorrer mediante

---

<sup>55</sup> O conceito de carreira, originalmente desenvolvido em estudos de ocupações, se refere à sequência de movimentos de uma posição para outra num sistema ocupacional, realizados por qualquer indivíduo que trabalhe dentro desse sistema. Além disso, inclui a noção de “contingência de carreira”, fatores dos quais depende a mobilidade de uma posição para outra e que incluem tanto fatos objetivos de estrutura social quanto mudanças nas perspectivas, motivações e desejos do indivíduo. Esse modelo, entretanto, pode ser facilmente transformado para o estudo de carreiras desviantes, havendo interesse pelos indivíduos que seguem uma carreira que os leva a desvios cada vez maiores a ponto de assumirem uma identidade extremamente desviante, como também aqueles que tem um contato mais fugaz com o desvio, mas não progridem na carreira (BECKER, 1963).

<sup>56</sup> Becker (1963) utiliza o termo *insiders* para dizer sobre os indivíduos que inserem outros em grupos desviantes. Já o termo *outsiders* é utilizado para dizer sobre os indivíduos considerados desviantes pela sociedade.

ensinamento direto. Assim, tendo acesso ao prazer, pode ver sentido em dar continuidade ao uso, mas é necessário que ele saiba que aquela sensação é decorrente do uso da droga. Além disso, o usuário mais experiente pode também ensinar a regular a quantidade com maior cuidado, de modo a evitar qualquer sintoma severamente desconfortável, conservando ao mesmo tempo os agradáveis.

Fazendo um contraponto com a história analisada, percebemos que Melissa parecia desempenhar na vida de Pedrinho exatamente essa função: era a usuária mais experiente (de cocaína e da Avenida Getúlio Vargas). Havia adentrado o “mundo do desvio” há mais tempo e com maior profundidade que Pedrinho e, naqueles momentos por mim acompanhados, era responsável por sua inserção nas devidas carreiras, do uso de drogas e da prostituição.

Quanto mais estreitava a convivência com Melissa, mais podia acessar sobre o seu papel de “usuária experiente” e perceber o quanto havia assumido a função de inserir a carreira na vida de Pedrinho. Não eram raros os momentos em que podia vê-la no comando das situações que envolviam os dois, era ela, por exemplo, que aprovava a roupa e a maquiagem do amigo, acrescentando brilho onde faltava ou avantajando determinado decote. Sabia a quantidade certa de cocaína para “fazer a noite render” (sic) e tinha domínio sobre todas as táticas de defesa do ofício. Levava consigo uma faca na bolsa e a deixava acessível para qualquer emergência. Assim havia ensinado Pedrinho.

As broncas, no entanto, me pareciam ser os momentos de maior percepção da relação de ensino e aprendizado colocada. No dia em que Melissa havia mencionado sobre o fato de Pedrinho ter entrado num carro com três clientes, pude vê-la ralhando com ele, dizia sobre o risco da situação, sobre a possibilidade de ser uma emboscada e frisava o quanto ali estaria desprotegido, pois, sozinho, não conseguiria se defender de três pessoas “mal intencionadas” (sic). Essa defesa, por sua vez, não se colocava somente sob o patamar do discurso, Melissa possuía táticas específicas que iam desde o posicionamento do corpo até a aplicação de golpes precisos para garantir que saísse ilesa de situações complicadas, estas, eram passadas passo a passo para Pedrinho, como se ele fosse (e de fato o era) um verdadeiro aprendiz.

Em princípio considerava o papel desempenhado por Melissa como paradoxal, uma vez que a mesma jovem que auxiliava Pedrinho nos momentos de maior dificuldade, era a mesma que o havia inserido nas práticas da prostituição e do uso de drogas, mas após reflexão mais aprofundada obtive outra leitura sobre a situação. Passei a compreender que o cuidado tido com Pedrinho e todo o aconselhamento direcionado a ele eram partes da sua inserção feita na prostituição e no uso de drogas. Assim como no caso do aprendizado sobre o uso de maconha feito por um usuário experiente, Melissa precisava ser eficiente no ensino de

determinadas técnicas para que Pedrinho aderisse às práticas por ela desejadas e isso incluía, necessariamente, que ela o ensinasse a evitar os efeitos indesejados daqueles mundos.

Nesse caso, os efeitos indesejados eram muitos. Era preciso evitar que Pedrinho passasse dos limites com relação ao uso de drogas ou de bebida, pois, caso contrário não seria capaz de realizar com eficiência e de forma segura o seu trabalho. Também era preciso que Pedrinho soubesse identificar possíveis situações de risco com relação aos clientes e conhecesse as formas de efetivar o pagamento pelos serviços prestados. Assim, Melissa poderia ter sucesso na inserção do amigo, acreditando que ele passaria de um frequentador amador daquele espaço para tornar-se um profissional bem-sucedido. Este fato poderia assegurar à Melissa certa proteção no campo de trabalho, uma vez que, ali colocados, deveriam zelar um pelo outro nos momentos de dificuldade. O companheirismo se fazia estratégico num ambiente de frequente disputa e competição.

#### **1.4. O episódio da “pixação no muro”: um divisor de águas?**

Logo que cheguei perguntei como tinham sido os últimos dias, ele disse que estava tudo bem, mas havia se passado uma situação inusitada. Sinto que ele me olhava com vergonha e então acabou comentando “Eu apareci na tv pixando o muro!”. Sem entender nada do que tinha acontecido perguntei como isso havia acontecido. Pedrinho respondeu que estava em Itirapina com alguns amigos jogando verdade ou desafio, então, foi desafiado a pixar o muro e por conta da brincadeira acabou sendo pego pela polícia e pela imprensa. Aquela situação me pareceu vaga, mas quando ele mencionou a polícia eu só conseguia pensar nos desdobramentos daquilo. [Diário de Campo]

A polícia havia advertido a ele e aos outros meninos, depois os levaram ao Conselho Tutelar de São Carlos, onde seus pais foram buscá-lo. Pedrinho contava a história com alegria, aquilo para ele não representava um evento traumático ou mesmo triste, parecia mais ser fonte de orgulho por ter uma história de aventura para contar. Apenas dizia dar “graças a Deus” (sic) por não ter pego nenhuma medida socioeducativa por conta do episódio.

Pedrinho estava bem diferente, as roupas chamavam atenção por não trazerem mais aspectos femininos, o cabelo estava mais curto, o jeito de falar também havia mudado, estava mais compenetrado, menos espontâneo, mais sério. E eu, que havia me ausentado apenas quinze dias, não entendi a mudança. Voltei com maior frequência para o campo, estava lá cerca de três ou quatro dias da semana à tarde toda, numa tentativa de compreender as mudanças ocorridas. Numa dessas idas, conheci Gracy, uma colega do bairro, ela falava com o Pedrinho, estava exaltada, dizia precisar muito de um dinheiro, um valor de 20 reais que

Pedrinho devia para ela da compra de um vestido. Várias partes da fala dela me chamavam a atenção, comentava sobre as notícias vistas no jornal da cidade e ria, ria, ria...

Achei que Gracy poderia ser uma boa interlocutora, por isso, procurei-a em outro momento para conversar sobre Pedrinho, eu queria saber, sobretudo, o que tinha se passado no episódio da pixação. Ela também não sabia grandes detalhes, mas contou a sua versão, que mais tarde foi contada da mesma forma por outras pessoas: Pedrinho estava fazendo um programa, mas ao final dele o cliente não quis pagar, então, após desentendimento entre os dois, Pedrinho, muito alterado devido ao uso de drogas, o havia agredido, dando-lhe uma mordida na bochecha. Tal situação tinha acabado com a presença da polícia acionada por vizinhos que ouviram a gritaria. O homem tinha sido preso em função da idade de Pedrinho (17 anos) e o jovem havia sido levado ao Conselho Tutelar, onde deveria esperar a vinda dos pais. Como já havia mencionado no início da narrativa desta história, essa era mais que uma nova versão para a história, era, sim, uma outra história.

A nova história foi para mim contada por outras pessoas do bairro, amigas e vizinhas<sup>57</sup> de Pedrinho, as quais acabei entrevistando depois. Eliane, uma delas, relatou que depois do acontecido, Pedrinho tinha ficado com muita vergonha de sair de sua casa, pois, o bairro todo já sabia do episódio. Disse, inclusive, que ele tinha tido muita vergonha de falar a verdade para mim, por isso havia mentido. Foram dias e dias de reclusão, Pérola, outra vizinha, tentou tirá-lo de casa um pouco, mas também não conseguiu. Depois de outras tentativas em vão, Eliane havia conseguido levá-lo para andar de moto, sendo esta a única forma que ele tinha aceitado para sair de casa: com um capacete na cabeça. Em sua casa, Pedrinho tinha se aconselhado com o Pastor Josué, marido de Eliane.

A partir daí começava a compreender o porquê de tantas mudanças em seu comportamento. Dizia não ir mais ao terreiro e, como se não bastasse, comentou comigo sobre uma viagem à Bauru que tinha acontecido no final de semana. Pelo que eu entendi era uma espécie de retiro religioso, junto a um pastor e outros jovens que frequentavam uma determinada igreja do bairro. Ele parecia muito animado, havia iniciado às idas à Assembleia de Deus no início da semana anterior e disse ter conhecido muitas pessoas da mesma idade, assim como assistido a diversas palestras.

Soube também que desde então ele havia se distanciado completamente do uso das drogas e das idas à *pista*, segundo ele próprio, seus pais e vizinhos. Cheguei a ir com ele em alguns cultos e o via cantando os hinos com bastante fervor. Relatos do pastor e das vizinhas

---

<sup>57</sup> Vale ressaltar que os pais de Pedrinho nunca mencionaram diretamente o acontecido comigo, por isso, não sabia muito detalhes de como haviam reagido na situação.

evangélicas traziam com clareza que o distanciamento do “povo do mundo” (sic) era mérito da Assembleia de Deus e, principalmente, de Deus, que tinha tocado a sua alma. Mas não era só isso, atribuíam com a mesma clareza às práticas do candomblé ao uso de drogas anteriormente realizado, pois, diziam que nos terreiros se consumia muita bebida alcoólica ou até mesmo substância de ordem ilícita. Além do mais, o demônio encontrava-se abrigado nestes locais e ele era o responsável por conduzir homens de “bom coração” (sic), como o Pedrinho, para as suas práticas “suja” (sic).

Lembro que logo que me despedi de Pedrinho naquele dia, ainda um pouco atordoada com as novas informações, resolvi compartilhá-las com a Coordenadora Pedagógica do Centro da Juventude e sua auxiliar. Conteí que Pedrinho havia passado por uma reviravolta na vida, “saído” do candomblé e “entrado” para a Assembleia de Deus. As suas idas para a igreja estavam bem frequentes e isso estava se reverberando em mudanças na sua vida que eram bastante aparentes. Elas, então, demonstraram grande alívio. Assim como os pais do Pedrinho, as profissionais não eram nem um pouco favoráveis à inserção do jovem no candomblé. Achavam que as práticas do terreiro incentivavam ou pelo menos davam abertura para que se fosse muito mais flexível ao uso de drogas ou outros tipos de substâncias psicoativas. Consideravam o terreiro um lugar bastante pesado por conta das práticas ligadas às “macumbas para o mal” (sic) e apoiavam com veemência à ida dele à Assembleia de Deus.

Estava surpresa com o discurso das técnicas, pois havia um forte julgamento sobre as práticas que apresentei para elas, uma encontrava-se completamente alocada ao lugar “do bem” na vida de Pedrinho, enquanto a outra, no sentido oposto, mantinha-se no lugar “do mal”. Além disso, tinham concepções sobre o terreiro frequentado pelo jovem que ilustravam perfeitamente a eclosão dos atos de intolerância religiosa praticados contra as religiões afro-brasileiras, partindo principalmente das religiões de cunho neopentecostal (SILVA, 2007a). Assim, desde que o fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), o bispo Edir Macedo, declarou guerra aos orixás, caboclos e guias numa clara alusão aos elementos dos rituais do candomblé, da umbanda e do espiritismo, jornais, revistas e a mídia em geral têm noticiado os constantes ataques sofridos pelas religiões de matriz africana (SILVA, 2007a).

Birman (2009) nos traz que acusações de feitiçaria têm circulado principalmente, e com especial intensidade, nos lugares onde se mostra acentuado o combate pentecostal ao mal diabólico: *favelas* e outras periferias, em geral designadas como comunidades. Os evangélicos, no cotidiano, através de menções à feitiçaria, cuja origem estaria nos cultos afro-brasileiros, “denunciam crimes nefandos e atos de barbárie, provocando horror e estarrecimento nos seus ouvintes em igrejas, rádios e televisão” (p. 321).

Esse era o discurso que eu podia reconhecer nas falas dos pais e vizinhos de Pedrinho, todos vinculados a alguma religião evangélica. O pastor, em entrevista, também havia mencionado sobre os perigos relacionados às idas de Pedrinho ao terreiro e as possíveis correlações entre as práticas ali realizadas e a homossexualidade do jovem, assim como o uso de drogas feito pelo mesmo. Complementava, então, dizendo sobre as mudanças que Deus e a sua igreja poderiam trazer para o menino, era o “caminho para a sua salvação” (sic), assim como havia acontecido há anos atrás com o próprio pastor, ex-trafficante e ex-usuário de cocaína e maconha.

### **1.5. Sobre Deuses, Demônios e Pombagiras: relatos sobre as facetas do “bem” e do “mal”**

Ao perceber o conflito existente entre os indivíduos adeptos às igrejas pentecostais e aos terreiros de umbanda e candomblé daquela localidade, passei a me centrar mais nesses discursos. Era um assunto que interessava bastante, pois estava muito presente no cotidiano de Pedrinho. Realizei, então, uma entrevista com o pastor da Assembleia de Deus frequentada por Pedrinho logo após ter descoberto sobre a sua proximidade com o jovem. Não mantinham apenas uma relação de fiel e “chefe religioso”, daquelas em que o último não conhece o nome e nem a procedência do primeiro; eram próximos, havia uma relação de aconselhamento em determinados momentos e era preciso entendê-la ou, pelo menos, conhecê-la mais de perto.

Fui muito bem recebida pelo pastor Josué, ao qual apresentei minha pesquisa, era um sábado e a família toda estava em casa. Ele já possuía vago conhecimento sobre os meus objetivos por intermédio de sua esposa, com quem eu já havia conversado. Pude falar a sós com ele durante muitas horas, iniciou discursando sobre a estrutura familiar de uma formal geral, e, depois, sobre a de Pedrinho, pois, segundo ele, era a causa principal do uso de drogas e da prostituição realizada pelo jovem. Falava sobre a falta dessa estrutura na vida de Pedrinho, sobre seus irmãos que faziam uso de álcool e maconha, sobre as brigas que aconteciam na casa e sobre a falta de apoio de todos os familiares com relação às suas dificuldades.

Em meio a esse contexto, para ele, a igreja e a busca divina seriam as únicas soluções. Era necessário tentar formas para fazer com que Pedrinho permanecesse o máximo de tempo possível dentro da igreja, pois, dessa forma, a palavra de Deus aos poucos tocava a sua alma e traria mudanças de condutas, algumas delas já iniciadas com as primeiras idas. Pedrinho, segundo o pastor, gostava muito de frequentar a Assembleia de Deus, rezava com fervor, mas

ainda não tinha força o suficiente para se manter naquele caminho, por isso, as pessoas ao seu redor precisavam contribuir, fazer convites incessantes, competir com as outras programações, insistir na sua ida e acompanhá-lo no trajeto até a igreja para livrá-lo das tentações que pudessem aparecer pelo caminho. Assim, repetia, “a palavra pode libertar ele, a convivência ali dentro da igreja, Jesus pode libertar ele, é impressionante, você vê casos, é só você estando ali mesmo para sentir e ver como é”.

A maior dificuldade para efetivar essa proposta, contudo, para o pastor, era a própria família de Pedrinho. Outras pessoas já me haviam relatado sobre a suposta oposição dos pais de Pedrinho às idas à Assembleia de Deus, principalmente Pérola. Comentava junto de sua filha que muitas vezes em que Pedrinho as acompanhava em algum culto quando voltava para casa não tinha nada para comer, pois a família, que já teria jantado, não deixava nada guardado para quando ele voltasse. Outra vez, o pai o havia proibido de escutar um cd de hinos evangélicos que ele havia comprado em um dos cultos realizados. Pedrinho também já tinha mencionado sobre essas situações para mim, contava sobre certa insistência dos pais para que ele frequentasse a Congregação Cristã, a qual eram adeptos, mas ele dizia não gostar.

Eliane, esposa do pastor, havia arriscado um palpite sobre a implicância dos irmãos com relação à conexão de Pedrinho com a Assembleia de Deus, em entrevista feita individualmente com ela. Dizia:

Toda vez que ele está orando os irmãos ficam falando “você está se escondendo atrás da bíblia, seu bichinha, viadinho” e começam a humilhar, falar um monte de coisa. Eles não aceitam a situação do Pedrinho como homossexual, aí eles querem bater, querem judiar, mas quando ele está vestido como um homem e está quieto dentro de casa ajudando a mãe dele, limpando a casa, fazendo comida, aí eles esculacham, judiam também.

Facilmente, a orientação sexual de Pedrinho vinha à tona durante as conversas travadas com pastor Josué, Eliane ou Pérola. Nesse caso, Eliane apontava que os irmãos do jovem não aceitavam as práticas relacionadas à religião evangélica por acharem que era uma fuga para a sua homossexualidade. Eu tinha dificuldade para processar essa informação e só consegui estabelecer uma possibilidade de relação: os meninos, que não eram evangélicos, poderiam estar se referindo às situações nas quais diversos indivíduos dizem abandonar as práticas homossexuais ao se converter à religião evangélica. Tais exemplos de “salvação pela fé” são recorrentes nos discursos dessa religião, como também de outras, o próprio pastor Josué havia me relatado durante a entrevista, quando falava sobre a conduta de Pedrinho:

Já conheci casos de pessoas que eram homossexuais mesmo e hoje são casados, são pastores, têm família, têm filhos e que tiveram a ajuda da igreja, foram na igreja e Deus trabalhou na vida deles de uma forma especial. Eu acredito assim, que a palavra de Deus é muito poderosa, entendeu?

Embora, segundo Eliane, Pedrinho fosse alvo das agressões verbais dos irmãos por ser homossexual, via no funcionamento da casa certa incoerência, já que, por outro lado, achava que essa orientação era incentivada por todos os familiares, inclusive pelos irmãos. Dizia que todos na casa tratavam Pedrinho “como uma moça” (sic), pois lhe atribuíam responsabilidades por ela consideradas femininas, como limpar, passar e cozinhar. Então complementava, dizendo: “Aí quando ele se torna um homem<sup>58</sup> e quer sair dessas obrigações onde ele é colocado, ele não consegue, porque só ele faz e os outros não”.

De fato, Pedrinho executava quase todas as funções de administração do lar, pois os pais trabalhavam fora e diziam não ter tempo para isso. Era comum que eu chegasse à sua casa e o encontrasse limpando o chão ou lavando roupa, enquanto os irmãos estavam sentados na calçada conversando. Nunca havia visto nenhum deles o ajudar com as tarefas da casa. Estas aconteciam com tanta frequência que haviam chegado a ser uma questão durante a realização do campo: quando eu estava com Pedrinho, ele geralmente não realizava as atividades da casa, aproveitava-se da minha presença para esquivar-se delas. Demorei alguns meses para me dar conta disso, até deparar-me com uma cena de conflito entre ele e a irmã, por não estar cumprindo com suas obrigações.

Embora fosse acusado pelas relações homossexuais travadas, sendo estigmatizado por isso, assumia a função de “dona de casa” quando a mãe não estava presente e por isso não era, em momento algum, questionado, a menos que faltasse com eficiência. Demarca-se, contudo, que não se quer aqui fazer uma defesa de que tais atividades não podem ou não devem ser realizadas por pessoas do sexo masculino, mas sim, ressaltar que naquela localidade havia uma clivagem machista bastante aparente que dividia as tarefas que deveriam ser exercidas por homens e por mulheres, como mostram os estudos acerca do gênero feminino e a periferia (MADEIRA, 1997). O curioso era observar que, especificamente nesses momentos, a sexualidade de Pedrinho parecia ser benéfica aos irmãos e, mais do que isso, inquestionável.

Sobre a homossexualidade, o pastor Josué fez ainda outros discursos. Disse que sua religião não aceitava as práticas homossexuais, pois eram contra Deus e contra a natureza criada por Ele, o macho e a fêmea. Romper com essa determinação seria uma falta gravíssima

---

<sup>58</sup> No relato, mais uma vez, aparece o fato de que frequentar a Assembleia de Deus concede ao homossexual a identidade heterossexual.

com Deus e significava uma sentença de sofrimento após a morte. Além disso, ser homossexual significava ter consigo um demônio, estar possuído por um espírito maligno do qual era preciso se libertar. O próprio Pedrinho, segundo o pastor, “precisa se libertar disso e virar um homem de verdade”.

Passamos, logo depois, a falar sobre o uso de drogas, ele pontua que é uma doença e logo em seguida faz um comparativo entre o “drogado” e o “homossexual” perante os preceitos de sua religião:

Pastor: Quando um dependente químico vai ao médico ele vai diagnosticar um problema e vai passar um tratamento, agora a questão da homossexualidade, não. Você vai lá e não vai ser diagnosticada em nenhum aparelho. Não tem remédio pra isso, o remédio pra isso seria oração mesmo, é a palavra de Deus, a palavra correta.

Eu: E daí seria mesmo a possessão de um demônio, né?

Pastor: Isso, com certeza!

Eu: Também como o uso das drogas, também é uma coisa muito grave, certo?

Pastor: Então, pra gente não é grave... a gente vai tratar ele como um dependente químico, vai olhar o uso de drogas como uma doença mesmo, é uma doença. Agora, como eu falei, a homossexualidade não é uma coisa grave com a gente, é uma coisa grave com Deus, é uma coisa errada pra nós, mas pra Deus já é um risco terrível, sabe?

Relatou também situações nas quais usuários de droga ficavam possuídos por demônios porque “a droga facilita a entrada desse tipo de espírito na vida das pessoas, a droga facilita o apoderamento maligno” (sic). Um bom pastor deveria ser capaz de perceber quando isso acontecia antes que houvesse uma manifestação pública, momento em que o demônio toma a palavra em meio ao culto. Nesse momento deve ocorrer uma intervenção imediata, na qual o pastor inicia um processo de expulsão. No caso de Pedrinho, a intervenção já havia sido feita mais de uma vez, pois, não era na primeira tentativa que se conseguiria fazer com que o demônio abandonasse “um irmão” (sic), era necessário ter paciência e persistência.

Segundo Natividade (2006), há um conjunto de artigos e livros evangélicos que apresentam discussões sobre a origem da homossexualidade, seguidas pela explanação da “verdade” da Bíblia, para comprovar a possibilidade de “cura”. Também apresentam uma caracterização negativa da homossexualidade, acentuando os aspectos de uma “vida pregressa” associada a um comportamento desordenado, imoral e que conduz ao sofrimento. Nestas narrativas, o passado está associado a uma espécie de inversão do gênero, oposto ao presente “restaurado”, quando o homossexual masculino, por exemplo, pode transformar o

“pecado do homossexualismo” na “bênção da heterossexualidade” por meio do casamento e da constituição de uma “família de Deus”.

A partir dessa discussão teórica, é possível distinguir três categorias no discurso evangélico: cura, libertação e restauração sexual. A primeira é alcançada em um processo referido como cura das memórias, o que indica a influência de um discurso psicologizante na prática religiosa. Já a libertação toma como ponto de partida a noção de possessão e enseja uma prática ritual na qual fiel e pastor encenam performances de expulsão do mal. Por fim, a categoria de restauração sexual circunscreve um ideal a ser atingido: a adequação a um modelo de gênero condizente com o ideal de homem e mulher de Deus (NATIVIDADE, 2006).

Após, conversamos sobre as condutas religiosas que deveriam ser seguidas pelo seu ministério, aquelas que fazem com que os evangélicos sejam facilmente conhecidos nos lugares por onde transitam: os cabelos cumpridos das mulheres, as saias abaixo do joelho, os ternos utilizados pelos homens que levam a bíblia embaixo do braço, dentre outras, e aquelas que não são tão facilmente perceptíveis, como o fato de não fumarem ou de não consumirem bebida alcoólica. No sentido pentecostal, ser livre não significa seguir os impulsos e desejos individuais, mas, ao contrário, viver a Palavra, segundo a ética e as determinações de Deus.

Perguntei, então, com eram recebidos os travestis, os homossexuais e os usuários de droga em sua igreja. Ele me respondeu que a recepção era feita com o máximo de amor possível, com muito abraço, respeito, oferecimento de lugares para se sentar, e tudo o mais para que essas pessoas pudessem sentir vontade de voltar e para que dessem a si mesmo a oportunidade de mudança. “Eles são o nosso alvo, o alvo de Jesus são essas pessoas. Estamos ali por eles. A gente ama eles de verdade e as pessoas falam assim ‘ai, como?’, sim, é verdade, nós amamos eles”, justificava o pastor.

Perguntei também como se dava a sua relação com os moradores do bairro praticantes de outras religiões, em especial as de matriz africana. Ele respondeu que com essas pessoas era necessário ter sabedoria para trabalhar, não se podia dizer o que se pensava “não, isso não é de Deus, isso é do diabo!” (sic), mas sim agir estrategicamente, utilizando a palavra de Deus. Era de sua conduta começar a explicar, sem ofender, sem agredir e assim achava que era respeitado e obtinha sucesso na empreitada: “eles aceitam e sabem que é verdade, devido a nossa convivência aqui eles nos recebem, nos respeitam”.

Por outro lado, falou sobre sua concepção com relação ao candomblé:

Eu não vejo coisas boas no candomblé, vamos supor, a pessoa vai lá e ‘então eu vou fazer uma amarração, eu quero o marido da outra’ (ri), e ao mesmo tempo eles falam que fazem coisas boas e coisas ruins, mas Deus não é assim, Deus é um Deus de justiça, o que ele plantar ele vai colher. Então não tem coisas boas nessa religião, lógico que a gente chega com cuidado, a gente não vai ofender, mas não existem coisas boas, eles vão fazer rituais dentro do cemitério, comem vísceras humanas, matam animais, vão pra dentro das matas fazer rituais, acender velas nas encruzilhadas, fazem rituais secretos, a gente não precisa fazer nada secreto, é tudo aberto, é livre, é bom, é natural, então a gente percebe que aquilo não é uma coisa certa, percebe?

Sua esposa, em outro momento também me relatou a concepção tida:

Olha o que eu sei sobre a religião de candomblé é que quando as pessoas estão lá baixa alguma coisa nelas e eles usam muita bebida alcoólica e charuto. O Pedrinho fala sobre uma tal de oferenda né, que eles fazem, faz uma farofa, eles mesmos comem, mas é pra alimentar outra pessoa. Ele fala que a entidade dele é a Pombagira e ele fala sobre ela pra mim, tinha me falado até o nome dela. Então ali eles usam essas coisas, cigarro, bebida, bebem até sangue, e o que ela pedir eles tem que fazer, na mata, de madrugada, eles vão e entregam.

Nestes trechos fica mais evidente a concepção sobre os cultos afro-brasileiros e as menções à feitiçaria. Assim, denunciam crimes nefandos e atos de barbárie, provocando horror e estarrecimento nos seus ouvintes em igrejas, rádios e televisão (BIRMAN, 2009). Esse investimento acaba por culminar em diversos tipos de reações direcionadas a essa população: agressões físicas *in loco* contra terreiros e seus membros; ataques às cerimônias religiosas afro-brasileiras realizadas em locais públicos ou aos símbolos destas religiões existentes em tais espaços; ataques decorrentes das alianças entre igrejas e políticos evangélicos e reações públicas (políticas e judiciais) contra os adeptos das religiões afro-brasileiras; dentre outras (SILVA, 2007b).

Sobre tais ações, Silva (2007b) faz uma análise curiosa: sob o seu ponto de vista o ataque às religiões afro-brasileiras, mais do que uma estratégia de proselitismo<sup>59</sup> junto às populações de baixo nível socioeconômico, potencialmente consumidoras dos repertórios religiosos afro-brasileiros e neopentecostais, é consequência do papel que as mediações mágicas e a experiência do transe religioso ocupam na própria dinâmica do sistema neopentecostal em contato com o repertório afro-brasileiro. Combater essas religiões pode ser, portanto, menos uma estratégia proselitista voltada para retirar fiéis deste segmento — embora tenha esse efeito — e mais uma forma de atrair fiéis ávidos pela experiência de

---

<sup>59</sup> Proselitismo é o intento ou empenho ativista de converter uma ou várias pessoas a uma determinada causa, ideia ou religião.

religiões com forte apelo mágico com a vantagem da legitimidade social conquistada pelo campo religioso cristão<sup>60,61</sup>.

Além disso, os evangélicos costumam relacionar as acusações de feitiçaria às práticas criminosas e ao banditismo, enfatizando o que a mídia laica não se cansa de destacar: a presença de um potente inimigo interno, o “bandido”, ou o “traficante”, que vive nas comunidades, potencializando assim a imagem negativa destas como totalidades culturais que são estigmatizadas como fontes de perigo e de violência para a sociedade. Dessa forma, vemos que os discursos de diabolização de tais territórios constituem uma forma de ação político-religiosa que, simultaneamente, reage às acusações do Estado, dá forma a uma categoria que supostamente estaria ilesa dessas conexões criminais e localiza o “problema” na categoria da qual se contrasta<sup>62</sup> (BIRMAN, 2009).

Por meio desse processo, esses personagens, recentes na economia religiosa da cidade, os chamados “crentes” ou “evangélicos”, ganharam reconhecimento público no mesmo momento em que se construiu a violência como um problema social (BIRMAN; LEITE, 2000). Em outras palavras, demanda-se dos moradores um esforço contínuo para se apresentarem como exceções morais no interior de uma comunidade cujo caráter cultural abrangente é dado a priori. E lá os evangélicos exibem as marcas da santidade, as quais os excluem do princípio de identificação que legitima o comportamento violento da polícia no interior desta unidade territorial considerada socialmente nefasta (BIRMAN, 2009).

Sobre essa identificação “santificada”, da qual os evangélicos se beneficiam o tempo todo, pastor Josué demonstra ter conhecimento. Na fala seguinte deixa explícito que antes de se tornar pastor, quando tinha uma conduta “pecaminosa” (sic), era reconhecido de uma forma

---

<sup>60</sup> O desenvolvimento recente do catolicismo carismático atestaria a demanda crescente por tais mediações também nesse segmento religioso majoritário (SILVA, 2007b).

<sup>61</sup> O uso do apelo mágico oriundo das religiões afro-brasileiras por neopentecostais ficam ainda mais evidentes através de exemplos concretos dessa transposição como a criação da “Capoeira de Cristo”, evangélica ou gospel, em cujas letras não há referências aos orixás ou aos santos católicos. Neste contexto, há uma refutação da contribuição da ancestralidade ou da espiritualidade africana na formação da capoeira, através de uma menção a “Deus” como o “verdadeiro ancestral” dessa prática que, na sua origem, esteve intimamente relacionada ao candomblé. Outro exemplo é o “Acarajé do Senhor” feito por mulheres evangélicas que querem dissociar este alimento das religiões afro-brasileiras (o acarajé é uma comida votiva de Iansã) e da imagem das baianas que tradicionalmente o comercializam vestidas com suas saias brancas e seus colares de conta (guias) (SILVA, 2007b).

<sup>62</sup> Não se quer aqui colocar como impossibilidade que os autores de diversos crimes possam ser adeptos de religiões afro-descendentes, caso contrário, utilizaríamos a mesma lógica empregada pelos evangélicos. Nesses casos, se faria necessário enfatizar que não seria a prática religiosa que determinaria o crime (ainda que este se apresentasse com certas características dos ritos sacrificiais das religiões afro-brasileiras), mas seria o autor do crime que, a partir de uma ótica particular, poderia extrair do sistema religioso justificativas para sua ação (SILVA, 2007b).

pelos outros moradores do bairro e após sua conversão, esse reconhecimento teria se alterado potencialmente<sup>63</sup>. Ele relata:

Até algum tempo eu não tinha essa doutrina, então me chamavam ‘Oi, e aí ladrão?’ e hoje eu passo vestido como um pastor, e as pessoas me chamam ‘oi, pastor, tudo bem? Ora por mim, pastor...’ Isso é o comportamento nas vestes, no agir, no falar, no olhar, há um respeito, então essa é a nossa doutrina. Aí o que acontece, vamos supor que você passe com um shortinho bem pequeno, por exemplo, você passa ali com uma roupa decotada, transparente, as pessoas vão olhar, as vezes vão até mexer, não vão te respeitar. Mas se você passa bem composta, com uma bíblia na mão, ou não, porque não precisa, eles sabem, aí eles vão te respeitar, ‘é evangélico’, todo mundo respeita.

Por fim, Suelen, filha de Pérola, que já foi adepta ao candomblé, relata:

Ah, isso aí não dá futuro pra ninguém né moça, isso só leva a gente pra derrota, quando eu estava lá eu não tinha um serviço, eu emprestava dinheiro dos outros, fiquei devendo pra Deus e o mundo, até guardar droga na minha casa eu cheguei a guardar, agora eu voltei pra igreja porque quando Deus tem uma promessa na vida das pessoas Deus traz, na cama, na dor, até morrendo, mas Deus traz.

Aqui se identifica um discurso muito recorrente aos adeptos das religiões neopentecostais quando, durante os cultos, muitas vezes televisionados em programas do gênero, realizam testemunhos de conversão apresentando-se como antigos frequentadores de terreiros e “confessam” os malefícios que teriam sido feitos com a ajuda das entidades afro-brasileiras (chamadas de “encostos”). Os testemunhos mais explorados são os que se apresentam como ex-sacerdotes das religiões afro-brasileiras, chamados de “ex-pais-de-encosto”, que explicam detalhadamente como faziam os despachos e sua intenção malévolos. Em muitos desses programas são exibidas “reconstituições de casos reais” ou dramatizações, nas quais símbolos e elementos das religiões afro-brasileiras são retratados como meios espirituais para a obtenção unicamente de malefícios (SILVA, 2007b).

Ao mencionar a falta de emprego e dinheiro em período anterior à sua vinculação à Assembleia de Deus, Suelen sugere, ao nosso entendimento, que após sua conversão estes problemas teriam se resolvido. O mesmo ocorre durante uma conversa realizada com a mãe e o padrasto de Melissa, amiga de Pedrinho, quando os dois diziam sobre os benefícios materiais adquiridos após o ingresso à religião evangélica. Tais discursos são ressonantes à Teologia da Prosperidade<sup>64</sup>, doutrina que defende que os cristãos, enquanto sócios de Deus ou

<sup>63</sup> Outro fato que confabula para essa discussão é uma história que recorrentemente circula pelo bairro de que os policiais não estivessem mais entrando nas casas de família evangélicas para fazer nenhum tipo de busca.

<sup>64</sup> Esta teologia consta entre as principais mudanças doutrinárias e axiológicas ocorridas no chamado neopentecostalismo, vertente pentecostal encabeçada pela controversa Igreja Universal do Reino de Deus. Para

financiadores da obra divina, estão destinados a ser prósperos, saudáveis, felizes e vitoriosos em todos os seus empreendimentos (MARIANO, 1996). De outra forma, entretanto, essa prosperidade pode ser explicada pelo fato da filiação religiosa evangélica alterar, segundo BIRMAN (2009), as formas pelas quais o indivíduo pentecostal participa dos circuitos de trocas que envolvem os que habitam as margens.

Além desses discursos, houve relatos que apontam diretamente a confluência do candomblé com o uso de drogas realizado por Pedrinho, como também com a prostituição. O pastor Josué traz algo que julga ser uma indiferença dessa religião com relação ao uso de droga e aponta que o fato de haver consumo de bebida alcoólica durante os rituais poderia incentivar o uso de drogas subsequente. Eliane compartilha do mesmo relato e acrescenta:

Ele é um escravo desse candomblé que leva ele muito pro mundo da droga, ele fica longe um tempo, mas eu acho que por ele ter frequentado ele diz que quando ele está na igreja ele vê a tal da Pombagira. No comecinho, quando ele estava se libertando, que a gente orava por ele, se manifestava um negócio assim, aí ele falava que via ela, na casa dele também ele via, ouvia vozes, mandando ele sair da igreja, mandando ele usar droga e se prostituir, ele via e ouvia risadas. Aí depois de um tempo dentro da nossa igreja ele louvava bastante, ficava calmo, tranquilo.

Pérola também cita Pombagira:

Tem uma coisa que eles falam pro Pedrinho [no terreiro], que ele tem Maria Padilha, isso só ajuda ele a se prostituir porque eles falam pra ele que ele é mais mulher na cama do que qualquer outra mulher, isso enche a bola dele. E aí ele faz o que? Vai se prostituir. Eu não acho que isso leva a algum lugar.

Em sua fala, nos deparamos novamente com a crença evangélica de que a adesão a rituais e crenças não evangélicos podem ser inspiradoras do comportamento homossexual, levando à promiscuidade e perversão em função da possessão demoníaca, associadas diretamente à atividade homossexual. Neste caso, ressalta-se ainda a figura de Pombagira como causadora específica do “mal”, fato também respaldado na literatura em meio aos apontamentos sobre a existência de demônios cuja atividade específica é provocar esse tipo de distorção nos seres humanos, afastando-os dos ensinamentos de Deus (CABRAL, 1995).

Sobre a concepção tida pelas religiões afro-brasileiras sobre as práticas homossexuais, não há um discurso favorável, mas também não há um discurso contrário à homossexualidade nos terreiros. Tolera-se, acolhe-se e aceita-se, mas com reservas e controles. PRANDI (2010)

---

os adeptos desta teologia, o que é falado com fé torna-se divinamente inspirado. Isto é, as palavras proferidas com fé encerram o poder de criar realidades, visto que o mundo espiritual, que determina o que acontece no mundo material, é regido pela palavra (MARIANO, 1996).

diz que não há incentivo, mas sim respeito e compreensão dificilmente encontrados em outras crenças:

Enquanto a religiões cristãs são consideradas repressoras e inculcadoras do sentimento de culpa e de pecado, as religiões afro-brasileiras são com frequência vistas como religiões liberadoras da personalidade — não se crê no pecado nem em premiação ou punição após a morte. Tudo acontece aqui, nesta vida. A vida é boa e deve ser levada com prazer e alegria. Não faz parte de seu ideário nem de suas práticas rituais o acobertamento e aniquilamento das paixões humanas de toda natureza, por mais recônditas e inomináveis que sejam elas (p. 149).

Quanto à acusação sobre possessão de demônios que trariam mudança no comportamento ou orientação sexual dos indivíduos, sublinha-se que no transcórre da possessão prevalece a natureza sagrada e não biológica da relação contraída entre o fiel e o seu orixá, ou seja, um homem iniciado não é um ser sexuado durante a possessão (SANTOS, 2008). De acordo com a explicação de Pedrinho e Fábio, o indivíduo não perde sua masculinidade nem antes, nem durante, nem depois de um transe, porque, naquele momento, não é ele quem está presente, mas o orixá para o qual foi consagrado. Assim, não se justificam as interpretações que apontam a possessão como causadora da desvirilização dos fiéis de sexo masculino.

Também de acordo com esses interlocutores, o fato de serem homossexuais ou o fato de Pedrinho usar droga e se prostituir não tinham ligação alguma com o candomblé. Mesmo tendo “abandonado” as práticas no terreiro, Pedrinho afirmava que aquelas não lhe tinham feito mal algum, apenas tinha “se encontrado” (sic) numa nova crença. Possuía conhecimento sobre as situações de conflito existentes para com as religiões afro-descendentes em seu bairro em função do preconceito tido por outros credos, havia sentido na pele algumas delas e hoje, mesmo distante, fazia parte da pequena massa populacional<sup>65</sup> que discordava da associação entre o mal e os Exus e as Pombagiras<sup>66</sup>.

Restava saber, contudo, se Pedrinho viria a incorporar as concepções evangélicas aqui citadas. Viria a achar que o candomblé o havia levado para as drogas através de seus cultos regados à bebida alcoólica? Viria a achar que Pombagira o levava a se prostituir? Viria a achar que se encontrava possuído por um demônio? Eu ainda não tinha essas respostas. O que sabia

---

<sup>65</sup> Diante desses ataques, as reações dos religiosos afro-brasileiros e de seus aliados, que eram quase insignificantes há duas décadas, têm crescido, mas ainda estão muito longe de representar um movimento articulado que faça frente à organização dos evangélicos, que cada vez mais se empenham em ocupar espaços estratégicos nos meios de comunicação e nos poderes Legislativo e Executivo (SILVA, 2007b).

<sup>66</sup> Tal coligação, aliás, não faz sentido algum para os adeptos ao candomblé e outras religiões afro-brasileiras que, do ponto de vista moral, não fazem distinção entre o bem e o mal, no sentido judaico-cristão. Seu sistema de moralidade baseia-se na relação estrita entre homem e orixá (PRANDI, 2010).

era sobre o planejamento construído por seus “irmãos” para que ele pudesse melhorar, seria necessário alcançar três metas: o apoio da família com relação ao vínculo estabelecido com a Assembleia de Deus; o rompimento com o candomblé que daria lugar à maior aproximação com a religião evangélica; e a terceira, que parece ser consequência das outras duas, ele teria que se ocupar mais com Deus, com os hinos da igreja e com o grupo de jovens evangélicos. Assim poderia se afastar das coisas do “mundão” (sic) e conhecer a “realidade sobre a vida” (sic), deixaria de viver na mentira e na ilusão.

Até o momento, o que nos parecia era que, de fato, Pedrinho estava assíduo a todas essas recomendações. No entanto, refletindo sobre o processo vivido com o jovem desde o início do campo, e mais, desde que eu o conhecia, eu me perguntava constantemente: Será mesmo que o Pedrinho tinha saído completamente do candomblé? Ou melhor, será que o candomblé, de fato, tinha saído de dentro de Pedrinho?

#### **1.6. Os saldos dessa história, os agenciamentos de um ser ambivalente**

Continuamos ali por mais algum tempo. Pedrinho contou que havia sonhado que estava numa senzala, tocando tambor junto aos negros e que tudo aquilo parecia muito real e impressionante. Percebi que, pelo menos uma vez ao dia, no momento em que estávamos juntos, Pedrinho mencionava o candomblé, o terreiro ou artefatos relacionados aquela religião. Apesar de ter dito que havia abandonado, ou melhor, “aposentado” (sic) aquela prática, parecia que, de fato, aquilo ainda não havia acontecido. [Diário de Campo]

Durante o período em que ia à Assembleia de Deus, era comum que Pedrinho ainda falasse sobre o candomblé de forma indireta, através de sonhos relatados ou cantigas cantadas em nome de algum orixá. Às vezes eu perguntava, em tom de brincadeira, se ele estava com saudades do terreiro, mas ele prontamente dizia que não e interrompia o comentário. Certa vez, achei que a lembrança das religiões afro-descendentes o pegou de maneira mais desprotegida. Chegava à sua casa, quando seu pai, do outro lado da rua me avisou que ele estava na casa da irmã, ao lado. Chamei-o e ele apareceu na janela com os olhos marejados de lágrima, pediu para que eu entrasse e acompanhasse uma cena da novela “Mulheres de Areia”, que mostrava uma festa de Iemanjá, numa das praias do Nordeste. Enquanto víamos o episódio, ele fazia vários comentários sobre a decoração da festa, sobre as roupas das pessoas e os pratos preparados.

Gradualmente eu percebia certa reaproximação do jovem com o candomblé, porém, esta, até então, parecia se dar apenas no campo das ideias, mas não das práticas. Assim seguiam-se os dias, de uma forma mais ou menos estável, até certa vez em que cheguei ao

Gonzaga e o encontrei muito nervoso. Procurei saber o motivo de tanto ódio e ele, aos poucos, foi verbalizando os últimos acontecimentos. Pedrinho ficara sabendo que Melissa tinha comentado com alguns amigos em comum que ele havia roubado seu chinelo. Dizia ser mentira a história e que, por isso, ele havia decidido por uma vingança: fazer uma oferenda para Exu numa encruzilhada.

Naquele dia fiquei bastante preocupada com Pedrinho, nunca o tinha visto tão nervoso, toda a serenidade dos últimos dias havia desaparecido. Ele acabou retomando alguns comentários sobre Melissa que já tinha compartilhado comigo em outras situações. Sentia-se, por muitas vezes, humilhado por não ter roupas e sapatos como os dela para ir à *pista*, faltavam-lhe também as maquiagens e as melhores perucas. Essas faltas eram entendidas por mim através de dois pontos, primeiramente, Pedrinho não era, de fato, uma travesti, então era bastante compreensível que não tivesse a mesma quantidade de objetos para se paramentar que Melissa. Segundo, Pedrinho não tinha o mesmo poder aquisitivo que a amiga, não administrava com da mesma forma o dinheiro ganho com a prostituição e, muitas vezes, nem mesmo se importava com o fato de ter ou não algum lucro.

Por esses motivos sempre acabava emprestando os adereços de Melissa, mas fazia questão de me repetir diversas vezes que nunca tinha lhe roubado nada “Nunca roubei, nem *picumã*, nem sapato, nem nada, por que você acha que eu ia roubar um chinelo? Isso é uma ofensa muito grande, quem precisa roubar um chinelo?” (sic). Com esta fala fazia parecer que a sua repercussão não seria a mesma caso estivesse sendo acusado de ter roubado um vestido, parecia que a acusação sobre o roubo de um **chinelo** estava circunscrito por códigos específicos entendidos por ambos nessa situação.

Recordo-me de que também fiquei preocupada com Melissa, pois, do jeito que Pedrinho dizia, o ritual que seria realizado traria para ela muitos malefícios, faria com que pagasse por ter feito essa acusação, como também por outras atitudes que já havia tido com ele. Eu não queria que isso acontecesse, mas não podia fazer nada para impedir, toda vez que eu tentava suavizar a situação, ele ficava ainda com mais raiva por achar que eu a estava protegendo.

Despediu-se de mim e disse que precisava comprar os materiais que seriam utilizados na oferenda. Apesar da vontade de tentar impedi-lo eu entendi que precisava respeitar a sua decisão, não havia como julgar o que Pedrinho sentia naquele momento e muito menos, o caminho escolhido para dar continência aquela situação, sanar a dor ou fazer com que se sentisse um pouco melhor. Eu havia acabado de conhecer o candomblé, não tinha conhecimento o suficiente para fazer uma análise sobre suas práticas, qualquer atitude poderia

vir a dar força aos pronunciamentos preconceituosos que comumente circulam sobre essa religião. O que estava ao meu alcance era, enfim, reconhecer que Pedrinho trilhava novamente uma interlocução com o candomblé, embora estivesse em meio aos cultos evangélicos não havia ido buscar suporte nestes.

No tempo de campo que se sucedeu pude observar diversos discursos e práticas retornarem para a vida de Pedrinho. O jovem voltara a usar as roupas mais femininas, o esmalte nas unhas e o lápis nos olhos. Também havia voltado para a pista após ter resolvido sua situação com Melissa e para o uso de drogas. Dizia estar fazendo mais uso de maconha do que de cocaína, pois esta a estava ajudando a se manter longe da outra. De fato, pude confirmar essa situação, já que Pedrinho começou a fazer algo novo: fumar maconha na minha presença.

Na primeira vez em que isso aconteceu cheguei ao Gonzaga por volta das duas da tarde. Assim que entrei na rua de Pedrinho o avistei sentado na calçada do outro lado da sua casa na companhia de uma de suas vizinhas, Ana. De longe já pude identificar que ambos fumavam um *baseado*<sup>67</sup>, pois pude sentir o cheiro. Ao me aproximar, achei que talvez Pedrinho fosse jogar a droga fora, mas isso não aconteceu, ele me cumprimentou e continuou a fumar enquanto conversávamos. Não me ofereceu nada e nem mencionou o que estava fazendo, apenas pareceu ficar um pouco encabulado. Agi, então, da mesma forma, não fiz nenhum comentário sobre o fato de estar fumando.

Ana e Pedrinho conversavam sobre o final de semana e comentavam sobre o último relacionamento dela, que havia sido bastante conturbado. Ela, respeitosamente, me incluía na conversa, contextualizando cada história. Eu ouvia atentamente ao que ela dizia e dedicava-me a conhecê-la melhor, pois a tinha encontrado poucas vezes pelo bairro, estava sempre ocupada trabalhando ou cuidando da filha pequena. Passamos boa parte da tarde ali, os dois haviam parado de fumar aquele *baseado* na minha presença.

Mesmo após a ida de Ana, decidi não falar com Pedrinho sobre aquele fato, que se repetiu algumas vezes em situações bem parecidas - quando eu chegava ele já estava fumando - optei por deixá-lo mencionar, caso quisesse, senão manteria a naturalidade por ele colocada, afinal de contas, era um passo grande na conquista de sua confiança por mim. Como ele nunca tomou esta atitude, assim permanecemos.

Com o tempo percebi que Pedrinho também havia retomado as práticas do candomblé e se distanciado da Assembleia de Deus, embora não completamente. Inicialmente, a

---

<sup>67</sup> Termo utilizado para se referir informalmente à droga maconha.

transitoriedade entre as religiões me deixava muito intrigada. Como podia estar vinculado a duas crenças tão distintas num espaço tão curto de tempo? Que tipo de suporte social cada uma das religiões oferecia para ele? E mais, o que explicaria a volta ao uso de drogas ao diminuir o vínculo com a religião evangélica? Seria a falta do suporte dada pela mesma?

Conversas nesse sentido foram travadas com Pedrinho, numa tentativa de compreender esses questionamentos, mas ele não parecia entender o meu espanto diante da situação ou não estava disposto a compartilhar o que pensava.

Refletindo sobre as investidas de Pedrinho no candomblé e na Assembleia de Deus, percebi que não se tratavam mais de situações de transitoriedade, já que ele não mais transitava entre uma e outra. O que se configurava era uma situação de ambivalência, uma vez que o jovem permanecia frequentando as duas religiões, a depender do dia e do horário, conectando-se a cada uma delas no momento que considerasse apropriado. Assim, fui capaz de compreender que essa jornada dupla era possível e fazia bastante sentido no contexto em que Pedrinho vivia, mas apenas o compreendi quando passei a me “descontaminar” do movimento de rejeição à ambivalência a que somos constantemente sujeitos e autores.

Segundo Bauman (1999), ambivalente é toda experiência que escapa ao esforço de classificação objetiva, que não ocupa lugares pré-definidos e fixados pelo empreendimento segregador da linguagem. A ambivalência afronta o poder classificatório de separar os objetos e os eventos em classes distintas e mutuamente exclusivas, desafia a capacidade da linguagem de ordenar o mundo e acabar com a sensação inquietante advinda da experiência do acaso e da contingência. Por isso, ao longo de toda a história, em todos os tempos e lugares, as sociedades humanas se empenharam em combatê-la.

O embate à ambivalência mostrou-se de forma impiedosa no surgimento e constituição dos tempos modernos quando, diante da dissolução das antigas formas de apropriação da produção social, o Estado nacional se viu diante de um espetáculo dramático de desigualdades e de diversidade cultural, deslocando e expondo indivíduos de origens étnicas, culturais e religiosas muito variadas, cujas fronteiras identitárias não podiam mais ser delimitadas com precisão. Tomando a diversidade como fonte geradora de confusão e caos, os Estados-Nações passaram a conceber a formação de uma sociedade étnica e culturalmente homogênea na qual a ordem deveria eliminar as diferenças. Todos aqueles que não se encaixassem ou teimassem em confundir as categorias classificatórias dominantes, portanto, seriam automaticamente definidos como “estranhos”. A isso também se chamou liberalismo (BAUMAN, 1999).

Nessa guerra, utilizando a terminologia emprestada de Lévi-Strauss, Bauman (1998; 1999) discorre sobre duas estratégias aplicadas: a “antropofágica” e a “antropoêmica”. Na

primeira, os estranhos deveriam ser convertidos em iguais e a saída seria devorar sua particularidade radical a tal ponto que não lhes sobrassem alternativa a não ser se assimilar ou ser assimilado pela sociedade e pela cultura nacional em construção. Apoiava-se a crença moderna de que todos tinham condições de abraçar os mais altos valores da civilização e que, portanto, estes se encontravam universalmente disponíveis, porém, havia uma aposta não declarada: a de que nem todos conseguiriam sucesso na empreitada. Aqueles que não conseguissem, por sua vez, levariam a culpa pelo fracasso da não assimilação que não poderia ser atribuída a contradições iminentes da oferta em si.

Na segunda, os estranhos estavam fadados biologicamente a serem sempre estranhos, naturalmente impossibilitados de se converter em alguma coisa que não eles mesmos. Portanto, a única saída possível era excluí-los da sociedade e da cultura nacional em construção, bani-los da vida pública e cívica e, no limite, destruí-los fisicamente, através dos fenômenos genocidas. Nessa estratégia, os “outros” da ordem, os criminosos, estupradores, bêbados, débeis mentais, imbecis, idiotas, lunáticos, drogados, epiléticos, sífilíticos, pervertidos, doentes, degenerados, os de outra raça, outra cor, outra religião; todos aqueles “inadaptáveis”, “incontroláveis”, “incongruentes” e “ambivalentes” foram jogados para fora da cultura, na qualidade imutável e irrevogável da raça (BAUMAN, 1999).

Contudo, no Brasil, esse processo deu-se de uma forma diferenciada, pois, segundo Côrtes (2008), o plano de constituição de uma sociedade formada por iguais se viu diante de um enorme desafio: como inventar uma homogeneidade étnica e cultural numa sociedade que nasceu, por definição, etnicamente híbrida e culturalmente misturada? Dessa forma, aqui, a promessa de assimilação pareceu se dar de forma a ressaltar seu hibridismo. Os estranhos da sociedade brasileira, dentre eles os negros, índios, mulatos, mamelucos, mestiços, foram se tornando automaticamente nacionais na medida em que elementos étnicos e culturais particulares, segundo uma política deliberada de Estado, foram se des-particularizando e des-historicizando como símbolos nacionais, iminentes e primordiais.

Mas assim como a oferta assimilatória do liberalismo, a oferta assimilatória do hibridismo, expressa na sedução do “mito da democracia racial”, constituía também uma armadilha (CÔRTEZ, 2008). Roberto Da Matta (1981) relata que a sociedade brasileira construiu sua identidade como sociedade, “por natureza”, avessa ao conflito, como sociedade cordial, tolerante, espontânea. No entanto, na impunidade da violência física e simbólica da vida cotidiana, de forma velada e subterrânea, no território não formalizado da intimidade, outras práticas se firmaram, permanecendo escondidas da nossa autoimagem como povo

cordial, práticas que denunciavam disposições que rejeitamos na composição idílica da nossa identidade.

Embora a questão da diversidade tenha continuado a ser um problema, na sociedade contemporânea houve mudanças nesse panorama, uma vez que o Estado deixou de ser o protagonista central dessa guerra e se tornou impossibilitado de cumprir a atribuição de construir uma nação étnica e culturalmente homogênea. Isso significou, dentre outras coisas, a ausência de ofertas assimilatórias nas modalidades do liberalismo clássico que, por mais que fossem permeadas de ambiguidades e armadilhas, traziam uma promessa de pertencimento a uma comunidade nacional e de filiação a uma identidade coletivamente compartilhada (CÔRTEZ, 2008). Assim:

A partir do momento em que os Estados-Nações baixaram suas armas na guerra contra a diferença e os diferentes, o problema da ambivalência, tal qual aconteceu com o problema da definição das identidades, individualizou-se e privatizou-se. Contudo, o horror causado pela ambivalência não se tornou menor do que antes, ela provoca a mesma repugnância que causava na época dos megalomaníacos planos estatais de fundação da ordem, com a diferença que essa repugnância se dirige à própria condição individual, agora vivenciada, sob a configuração líquida da modernidade<sup>68</sup>, como condição permanentemente incerta e insegura, demandando soluções que informem clareza de propósito e sentidos confiáveis de agir no mundo (CÔRTEZ, 2008, p. 10).

Em meio a esse novo panorama, autores como Lúcio Kowarick (2002), Vera da Silva Telles (2001), Teresa Caldeira (2000), Alba Zaluar (1998), entre outros, se dedicaram a compreender a vulnerabilidade econômico-social e civil da sociedade brasileira atual, em que mal se forjou a constituição de um Estado do Bem Estar e este se tornou ruína, “sob a égide da implantação de políticas neoliberais, que provocam uma fragilização da cidadania e uma precarização dos serviços coletivos que garantiriam um mínimo de proteção pública” (CÔRTEZ, 2008, p. 9). Pedrinho, sua família e muitos outros moradores do bairro Jardim Gonzaga representam esses indivíduos fragilizados pelas políticas neoliberais, impelidos de acesso aos bens sociais coletivos, e sentem, então, na pele sua condição irremediável de não assimilação.

---

<sup>68</sup> Bauman (2001) chama de “modernidade líquida” a modernidade contemporânea na qual o Estado perdeu muitas de suas atribuições, deixando os indivíduos coletivamente desamparados e abandonados à própria sorte, dependendo apenas de si próprios para decidir os rumos a tomar e pagando sozinhos a pena das escolhas erradas e dos empreendimentos fracassados. Nessa nova configuração “volátil” da modernidade, os indivíduos se confrontam com a constatação difícil, anunciada pelas políticas neoliberais, de que não existe mais “salvação pela sociedade” e de que está aberta a temporada de caça do “salve-se quem puder”. Os lugares estáveis de acomodação social oferecidos na modernidade em sua configuração “sólida” foram desmantelados, como outrora haviam sido os da sociedade pré-moderna. No entanto, a destruição empreendida pela “modernidade líquida” não propõe uma reacomodação social que venha a substituir a anterior, e a condição de desacomodação passa a ser vivenciada como condição permanente.

Perante esse problema, segundo Côrtes (2012), os indivíduos procuram “suportes artificiais” capazes de oferecer soluções para sua condição cronicamente desacomodada, com a diferença fundamental que estas não são mais oferecidas pelo Estado, e sim pelo mercado e seus vários serviços supraindividuais de competência especializada. No entanto, esses serviços não são oferecidos a todos; há uma desigualdade na distribuição das soluções, determinada, em última instância, pelo poder de compra e pela possibilidade ou não de se tornar um consumidor desses serviços. Estar fora da sociedade de consumo implica, então, em estar fora da possibilidade de comprar, no mercado, as soluções privatizadas para o problema da ambivalência individual. Isso significa dizer que alguns vão permanecer irremediavelmente ambivalentes.

Pedrinho parece representar com brilhantismo o conceito de ambivalência que a tantos incomoda. Reúne diversos pontos ambivalentes, num conjunto de experiências vividas, da maneira de se portar até as características pessoais, a começar pela própria sexualidade. Por ser homossexual o jovem já carregaria consigo certa carga de ambivalência perante uma sociedade heterossexual e normativa, porém o fato de trazer consigo “marcas” da travestilidade acrescenta ao julgamento outro peso. E mais, o fato de circular entre ambas as categorias o expõe a uma condição desprotegida em determinados momentos: Melissa o critica por não saber se portar como uma *verdadeira* travesti e por não demonstrar o comprometimento necessário para adentrar a tal categoria; ao mesmo tempo em que sua família o pressiona constantemente para abandonar os vestígios da *montagem* da noite anterior.

Tensionamentos outros se originam em função do uso de drogas feito pelo jovem que transita entre diversos extremos e mediações durante o momento que por mim foi acompanhado e nos períodos anteriores que por ele me foram relatados. Pedrinho começa usando maconha e cocaína corriqueiramente; passa a um uso “desgovernado”, momento em que a família e os serviços sociais adentram o percorrer de sua vida enquadrando-o como um indivíduo doente; rompe completamente com o uso de drogas enquanto se mantém em tratamento em comunidade terapêutica; volta ao uso extremo com toda a força; rompe com o uso novamente enquanto está frequentando a Assembleia de Deus e, por fim, volta ao uso como no início.

Durante essas oscilações Pedrinho fica também suscetível a diversos enquadramentos, é considerado “viciado” pela família e pelos profissionais do CAPSad e da comunidade terapêutica, “vagabundo” pelos moradores do bairro, “irresponsável” por Melissa, “possuído” pelos fiéis da Assembleia de Deus, “uma pessoa que precisa de ajuda” pelo pai-de-santo do

terreiro. Mas também é considerado uma “boa companhia” pela vizinha que divide com ele um ou outro *baseado* e por outros amigos que desta prática também compartilham e é, além disso, um consumidor em potencial para os traficantes do bairro. Enfim, precisa lidar o tempo todo com nomeações diferenciadas presente no seu círculo de convivência e, muitas vezes, precisa aceitar as consequências provenientes dessas fontes de “compreensão”.

Entretanto, quando nos focamos especialmente no fato de Pedrinho ter se filiado a duas religiões aparentemente muito distintas<sup>69</sup>, nos fica evidente, com acréscimo de proporções, a força da ambivalência existente em seu ser, também como os incômodos gerados a partir desta maneira de se portar. Nesse campo de disputa, os evangélicos são responsáveis pela maior parte do tensionamento. Argumentam de várias formas que Pedrinho precisa abandonar o *candomblé* para que possa “prosperar na vida” e, para isso, apontam com insistência todos os males causados pela conexão com os cultos afro-brasileiros.

É como se fosse possível ver Pedrinho sendo puxado por uma corda toda vez que se (re) aproxima do *candomblé*. Há ainda, deste mesmo lado, uma subdivisão que também aplica suas forças para trazer Pedrinho para perto: seus pais que o tentam conduzir para uma vertente específica da religião evangélica, a qual acreditam ser mais adequada para o filho. Na ponta contrária está o “povo de santo”, que pouco se manifesta acerca desta disputa; deste lado, entretanto, o que vemos é a busca espontânea do jovem, a ligação que se coloca, segundo o que se pode observar, sem que haja uma pressão concreta. Aqui, talvez a pressão esteja presente, de fato, no nível espiritual, não no sentido colocado pelos evangélicos quando dizem sobre o chamamento autoritário de Pombagira para resgatar o “seu menino”, mas no sentido de que Pedrinho podia se “autopressionar” para que voltasse àqueles cultos, que diziam sobre a sua história, faziam sentido no caminho trilhado até ali e faziam, acima de qualquer coisa, com que sentisse saudade.

A partir dessas relações expõe-se a guerra à ambivalência diluída nas relações da vida privada. Todas elas têm participação importante na formação da imagem tida sobre o jovem pela sociedade, acumulam carreiras sobre ele a fim de que uma delas possa se sobressair e definir algo que possa ser devidamente classificado, que possa receber uma definição precisa e que não mais possa afrontar o poder classificatório de separar os objetos e os eventos em classes distintas exercido pelos indivíduos. Dessa forma, Pedrinho poderia vir a ser “apenas” um drogado, ou um vagabundo, ou um travesti, ou um ser possuído, ou um ser libertado por

---

<sup>69</sup> Digo “aparentemente muito distintas” por novamente fazer menção às proximidades existentes entre as duas religiões, como nos colocou Silva (2007b).

Deus, ou ainda muitos outros tipos de indivíduos que a sociedade possa conceber a partir de sua existência e seu contexto.

Se, por um lado, essa condição o torna frequentemente tensionado de diversas formas, nos mostra também o esforço realizado por diversas instituições e pessoas para que o jovem possa ser incluído em alguma categoria. De alguma forma, ainda que as possibilidades colocadas não sejam satisfatórias, nos parece que Pedrinho consegue escapar de certas determinações prévias que o poderiam condenar: não assimilado, irremediavelmente ambivalente, estranho crônico, dentre outras.

Entretanto, as histórias aqui contadas de Pedrinho e as vivências tidas com ele, não revelam as experiências de um ser passivo, que é apenas levado o tempo todo pelas classificações que lhes são submetidas. Não se trata disso. O jovem parece possuir a capacidade de realizar um agenciamento das categorias disponíveis na rede confeccionada a sua volta, que lutam para fixá-lo em algum de seus pontos. Ele demonstra, enfim, que a ambivalência é uma possibilidade em meio a todas as tentativas existentes de sua destruição ou aniquilamento. Ele é capaz de viver essa ambiguidade e essa ambivalência, mesmo quando estas culminam em eclosão de violência.

Assim como muitos outros indivíduos de nossa sociedade desigual sob as mais variadas perspectivas, Pedrinho é mais um ser ambivalente, com todos os desafios postos para esta condição, já que leva consigo a marca de um grupo social, a marca da condição de pobreza socioeconômica, que é bastante determinadora de suas possibilidades de vivência (ABAD, 2003). Ainda que possa agenciar diversas formas de assimilações ou de não assimilações, tem poucas chances de se sobressair frente à condição de “consumidor falho” (BAUMAN, 1998), vivencia uma sensação de impotência permanente frente a um mundo cujo controle parece escapar-lhe das mãos, experimenta o mundo como uma armadilha sempre pronta a lhe pregar peças. Vislumbra, com a vista meio nublada e confusa, as inúmeras ofertas publicitárias anunciando novos produtos, sensações, estilos e identidades estampados em *out-doors* que não podem ser por ele acessados.

Todavia, a restrição financeira não impede que Pedrinho possa acessar fontes de suporte social capazes de lhe oferecer soluções para os seus “desajustes” sociais, e de receber, através destas buscas, outros rótulos, positivos ou negativos socialmente, que por ele também são administrados conforme a necessidade. A adesão religiosa ao pentecostalismo é um exemplo. Côrtes (2012), ao discorrer sobre as estratégias utilizadas pelos não assimilados diante do “desamparamento” das políticas neoliberais, cita o investimento no campo religioso evangélico como uma busca desesperada por pertencimento coletivo desses sujeitos, fato que

denuncia o desejo dessas pessoas por livrar-se da condição de ambivalência e pobreza sem horizontes, ou pelo menos diminuir as consequências decorrentes de suas situações.

Na Assembleia de Deus, ou junto de seus vizinhos adeptos dessa igreja (Pérola, Suelen, Eliane, Pastor Josué), Pedrinho pode acessar um tipo de suporte bastante peculiar, é tratado com todas as regalias necessárias para que possa, de fato, se vincular àquela religião. Não é destrutado pelo pastor e nem pelos fiéis por ser usuário de droga, homossexual ou se prostituir. É claro que indiretamente isso acontece, pois, como pude acompanhar, são recorrentes os discursos sobre a negação destas práticas durante os cultos, mas basta que os “pecadores” se aproximem para que a possibilidade de conversão transforme a relação que estes supostamente possam ter com o mal e com a morte, que é o destino que a sociedade lhes reserva majoritariamente (BIRMAN, 2009).

Ali, além de ser acolhido, Pedrinho toma para si a marca da santidade impressa na figura dos evangélicos quando se sente rotulado por compreensões preconceituosas acerca de sua pessoa (o “drogado”, o “travesti”, o “revoltado”). Pode livrar-se, mesmo que temporariamente, dos julgamentos feitos pelos outros moradores do bairro (os não evangélicos e os que não compartilham com ele de suas práticas recriminadas). As relações travadas na Assembleia de Deus parecem ser para ele uma válvula de escape quando as coisas não vão bem na *pista*, quando se mete em enrascadas por conta do uso de drogas, quando Fábio briga com ele por não ter executado direito as tarefas do terreiro, dentre outras situações.

No caso de sua vinculação ao candomblé, local onde não é visto como uma promessa de conversão, é tratado da mesma forma que sempre fora desde que iniciara suas idas, há muitos anos. Fábio é um pai-de-santo e um amigo, para ele, como eu tinha visto por vezes, Pedrinho podia contar sobre os últimos acontecimentos, mesmo que estes estivessem relacionados ao uso de drogas e à prostituição. Havia grande liberdade para que se mostrasse como era. Em contrapartida, Fábio o ajudava com conselhos, demonstrava preocupação com determinadas situações de risco, questionava lhe algumas atitudes, e, logo depois distribuía para ele as atividades do dia: era preciso fazer comida de santo, lavar roupas utilizadas no dia anterior, enfeitar as que seriam usadas naquele dia, dentre outras.

Por estar ali, Pedrinho atribuía ao seu nome alguns estigmas, era “bruxo”, “macumbeiro”, “possuído”, “endemoniado”, mas, ao que parecia, não se importava muito com isso. Tinha um lugar em que podia falar sobre as coisas que quisesse e onde se sentia importante, tinha atribuições e responsabilidades a cumprir. Além do mais, quando estava em uso de drogas, e não podia voltar para casa imediatamente após dias ou noites de ausência,

tinha ali um refúgio, onde podia se restabelecer para voltar para a convivência em família de forma a não ficar impregnado com um discurso do pecado ou da “sujeira”.

Em sua ambivalência, Pedrinho parecia saber administrar com eficiência as idas à Assembleia de Deus e ao terreiro, sabia exatamente como se portar em cada lugar, tal conhecimento ficava evidente quando eu estava com ele um pouco antes de se conduzir aos espaços. O jovem escolhia com critério as roupas que usaria: para o culto evangélico sempre uma calça jeans e uma camiseta mais neutra, embora soubesse que seria bem recebido caso estivesse *montado*; para o terreiro podia utilizar bermuda, camisetas mais justas, não tinha que se preocupar com os adereços mais femininos. Sabia também o que podia ou não ser dito em cada lugar, como deveria gesticular, com quais pessoas deveria falar, enfim, conhecia os códigos expressos, realizava uma análise aprofundada e, posteriormente, fazia as adequações necessárias. Dessa forma, para que pudesse administrar essa ambiguidade e viabilizá-la, fazia-se necessário um esforço pessoal, este, entretanto, só podia ser empreendido em função dos benefícios alcançados por estar naqueles espaços.

## **CAP. 2. HEITOR E O “MUNDO DO CRIME”**

No primeiro dia em que fui em busca do Heitor em sua casa não o pude encontrar. Estava acompanhada por um jovem do bairro e depois que chamamos por Heitor e batemos palma, algumas pessoas nos arredores da casa nos informaram que ele estava dormindo e que a mãe estava no centro da cidade, quando isso acontecia ele ficava trancado dentro da casa. As mesmas pessoas também comentaram que era bom mesmo que ele não fosse acordado porque ele costumava aprontar muito, todos ali o preferiam dormindo. Descendo um pouco a rua encontramos uma mulher que se dizia ser sua tia, ela nos explicou que naquele dia não conseguiríamos encontrá-lo acordado, pois havia ido dormir de manhã. Costumava intercalar as noites em que ficava pela rua com dias inteiros de sono e assim era, consecutivamente.

Heitor possui 21 anos, é um jovem vaidoso, sempre preocupado com a aparência. Costumava encontrá-lo com correntes no pescoço, relógios grandes, anéis, roupas, tênis e bonés sempre em bom estado. No momento em que começamos o campo ele não estudava, nem trabalhava, mas conforme se deram os acompanhamentos percebi que ele sempre estava envolvido em algum trabalho temporário como ajudante de pedreiro, ajudante de limpeza e vigia. Dizia sempre estar em busca de um *bico*<sup>70</sup> para não ter que ficar pedindo dinheiro para

---

<sup>70</sup> Consiste num trabalho temporário, não registrado, feito, comumente, quando se está desempregado ou para fim de complemento de renda.

ninguém. Quanto a conseguir um emprego, achava difícil, pois seus dias eram muitos instáveis por conta do uso da droga, não conseguia e nem queria possuir um comprometimento diário.

O jovem mora nos fundos de uma casa junto de sua mãe, uma irmã e um irmão. Possui ainda mais um irmão que mora numa casa ao lado e uma irmã que mora numa cidade vizinha a São Carlos. Todos cresceram dentro de uma *boca*<sup>71</sup> gerenciada pelo pai, que cedo os abandonou em função de um mandado judicial de prisão e, logo depois, fora assassinado. A mãe conta sobre essa vivência com amargura profunda, descreve todo o esforço empreendido para que o marido deixasse o trabalho ilícito: deixasse de ser “bandido” e se tornasse um “trabalhador”, mas tudo havia sido em vão.

Da forma que Dora conduzia a narração tive a impressão de que seu marido havia sido morto em função do tráfico, mas ela me explicou que não: Um pouco antes de ser preso ele havia arrumado uma amante num bairro vizinho com a qual passou a despender quase toda a sua atenção, dividida apenas com o tráfico. O relacionamento com amante continuou mesmo no tempo em que ficou preso (três anos e seis meses), mas quando ficou em liberdade foi por ela morto por ter se envolvido com uma terceira mulher. Dora relatou que aqueles anos tinham sido muito sofridos, na época já trabalhava recolhendo sucata e não tinha tempo para proteger os filhos das consequências sofridas em meio ao tráfico. As cenas de invasão policial na casa não tinham sido poucas e eram, quase sempre, acompanhadas pela levada brusca do pai.

Logo depois da morte do marido, deu continuidade à criação dos filhos, o caçula possuía nove anos e Heitor doze. Tinha uma preocupação muito grande de lembrá-los dos acontecidos com o pai naquela casa, achava que aquelas experiências, embora “pesadas” (sic), poderiam servir-lhes de exemplo para nunca terem envolvimento com a droga, nem no âmbito do tráfico, nem do uso. Deveriam saber que a droga só levava à “tragédia” (sic) e, então, manter-se longe dela.

Entretanto, pouco tempo depois, seu filho mais velho começou a fazer uso de alguma droga. Dora não sabia ao certo que tipo de substância era, mas percebia que o filho estava diferente, muito ausente da casa, um pouco ansioso. Tentou se aproximar para descobrir, fez perguntas, exigiu uma explicação, mas não conseguiu obter muitas respostas, apenas sentiu colocar um afastamento entre os dois. Depois de muitos meses soube que ele já estava bastante envolvido com *crack*.

---

<sup>71</sup> Local onde a droga é vendida.

Não muito tempo depois dessa descoberta soube que Heitor também estava usando drogas, mas era maconha e cocaína. *Crack*, o próprio jovem diz nunca ter usado, pois situa essa droga da mesma forma que Pedrinho: usar *crack* é muito mais complicado do que usar qualquer outra droga, ela te torna dependente mais rapidamente e tem maiores “efeitos colaterais”.

Hoje em dia, Dora sabe ao certo quando (e se) cada filho está envolvido com droga, disse que aprendeu a detectar alguns fatores determinantes do uso, assim como mudanças no comportamento deles. Heitor, por exemplo, deixa evidências na camiseta quando faz uso de cocaína, Dora explica: “eu vejo na camiseta dele, no nariz e na roupa, fica tudo branco assim, ele limpa tudo nas beiradas da camisa”. Percebe também quando ele está prestes a usar, pois o vê muito inquieto pela casa, andando de um lado pro outro e já sabe que dali há pouco ele irá sair de casa para passar muitas horas fora. Não faz mais nada para impedir, mas deixa claro que não o quer voltando “louco de pó” (sic) para casa.

Ao final do campo, uma nova pessoa adentra o cenário de vida de Heitor, ele arruma uma namorada que chego a encontrar apenas uma vez em função de alguns imprevistos do campo relacionados ao curso da vida do jovem. Julia aparece nos relatos de Heitor e de seus familiares como uma pessoa que o ajuda a se manter longe das drogas, por costumar mantê-lo dentro de casa.

### **2.1. As primeiras idas: iniciando um diálogo**

No primeiro dia em que encontrei Heitor fui até sua casa no horário previamente combinado por telefone. Avistei uma série de homens sentados em frente à sua casa e perguntei sobre o jovem, um deles sinalizou para que eu entrasse na casa, o portão estava aberto. Pedi para que, por favor, alguém o chamasse, pois, não achei apropriado entrar em sua casa, considerei que poderia ser um tanto quanto invasivo. Rapidamente Heitor chegou ao portão e me convidou para entrar, mas novamente eu achei que a melhor opção poderia ser ficar fora da casa, a ideia era apresentá-lo à proposta da pesquisa, por isso o convidei para um passeio. Disse a ele que poderíamos procurar um local para sentar e conversar, talvez uma praça, ele concordou.

Saímos a andar pelo bairro, sugeri uma praça, aquela que costumava sentar-me com Pedrinho, mas ele disse que ali era muito movimentado. Logo depois sugeri que nos sentássemos num lugar na calçada em frente ao que parecia ser um comércio fechado ou abandonado, na mesma rua que a casa dele, embaixo de um toldo.

Senti Heitor um pouco apreensivo, e não era para menos, mal nos conhecíamos e por isso resolvi me apresentar novamente, falar um pouco sobre a minha trajetória para que ele pudesse entender melhor o porquê de tê-lo procurado. Assim que expliquei detalhadamente os meus objetivos e o que já vinha fazendo com Pedrinho, ele se prontificou a me ajudar. Fui percebendo com o tempo que ele não tinha medo de contar as suas histórias e mais, que para ele, a possibilidade de que eu registrasse tudo aquilo era uma forma concreta de lhe ouvir, após inúmeras vivências em que sua voz fora velada.

Contou-me que em outros momentos da vida já havia feito uso de uma quantidade muito maior de droga, hoje o uso estava um pouco mais controlado, mas mesmo assim usava cocaína todos os dias. “É muito fácil conseguir droga aqui”, dizia.

Embora estivesse se referindo ao bairro de uma forma geral, pude observar que na rua em que ele morava o número de compartimentos de cocaína pós-uso no chão era muito maior do que em qualquer outra rua na qual eu já havia caminhado por lá. Parecia-me uma rua mais “escondida”, propícia para que o uso acontecesse de forma mais protegida.

Heitor havia começado o uso com 16 anos, em um baile *funk* nas proximidades do bairro, por curiosidade. A partir daquele dia começou a fazer uso em alguns eventos festivos, de forma controlada, mas achava que a cocaína tinha “um potencial bastante viciante” (sic). Logo precisava dela todos os dias e chegou a vender muitas coisas de casa para conseguí-la. Citou, dentre os objetos vendidos, com especial tristeza, um vídeo game que todos os irmãos usavam. Agora só podiam jogar no vizinho, que tinha um parecido. Celular também não tinha mais.

Em função do uso de drogas, não se perdiam apenas os artigos materiais, havia perdido também uma antiga namorada. Relatou que quando começou a usar cocaína ela suportava, mas pedia a ele que diminuísse a quantidade e a frequência. Depois de alguns meses de pressão sem que houvesse mudança, ela desistiu. Hoje, Heitor diz que eles não se falam mais. Ele ainda a vê quando aparece de vez em quando em sua casa porque é irmã do seu cunhado, mas nem sequer o cumprimenta. Conversei com Heitor a respeito disso, sobre as consequências e as marcas que a droga já deixou em sua vida. Ele concordou, sem exitar, houve muito sofrimento neste percurso, “mas também muito prazer” (sic).

Perguntei sobre quem o ajudava nestas dificuldades decorrentes do uso de droga, ele se referiu apenas à sua mãe. Era ela quem “aguentava toda a barra” e sofria demais por conta disso, saía pelas ruas atrás dele nas madrugadas, caso fosse preciso. Disse que os amigos não ajudavam porque também eram usuários e, quanto aos equipamentos formais, não tinha nenhuma passagem por instituição de tratamento para o uso de drogas. Contou que já tinha

recebido recomendação para ir ao CAPSad, mas não quis. Nunca passou por internação, nem recebeu tratamento ambulatorial por conta do uso. Os únicos entrecruzamentos ocorridos tinham se dado com a justiça. Na adolescência, buscando recursos para conseguir mais droga, foi pego em um assalto. Então teve que cumprir medida socioeducativa, na modalidade de liberdade assistida. Depois dos 18 anos teve inúmeras situações complicadas com a polícia do bairro, mas até aquele dia não tinha chegado a ser preso.

Enquanto falava com ele, via machucados pelo corpo, as mãos estavam também muito maltratadas, mas o que me chamava mais a atenção eram os pulsos, com ulcerações em carne viva.

“Isso foi semana passada”, ele disse, eram marcas da algema da última parada policial. Perguntei o porquê e ele explicou que já estava “marcado no bairro” (sic), todos sabiam que ele usava cocaína e, como já havia cumprido medida socioeducativa, os policiais ficavam “muito em cima” (sic). Queria entender melhor essas vivências, mas ele começava a ficar impaciente, perguntava-me o horário várias vezes, não se estendia nos assunto. Achei melhor encerrarmos naquele dia, e só pude ter de fato acesso aos episódios de sua vida relacionados ao crime com o desenrolar do acompanhamento proposto.

Em outros momentos, Heitor e seus familiares me relataram inúmeras outras situações semelhantes a essa, nas quais era abordado agressivamente por policiais nas ruas do bairro ao estar andando, sem nem sequer ter porte algum de droga. Entretanto, tais reações passam bem longe das propostas que veiculam hoje no cenário nacional e internacional sobre a descriminalização das drogas.

Por conta do fracasso das políticas repressoras e do deslocamento do olhar para o consumidor, nos últimos anos, essa nova perspectiva tem sido discutida. Em síntese, a descriminalização propõe uma reforma no código penal que abrande o tratamento dispensado aos usuários, mantendo a penalização dos traficantes, por isso é necessária a diferenciação entre um e outro através da quantidade de psicoativos transportada por um indivíduo que seja abordado pela autoridade policial. O usuário não deve mais ser levado à prisão, mas deve arcar com penas alternativas (trabalhos comunitários, cursos obrigatórios, etc.) ou até mesmo internações compulsórias em clínicas de desintoxicação, caso forem considerados “viciados” pela perícia médico-judicial (RODRIGUES, 2004).

A iniciativa defende uma forma mais humanitária de lidar com a temática, apesar de não consistir exatamente numa eliminação do controle governamental sobre o consumidor. Nessa direção, em 2006 tivemos a promulgação da Lei 11.343/06 que aboliu a pena de prisão

para usuários de drogas flagrados neste delito<sup>72</sup>. Segundo a nova lei quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização será submetido à uma das seguintes penas: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade, medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo (BRASIL, 2006a).

Porém, Veríssimo (2010), ao estudar os possíveis impactos que tais mudanças introduzidas pelo sistema de justiça criminal poderiam trazer para a sociedade, concluiu que a nova lei acabou se constituindo como uma espécie de legitimação das práticas discricionárias e autoritárias há tempos praticadas por policiais nas ruas da cidade, e que nunca deixaram de acontecer. O fato se daria, como já fora citado, devido a não especificação das quantidades de drogas que poderiam enquadrar um indivíduo como usuário ou como traficante, já que o próprio documento não utiliza de critérios precisos para realizar tal diferenciação<sup>73,74</sup>. Tais práticas autoritárias revelavam-se cotidianamente para Heitor, muitas vezes, como fora citado, apenas pela lembrança de que era usuário de droga, não se faz necessário que ele fazendo uso.

Ressalta-se, contudo, que alguns anos antes desta promulgação, a Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD já havia feito menção ao tratamento diferenciado entre o usuário de drogas e o traficante por meio da Política Nacional Antidrogas homologada em 2001 e regulamentada em 2003 (RAUPP, 2006). Tal política trouxe como principais diretrizes o reconhecimento das diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, devendo estes serem tratados de forma diferenciada; a necessidade de evitar a discriminação de indivíduos pelo fato de serem usuários ou dependentes de drogas; o reconhecimento do direito de toda pessoa com problemas decorrentes do uso indevido de drogas de receber tratamento adequado; a necessidade de experimentar de forma pragmática e sem preconceitos novos meios de reduzir danos, com fundamento em resultados científicos comprovados; a adaptação do esforço especial às características específicas dos públicos-

---

<sup>72</sup> Nisto consiste a despenalização dos usuários e não a descriminalização dos mesmos.

<sup>73</sup> O documento aponta que após o flagrante o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente (BRASIL, 2006a).

<sup>74</sup> Segundo Gil e Ferreira (2008), ausência de tal distinção acarreta um tratamento de desconfiança moral, policial e legal frente a todos os usuários de substâncias psicoativas, independente de seus hábitos e dos contextos culturais. Refletindo sobre formas de fazer frente a essa situação, MacRae (2003) aponta que seria necessário começar por procurar conhecer o contexto sociocultural em que ocorre o uso de drogas, buscando entender a sua lógica interna. Além disso, talvez seja necessário repensar e reconsiderar a relação entre o Estado, as drogas e os direitos privados em busca de um possível amadurecimento das políticas públicas relacionadas ao assunto.

alvos, como crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, gestantes e indígenas; dentre outras ações (BRASIL, 2005b).

No ano seguinte à regulamentação, a SENAD iniciou um processo efetivo de debate da Política Nacional Antidrogas, com a realização de fóruns regionais e nacional, com o envolvimento da comunidade científica e de segmentos da sociedade civil. Toda essa dinâmica veio a resultar na mudança de denominação, no governo Lula, para Política Pública Sobre Drogas (PPD) (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008).

A SENAD foi criada em 1998 no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, naquela época, ainda não adotava a postura mais branda e liberal que adota na atualidade<sup>75</sup> e acabou mantendo a militarização sobre o tema e adequando a legislação brasileira às resoluções internacionais ditadas pela “guerra contra as drogas” dos EUA (TRAD, 2010).

Surgiu para substituir o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão (vinculado ao Ministério da Justiça) que foi criado na década de 1970 e possuía representantes de órgãos que exerciam atribuições (de prevenção, fiscalização e repressão) no âmbito federal, estadual e municipal (BRASIL, 1976). Através desse sistema surgem, na década de 1980, os Conselhos Antidrogas (Decreto 85.110) chamados de Conselhos de Entorpecentes (Conselho Federal – CONFEN, Conselhos Estaduais – CONENS e Conselhos Municipais – COMENS). Essas instâncias contribuíram para conduzir iniciativas sobre o tema drogas no Brasil focadas no binômio abstinência-repressão (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008).

Essa secretaria, por sua vez, implementou ações que se concentram tanto na redução da oferta quanto na redução da demanda de drogas no país e são realizadas em articulação com a Polícia Federal. Suas missões específicas, atribuídas por lei, são: coordenar, articular e integrar as atividades relacionadas à redução da demanda de drogas (prevenção, tratamento, Redução de Danos e reinserção social); secretariar o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD, antigo CONFEN), seu órgão normativo central e gerenciar o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD)<sup>76</sup>.

Além disso, no ano 2000, ampliou o número de instituições consideradas como Centros de Excelência do Sistema Nacional Antidrogas nas áreas de prevenção, tratamento

---

<sup>75</sup> FHC e outras notoriedades internacionais, através da organização não governamental (ONG) “Drogas e Democracia”, criaram uma espécie de fórum permanente de discussões e questionamentos sobre a eficácia da atual política de drogas, propondo alternativas como a descriminalização da maconha (TRAD, 2010).

<sup>76</sup> Disponível em [www.senad.gov.br](http://www.senad.gov.br).

e/ou pesquisa<sup>77</sup>, fato que, segundo Trad (2010), trouxe mudanças no panorama repressivo sob o qual o Estado abordava a questão das drogas. Além disso, em 2002, lançou o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), um portal do governo federal que tem como missão reunir, gerenciar, analisar e divulgar conhecimento/informações sobre drogas, incluindo dados de estudos e pesquisas nacionais e internacionais, que contribuam para o desenvolvimento de novos conhecimentos aplicados às atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e de reinserção social de usuários e dependentes de drogas. No OBID são divulgadas informações úteis para toda a população, incluindo dois sites específicos para a juventude: *Jovem sem Tabaco* e *Mundo Jovem*<sup>78</sup>.

Por fim, a Secretaria Nacional sobre Drogas, como passou a ser chamada a partir de 2008, realizou um seminário com sete países que tinham políticas consideradas de bons resultados para falarem de suas dificuldades, acertos e avanços nessa área. Partiu desse seminário a criação do programa *Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência* que, de acordo com a cartilha lançada (2009) está sendo executado a partir de três componentes simultâneos: mobilização, prevenção, tratamento e reinserção social. Prevê-se também a capacitação de diversos atores como professores, policiais e lideranças religiosas e o público-alvo do programa é composto por jovens de 12 e 29 anos, seus familiares e respectivas comunidades (TRAD, 2010).

Apesar da formulação de tais diretrizes que tratam de maneira mais abrangente e preventiva a questão das drogas nos colocamos em consonância com Rodrigues (2004):

[...] as reformas descriminalizadoras [...] são os rasgos mais progressistas em operação num ambiente normativo internacional que preconiza a proibição estrita de um grande leque de psicoativos. Assim, nota-se que a proibição em si segue como a prescrição mundial para tratar a questão das drogas em suas dimensões sociais, políticas, econômicas e individuais (p.11).

Parece-nos que ainda estamos bem longe de “quebrar o tabu”<sup>79</sup> ou de rompermos efetivamente com a “cortina de fumaça”<sup>80</sup> que, diariamente, nos ofusca a visão e coloca sob

---

<sup>77</sup> Algumas dessas instituições são: o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) no Estado da Bahia, o Centro Mineiro de Toxicomania (CMT) no Estado de Minas Gerais, o Centro Brasileiro de Informações Psicotrópicas (CEBRID) no Estado de São Paulo e o Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes de Drogas (PROAD) também no Estado de São Paulo, dentre outros (TRAD, 2010).

<sup>78</sup> Disponível em [www.obid.senad.gov.br](http://www.obid.senad.gov.br). A atualização do Portal foi possível graças a uma parceria entre a Senad e Embaixada dos Estados Unidos que financiou o desenvolvimento do novo Portal do Observatório, concluído em junho de 2008.

<sup>79,80</sup> Disponível em <http://www.quebrandoatabu.com.br/e> <http://www.cortinadefumaca.com>. “Quebrando o Tabu” (2011) foi dirigido por Fernando Grostein Andrade. “Cortina de Fumaça” (2010) foi produzido, escrito e dirigido pelo jornalista Rodrigo Mac Niven, numa coprodução entre a J.R. Mac Niven

relativa invisibilidade as questões sociais indissociáveis desta temática. Basta-nos atentar para a operação da Polícia Militar no centro da cidade de São Paulo, ocorrida no início de 2012, em função da repressão do tráfico e do consumo de drogas, além da “limpeza” da região que ficou conhecida como “Cracolândia”, se quisermos confirmar tal injúria. A batalha está travada.

## **2.2. Os desfechos desastrosos de um “bandido” mal sucedido**

Nas incursões do campo, a primeira história do Heitor com relação ao crime que me deparei, consistiu numa narração feita pelo seu irmão numa tarde enquanto andávamos pelo bairro.

Caíque começou a me contar sobre um assalto acontecido na semana passada: em meio a uma abstinência muito forte, Heitor havia se percebido sem dinheiro algum, então, sem a realização de um planejamento, resolveu por roubar uma mulher que vinha falando ao celular à noite nas proximidades de uma das praças do bairro. Num ímpeto de fissura arrancou-lhe o celular das mãos e saiu correndo. No dia seguinte, no entanto, fez uma descoberta importante, o celular pertencia à mãe de um dos traficantes do bairro e ela, que o havia reconhecido no momento do assalto, já tinha informado ao filho sobre o acontecido.

Heitor era bastante conhecido no bairro, sobretudo, pelo uso de cocaína. Em muitas situações do campo, em que estava na companhia de Pedrinho, ou ainda de outras pessoas, tinha ouvido falar dele. A própria Pérola, vizinha de Pedrinho, já havia compartilhado comigo um apelido pelo qual era conhecido no bairro em função do uso de cocaína. Além disso, sua exposição era grande, passava muitas madrugadas na rua, metia-se em muitas brigas e provinha de uma família que tinha sido dona de uma *boca* há alguns anos, depois disso, outros elementos da história o estigmatizavam negativamente: o pai tinha sido assassinado, Heitor tinha cumprido medida socioeducativa e era usuário de drogas, um de seus irmãos frequentava uma instituição para deficientes intelectuais do município, o outro era usuário de *crack*, dentre outros. Dessa forma, explica-se como havia sido localizado tão facilmente pela vítima.

---

Produções e a Tva2 Produções. Ambos colocam em discussão a política sobre as drogas vigente e contam com a participação de diversos interlocutores de renome como Raúl Zaffaroni, Antonio Escohotado, Jorge da Silva e Nilo Batista (no primeiro) e Bill Clinton, Jimmy Carter, Drauzio Varella e Paulo Coelho (no segundo). O ex-presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, teve participação nos dois documentários.

O traficante, por sua vez, mandou um dos seus à casa de Heitor e avisou Caíque de que o irmão estava jurado de morte, não haveria negociação. Neste momento, ressalta-se o suporte dado por Caíque, pessoa importante para a vida de Heitor. O adolescente, sem hesitar, propõe-se a resolver a situação e, neste dia na praça, contou-me como tinha procedido para defender o irmão e assegurar que nada lhe fosse acontecer. Relatou que fora pessoalmente falar com o traficante, mas, antes disso, recuperou o celular roubado por Heitor para devolver durante esse “acerto de contas”. Para além disso, o jeito de resolver era “botar banca” (sic), não se fazer de fraco para que o traficante hesitasse fazer qualquer coisa. Assim, sem entrar nos pormenores da negociação comigo, disse ter resolvido a “parada” (sic).

Outra situação de bastante complexidade apreendida durante o campo deu-se numa conversa com a mãe, eu perguntava a ela qual era a pior situação com a qual já tinha se deparado em função do uso de drogas do filho.

Dora me relatou, bastante emocionada, sobre um episódio acontecido há poucos meses quando Heitor havia saído de casa “drogado” (sic) em busca de mais droga e, então, resolveu roubar uma moça que estava sentada num ponto de ônibus para conseguir mais dinheiro. Ela reagiu gritando, chamando por seu namorado que estava nas proximidades do local e ele veio ao encontro de Heitor. Dora contou que o moço fazia *muay tai*<sup>81</sup> e que espancou seu filho, “meteu o cacete” (sic) e “escarafunchou” (sic) a cara dele. Durante o conflito, policiais chegaram ao local, haviam sido chamados por outras pessoas no entorno e, após separar os dois jovens, contiveram Heitor e o levaram para a uma delegacia do município.

A partir daí, Dora relata:

Chegou lá e ao invés de levarem ele pro delegado, porque a lei é essa, bateram nele lá fora, acabaram com a cara dele, aí chamaram o namorado da vítima e deixaram ele bater também. Acabaram com ele, tem até foto lá no processo, no segundo DP e a advogada também pediu pra tirar foto dele assim, mas mexeram no nosso celular e a foto acabou sendo apagada. Ele foi espancado lá na frente da delegacia e ainda tentou correr, mas não conseguiu, mas ele estava algemado. Rasgaram a camiseta dele, eu cheguei lá e ele estava soltando sangue pelo nariz e pela boca. Aí levaram ele no Hospital Escola pra ver se ele não tinha quebrado nada, fizeram um raio x. Depois deram uma injeção nele e só então levaram ele pro delegado. Mas isso não pode acontecer, não importa quem seja. Foi o dia pior.

Ela ainda conta que, após ter recebido o jovem agredido, o juiz acabou liberando-o sob o aviso de que se fosse pego novamente seria preso. E então, após sua liberação, o jovem teria entrado com um processo por conta das agressões sofridas, Heitor teria feito até exame de corpo delito, mas nada havia sido resolvido sobre o caso. As marcas desse episódio,

---

<sup>81</sup> É uma arte marcial originária da Tailândia.

entretanto, reverberam ainda em todos que foram testemunhas: Dora, Caíque, que também aponta esse dia como o pior com relação ao uso de drogas do irmão, e os outros irmãos. Heitor também chegou a mencionar a situação, contando sobre a sensação de achar que ia morrer e, depois, descrevendo os hematomas com os quais ficou, mas não se estendeu nos comentários.

A terceira situação, bem parecida com a anterior em seu início, possui, entretanto, um desfecho completamente diferente.

Quando cheguei à casa de Heitor numa tarde de maio, sua mãe me contou de um assalto realizado pelo filho no começo da semana. Assim como das outras vezes, não fora um evento planejado, ele estava indo para a casa da namorada buscá-la para dormir em sua casa, quando sentiu vontade de “cheirar” (sic) e, novamente, tentou assaltar uma mulher que passava. A pessoa teria reagido e negado a entrega do celular, correndo para longe. Houve, então, um desentendimento entre os dois e Heitor tentou pegar o aparelho à força, agredindo-a. Enquanto essa situação se dava, dois guardas municipais viram o que acontecia e foram socorrê-la, depois de acionarem a polícia.

Os policiais municipais contiveram Heitor até que os outros chegassem, então, foram todos para a delegacia. Nesse momento, a namorada do jovem, estranhando a sua demora, tentou ligar em seu celular e foi notificada por um dos policiais sobre o acontecido. Ao desligar, Débora ligou para a mãe de Heitor e para Caíque, informando-os também. Um vizinho levou-os para a delegacia e, ao chegarem lá, encontraram Heitor bastante desorientado, estava “louco de droga” (sic), segundo a mãe, e não entendia muito o que se passava.

Naquela tarde, conversando com Dora, ela confirmou<sup>82</sup>, então, que Heitor, dessa vez, havia sido preso numa penitenciária de uma cidade próxima a São Carlos. Apesar de apreensiva, apoiava-se na possibilidade de que ele não ficasse preso por muito tempo e, para isso, citava vários exemplos “bem sucedidos”: o vizinho da frente que havia sido pego vendendo algumas *pedras*<sup>83</sup> (sic) tinha ficado apenas três dias na prisão, assim como outro moço no início da rua que, pelo mesmo motivo, tinha sido solto depois de dois dias. Assim, sucediam-se outras situações das quais ela já tinha ouvido falar. Repetia sucessivamente que não se ficava preso por pouco, era muito gasto que os presos davam e as cadeias andavam

---

<sup>82</sup> Havia uma informação circulando naquela semana sobre a sua prisão, mas eu ainda não sabia se era verídica. Comentários de alguns jovens do bairro tinham chegado aos ouvidos de uma amiga, educadora social de um Programa do Governo Federal em um Centro de Referência e Assistência Social da região.

<sup>83</sup> Termo que denota a droga *crack*.

muito lotadas. No entanto, o desfecho foi outro. Heitor foi julgado e condenado a dois anos de reclusão.

Na semana seguinte haveria uma audiência para decidir sobre a situação de Heitor. As expectativas eram muitas, na medida em que a notícia ia se espalhando pelo bairro, especulava-se muito. Junto aos familiares, eu também estava abatida com a situação, pensava em possibilidades de auxílio, mas acabava sempre com um sentimento de impotência. Refletia frequentemente sobre o meu papel naquele momento e cruzava configurações hipotéticas: O que estaria fazendo caso fosse técnica da terapia ocupacional em atuação naquele território? O que poderia fazer enquanto pesquisadora? O que poderia fazer enquanto pessoa?

Num repente, os limites entre os papéis ficaram confusos e necessitei repensá-los. O que eu vinha fazendo era uma espécie de mistura entre todas as coisas: tinha um tanto de técnica, na medida em que me responsabilizava pelo acompanhamento de pessoas naquele território, no qual nos dispúnhamos a realizar uma intervenção social; tinha uma carga significativa de elementos pessoais, uma vez que propunha a um compartilhamento com meus colaboradores; e uma identidade de pesquisadora, já que de fato, com mais ou menos vínculos, era a missão colocada naquele momento e a forma através da qual, aliás, eu me (re) apresentava.

Percebia, no entanto que, em determinados momentos, papéis diferenciados se sobressaíam, em meio ao papel central de pesquisadora. Às vezes era mais guiada pelas ações pessoais, outras vezes reconhecia-me com posturas profissionais, embora fizesse um esforço para evitar essa última performance. Em meio a estes posicionamentos espontâneos, quando se decidiu pela prisão de Heitor por dois anos, a primeira reação que tive foi estruturar uma possibilidade de vê-lo na cadeia, fazer uma visita para saber como ele estava e oferecer apoio. Não cogitava, todavia, que essa entrada fosse profissional, através de uma porta diferenciada daquela pela qual entrariam familiares e amigos. Eu havia investido demais no distanciamento do papel profissional para fazer uma visita justificada por essa via.

Via-me disposta a tomar uma decisão que, dificilmente, a pesquisadora ou a profissional tomariam e esta fora também percebida pelos interlocutores em campo em diversas situações. Certo dia, comentei com Caíque sobre a possibilidade de fazer uma visita para o seu irmão e ele ficou muito surpreso: “Você vai lá na cadeia, dona? Acha? Claro que não!” (sic) Perguntei por que e ele respondeu: “Dona, você não tem que ir lá, você não é do crime pra ir naquele lugar” Então, questionei: “Mas o seu irmão é do crime? Você é do crime?” e ele respondeu que não, mas que ele, seu irmão e sua mãe sabiam o que **era** o crime, viviam o crime no bairro desde muito tempo, ele, desde que havia nascido vivia o crime

dentro da própria casa. Estavam acostumados e eu não, eu não podia estar ali no meio de tanto “bandido”.

Era interessante ver a preocupação que Caíque sentia comigo, assim como sua mãe que, posteriormente, demonstrou o mesmo espanto e tratou de me convencer que eu não deveria ir à penitenciária: “Você não merece passar por isso”, dizia. Colocava-se uma linha divisória entre mim e aquelas pessoas, para eles eu não pertencia “àquele mundo”, o mundo ao qual pertence quem é “bandido”, quem é da família de um “bandido” ou nutre amizade por um, fatores que dão a possibilidade de vivência do crime de alguma forma. Esta forma de vivência, no entanto, não pode ser institucional, tem que ser a vivida na pele e não observada, como no meu caso.

Do lado contrário ao meu, nesta linha divisória, estava Heitor e os seus entrecruzamentos com o crime. Era identificado como um “bandido” pelas pessoas do bairro; pela família, de forma indireta; pelos policiais, que dele desconfiavam cotidianamente; e até por si próprio, quando para mim narrava timidamente alguns dos eventos contidos acima. Essa identificação o diferenciava, no senso comum, de ser um “trabalhador”, ou seja, um jovem que tinha se inserido, mesmo que precariamente, no mercado formal de trabalho. Segundo Feltran (2008, p. 119), “aprende-se que o universo criminal e violento opõe-se pelo vértice à família trabalhadora. O fetiche discursivo opera a distinção entre trabalhadores e bandidos”.

O mesmo autor discute sobre as duas categorias contrapostas, “bandido” e “trabalhador”, nos explicando o contexto em que são criadas. Parte da análise da estrutura de uma família para exemplificar a discussão: os pais chegam a um bairro de periferia no início dos anos 1970, ali constituem família num contexto centrado na estabilidade do trabalho, que é coerente com uma conjuntura específica de alta necessidade de mão de obra industrial, e funciona até meados dos anos 1980. Os filhos crescem nos anos 1980 e tornam-se adolescentes na década de 1990, momento caracterizado pelo crescimento da violência e pela organização do “mundo do crime” naquela região. São, então, abordados por esse processo em suas trajetórias, muito mais do que a geração anterior. Frequentar a escola no bairro, por exemplo, era, de alguma forma, ter que lidar com as histórias de violência, vinculadas já diretamente ao crime local.

A partir daí, as famílias formadas pelos operários começam a mudar seus trajetos, podendo apresentar interconexões com o “mundo do crime” por seus filhos. Tais eventos são, em muitos casos, compreendidos como verdadeiros desvios às boas normas e costumes antes valorizados, configurando-se numa desgraça e numa vergonha para a família que tem alocada

a ela todo tipo de adjetivo de cunho pejorativo. Em outros casos, entretanto, percebe-se uma mistura entre diversas categorias, tradicionalmente opostas, dentro das composições familiares. Não se distingue, nestes casos, uma linha que separa a família e seus valores dos episódios vividos no mundo social, ou no mundo do crime. É como se a família fosse tomada por estes mundos, mas, apesar disso, tivesse se mantido coesa (FELTRAN, 2008).

Tomemos por base tais exemplos para refletir sobre Heitor e sua família. De forma similar à relatada, seus pais chegam ao bairro do Gonzaga quando lá ainda “não havia nada, era só mato” (sic), os filhos nascem nas décadas de oitenta e noventa e chegam à sua adolescência na década de 2000. Antes de atingir os 18 anos, no entanto, Heitor já teria vivenciado muitas situações do “mundo do crime”, pois cresce durante a década de 1990, muito permeada por mudanças na conjuntura social até então vigente, sendo caracterizada pela crise do emprego formal, do trabalho, do projeto de ascensão social, dos movimentos sociais e pelo crescimento da criminalidade violenta (CASTEL, 1998). Entretanto, há uma peculiaridade já citada em sua história: quem se envolve com o crime naquele momento é o pai e não os filhos. Assim, Heitor e os irmãos passam a vivenciar diariamente o crime dentro de casa.

Dora diz ter brigado até o último momento para que o marido deixasse o tráfico de drogas. Para ela, aquele envolvimento teria destruído a família. Vejo, na maneira como conta essas histórias, a figura materializada da vergonha e da desgraça por ter tido a família invadida pelos códigos do crime quando os filhos eram ainda crianças. Hoje lamenta da mesma forma por Heitor, que teria seguido o caminho do pai na ligação existente com o crime, com diferentes configurações, pois nunca havia se comprovado nenhuma associação do filho com o tráfico, embora houvesse boatos. Heitor roubava “sempre que tinha uma oportunidade”, dizia ela.

Dando continuidade ao paralelo, colocou-se fortemente a reflexão sobre a categoria pela qual Heitor era comumente re (conhecido) no bairro, a de “bandido”. Seria mesmo um? Recordo-me que, assim como a vivência citada por Feltran (2008), no início do campo, quando caminhava até a sua casa, por vezes a ideia de que visitaria um “bandido” me contaminava e eu sentia medo. Mas era só chegar lá e me sentia mal por ter tido medo, era um absurdo. O jovem sempre me tratava com muito respeito, não me sentia ameaçada em nenhum momento. Trago esse comentário para tratar do processo de desconstrução pelo qual passei com relação ao Heitor, desconstrução do senso comum, do imaginário social tido sobre ele e sobre muitos outros “Heitores” existentes no Brasil.

No entanto, não é disso que estou falando quando questiono: Seria este jovem um “bandido”? Refiro-me à dúvida colocada sobre seu ofício enquanto “bandido”: roubar. Atento para o fato de que nenhum dos roubos realizados por Heitor tinham sido planejados, aliás, o processo se fazia praticamente sem critério algum, eram pessoas quaisquer, em lugares indeterminados, com objetivos também imprecisos, sem a mensuração de riscos ou a presença de medo. Eram ações feitas no desespero, pela necessidade de obtenção de droga, muito diferentes das ações criminais de um grupo de irmãos “envolvidos” com o crime, descritas por Feltran (2008) em sua tese, que eram, evidentemente, encaradas como trabalho.

Por esse motivo eu costumava dizer que Heitor era um “bandido” mal sucedido, era como se não tivesse “dom para a coisa”. Relembrando as suas histórias criminais isso fica bastante evidente, os deslizes ou os episódios de “azar” eram muitos. Acreditava, no entanto, que caso fosse capaz de obter auxílio por conta do uso de drogas, formal ou informal, os episódios criminais poderiam se sanar, mas isso me levava a outros questionamentos: Quais eram (e são) as possibilidades de inserção para jovens pobres usuários de drogas? Quais eram os lugares possíveis para essas pessoas?

### **2.3. O crime como direcionador dos espaços possíveis para um jovem de periferia usuário de drogas**

Para além das situações narradas sobre as incursões de Heitor no “mundo do crime”, podemos citar ainda outras que possuem um denominador comum: são criadas a partir do imaginário social construído sobre o jovem, estão sempre estruturadas numa compreensão do mesmo relacionado à violência, ao perigo, à “bandidagem”, e, do outro lado, ao medo e à desconfiança sentido por essas pessoas. Deflagram a circulação de informações pejorativas sobre ele que, ao espalharam-se coletivamente, tornam-se uma verdade e um estigma, do qual ele se torna cotidianamente refém.

Caíque, logo após a prisão do irmão, me relatou uma dessas histórias que tinha acontecido recentemente: havia se passado um assalto à mão armada em uma padaria do município realizado por três jovens, eles tinham abordado os indivíduos que estavam no local e levado consigo algum dinheiro, celulares e bolsas e, após, conseguiram fugir. A polícia, depois de ter sido notificada, começou a realizar buscas dos jovens nos arredores da padaria, mas acabou encontrando Caíque, Heitor e um terceiro jovem. Ao encará-los como suspeitos,

os policiais resolveram fazer uma “batida<sup>84</sup>” (sic). Na ocasião, Caíque levava consigo uma arma de brinquedo (réplica) parecida com a arma utilizada pelos assaltantes. Na hora em que o Caíque viu os policiais se aproximando, jogou a arma de brinquedo em cima do telhado de uma casa, antes que os policiais pudessem retirar-lhe das mãos.

Quanto ao terceiro menino que estava junto, fiquei surpresa ao saber que os dois não o conheciam. O que tinha acontecido era que quando os policiais tinham se aproximado dos irmãos, um garoto do outro lado da rua correu, não se sabe ao certo porque, mas o que imaginamos é que tinha ficado assustado com a possibilidade de haver algum conflito. Os três foram levados para a delegacia, mas como não se pôde provar que estavam envolvidos com o crime, foram liberados, depois de levarem algumas advertências e “tapas na orelha” (sic). Por conta desse episódio, Caíque viria a ter uma audiência com o juiz, quando seria julgada a necessidade de que cumprisse alguma medida socioeducativa por porte de arma. Quanto a Heitor e ao outro jovem, não houve maiores complicações porque não levavam réplicas consigo.

Essa notícia, no entanto, havia sido publicada num jornal regional *online*<sup>85</sup> e tinha sido tomada por muitos moradores como errônea, pois, acreditavam que Caíque e Heitor estavam vinculados ao assalto. Caíque compartilhava comigo o julgamento percebido ao adentrar com o irmão determinados comércios do bairro, era como se houvesse sempre uma desconfiança. Isso o incomodava muito.

Nesse mesmo dia, relatou também outra situação em que tivera que intervir em prol de Heitor. Ele me contava de situações em que o irmão tinha “se metido em enrascadas” (sic), centrando, principalmente, no roubo de celular da mãe do traficante já narrada aqui, quando emendou:

Caíque: E tem o Carlão também que tá querendo pegar ele, né.

Eu – Quem é Carlão?

Caíque – Ah, é o dono de um bar ali perto de casa. Meu irmão foi lá pedir pra mulher dele uma grana que ele tinha ganhado no jogo de máquina, aí ela falou pro marido dela que ele estava tentando entrar lá pra roubar eles. Aí o cara foi atrás dele querendo matar também e eu fui conversar com ele, ele tava puto falando que meu irmão tava tirando, mas ele não tava fazendo nada, meu irmão só tava chamando a mulher pra pegar o dinheiro dele, só.

---

<sup>84</sup> Gíria utilizada para dizer sobre uma situação em que os policiais abordam possíveis suspeitos, colocando-os contra a parede e fazendo uma vistoria. Nesses momentos, segundo os jovens, é muito comum que ocorra violência policial.

<sup>85</sup> O mesmo jornal que utilizo para exemplificar as situações de exposição a que estão sujeitos meus interlocutores. Está é mais uma.

Nessa situação, a mulher, pelo menos ao que parece, aproveitou-se da “má fama” de Heitor para não ter que lhe pagar o dinheiro referente ao jogo. A fim de evitar maiores consequências, Caíque interveio, já que sabia que o irmão não recuaria a cobrança do dinheiro, pois queria, mais uma vez, convertê-lo em cocaína. Dessa forma, conseguiu convencê-lo dos riscos daquela empreitada e conversou também com o marido da vizinha, dizendo que o irmão não mais incomodaria.

Com esse relato, acabo lembrando de outra história que circulou no bairro antes da prisão de Heitor: em entrevista com Dora, ela me contou que Heitor havia passado um tempo em Araraquara junto de uma de suas filhas, seu marido e filhos do casal, um menino e uma menina. Dora o havia mandado para lá para que ficasse um pouco mais longe das drogas, pois acreditava que no Jardim Gonzaga era só sair de casa que alguém o oferecia qualquer substância<sup>86</sup>. Poucos meses depois, Heitor teria voltado porque “as coisas por lá não tinham dado certo” (sic), mas não me contou o motivo. Então, um tempo depois, Pedrinho abordou o assunto em uma conversa, contando-me que Heitor tinha tentado estuprar a sobrinha de sete anos que morava com a irmã. Isso tinha desencadeado uma confusão e ele tinha sido expulso da casa e voltado para São Carlos.

Perguntei ao Pedrinho como tinha ficado sabendo disso e ele me disse que várias pessoas do bairro estavam comentando. No entanto, Heitor disse apenas que tinha arrumado um *bico* por lá, mas quando o finalizou resolveu voltar porque não tinha mais nada para fazer. Caíque, por sua vez, também tinha uma versão sobre o acontecido, disse que quando o irmão foi morar com a Márcia (irmã) houve diversos desentendimentos entre ele e o sobrinho, que tinha ciúme da relação do Heitor com a irmãzinha de sete anos de idade, então, ao que parece, inventou uma história de que Heitor tinha “passado a mão nela” (sic). Márcia teria acreditado nessa versão, expulsou o irmão de casa e não falava com ele até hoje. Perguntei como a mãe deles reagia quanto a isso e ele disse que Dora sabia que nada tinha acontecido, mas que não adiantava falar isso para a filha, embora elas possuíssem ainda contato, com o Heitor ela não queria mais diálogo.

Sobre essa desconfiança crônica, Becker (1963) traz explicações sociais através da sua Teoria do Desvio. Relata que ao receber um status de desviante, um indivíduo passa a ter de

---

<sup>86</sup> Essa situação também me fora relatada pelo próprio Heitor. Costumava dizer que todos que moravam perto de sua casa já sabiam que ele usava drogas e então, quando saía pra dar uma volta era comum que os traficantes já lhe oferecessem cocaína, mesmo antes de pedir qualquer coisa. Era uma situação muito complicada porque às vezes não tinha dinheiro para pagar, então eles acabavam fazendo “fiado” e depois vinham atrás dele com as cobranças. O seu relato também reforça a discussão feita aqui sobre o imaginário tido sobre o mesmo e a identidade criada não só de “bandido” como também de “viciado”.

encará-lo o tempo todo na sociedade, pois esse passa a ser seu status principal. Essa identificação torna-se mais importante que a maior parte das outras, em qualquer situação em que esteja essa pessoa será identificada primeiro como desviante, antes que outras identificações sejam feitas. É como se uma pergunta fosse formulada: “Que tipo de pessoa infringiria uma regra tão importante?” Cujas respostas seriam: “Alguém que é diferente de nós, que não pode ou não quer agir como um ser humano moral, sendo, portanto, capaz de infringir outras regras importantes.” Nesse caso, o indivíduo encontra dificuldade em se conformar a outras regras que não tem intenção ou desejo de infringir, e se descobre forçosamente desviante também nessas áreas, mesmo que não tenha praticado a infração.

Ainda segundo Becker (1963), quando apanhado, o desviante é tratado de acordo com o diagnóstico popular que descreve sua maneira de ser, e esse tratamento pode, ele mesmo, de maneira semelhante, produzir um desvio crescente, como acaba de ser confirmado na última história. Com um status de desviante “usuário de droga”, em princípio, e de “bandido”, após cometer os primeiros assaltos, Heitor tem marcado o seu reconhecimento coletivo pelos mesmos na localidade em que se encontra e vem a receber mais um rótulo, o de “estuprador” num movimento constante de crescimento de sua carreira desviante.

Há ainda outras narrativas com relação à “má índole” (sic) de Heitor: Certo dia, Pérola comentou comigo que ele roubava muito e que uma vez, em alguma data comemorativa em sua casa, Heitor acabou indo porque namorava uma menina, filha de alguma amiga dela. Naquele mesmo dia ela deu falta de um perfume e acabou tendo certeza de que tinha sido ele que o havia roubado, pois não havia outras pessoas suspeitas no local. Por outro lado, complementava: “mas ele é um bom menino, assim, quando você conversa com ele, tá quase sempre louquinho, mas é um bom menino!”.

As desconfianças estendiam-se até mesmo para fora do bairro. A mãe de Kelly, namorada de Heitor, por exemplo, dizia não gostar muito dele, mas acabava permitindo o namoro porque “não tinha muito o que fazer” (sic). Entretanto, quando o jovem foi preso, gerou-se uma situação insustentável para a menina. Soube por Dora que Kelly continuava agindo como se Heitor não tivesse sido preso, pois, sua mãe não podia descobrir que isso tinha acontecido, caso contrário, haveria muitas complicações num momento já bastante complexo e de sofrimento. Por esse motivo, ela continuava a dormir na casa de Heitor quase todas as noites, como costumava fazer quando ele estava em liberdade.

Posso citar ainda outras falas de cunho pejorativo com relação a Heitor, posso, inclusive, lembrar o fato de que a própria coordenadora do Centro da Juventude o havia apontado como um “caso grave”, o que fez com que eu fosse procurá-lo dias depois com a

proposição da pesquisa. Dessa forma, sua fama não circulava apenas entre os moradores do bairro, como também dentro dos equipamentos formais. Tinha adentrado alguns muros institucionais e estava imbuído aos projetos de busca e apreensão de vários policiais que rondavam pela região. Vale ressaltar que, o foco não é único, assim como ele, existem muitos outros meninos e meninas embutidos nos comentários da população e de diversos profissionais da região sobre o “mundo do crime”. Ele não está sozinho nessa batalha.

Por fim trarei alguns comentários de Dora com relação ao próprio filho que contribuem para pensar a forma de existência de Heitor no momento em que pude acompanhá-lo.

Dora era bastante brava e recorrentemente me fazia assustar com a mudança de volume de sua voz. Esbravejava com frequência e parecia ficar bastante nervosa com as situações que me descrevia. No fundo, a sentia bastante esgotada, não suportava mais viver aquela situação, era muito desgastante para ela. Era comum que ela e Heitor se estapeassem pela casa quando ele chegava em casa sob o efeito da cocaína ou quando ela percebia que ele havia roubado alguma coisa da casa. Nessas situações, ela dizia não ter medo, pois achava inadmissível recuar-se diante de um filho, ele precisava aprender a respeitá-la, ela não admitiria tamanho abuso, segundo suas palavras.

Numa tarde, cheguei à sua casa a procura de Heitor e ela disse que ele não estava, que eu deveria encontrá-lo por perto da *cyber*. Perguntei se ele estava bem e então ela explodiu, dizia “Aquele lá é só droga viu, só isso na vida, não tem mais jeito, o jeito é ou eu internar ele ou eu matar ele. Se eu matar acho que resolve, senão não tem saída”. Depois complementara: “Eu não aguento mais isso, filha, ele me rouba, vende as coisas aqui de casa, você acha que isso é vida? Eu ficar escondendo as coisas dele pra ele não me roubar?”.

Naquele mesmo dia, já que ela tinha falado de internação, perguntei se alguma vez tinha se informado sobre isso. Ela disse que só tinha conseguido arrumar clínica paga e que era muito caro, ela não tinha condições de bancar. Disse também que já tinha ido ao CAPSad para obter informação, mas nesse momento esbravejou ainda mais, dizendo:

Olha filha, eu fui lá e eles falaram mesmo que eu podia levar ele, ele ia ser atendido por várias pessoas e iam ver sobre ele ser internado, mas eu ia ter que ficar indo lá pra participar de reuniões de familiares, pra aprender a lidar com gente assim, mas ó, filha, olha a minha vida, eu não tenho tempo pra isso, não. Eu não tenho como fazer isso! Aí, eu desisti mesmo!

Internar Heitor era quase impossível, segundo ela, pois já tinha tentado algumas vezes sem sucesso. Dora conta que no começo ele concordava com a ideia, mas depois cismou que

não queria mais, então para ela a solução seria interná-lo à força. Porém, achava que a internação só funcionaria sob duas condições: a família deveria se mudar dali para que quando Heitor saísse da clínica não voltasse para o mesmo local e para a mesma facilidade de obtenção de droga; e não poderia ser uma clínica com viés religioso, pois ela não acreditava que uma reabilitação nesses moldes poderia funcionar. Quanto à localidade, dizia:

A internação só resolveria se a gente mudasse daqui, porque o outro meu filho eu tirei mudando daqui. A gente tava na Redenção e depois voltamos pra cá e ele continua sem usar a três anos. Quando a gente saiu daqui ele foi drogadinho, dormiu e só acordou no dia seguinte e não usou mais droga. Então tem muito haver com o lugar, esse lugar puxa muita coisa ruim.

Não adianta o Heitor internar e voltar pra esse lugar aqui de novo, então por isso que eu nem corri atrás de nada, porque não adianta ele ficar dois, três meses lá e depois voltar pra cá. Que nem ali na esquina, tem uma menina que usa droga, ela foi internada, veio gorda da clínica, agora ta magrela, sabe o que ela fez? Foi se internar de novo, aí ela engorda e volta bem pra cheirar de novo. Tem que internar, mas sair daqui, porque senão interna e volta com tanta ganância que volta pior.

Era interessante a forma como ela relatava a vivência no bairro. O uso de drogas feito pelo filho era quase que exclusivamente atribuído aquele contexto. A dinâmica do bairro era apontada facilmente como a grande culpada por tudo: “Aqui, Deus que me perdoe estar falado isso, que faz mais de 20 anos que eu moro aqui, mas aqui você tá no chão, nego vem e te joga no buraco, é assim que acontece, minha filha” (sic).

Interessante também notar a forma como Dora situava a função da internação para a sua vizinha: ao invés de se internar com o objetivo de parar de usar droga, como era de se esperar, ela utilizava da internação para dar lhe o suporte necessário para usar mais droga. Era o local onde se recuperava, momentaneamente, e se fortalecia para aguentar o próximo período de uso.

Quanto à internação em comunidades terapêuticas religiosas, Dora dizia:

Teve uma época que ele pediu pra ir lá (comunidade terapêutica), mas eu não consegui arrumar, porque era R\$800,00 a clínica e eu não tinha dinheiro, era clínica de crente. Esse negócio também não vira, minha filha, tem que internar em algum lugar pra tomar alguma coisa, porque deve ter algum remédio que tira essa vontade que ele tem, mas esse negócio de ficar rezando, não. Se reza tirasse vício eu levava o viciado na porta da igreja pra tirar vício. Tem hora pra dormir, hora pra comer, hora pra levantar, hora pra tudo, você acha que isso tira vício de alguém? Essa gente quer saber de Deus, menina?

Em outra fala:

Teria que ter uma clínica pra ele se internar e tomar remédio. Aqui não tem, só tem coisa de crente e esse negócio não vira pra essa gente. Tem que arrumar um negócio com um especialista, um psiquiatra que interne e já soque alguma coisa nele pra tirar a abstinência dele porque não adianta ir lá ficar orando, falando de Deus.

Dessa forma Dora explicitava que internar Heitor somente faria sentido se fosse numa clínica cujo tratamento fosse médico, onde ele pudesse tomar medicamentos que mudassem o quadro de constante abstinência e fissura apresentado.

Quanto à concepção que Dora tinha sobre o uso de drogas do filho havia certa contradição. Ela costumava me dizer que Heitor fazia uso de cocaína por “sem vergonhice” (sic), depois complementava: “Se você for pensar, o pai dele vivia só dentro de cadeia, o irmão usava droga, quer dizer, ele cresceu vendo cadeia, droga e polícia. Por que ele foi se enfiar nessa? Quer dizer, não é sem vergonhice?”. Nesse sentido, o uso não era considerado um vício, nem uma doença, sobre isso ela dizia:

O viciado, ele não come nem dorme, mas o Heitor trabalha às vezes, então ele é usuário e não viciado. O viciado é aquele que fica pela rua 24 horas só usando droga, roubando, ficando só atrás disso. Mas ele não é viciado, ele é usuário, quer dizer, é sem vergonhice, porque quando tem ele usa, mas agora, por exemplo, que ele arrumou uma namoradinha, ele fica a semana inteira sem usar droga. Agora quando ele toma uma dose de cachaça ou de cerveja ele já vai atrás da droga, porque uma coisa puxa a outra. E outra, eles falam que essa gente é doente, isso não é doença, isso é sem vergonhice. Desde quando o drogado é doente? Doente é a família que fica perto dele, porque o drogado não quer saber, ele quer cheirar, não ta nem aí. Agora, quem fica doente é a família que fica ali do lado dele. Já viu drogado doente? Eu nunca vi.

Porém, quando se referia à proposta de participação das famílias no tratamento para usuários de drogas oferecido no CAPSad, parecia apresentar outra perspectiva de compreensão: “Lá eles falam que você tem que escutar palestra, porque você tem que aprender a lidar com gente doente e eu não tenho paciência pra isso, o viciado é ele, eu não sou viciada nenhuma, então quem tem que escutar palestra é ele, não eu”. Assim, por esse ponto de vista, Heitor era considerado doente e viciado, contrariando os ditos anteriores.

Refletindo sobre as oscilações na forma de compreensão de Dora sobre o próprio filho, acredito que sua interpretação pelo viés da malandragem, da “falta de vergonha na cara” e da falta de juízo acabava por permanecer, pois era o discurso presente na grande maioria das vezes que falávamos sobre o assunto e tinha conexão com a história de vida daquela mulher e com o inconformismo sobre a “escolha” do filho frente aos exemplos desastrosos dados pelo

pai no passado muito presente em seus desabafos. A sua dor não era de agora, havia começado naquela época. Percebia que a compreensão pelo viés da doença, apenas apresentava-se quando falávamos sobre os locais de tratamento para usuários de droga, principalmente, o CAPSad. Havia, a meu ver, certa contaminação de Dora com os discursos ouvidos no local, nesses momentos.

Entretanto, a questão central parece estar no fato de que, na melhor das hipóteses, Heitor era visto por ela como um jovem sem vergonha ou doente/viciado. Nunca havia falado sobre ele para além dessas duas categorias, o que não quer dizer que seu pensamento sobre o filho se limitasse apenas a isso, mas quer dizer, ao menos, que tais crenças norteavam suas ações e possibilidades de encaminhamentos para a situação de Heitor em diversos momentos. A forte aposta numa internação clínica, por exemplo, provinha desses determinantes.

No primeiro encontro tido com Dora após descobrirmos que o período de reclusão de Heitor seria de dois anos, surpreendi-me ao encontrá-la tão calma em sua casa, esperava que fosse encontrar com a mulher agitada e nervosa de sempre, principalmente após a dura sentença obtida, mas logo ela me explicou o porquê da calma. Estava começando a encarar a prisão do filho de uma maneira positiva, via na situação uma possibilidade para que ele aprendesse com o susto, percebesse que não ia sair sempre ileso das situações nas quais se envolvia, que roubar e não ter penalidades era sorte e que não se podia contar sempre com a sorte. Dessa vez, segundo ela, ele aprenderia porque “ele é um cara medroso e vai ficar assustado com a experiência”.

Também havia a possibilidade do filho não endireitar e caso isso não acontecesse provavelmente só sobraria uma opção: a morte. Morreria o filho nas mãos de qualquer pessoa assaltada, de qualquer policial ou da própria mãe, como a mesma dizia “quando ele fica louco de droga, acaba me peitando, fica corajoso o menino, mas eu não deixo ele vir pra cima, não, eu peito ele mesmo e numa dessas eu que acabo matando ele, viu, ainda mato esse menino...”. Entretanto, ao mesmo tempo em que dizia isso, ressaltava o quanto havia sido importante na vida de seu filho, o quanto o havia protegido de inúmeras situações quando ia resgatá-lo perdido em qualquer esquina do bairro “Ah, eu faço de tudo para ajudar, menina, porque se não é eu o Heitor já tinha até morrido no meio dessa favela, sou eu que fico mais em cima, eu falo que quando eu morrer ele vai ficar aí jogado”.

Relatando sobre a possibilidade de morte de Heitor, acabava sentido alívio por ele estar preso, pois, pensando por esta perspectiva, o aprisionamento era para ele uma forma de proteção e não uma penitência. No mais acrescentava que para resolver a situação do filho e de outros “viciados” existentes pelo mundo só havia três caminhos: a internação, a cadeia ou a

morte. A primeira opção tinha sido por ela semi descartada, já que nunca havia conseguido agenciar uma internação para Heitor, a última, segundo ela, era bem possível de se concretizar mais dia ou menos dia, então, a segunda, por eliminação, parecia ser a melhor opção, e mais, a opção ideal dentre as possibilidades para uma tentativa de “endireitamento” do filho.

Juntos, Dora, os policiais, os moradores do bairro e a mãe de Kelly davam destinos parecidos a Heitor. A mãe, embora intercedesse por ele, não conseguia conceber possibilidades para o filho que estivessem além da contenção total, da privação de sua liberdade, quer fosse através de prisão ou de internação. Todos os outros desconfiavam o tempo todo de suas atitudes, contribuíam para o fechamento do cerco de invisibilidade de qualquer tipo de potência no jovem que não fossem ligadas à violência ou ao crime. Até mesmo o irmão que constantemente o tirava de enrascadas, resolvia com o traficante a retirada do juramento de morte do irmão, “curava” as feridas do espancamento e conversava com ele sobre as saídas à procura de droga, relatou, em entrevista, que a única saída para Heitor seria uma internação prolongada.

Nota-se a dificuldade existente para que as pessoas que convivem com Heitor possam vislumbrar possibilidades outras de vida para ele que não estejam ligadas à sua inserção no crime, através da contenção, ou à saúde, por meio da internação. Da forma existe uma verdadeira proliferação de concepções falseadas e preconceituosas que operam na desqualificação e demonização do usuário e do "traficante" (também tratado de maneira pouco matizada). Porém, nem sempre foi assim. Muito antes da invenção do quadro clínico do vício, o consumo sistemático de substâncias que promovem alterações na percepção, no humor e no sentimento já eram uma constante na humanidade, remontando a lugares longínquos e a tempos imemoriais (LABATE; FIORE; GOULART, 2008).

Os destinos aos quais estão fadados os usuários de droga de nossa sociedade, assim como a compreensão nefasta tida sobre as drogas na atualidade, possui uma construção histórica de muitos anos que fora arquitetada, não por acaso, através da medicina e da criminalização dos que faziam uso de alguma droga através do poder do Estado (VARGAS, 1998).

Sabe-se que até o século XIX, as preocupações que envolviam o uso de drogas localizavam-se apenas no consumo de ópio realizado entre os chineses, sendo que o debate em cena significava muito mais uma disputa geopolítica do que um proibicionismo de usuários. Naquele momento, o uso das drogas era regulado, basicamente, pelos controles sociais informais e pelo autocontrole (ESCOHOTADO, 1998). Mesmo no que se refere ao álcool, cujos conhecimentos a respeito dos delírios causados pela ausência nos que tinham o

hábito do consumo remontam à Grécia antiga, a questão era tratada de outra forma, o álcool era, assim, visto como um alimento muito especial (FIORE, 2002).

A única proibição de substância psicoativa no século XIX foi feita ainda no Império e proibia o uso de maconha (VARGA, 1995). No entanto, esta proibição não se devia a uma preocupação direta com a substância; estava relacionada ao temor dos senhores e das elites políticas por uma rebelião da população escrava, que era em maior número que a população livre e se comportava com irreverência nas ruas do Rio de Janeiro (TRAD, 2010). Assim, seguiam-se as associações puritanas, traçando linhas diretas entre essas substâncias e comunidades imigrantes (RODRIGUES, 2003).

Segundo a mesma lógica, temos que:

[...] numa pesquisa realizada em artigos da Gazeta Médica do Rio de Janeiro entre os anos de 1862 e 1864, entre outras publicações da época, ficou claro que os abusos do álcool eram percebidos e relacionados, naquele momento, a defeitos morais, individuais, sociais ou raciais. Ou seja, não se atribuía às próprias substâncias grande importância, e não são raros os artigos em que médicos relatam o consumo contínuo de álcool ou nicotina para se atingir a cura de diversos males (FIORE, 2002, p. 4)

Como enfatiza Virginia Berridge (1994, p. 17), a novidade no século XIX não eram os conceitos de “vício”, “dependência” ou “embriaguez”, já existentes, mas a “conjunção de forças políticas, culturais e sociais que deu hegemonia a esses conceitos”.

É somente no final do século XIX e começo do século XX que as substâncias passaram a ser percebidas como portadoras de potencialidades maléficas, concepção que restringiu a venda de drogas às farmácias e boticários. Nesse momento, a questão das drogas no Brasil se viu afetada por dois acontecimentos históricos que ocorreram para além das suas fronteiras: a revolução industrial, com suas implicações para a transformação nos costumes sociais e a aliança entre a medicina psiquiátrica e o Estado. Devido ao primeiro acontecimento, o Rio de Janeiro e outras capitais brasileiras investiram em grandes reformas urbanas e sanitárias que culminaram no desalojamento da população local, acarretando a ampliação das favelas formadas. Concomitantemente, no campo da saúde mental, os médicos utilizavam do mesmo critério para entendimento da loucura, patologizando a população que se colocava em contraste àquela que habitava o mundo urbano das grandes metrópoles (TRAD, 2010).

Com esses parâmetros em vigor, as populações negras, pobres e/ou de baixa escolaridade terminavam preenchendo os requisitos e sendo reconhecidas como segmentos

sociais primitivos, inferiores e perigosos. Por isso, eram frequentes as proibições de suas práticas culturais, como as manifestações típicas da população afro-descendente, o samba, a capoeira, o candomblé e a maconha (FRY, 1978). Rapidamente, essa população passou a ser associada como a que fazia uso de drogas e por isso precisava ser contida.

A participação da medicina e da psiquiatria foi decisiva na construção na questão das drogas no Brasil, iniciando-se quando deteve para si o receituário e a manipulação de substâncias e cristalizando-se como instrumento de controle quando passou a definir questões morais e redefinir padrões de normalidade junto ao Estado (FIORE, 2005; FIORE, 2002; BARROS, 1990). Ambos passaram a dividir suas responsabilidades em torno do proibicionismo das drogas: aos médicos cabia receitar medicamentos e ao Estado cabia coibir a prática médica ilegal, mas também controlar as substâncias banidas. Configurou-se assim uma espécie de pacto, na medida em que a medicina ganhou o aval definitivo do Estado para a promoção da saúde da população, e conferiu ao próprio Estado a função de fiscalização e controle (ROSEN, 1994).

O desenvolvimento da indústria farmacológica também foi um dado importante para o aumento e a diversificação do consumo de drogas no Brasil. Em decorrência do avanço científico, os laboratórios passaram a sintetizar as substâncias psicoativas produzidas pela natureza, produzindo-as em escala industrial (TRAD, 2010).

Assim, estruturou-se no país, no século XX, uma complexa realidade em que ao mesmo tempo em que o consumo de tabaco e álcool, assim como de outras drogas, passou a ser objeto de uma forte intervenção reguladora estatal, que culminou em tratados internacionais, legislações específicas e aparatos policiais, a produção dessas substâncias prosperavam nas indústrias farmacêuticas e tinham seus preços cada vez mais valorizados (CARNEIRO, 2002)<sup>87</sup>.

Porém, com o passar do tempo, as legislações proibicionistas passaram a se sobrepor a qualquer possibilidade de venda legal de drogas. As determinações vinham, comumente, do Estado norte-americano que, em completa associação com a categoria médica realizou diversas convenções internacionais e foi, pouco a pouco, convencendo os europeus da necessidade de controles rígidos sobre a produção de papoula, e posteriormente da coca e da

---

<sup>87</sup> Neste ponto, percebemos novamente a conexão com o conceito de “dispositivo das drogas”, pois nos fica clara a existência de poderes e saberes capazes de criar o próprio fenômeno das drogas através do paradoxal estatuto social que ao mesmo tempo em que reprime também incita. É pelo mesmo viés que ocorrem anos mais tarde, pelos discursos biomédicos, tanto a recomendação de certas drogas como a negação de outras, como a morfina, a heroína, a cocaína, o éter, o clorofórmio, o ácido lisérgico, os barbitúricos e as anfetaminas que foram, sobretudo, produzidas, isoladas e/ou sintetizadas em laboratórios químicos, tendo em vista as próprias demandas biomédicas deste período (VARGAS, 2008).

maconha. Os laboratórios europeus resistiam, pois as vendas dos novos remédios, como a cocaína, seguiam promissoras, mas após o final da segunda guerra mundial, passou a haver consenso internacional com relação às ameaças das substâncias psicoativas mundiais (FIORE, 2002). Assim, no ano de 1961, uma grande convenção ocorrida naquela localidade ratificou um tratado que vigora, com modificações que não alteraram suas bases, até hoje:

A Convenção Internacional Única sobre Entorpecentes definiu uma lista de substâncias divididas em quatro graus de periculosidade e que teriam sua existência, produção, venda e, em certo sentido, seu consumo, proibidos. O Brasil é signatário não apenas dessa, mas de todas as convenções internacionais que se seguiram (FIORE, 2002, p. 6).

Após essa determinação, no Brasil, durante a Era Vargas, passou a haver definitiva incorporação das medidas proibitivas das convenções internacionais e, posteriormente, durante a ditadura militar iniciada em 1964, o modelo seria reforçado, em contraposição às novas tendências sociais dos movimentos sócio-políticos e de contracultura dos anos sessenta e setenta. Tais movimentos repercutiram fortemente nos setores juvenis e estudantis que tinham como alvo principal de suas críticas a própria ditadura militar e os valores morais da sociedade. No que concernia aos significados das drogas, acarretaram profunda mudança graças à difusão do uso da maconha e LSD entre os jovens de classe média das grandes cidades (TRAD, 2010).

Se antes da década de 1960 o consumo de drogas como a maconha e a cocaína era associado à prostituição, à criminalidade e à loucura, com a ditadura militar as drogas foram associadas à juventude, incorporando novos significados ao imaginário social, como a delinquência juvenil e a alienação político-social (TRAD, 2010, p. 116).

Além disso, a adoção de psicoativos entre jovens brancos “soou como alarme para os defensores da erradicação do consumo dessas substâncias”, pois “se o objetivo era banir um costume, o esforço para tal não poderia recair apenas sobre guetos” (RODRIGUES, 2003, p. 3). Por isso, no período da ditadura militar, foram estabelecidas diretrizes no plano jurídico-legal a fim de determinar as substâncias capazes de provocar “dependência” física ou psíquica para os fins penais e de fiscalização e controle. A Organização das Nações Unidas (ONU), por sua vez, começava a assumir os termos “drogas lícitas e ilícitas” para solucionar as contradições sobre diversas drogas entorpecentes, como as bebidas alcoólicas e os barbitúricos, que não eram vistas como tais (TRAD, 2010).

Dando continuidade ao processo de controle da venda e do uso de drogas, em 1972, promulgou-se mais uma iniciativa política no panorama internacional que ainda hoje tem sérios rebatimentos no panorama das drogas em nível mundial. Richard Nixon, presidente dos EUA na época, declarou a “Guerra às Drogas” que se tornou a tônica na abordagem internacional da questão das substâncias psicoativas ilícitas. A postura estadunidense tomou a forma de combate direto às drogas ilícitas com Nixon, o que significava a identificação por parte do governo dos Estados Unidos de países produtores e países consumidores dessas substâncias (RODRIGUES, 2003).

O Brasil, mais uma vez, acabou incorporando o posicionamento estado-unidense nesse período, quando ainda possuía um governo ditatorial. Posteriormente, com a abertura política que ocorreu nos anos 1980, o usuário deixou de ser visto somente como um delinquente, passando a ser aceito também como enfermo, tendo como alternativas a internação e o tratamento em clínicas (TRAD, 2010). Ainda assim, cresciam os fenômenos associados à droga-delinquência, contribuindo para uma dualidade de paradigmas em debate: de um lado mantinham-se as propostas voltadas para a repressão do consumo, através de pedagogias do terror e de slogans do tipo “diga não às drogas”; por outro lado, incrementavam-se as concepções fundamentadas em um tratamento mais humanizado ao usuário. Os programas de Redução de Danos se enquadram nesta concepção (TRAD, 2010).

Apesar das iniciativas mais humanitárias, percebemos que hoje “um fantasma ronda o mundo, o fantasma da droga, alçado à condição de pior dos flagelos da humanidade” (CARNEIRO, 2002, p. 2). Porém, esta breve contextualização histórica foi aqui apresentada numa tentativa de que pudéssemos também perceber que essas sombras fantasmagóricas nem sempre estiveram entre nós, foram criadas. Assim:

Problema de repressão e de incitação, a "droga", tal como é hoje o sexo, não existiu desde sempre, sendo invenção social recente e muito bem datada. De fato, mais do que apropriar-se da experiência do uso de drogas, o que as sociedades modernas parecem ter feito foi criar literalmente o próprio fenômeno das drogas; e o criaram por duas vias principais: a da medicalização e da criminalização da experiência do consumo de substâncias que produzem efeitos sobre os corpos e que, até sua prescrição e penalização, não eram considerada como "drogas" (VARGAS, 1998, p. 124, aspas no original).

Vale ressaltar, no entanto, que tal criminalização não culminou na erradicação do consumo. Pelo contrário, “o mercado negro instaurado pelo banimento legal dos psicoativos tornou-se uma pujante economia negociadora de compostos produzidos, transportados, vendidos e usufruídos na clandestinidade” (RODRIGUES, 2003, p. 4). Para além disso,

assumiu-se postura de estigmatização demonizante frente aos consumidores de drogas no final do século XX e inícios do XXI, uma vez que “Guerra às Drogas”, no fundo, nada mais é do que uma guerra contra indivíduos (HENMAN, 1980).

Heitor, soldado desta guerra quase por decreto, tinha, então, essas duas opções: deveria seguir pela via criminal, sendo preso, ou, com “sorte”, deveria seguir pela via da saúde, tratando-se em algum equipamento ou sendo internado em alguma clínica/comunidade terapêutica, como era mais provável, levando em consideração a vontade dos familiares. Porém, por conta de sua inserção no “mundo do crime” nem essa ínfima escolha ele teria. No decorrer de sua história, percebe-se um desvio desse jovem das possíveis instituições de cuidado por conta do uso de drogas, não havia mais lugar para ele no CAPSad, nem nas comunidades terapêuticas, nem nos narcóticos anônimos, o crime acabou sendo um direcionar essencial dos espaços possíveis para a sua entrada e permanência. E esses espaços passaram a ser cada vez mais escassos.

Becker (1963) menciona que quando um indivíduo torna-se reconhecido como um desviante passa a ser movido por vários mecanismos que conspiram para sua moldagem, segundo a imagem que os outros têm dele. Em primeiro lugar, após ser identificado como desviante, ele tende a ser impedido de participar de grupos mais convencionais, num isolamento que talvez as consequências específicas da atividade desviante nunca pudessem causar por si mesmas, caso não houvesse o conhecimento público e a reação a ele.

Por exemplo, ser homossexual, pode não afetar a capacidade que uma pessoa tem de realizar serviços de escritório, mas ser conhecido como homossexual num escritório talvez torne impossível continuar trabalhando ali (BECKER, 1963). Da mesma forma, o fato de Heitor ser um usuário de drogas que se envolve com o “mundo do crime” não traria prejuízos ou riscos numa proposta de encaminhamento para o CAPSad, para o narcóticos anônimos, ou para qualquer outro local que se propusesse a lidar especialmente com a temática<sup>88</sup>, porém o fato de ser conhecido como um “bandido” faz com que outras possibilidades de encaminhamento se coloquem para ele, apenas aquelas que trabalham com medidas contenção.

Becker (1963) ainda discorre sobre a possível reação tida quando esse homossexual descobre que fora privado de um emprego “respeitável” pela descoberta de seu desvio, segundo o pesquisador, este pode ser levado a assumir ocupações não convencionais,

---

<sup>88</sup> Não se quer aqui dizer que os locais citados no exemplo seriam os mais indicados para o jovem em questão (CAPSad, N.A.), porém, em meio à sentença de clausura, parecem ser mais admissíveis. Criticar profundamente tais instituições seria o mesmo que deixar livre apenas as opções mais extremistas.

marginais, em que isso não faz tanta diferença. De forma análoga, o usuário de drogas pode ser impellido para outros tipos de atividades ilegítimas, como roubo e furto, porque os empregadores respeitáveis se recusam a tê-lo por perto. No caso de Heitor não se tratavam necessariamente de empregadores, mas sim das pessoas do bairro, que somente o enxergavam enquanto um infrator de diversas leis e regras sociais. Esta falta de credibilidade, por sua vez, pode ter sido impulsionadora para que ele tenha assumido de fato sua carreira no crime.

De fato, era como se ele não tivesse mais nada a perder. Se compararmos os projetos de vida de Heitor às vésperas de sua prisão com as possibilidades vislumbradas por um jovem de classe média usuário de droga, temos que o segundo pode chegar à conclusão de que não deve abandonar a escola porque seu futuro profissional depende do grau de instrução, não deve satisfazer o desejo pelo uso - embora talvez não consiga resistir -, por exemplo, porque possui muitos elementos em “jogo”, é possível que julgue que o emprego, a família e a reputação na vizinhança dependem de que continue a evitar a tentação.

Segundo Becker (1963), o desenvolvimento “normal” das pessoas em nossa sociedade (provavelmente em qualquer sociedade) pode ser visto como uma série de compromissos progressivamente crescentes com normas e instituições convencionais. Assim, uma pessoa “normal”, quando descobre em si um impulso desviante, é capaz de controlá-lo pensando nas múltiplas consequências que ceder a ele lhe produziria. Entretanto, um indivíduo que rompe com essas normas e engendra na carreira do desvio, ou teria evitado, no curso de seu desenvolvimento, a realização de alianças embaraçosas com a sociedade convencional, ou, simplesmente não teria uma reputação a zelar ou um emprego convencional a conservar, assim poderia seguir seus impulsos.

No caso de Heitor, visivelmente, apostamos na segunda opção. Há algum tempo já havia abandonado a escola por não ver sentido em frequentá-la, não tinha um emprego naquele momento, vivia de *bicos* por achar que isso era suficiente naquele momento e a última coisa que tinha era uma reputação por zelar. Em suma, seu comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante. A sua carreira no desvio propriamente dita<sup>89</sup> havia começado com o uso de drogas, teria “evoluído” para o cumprimento de uma medida sócio-educativa, depois para a realização de diversos assaltos e, sempre permeada pelas reações públicas, teria sido paramentada com

---

<sup>89</sup> Na verdade, pode-se considerar que a carreira de Heitor no desvio teria começado quando era ainda apenas uma criança e já tinha à sua existência agregado o fato de ser filho de um traficante, e depois, de um homem assassinado.

diversos episódios que, até onde se sabe, não tinham sido da autoria do jovem, por fim, no momento teria agregado a ela mais uma marca: a prisão.

O tipo do desvio de Heitor, no entanto, não era daqueles que, segundo Pierucci (1999), pode ser convertido em discursos diferencialistas que pretendem afirmar identidades coletivas particulares e irreduzíveis, diferenças inscritas no corpo, dados da natureza, como o sexo, a etnia, a raça, a idade, a pele, a região, pertencimentos primários e supostamente “naturais”. Esses diferentes, sejam eles negros, mulheres, pentecostais, gays, transexuais, entre outros, são sujeitos que afirmam sua diferença e se engajam em movimentos sociais que lutam pelo direito à diferença. Ao contrário destes, Heitor se encontra fora das possibilidades objetivas de se engajar em movimentos identitários e de incorporar um regime discursivo de elogio e valorização de sua diferença supostamente imanente.

Ao invés disso, rejeitam sua diferença e a apreendem como algo incômodo e “viscoso”. Viscosidade é uma noção que Bauman (1998) toma do filósofo Jean-Paul Sartre, situando-a numa perspectiva sociológica e usando-a como metáfora da condição atual dos considerados desviantes ou estranhos de nossa sociedade. Ao contrário das substâncias líquidas, sob as quais temos controle e podemos, quando decidirmos, livrar-nos delas, as substâncias viscosas têm a propriedade de grudar, colar, possuir e impedir os movimentos, roubando-nos a autonomia e limitando nossa liberdade. Se no líquido, somos senhores de nós mesmos e da nossa vontade, podendo entrar nele e sair dele quando quiser, no viscoso perdemos essa capacidade decisória. Não somos nós que o tomamos, é ele que nos toma.

É dessa maneira que Heitor e outros jovens do Jardim Gonzaga apreendem sua condição, experimentando o mundo como pura viscosidade, como algo envolvente, sufocante e absorvente, que não apresenta perspectivas de saída e planos de futuro. Tomando a experiência desse jovem e de outros envolvidos no “mundo do crime”, matando e morrendo por pouco, perguntamo-nos em que medida o recurso à violência desmedida aparece como uma tentativa desesperada de reagir de maneira selvagem e furiosa, ao “inutilizante poder do viscoso, que arrasta e desagrega” (BAUMAN, 1998, p. 42)?

**PARTE III. AS REDES SOCIAIS**

---

## **CAP. 1. SOBRE AS REDES SOCIAIS**

A fim de obter informação sobre a produção de conhecimento sobre as redes sociais em interface com o uso de drogas, realizamos uma busca por dissertações e teses no Banco de Teses da CAPES utilizando combinações entre “adolescência” / “adolescente” / “juventude” / “jovem” com “drogas” com “redes sociais” / “redes de suporte social” / “redes de apoio social”, sem que houvesse qualquer restrição temporal. Encontramos apenas uma dissertação que estabelece maior proximidade com o estudo que aqui propomos, sendo esta intitulada de “A rede de apoio social e afetiva de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas” (COSTA, 2009), produzida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A dissertação realiza análises a partir da base de dados da Pesquisa Nacional sobre Fatores de Risco e Proteção da Juventude Brasileira, desenvolvida por Koller, Cerqueira-Santos, Morais e Ribeiro, em 2005, por meio da aplicação de questionário com itens sobre os apoios sociais da família, da escola e da comunidade e o uso de drogas, com 7.316 jovens entre 14 e 24 anos, classificados como de baixo nível socioeconômico pela pesquisadora, de ambos os sexos, em sete capitais e três cidades brasileiras. Observou-se que os participantes de maior renda perceberam a família como maior fonte de apoio, já os de menor renda perceberam a comunidade como maior fonte de apoio; as meninas perceberam maior percepção de apoio nos amigos da escola e os meninos nos amigos da rua. Além disso, investigou-se a relação entre a rede de apoio social e o uso de drogas, obtendo como resultado o fato de que as médias mais altas de apoios familiares e de pessoas da comunidade estavam associadas ao não uso de drogas, fato que levou à conclusão de que os apoios se constituíam enquanto importantes fatores de proteção (COSTA, 2009).

Apesar de tal conclusão, há apontamento quanto à impossibilidade de saber a direção em que a relação de apoio e uso de drogas ocorre, ou seja, se o uso de drogas acaba por acarretar uma redução na rede de apoio dos adolescentes ou se por perceberem menos apoio acabam se encontrando numa situação de maior risco para o uso de substâncias. Tendo em vista tal lacuna, a pesquisa sugere que, considerando a importância da rede de apoio para o desenvolvimento dos jovens e sua relação com o uso de drogas, realizem-se estudos mais específicos quanto aos tipos de apoio e sua influência no desenvolvimento neste tipo de comportamento (COSTA, 2009).

As demais produções foram descartadas após a leitura do título ou do resumo, pois, embora tivessem alguma proximidade com o tema em questão, por se atentarem à temática

das redes sociais, tomavam caminhos diferenciados nos objetivos propostos e na escolha da população a ser estudada, como nos casos dos estudos sobre: redes de proteção ao tráfico de drogas (CUNHA, 2009; PEREIRA, 2009), redes sociais de jovens em internação psiquiátrica (SCISLESKI, 2006), redes sociais e o processo de recuperação de uso de drogas em uma instituição filantrópica (MORAES, 2010) e rede de apoio social e afetiva de meninos em situação de rua (BRITO, 1999). Outras vezes, as teses e dissertações encontradas divergiam de forma mais significativa do tema que guiava a busca, como nos casos, não raros, das produções sobre adolescentes e jovens em conflito com a lei e portadores de soropositividade.

Houve também uma busca por manuscritos na base de artigos científicos *Scielo*, utilizando as mesmas combinações de palavras-chave, com exceção do termo “redes de suporte social”, não disponibilizado na busca, porém desta vez não se encontraram produções sobre o tema. Averiguamos, no entanto, que há extensa produção científica sobre o assunto “adolescência” na mesma base, resultando em 581 artigos científicos, quando esta é a palavra utilizada para a busca, e 1.149 quando a palavra utilizada é “adolescente”. Quando se soma à primeira palavra o termo “drogas” o que se observa é uma produção de 64 artigos, número que aumenta para 94 quando interligamos “drogas” à segunda palavra. Foi possível notar, além disso, que grande parte dessas últimas produções inscreve-se nas seguintes discussões: o uso de drogas na escola ou o desempenho escolar de adolescentes que fazem uso de drogas; o papel dos familiares, sobretudo os pais, com relação à prevenção do uso de drogas de seus filhos; possibilidades de tratamentos para adolescentes usuários de drogas; significados que a drogas parecem ter para essa população e, especialmente, os fatores de risco e de proteção para o uso de drogas feito por adolescentes.

Com relação às palavras, “juventude” e “jovem” há notável diminuição quando são buscadas isoladamente (150 no primeiro caso e 176 no segundo), mas também e, principalmente, quando são associadas à palavra “drogas” (quatro no primeiro caso e nove no segundo). Desta vez, as discussões centram-se apenas em dois temas: nas relações familiares existentes nos espaços onde residem jovens que fazem uso de drogas, fixando-se novamente nos fatores de risco e de proteção existentes nessas relações, e nas possibilidades de prevenção do fenômeno.

Notamos, portanto, que o fato de não encontrarmos artigos científicos sobre as redes sociais em associação a jovens que fazem uso de drogas, no tipo de busca escolhido, não pode se dar devido à suposta falta de produção (ou produção escassa) de estudos sobre adolescentes e jovens. Partimos, então, para a busca de artigos científicos sobre as redes sociais, com a pretensão de compreendermos com quais discussões a temática se encontra alocada.

Obtivemos 85 artigos sobre o tema “redes sociais” na base de artigos científicos *Scielo*. Destes, grande maioria, encontram-se inscritos nas discussões mais ligadas ao campo de conhecimento econômico, administrativo e da informática, nos quais se discorre sobre empreendedorismo, economia, capital social, redes de comunicação, dentre outros. Casos isolados em que há associação a temas mais ligados às ciências humanas, como artigos sobre processos migratórios (3), condições de acesso a emprego (2), movimentos sociais (1), congregações religiosas (1), amizade (1), crime organizado (1), pobreza (4) e população em situação de rua também (1) também se fazem presente. Os demais foram descartados, pois, pela leitura dos títulos, que não levavam as palavras “redes sociais”, não se pôde identificar suas naturezas.

Para o termo “suporte social” percebe-se maior associação às condições de vida de diversos grupos populacionais como idosos, adolescentes grávidas, pessoas portadoras de HIV ou que sofrem de epilepsia. O mesmo desfecho ocorre em função da busca por artigos sobre as “redes de apoio social” ou “apoio social”, resultando em produções sobre paternidade na adolescência, condições de vida de idosos e de pessoas com transtornos mentais, câncer, depressão, infertilidade, diabetes, hipertensão, dentre outras patologias.

Por fim, quando associamos os termos “adolescência” / “adolescente” / “juventude” / “jovem” com os termos citados nos parágrafos acima, “redes sociais”, “suporte social” ou “redes de apoio social” / “apoio social” sem somar a palavra “drogas”, por sabermos que o resultado seria nulo, foram encontradas três produções científicas. Os artigos tratam de temáticas variadas com relação às redes sociais, Silva (2010), por exemplo, nos traz um estudo que analisa a trajetória de inserção profissional dos jovens egressos do ensino superior, enfatizando as formas de acesso empregadas por estes para alcançar um emprego e relacionando-as às redes de relações sociais. Pereira e Sudbrack (2008) descrevem e discutem a relação entre os níveis de “dependência” relacional das drogas e a prática de atos infracionais entre os jovens, na perspectiva do adolescente em conflito com a lei. As autoras evidenciam a complexidade das relações entre a drogadição e a prática de atos infracionais entre jovens e fazem uma defesa pela formação de redes sociais como um elemento protetivo para essa população. Amparo et al. (2008) também argumentam sobre as redes sociais como um fator de proteção para adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial.

Outros três artigos trouxeram ainda perspectivas sobre o apoio social direcionados às gestantes adolescentes (SCHWARTZ; VIEIRA; GEIB, 2011; ESTEVES; MENANDRO, 2005; ALMEIDA et al., 2003) e à paternidade na adolescência (BUENO et al., 2012). Além disso, encontramos um estudo sobre a percepção dos adolescentes sobre o apoio emocional

recebido da família, dos amigos e dos professores, mensurados através de um instrumento chamado de *Social Support Appraisal* (ANTUNES; FONTAINE, 2005) e outro que busca avaliar a relação entre características do suporte social e estresse na infância/adolescência com sintomas depressivos na velhice, objetivando, a partir dos resultados, trabalhar numa perspectiva preventiva (CUPERTINO et al., 2006).

Frente aos dados que encontramos, a percepção que temos é de que quando a produção de conhecimento acerca das redes sociais e jovens não se encontra voltada para as temáticas mais cristalizadas sobre a faixa etária, como gravidez ou violência (adolescente em conflito com a lei), parece centrar-se em propostas metodológicas que utilizam instrumentos precisos para mensurar o suporte social, colocando-o em associação com variáveis como trabalho, gravidez, renda, dentre outras. Dessa forma, apresentam-se, com frequência, informações sobre fontes de suporte social e extensão da rede as quais sugerem uma participação maior da família próxima como fornecedora de suporte (MATSUKURA; MARTURANO; OISHI, 2002).

Contudo, tal abordagem distancia-se e muito da proposta que trazemos neste trabalho. Primeiramente porque os meios pelos quais se quer acessar as redes sociais e pessoais de jovens que fazem uso de drogas não é objetivo e segundo porque não se intenciona realizar reflexão sobre os fatores de risco e de proteção para a prevenção do uso das drogas através do levantamento dessas redes, mas sim, obter elementos que nos leve à compreensão de quais são as redes sociais. Trata-se de buscar uma compreensão acerca das redes formais e o papel que vem desempenhando e, também, as informais, que podem auxiliar nos possíveis momentos de dificuldade advindos do uso da droga. Dessa forma, por exemplo, talvez se possa pensar em novas elaborações políticas que pautem a questão das drogas no país, outras formas de se compreender o fenômeno, contudo, somente serão válidas se nos aproximarmos verdadeiramente destes jovens e acompanharmos as tramas que se desenrolam a partir do uso das drogas de perto e de dentro.

Os referenciais com os quais pretendemos dialogar trazem que o termo “redes” goza atualmente de expressiva popularidade, sendo utilizado para designar uma variedade de objetos e fenômenos. Entretanto, parece apresentar uma ideia comum em torno da imagem de pontos conectados por fios, de modo a formar a imagem de uma teia. Ou ainda de modo a configurar um “[...] sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede” (MARTELETO, 2001, p. 72). Assim, podemos observar sua presença quando nos referimos aos mais diversos tipos de conexões, como as redes entre as empresas

(econômicas), as redes voltadas para a informática, as redes educativas, as redes de congregações religiosas, as redes sociais, as redes pessoais, dentre outras (MARQUES, 2010).

Na busca por resoluções específicas de cada núcleo, sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais, iniciaram os estudos sobre as redes sociais nos anos 1930 e 1940, porém, utilizavam apenas um sentido metafórico, já que não indicavam características morfológicas das redes, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituíam. Entretanto, durante a segunda metade do século XX, o conceito de rede social tornou-se central na teoria sociológica, permitindo analisar a estrutura social a partir de uma perspectiva relacional e (re)colocando no centro do questionamento o elemento básico da sociologia: a interação social. Assim, iniciou-se um processo de construção de um sentido analítico para o conceito (PORTUGAL, 2007).

Nessa perspectiva analítica, as estruturas sociais passaram a ser representadas como redes formadas por nós interdependentes (indivíduos, grupos, corporações, agregados domésticos ou outras coletividades que se ligam a um alvo) e laços que representam as suas interconexões. As estruturas das relações passaram a ser concebidas como meios que configuram oportunidades ou constroem a ação individual, porém, estas não podem ser dadas a priori, antes de emergir na análise das relações entre os elementos que compõem. O ponto de partida da investigação não deve ser, portanto, um conjunto de unidades independentes, mas, pelo contrário, o conjunto de relações que as interliga. Não se pode querer compreender a estrutura e ignorar as relações que se estabelecem entre os seus elementos (PORTUGAL, 2007).

Esta análise social permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve e, também, o modo como eles usam e modificam consoante os seus interesses. Dessa maneira, procura-se responder a duas ambições centrais: explicar o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles se inserem e explicar a estruturação das redes a partir da análise das interações entre os indivíduos e das suas motivações (PORTUGAL, 2007).

Uma rede social pode ser, portanto, definida como um conjunto de unidades sociais (que podem ser indivíduos ou grupos, informais ou formais) e de relações sociais diretas ou indiretas entre essas unidades sociais através de cadeia ou dimensão variável. A partir desse pressuposto de interação constante no universo microssocial, desenvolve-se a compreensão relacional da estrutura social, ou seja, há uma visão dinâmica das relações do macro e do micro, nas quais ressalta-se o estatuto das análises micros na construção da macrosociologia e a relação entre a estrutura social e a ação individual (MERCKLÉ, 2004).

Segundo Giddens (1991), os processos macrosociais das sociedades modernas ocasionaram paulatinamente a perda da força e do significado dos contextos locais, fato que estaria ainda nos dias de hoje criando nos indivíduos uma sensação de estarem fora da rede social e, conseqüentemente, de estarem alijados dos processos decisórios. A percepção mais imediata destes seria a do esvaziamento das relações afetivas entre as pessoas e, no plano político, do enfraquecimento da cidadania. Paralelamente, há também os indivíduos cujo acesso a bens materiais oriundos de serviços, políticas e mercados de trabalho ou a elementos imateriais, como repertórios e formas de viver, são desiguais perante outros, fato que demarca uma localização igualmente marginal (MARQUES, 2009).

Para Castel (2000), diante dos processos de marginalização ou de exclusão dados efetivamente “[...] pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais” (p.22), é cada vez maior a necessidade de diferentes formas de intervenção. No que corresponde às diversas dificuldades de acesso, o autor conceitua a zona de vulnerabilidade social como sendo produzida na aliança da precariedade do trabalho com a fragilidade relacional, sendo esta estimulada por alguns fatores: extrema desigualdade social, migração para os grandes centros urbanos, precariedade de moradia, educação, saúde, exploração sexual, entre outros. Estar em condição de vulnerabilidade social, portanto, implica em ter frágeis redes sociais de suporte e estar inserido nas relações precárias com o mundo do trabalho (CASTEL, 1994).

Outras possibilidades para além da vulnerabilidade ainda se colocam tendo como base os mesmos eixos: o da relação de trabalho (com uma gama de posições, do emprego estável à ausência completa de trabalho) e o da inserção relacional (entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total). Circunscrevem-se ainda duas zonas do espaço social: a zona de integração – onde se dispõe de garantias de um trabalho permanente e pode-se mobilizar suportes relacionais sólidos e a zona de desfiliação – onde se conjuga ausência de trabalho e isolamento social, implicando uma dupla ruptura das redes de sociabilidade e participação. Há, por fim, uma quarta zona, chamada de zona de assistência, caracterizada pela concessão de uma proteção aproximada, fundada no princípio da “casa de caridade” (CASTEL, 1997).

Diante dos contextos colocados acima, as redes poderiam ajudar a vencer espaços geográficos e sociais e dar acesso aos indivíduos a círculos sociais mais ou menos amplos, ou inseri-los nesses círculos (MARQUES, 2009). Nesse sentido, as redes se tornariam redes de **suporte** social que, segundo Castel (1994), devem ser criadas e/ou fortalecidas como estratégia para evitar rupturas trazidas por situações nas quais a vulnerabilidade já está

presente. Dessa forma, faz-se importante o desenvolvimento de estratégias e ações que promovam os direitos e a participação decorrentes da cidadania de grupos sociais específicos (LOPES et al., 2008).

Essa capacidade de suporte que as redes sociais detêm encontra-se pautada nos estudos sobre a temática, sobretudo àqueles realizados por norte-americanos, que tem demonstrado que as pessoas que conhecemos e aquelas com quem podemos contar influenciam no nosso estilo de vida, nos nossos sucessos e insucessos, na nossa segurança, e no sentimento de bem estar e mesmo na nossa saúde (MARTINS; FONTES, 2004). Portanto, ao mencionarmos o apoio social fornecido pelas redes, ressaltamos os aspectos positivos das relações sociais, como o compartilhar informações, o auxílio em momentos de crise e a presença em eventos sociais (ANDRADE; VAITSMAN, 2002).

Enfatizamos as estratégias dos atores na construção de laços sociais fortes, vistas como indispensáveis para que o ator individual/coletivo possa fazer frente às situações sociais adversas presentes em seu contexto de vida, como o desemprego, o uso de drogas, a morte de familiares, entre outros exemplos (MARTINS, 2004). Demarca-se, no entanto, que as redes sociais são heterogêneas - variam de indivíduo para indivíduo -, são intrinsecamente dinâmicas e podem ser mobilizadas por eles de diversas maneiras, a depender da situação. Esse movimento demonstra a complexidade de tais dimensões e dos estudos que devem capturar, ao mesmo tempo, a sua estrutura (as próprias redes e as suas características) e a sua mobilização na sociabilidade cotidiana (MARQUES, 2010).

A partir das conceituações sobre a importância das redes sociais explicitadas, formas diferenciadas de estudar o fenômeno vão se constituindo, cada qual pensada em função de objetivos específicos. Para acessar essas especificidades, e outras, procura-se utilizar de três principais estratégias metodológicas: uma chamada de estrutural, que consiste na reconstituição da rede através do contato com todos os seus elementos, utilizando procedimentos sociométricos. Um segundo tipo de abordagem que consiste na seleção de um informador privilegiado que, observando de fora, reconstitui as relações entre os diferentes membros da rede e um terceiro tipo caracterizado por uma abordagem egocentrada, que reconstitui a relação a partir de um determinado indivíduo que pauta sobre sua própria rede social, indicando indivíduos pertencentes à sua rede com distância máxima de um passo a partir dele (PORTUGAL, 2007).

Refletindo sobre as opções metodológicas colocadas, nos fica evidente que para qualquer opção feita há perdas no sentido da análise por estarmos tratando de recortes muito objetivos que impõe restrições ao acesso de informações sobre as redes sociais (PORTUGAL,

2007). Nesse escopo, optamos por estudar as redes sociais de jovens que fazem uso de drogas e julgam necessitar de auxílio em determinados momentos, refletindo sobre as pessoas ou os equipamentos com os quais podem contar (ou não) em situações de possíveis dificuldades advindas do uso de drogas. Além disso, após termos nos defrontado com resultados preliminares do estudo, optamos por estudar também as relações que se impõe na vida dos jovens como fruto da forte mobilização de diversos setores da sociedade em torno da questão do uso das drogas, assim como dos estigmas e da visão negativista colocados sobre eles.

Por esse motivo não optamos pelas redes egocentradas, pois estas se restringem a um tipo de estudo segundo o qual os atores são incitados a listar apenas os seus contatos imediatos para ajuda, resolução de problema ou situação social. Tal escolha, portanto, impossibilitaria que colocássemos a lente sobre outros tipos de relações que possam permear a vida desses jovens, como aquelas que, apesar de presentes, não significam para ele qualquer tipo de auxílio ou ainda aquelas que possam se estabelecer com equipamentos, já que as redes egocentradas fixam-se apenas nas redes pessoais. Houve apenas uma premissa com embasamento nesse tipo de rede que adotamos para essa pesquisa, a escolha por ouvirmos aos nossos interlocutores, ou seja, o fato de priorizarmos a possibilidade de que os próprios jovens pudessem nos apontar sobre as redes que se estabelecem em suas vidas.

Com o intuito de abarcar da forma mais completa possível as redes desses jovens, extrapolamos para a busca de relações que não se limitam ao plano formal, podendo elas estarem inscritas no plano informal. No primeiro caso, as redes representam formas de articulação entre agências governamentais e/ou destas com redes sociais, organizações privadas ou grupos que lhes permitem enfrentar problemas sociais e implementar políticas públicas, são as chamadas redes institucionais, e podem ser constituídas por equipamentos de saúde, de assistência social, de justiça, dentro outros. No segundo caso, as redes referem-se a um conjunto de interações espontâneas passíveis de descrição, num dado momento, que aparecem num contexto definido pela presença de certas práticas mais ou menos formalizadas, podendo ser compostas por amigos, familiares, auxílios religiosos, inserções ilegais, entre outros (PAKMAN, 1995).

## **CAP. 2. PEDRINHO E HEITOR: UM OLHAR SOBRE AS SUAS REDES DE SUPORTE**

No caso do estudo realizado, há percepção de que é no campo informal que se inscrevem, fortemente, as redes sociais dos jovens acompanhados. Através das histórias

narradas constata-se que Pedrinho acessa com frequência a mãe e a irmã, pessoas com quem julga que pode contar nos momentos de dificuldades, mas também naqueles que se dão em função do uso de drogas.

Com relação a Heitor, mais uma vez, ressalta-se o suporte fornecido pelos familiares com relação ao uso de drogas, sua mãe e seu irmão, mais especificamente. Ambas as histórias deixam vir à tona, a todo o momento, mães preocupadas com seus filhos, que buscam formas de ajudá-los quando necessitam, embora, às vezes, pareçam se perder em meio às angústias e à sensação de impotência diante da complexidade das situações vividas.

O suporte dado pelos familiares com relação ao uso de drogas para adolescentes e jovens tem sido bastante abordado pela literatura. Inúmeros estudos mostram que os padrões de relação familiar, a atitude e o comportamento dos pais e irmãos são modelos importantes para os adolescentes e jovens, inclusive no caso do uso de drogas (BROOK et al., 1990; HAWKINS; CATALANO; MILLER, 1992; SCHOR, 1996; KODJO; KLEIN, 2002).

Além disso, diversas pesquisas indicam a associação do uso de drogas com: envolvimento parental ou familiar em consumo de álcool ou drogas, não ser criado por ambos os pais, baixa percepção de apoio paterno e materno, dentre outros fatores ligados ao assunto (PIKO, 2000; FLISHER, 2003). Ressalta-se, portanto, que o apoio dos pais é colocado no nível da prevenção, como um fator que pode impedir que os filhos façam uso de drogas ou, pelo menos, dificultar que isso aconteça.

Partindo desses pressupostos, chegamos a um impasse, pois os estudos citados facilmente nos permitiram concluir que Pedrinho e Heitor fazem parte de famílias que não esboçam preocupação com relação ao uso de drogas feito por eles. Seriam, segundo essa lógica, indivíduos que vivem em meio a interações familiares “problemáticas”, no sentido de não serem providos de cuidado e respeito.

No entanto, utilizar a premissa de que um dos mais significativos fatores protetivos ao uso de drogas nesse período da vida encontra-se depositado numa estrutura familiar “**adequada**”, em que os pais mostram preocupação com seus filhos, para explicar a situação de nossos colaboradores, seria o mesmo que ignorar toda dedicação das mães e irmãos testemunhada nesses acompanhamentos. Seria o mesmo que ignorar todas às vezes em que Dora sai às ruas à procura de Heitor nas *bocas* do bairro, todas as vezes em que Lúcia falta do trabalho para tentar ajudar Pedrinho, vai ao CAPSad, pede conselhos a mim e revela que passou a noite em claro porque ele não tinha voltado para casa.

Ainda assim, se quiséssemos sustentar a ideia de que, além de envolvimento materno insuficiente (TARTER; SAMBRANO; DUNN, 2002), esses jovens estariam sob aprovação

do uso de drogas feito pelos pais (FRIEDMAN, 1989; HAWKINS et al., 1992) encontraríamos outros pontos de espaço sem explicação. Toda a luta de Dora para privar os filhos de se “contaminarem” com o “mundo das drogas” durante a infância seria incoerente, como também a prática religiosa de Lúcia que condena fortemente qualquer envolvimento de seus fiéis com substâncias ilícitas (e algumas lícitas também).

Ocorre que todas essas situações não podem ser deixadas de lado e ao invés de nos atermos à compreensão do motivo pelo qual essas famílias acompanhadas fogem aos modelos replicados na literatura, precisamos nos questionar sobre o que estamos querendo dizer quando mencionamos os termos “estrutura familiar protetora”. De que **estrutura** se trata? E mais, o que seria uma estrutura familiar **adequada**? Ainda calcados nessa leitura familiar: O que estamos chamando, então, de famílias **desestruturadas**? **Inadequadas**?

Precisamos problematizar as interpretações que, estatisticamente, nos levam a associar ações condenadas socialmente com o uso de drogas, uma vez que estas afirmações fortalecem diretamente a compreensão pejorativa existente em torno da questão das drogas. Caso contrário, teremos que assumir que grande parte dos adolescentes e jovens usuários de drogas é proveniente de famílias onde o cuidado e o afeto foram falhos, onde não houve orientações, onde não houve preocupação, e outros clichês que não se sustentam quando olhamos para as vidas de muitos jovens, meninos e meninas. Faz-se necessário expandir a discussão para além do núcleo familiar, compreender o contexto em que estas pessoas estão inseridas de forma mais ampla, atentando para os aspectos macrossociais e rompendo com a lógica de culpabilização individualizada.

Ainda com relação às redes sociais informais, destaca-se que Pedrinho, diferentemente de Heitor, conta também com o apoio religioso concedido por duas crenças diferentes: o candomblé e o pentecostalismo.

Como já fora mencionado, tais templos religiosos fornecem a Pedrinho tipos de suporte distintos por possuírem leituras também diferenciadas acerca de sua existência e, mais especificamente, quanto ao fato de ser homossexual e usuário de drogas. O jovem, que transita entre as duas, parece ter conhecimento sobre os “benefícios” que podem ser adquiridos em cada uma, buscando-as em momentos específicos de sua vida, a depender os acontecimentos vivenciados, porém, ambas possuem algo em comum: o auxílio fornecido concentra-se na relação travada com as pessoas – pai-de-santo, pastor e a comunidade religiosa destes lugares – e não nas divindades cultuadas em cada uma delas, como se pensava inicialmente. Não se trata, nesse caso, de uma “salvação pela fé”, mas sim, de suporte fornecido na relação com as pessoas, os suportes pessoais.

No campo teórico, obtive que os estudos sobre as possíveis relações entre a religiosidade e o uso de drogas vêm se constituindo no país nos últimos anos, sendo, a maioria, de cunho quantitativo epidemiológico. Estes costumam associar a religiosidade ao menor consumo de drogas e a melhores índices de recuperação para pacientes em tratamento médico para “dependência” de drogas (SANCHEZ; NAPPO, 2008; DALGALARRONDO et al., 2004). Os estudos qualitativos são mais escassos, mas acabam por reafirmar a mesma premissa, um deles, por exemplo, identificou que a maior diferença entre adolescentes usuários e não usuários de drogas ilícitas, de classe socioeconômica baixa, era a sua religiosidade e a de sua família. Além disso, pautava que 81% dos não usuários praticavam a religião professada por vontade própria e admiração e que apenas 13% dos usuários de drogas faziam o mesmo (SANCHEZ; OLIVEIRA; NAPPO, 2004).

No entanto, não foram encontrados estudos que pudessem responder aos seguintes questionamentos: Por que o fato de frequentar determinadas religiões faz que jovens não usem drogas ou parem de usá-las? Quais as relações estabelecidas pelos jovens dentro dos locais religiosos? Enfim, o que eles buscam? O que encontram?

Tendo em vista que estes estudos apontam que a religiosidade, independentemente da religião professada, facilita a recuperação da “dependência” de drogas e diminui os índices de recaída de pacientes, ressaltamos a necessidade de pesquisas qualitativas que permitam a compreensão do fenômeno em suas múltiplas dimensões e de forma mais aprofundada (PARDINI et al., 2000). Assim sendo, este trabalho coloca-se como uma tentativa de contribuição para o alargamento das bases de conhecimento para este campo.

Por fim, questionamos o poder divino, tão enfatizado pelo imaginário social detido pelas religiões, sobretudo a católica e a evangélica, para a prevenção do uso de drogas ou tratamento de sua “dependência”, pois temos a percepção de que estes suportes não se encontram necessariamente relacionados com suas crenças, ou pelos menos, não apenas. A religião é muito mais do que isso. Marques (2010), por exemplo, nos aponta que a frequência a templos (e não a adesão a credos religiosos) tem efeitos sobre as redes de suporte social e as pessoas que frequentam intensamente templos religiosos (mais do que quinzenalmente) tendem a ter maior diversidade de sociabilidade do que as pessoas que não frequentam nenhum templo.

Tais afirmações, calcadas no suporte social das religiões fornecido pelos indivíduos que delas fazem parte e compartilham de um mesmo credo, nos trazem, por conseguinte, um último questionamento sobre o assunto para ser refletido em outros/novos trabalhos: Tal suporte fornecido pelas religiões poderia ser encontrado em outros locais que se

disponibilizassem a compreender a questão das drogas sem as taxações imediatas que relacionam esses usuários à doença e ao vício (candomblé) ou que pudessem imprimir-lhes rótulos sociais diferentes do “doente” e do “viciado” (Assembleia de Deus)?

Por fim, para finalizar os apoios informais, Pedrinho conta com o suporte fornecido por Melissa que compartilha com ele dos momentos mais críticos de uso de drogas. A travesti tem o domínio sobre as precauções necessárias para se viver na prostituição e isso inclui o cuidado para que Pedrinho não passe da quantidade de uso “recomendável” de cocaína. Quando não é por ele ouvida, intervém prontamente para encaminhá-lo para os locais que possam lhe assegurar o tratamento necessário. Tendo em vista diversas situações de auxílio, clarifica-se que Melissa tem grande importância na vida de Pedrinho, pois, dentre todas as pessoas que com ele se preocupam, ela é quem pode chegar mais perto de ajudá-lo, por ser quem, de fato, compartilha a sua vida.

De certa forma, percebe-se que essa responsabilidade empreendida na relação de Melissa para com Pedrinho é também por ele percebida, levando em consideração a frequência de situações em que se coloca em risco em sua presença. Portanto, o papel executado por Melissa, de inserir Pedrinho na *carreira* das drogas e da prostituição, já discutido neste trabalho, é também constantemente reconhecido por Pedrinho que, não só espera de sua amiga os conselhos sobre as roupas e os acessórios a serem utilizados, mas também o “salvamento” diante dos momentos em que os “erros” são cometidos. Melissa é para ele quase um aval para que possa viver perigosamente, desafiando todos os tipos de “sortes”, de ter uma overdose, de ser pega em uma emboscada enquanto trabalha, de se enfiar em qualquer tipo de enrascada com as outras companheiras de trabalho, de “pegar uma DST” etc. Frente a essas situações, nosso colaborador possui uma mãe, uma professora, a quem compete ensinar e, como Pedrinho bem o sabe, a arte de ensinar possibilita o erro, nem uma vez, nem duas, mas muitas.

O erro já não era tão facilmente permitido nas instituições formais que Pedrinho havia conhecido. Na comunidade terapêutica, por exemplo, o jovem havia vivenciado uma realidade bastante regrada, possuía horários determinados para a realização de todas as tarefas, era terminantemente proibido de acessar qualquer tipo de droga, lícita ou ilícita, havia uma série de aconselhamentos a serem seguidos para que o tratamento fosse eficaz, ou melhor, para que Pedrinho pudesse ser curado. A cura, acima de qualquer coisa, nos demonstra a falta de flexibilidade na situação vivida, já que, uma vez alcançada não permite deslizes, é um conceito estável e acabado.

A conduta vivenciada por Pedrinho naquela comunidade terapêutica nos remete ao conceito de instituição total descrito por Goffman (2008), quando mencionava as instituições de tratamento psiquiátrico, colégios internos, instituições religiosas e quartéis, organizadas a partir do binarismo entre equipe dirigente e grupo controlado. Nestes locais, a totalidade da experiência cotidiana dos indivíduos costuma ocorrer em um mesmo espaço-tempo: os internos dormem, fazem suas refeições, veem televisão, tomam medicamentos e “matam” o tempo no mesmo espaço, não havendo rupturas, como é comum em nossa experiência cotidiana, remetida à descontinuidade dos lugares em que fazemos nossas refeições, nos sentamos para conversar com alguém, consumimos cigarros e bebidas e, mesmo, dormimos.

Então, nas instituições totais, se está impregnado por uma atmosfera em que não há possibilidade de intimidade ou de fruição, há o impedimento de deliberar sobre aspectos miúdos da existência. Além disso, os internos que chegam a uma instituição total trazem referências a respeito de si mesmos e do mundo que tenderão a ser desqualificadas durante sua “carreira moral”, ou seja, pela “(...) carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele” (GOFFMAN, 2008, p. 24).

Tal processo de mortificação do eu aconteceria com o enfraquecimento da fronteira entre o eu e o ambiente, havendo uma tentativa de distanciamento completo das vivências anteriores ao processo de internação, através do monitoramento de visitas e do trabalho intenso sobre a vida psicológica dos internados, que não será definida como espaço ou experiência de singularidade, mas como aquilo que é negado e desqualificado, de forma permanente e contundente (GOFFMAN, 2008).

Dessa forma havia vivido Pedrinho. Com o impedimento de voltar para casa colocado e com o distanciamento das vivências realizadas em liberdade, era sujeito de um trabalho intenso de recolocação de sentidos e referências, realizado por meio do esquecimento dos prazeres vivenciados junto aos amigos e por meio do esquecimento dos amigos propriamente ditos. As visitas, único meio de contato com essas lembranças, eram raras e monitoradas, os familiares, principais indivíduos esperados nesses momentos, eram aconselhados sobre como se portar diante do internado, recebiam recomendações sobre o que poderiam levar, sobre o reforço da importância de que o internado pudesse se manter ali, dentre outras. Recordo-me que, numa dessas visitas, Lúcia, mãe de Pedrinho, havia sido seriamente repreendida pelo porte de cigarro no bolso de sua calça.

Naquela localidade, em que o “erro” devia ser prontamente “corrigido”, Pedrinho havia aprendido rapidamente a se portar, sabia, com grande habilidade, perceber os códigos

dos locais onde se encontrava, dada sua opção pela transitoriedade em vários campos da vida. Porém, ao voltar para casa, havia se deparado com inúmeros códigos conflituosos. Em seu território de origem, precisava saber lidar com a facilidade em se obter droga, com os convites feitos durante as andanças pelo bairro para que fumasse um *baseado* ou outro, com Melissa chamando-o para retomar as atividades na *pista*. Inúmeras situações que não haviam sido por ele ressignificadas, mas apenas guardadas no que Goffman (2008) chama de “estojo de identidade”, prática que tem por objetivo retirar dos indivíduos que vivem nas instituições totais todo e qualquer pertence associado às suas vivências anteriores, como também os pensamentos acerca destas, implicando numa verdadeira retirada da identidade.

Foucault (1995) também faz menção às instituições como sendo um meio através do qual, já no século XVI, se empregavam técnicas de individualização e totalização, que trabalhavam arduamente na preservação e no estudo da vida dos indivíduos com a condição de que cada um deles fosse submetido a um conjunto de modelos muito específicos. Retornando à atualidade, podemos ainda observar a presença dessa racionalidade política atuando, impondo uma individualidade padronizada, da qual decorre, conseqüentemente, certo empobrecimento no desenvolvimento das relações entre as pessoas. O mundo relacional fora consideravelmente empobrecido pelas instituições (FOUCAULT, 2004a).

De forma contrária a essa lógica, Foucault (2004b) nos coloca as relações de amizade como uma forma de contradizer e combater diretamente a individualidade padronizada, imposta por uma específica forma de poder. Na amizade, multiplicam-se os campos de possibilidade de relacionamentos e, conseqüentemente, de surgimento de novas subjetividades, para além de duas supostas codificações. Por tudo isso, a amizade, no conceito de Foucault (2004b), utiliza-se da filosofia como um exercício de si no pensamento para constituir-se como um modo de vida e de relações que escapa constantemente dos processos de institucionalização e restrição do tecido relacional impostos pelo biopoder (CARDOSO JR; NALDINHO, 2009).

Ainda assim, toda amizade é permeada por certo fator de conflito, de inovação, de experimentação, diferenciação, de reflexão, trabalho e afirmação de si enquanto força criativa, ou seja, por uma certa atitude ativa frente às condições atuais em que vivemos. Os conflitos, aliás, tornam-se essenciais para tais relações, na medida em que produzem um campo fecundo aos embates de ideias, os quais não buscam alcançar uma verdade universal, mas permitir a consideração de múltiplos pontos de vista (FOUCAUT, 2004b).

Além disso, nesse campo suscetível ao surgimento de múltiplas relações inéditas, constituído pela amizade, a existência do poder é inevitável, pois, como já dito, segundo

Foucault (1995), em qualquer relação humana há relações de poder. A presença do poder nas relações de amizade, entretanto, deve possibilitar fuga, resistência, luta e inversão da situação, caso contrário, poderá consolidar uma situação de dominação (FOUCAULT, 1995). Esta, quando detectada, coloca em destaque a necessidade de evitar que tais pontos de dominação apareçam na amizade, questionando a pertinência de existência de focos de não consensualidade a partir de um ser ético (FOUCAULT, 2004b).

Dessa forma, encontrava-se Pedrinho, entre a padronização de sua individualidade vivida no suporte concedido pela comunidade terapêutica e a produção constante de subjetividade construída na relação com Melissa. Durante os seis meses que vivera na instituição tinha se afastado quase que completamente da forma de viver anterior, não utilizava mais as roupas justas, não se maquiava, não possuía mais contato com os amigos com quem usava drogas, nem com os traficantes do bairro, nem com as colegas da *pista*. As únicas pessoas com as quais ainda tinha contato eram sua mãe e sua irmã, pessoas que não podiam ser ligadas ao uso de drogas feito por ele, senão para lembrá-lo de que aquilo não deveria ser feito.

No entanto, após o período de internação, Pedrinho havia voltado para todas aquelas vivências e, rapidamente, pôde perceber que o conceito de cura, ao menos naquele caso, estava circunscrito em espaço e tempo determinados. Repetia, por diversas vezes, que na comunidade terapêutica havia aprendido muitas coisas, mas a mais importante não lhe haviam ensinado: como manter-se longe das drogas em seu próprio território? Ele dizia: “Lá era fácil, não tinha ninguém te chamando pra usar droga e nem usando do seu lado, além disso, tinha gente que ficava o tempo todo dando força, falando pra não usar, falando que fazia mal... mas a vida aqui fora é bastante diferente” (sic).

Do lado de fora da instituição, na vida real, quem o acompanhava era Melissa. Na relação de amizade estabelecida entre Pedrinho e a travesti a padronização, tão existente na lógica institucional, não estava presente. Embora Melissa fizesse inúmeras recomendações a Pedrinho, havia situações em que estas não eram seguidas, os momentos conflituosos eram muitos e faziam-se importantes para que ambos fossem capazes de fortalecer suas subjetividades. Além do mais, mesmo quando Pedrinho desafiava a amiga, contrariando alguns de seus pressupostos, recebia seu suporte caso tivesse que arcar com as consequências da escolha feita. Não era por ela descartado, nem taxado de “mais amigo” ou “menos amigo” por isso.

Dentro das instituições, contudo, a padronização ainda reina, mesmo que possa estar articulada num leque mais extenso de possibilidades, como o é no CAPSad, também parte da

rede de suporte social formal de Pedrinho que havia, de certa forma, se imposto em sua vida para a viabilização de sua internação. Essa “padronização ampliada” pode ser percebida em diversos relatos da coordenadora do local, em entrevista. Primeiramente, quando questiono sobre a existência de diferentes tipos de tratamento oferecidos no local (intensivo, semi-intensivo e não intensivo) e para que pacientes são indicados, a coordenadora responde que o Plano de Tratamento Individual deve ser elaborado conforme a necessidade de cada paciente, que não há uma determinação precisa sobre que tipo de paciente deve ser enquadrado em cada modalidade de atendimento.

Pergunto também se o critério estabelecido para determinar a frequência com a qual o indivíduo precisa estar na instituição está baseado no nível de “dependência” e ela diz que não, reforçando que é a necessidade que deve orientar essa prescrição. Assim, a necessidade de auxílio não estaria diretamente ligada à “dependência”:

Tem paciente dependente que consegue manter o trabalho, o salário inteiro vai para manter a droga, mas ele trabalha, então como eu vou falar pra ele ir todo dia? Que construção é essa? Então é sempre um caso individual, são muitos os casos... pessoas em uso abusivo estão chegando muito ao serviço, essa pessoa não é dependente porque ela pode ficar um tempo sem usar nada, uma semana, sei lá, aí eu pergunto “você tem abstinência?” e a pessoa “não!” ou “você está aumentando o seu uso?” e a pessoa “não!”, então ela não vai preencher os critérios de dependência. Então aí vai depender muito o caso: suspeita de uso, aí a gente vai dar informação, vai fazer uma ação preventiva com a família também, nós fazemos orientação, aconselhamento.

Em outro momento da entrevista, comento sobre as padronizações dos níveis de “dependência” para o uso de drogas existente no CID 10 e DSM 4, e ela comenta:

Quem dá o CID, o diagnóstico é o médico, mas a gente vai conseguindo perceber isso pelos prejuízos que a pessoa vai tendo na vida. Então a categorização é feita dessa forma, o médico olha pelo CID e nós olhamos por outras esferas, observamos as perdas que vão acontecendo na vida desse sujeito. E também não é todo dependente que vai ter muitas perdas, porque tem dependentes que conseguem ficar abstinentes, então essa classificação não é tão objetiva, embora a literatura traga coisas bem objetivas, eu não consigo classificar assim, a gente vai ver por dados da história, diversos acontecimentos, por isso na nossa entrevista inicial a gente aborda uma variedade de fatores muito grande.

Através desses relatos, fica aparente que o CAPSad possui variações na compreensão tida sobre os seus usuários que não se limita, necessariamente, às categorizações clássicas e objetivas do campo da saúde. Por outro lado, embora o serviço varie em modalidades de

atendimento e frequência, dando origem a uma série de planos de tratamento individuais, age dentro de uma lógica institucional, precisa seguir uma conduta, e está atravessado pelos diagnósticos, pela localização da questão enquanto uma doença. Assim, mesmo quando um paciente não é dependente, ainda é pensado enquanto um possível dependente, ou se enquadra dentro de outras categorias (uso abusivo, uso esporádico) que levam a lógica da “dependência” em consideração para o estabelecimento de um parecer, um diagnóstico situacional.

Para além disso, há uma imaginário em torno da população adolescente e juvenil no meio social que se encontra presente numa das falas da coordenadora. Ela me explica que quando se trata de uma indicação de internação em comunidade terapêutica para adolescentes e jovens feita pela psiquiatra do serviço, esta costuma ter caráter compulsório, uma vez que, essa população tem uma característica muito forte de “ambivalência” (sic), ou seja, variam muito sobre a vontade de ir ou não ir para a instituição e, por isso, torna-se complexo que suas opiniões sejam levadas em conta. No caso de adolescentes gestantes a situação se coloca com um maior nível compulsório, já que se considera que estão colocando em risco outra pessoa, além de si mesmas. A partir de tal relato, lançamos o questionamento: como estariam organizadas as ações do serviço para adolescentes e jovens tendo em vista que suas opiniões, em determinadas situações, não são levadas em conta pela equipe de trabalho?

Pedrinho nos direcionava a resposta da questão. Não havia aderido ao CAPSad, embora as forças em torno dessa possibilidade tivessem sido empreendidas insistentemente pela mãe. Dizia não gostar do tratamento recebido e isso, era, de fato, compreensível, levando em consideração toda a ambivalência presente em seu ser. Preferia transitar pelas fontes de suporte disponíveis nas relações informais, estas pareciam possibilitar o agenciamento necessário para que mantivesse a sua circulação, o movimento incessante entre idas e vindas tão realizado por ele. No CAPSad bastavam algumas faltas para que ele fosse desligado do serviço e precisasse passar novamente por uma entrevista inicial, para que uma nova vinculação fosse efetivada. Pedrinho não tinha perfil para isso, não sabia viver entre as amarras da burocracia institucional.

Com relação a Heitor, a entrada nos equipamentos formais havia se dado de outra forma. Devido às circunstâncias específicas, havia se imposto em sua vida o contato com a Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes de São Carlos, SP e, posteriormente, o presídio.

Neste local, destaca-se o trabalho de caráter preventivo desenvolvido por um dos policiais, que prevê o atendimento aos usuários de drogas e seus familiares e palestras em

diversas escolas públicas do município de São Carlos e região para debater sobre a questão das drogas na sociedade. O serviço se coloca como mais uma porta de entrada para a questão, pois o policial dá espaço para que, por demanda espontânea, familiares possam procurá-lo para pensarem juntos nos possíveis encaminhamentos para o uso de drogas. Carlos também realiza uma interlocução com os indivíduos apreendidos pela delegacia por porte ou uso de drogas, em especial adolescentes e jovens, para discutir sobre as consequências tidas em função daquela escolha.

Durante um dos encontros tido com o policial, pude acompanhar um de seus atendimentos e as reflexões feitas junto a uma senhora que buscava ajuda para o neto em uso de drogas e também em exercício de tráfico de drogas. Carlos buscava trabalhar em conjunção com diversos outros equipamentos do município, costumava tentar o encaminhamento dos indivíduos para o CAPSad e, dependendo do caso, recorre ao pedido dos familiares sobre a internação de jovens em comunidades terapêuticas do município, realizando as interlocuções necessárias para isso. Também trabalhava em parceria com o Núcleo de Atendimento Integrado – NAI, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude – SMEIJ, Centros de Referência à Assistência Social - CRAS, dentre outros. Sobre suas atividades preventivas dizia:

Eu gosto de estar na linha de frente de outra forma, de estar atingindo outros objetivos, objetivos da prevenção para não chegar ao ponto da criminalidade eu penso que dentro de uma sala de aula, dentro de uma roda de conversa de jovens, dentro do ambiente que esses jovens estão... é dali que tem que partir o diálogo.

Embora as iniciativas do policial representem um avanço, no sentido da abertura das ações de cunho repressivo para uma maior compreensão dos indivíduos que fazem uso de drogas, possui as interlocuções prioritariamente centradas na saúde que, aqui, se associam à repressão. Para além dos encaminhamentos da justiça, vislumbrava esses jovens no CAPSad e em comunidades terapêuticas da região, para que assim possam ser devidamente cuidados e consigam se livrar completamente das drogas.

A entrada de Heitor nesta via de suporte tinha se dado através de Dora, ela havia ficado sabendo por outras pessoas do bairro, pais e mães de jovens também usuários de drogas, sobre a possibilidade de buscar auxílio junto a um policial da DISE. Para ele tinha contado toda a história do filho. Carlos a tinha aconselhado a buscar atendimento para Heitor no CAPSad, dizendo também sobre a importância de que ela participasse das atividades do local, para que recebesse suporte e fosse orientada sobre como lidar com ele. Após muitas tentativas frustradas de conduzir Heitor ao equipamento tinha decidido ir sozinha para ver se

conseguiria uma internação para ele, mas se decepcionara com o procedimento burocrático envolvido: o jovem precisaria dar entrada no equipamento, fazer uma avaliação inicial, passar por consulta com psiquiatra para, depois, caso fosse da concordância do médico, ter um pedido de internação enviado para a Defensoria Pública. Por fim, caso houvesse vagas, a internação deveria acontecer em cerca de 30, 35 dias em locais conveniados com a prefeitura de São Carlos.

Dora nunca havia conseguido levar Heitor para uma avaliação no CAPSad, o jovem era totalmente contrário a uma internação. Com o passar do tempo tinha desistido de fazer contato com o CAPSad, pois não via sentido em participar dos encontros para orientação sendo que o filho não estava fazendo nenhum tipo de acompanhamento e não havia nenhuma previsão para sua internação. Também nunca tinha conseguido convencê-lo a conversar com Carlos sobre a sua situação. Entretanto, poucos meses depois, o caminho de Heitor inevitavelmente se cruzou com o policial: Heitor fora conduzido à DISE por porte de cocaína. Nessa ocasião, segundo Dora, os dois tinham conversado durante bastante tempo. Carlos havia falado sobre a necessidade de que ele procurasse ajuda, no CAPSad ou até mesmo via internação e ele, para o alívio da mãe, tinha concordado com a segunda possibilidade.

Todavia, com o tempo, o jovem se distanciava mais e mais do acesso a qualquer via de auxílio pela saúde. Negava-se a dar entrada nos equipamentos formais e dava início a uma série de envolvimento com a polícia, não por porte de droga, mas pela realização de roubos que pudessem render algum dinheiro para comprar cocaína. Aos poucos, socialmente, sua questão deixava de ser o uso de drogas, para se tornar o crime, ou melhor, a **contenção** do crime que mais dia, menos dia, viria a ser realizada. Como já fora discutido, o rótulo de “bandido” adentrava com força o seu reconhecimento e esse era determinante para que os equipamentos da saúde fossem descartados de suas possibilidades, já bem raras, de inserção. O julgamento moral, a concepção de “mau caráter” havia tomado o lugar do “doente”, que necessitava de auxílio e de cuidados. Heitor havia rompido a fronteira que divide, de forma tênue, aqueles de quem a sociedade sente pena, daqueles de quem a sociedade sente medo.

Após a sua prisão, de forma concreta, haviam sido retiradas todas as possibilidades de abordagens mais humanizadas acerca do uso das drogas, numa compreensão social da questão, descentralizada da saúde e da justiça, composta numa interconexão entre diversos campos do conhecimento. Dora, em seu “descontentamento aliviado”, permanecia firme frente à sua crença nas instituições, havia “comprado”, de fato, o discurso produzido e reproduzido pelo Estado, sobre o bem estar de seus cidadãos através dos equipamentos por ele criados. Contudo, não se atentava para o fato de que muitas dessas não podiam ser acessadas

pelo filho, havia uma incompatibilidade entre a crença por ela sustentada e as reais possibilidades de inserção de Heitor. Quanto àquelas colocadas como possíveis, trariam, em última instância, alguma contribuição?

Essa crença nas instituições também era percebida em Lúcia, quando buscava atendimento para Pedrinho no CAPSad e preocupava-se com a chegada de sua maioridade, por achar que a entrada nos equipamentos diminuiria em função disso. As instituições pareciam ser fonte de esperança para ambas, uma possibilidade de melhoria dos filhos e, de fato, poderiam assim ser se os jovens demonstrassem interesse em frequentá-las. Com as críticas realizadas ao tratamento empregado na comunidade terapêutica e CAPSad não se quis avaliar a capacidade (ou não) destas instituições para trazer melhorias com relação ao uso de drogas na vida das pessoas, o que se almejou foi esclarecer que na vida de Pedrinho e Heitor estas não fizeram sentido.

Este fato revela a impossibilidade de que as instituições, de uma forma geral, possam servir a toda sociedade com eficácia. Estas são pensadas necessariamente para um público, de forma a padronizar, por necessidade, os procedimentos a serem realizados, ainda que numa tentativa de abarcar diversas especificidades (grupos diferenciados, diversas proposições de atividades). Assim, há de se convir que podem (e devem) ser eficientes ao tratamento de determinadas pessoas, podem atingir um perfil específico de usuários e, por conseguinte, necessitam assumir seus próprios limites, deflagrados aqui nessas histórias contadas.

Quanto a esses jovens, a partir da compreensão de suas redes sociais, precisávamos aceitar as dicas trazidas sobre as escolhas feitas, sobre as formas de se viver, nos permitindo trabalhar com as devidas potencialidades de uma aproximação dos cotidianos, cedendo à constante “contaminação” com essas subjetividades para, enfim, alicerçá-los como parte de uma realidade possível. Para além da defesa de uma tentativa de inserção de Pedrinho e Heitor nas instituições formais que se mostraram presentes, de alguma forma, em suas vidas, cabe-nos ressaltar que para eles, as redes sociais formais não ofertaram repostas condizentes às suas realidades. No mais, podemos utilizar os elementos apreendidos nesses acompanhamentos para nos voltarmos para a própria categoria, a Terapia Ocupacional Social, colocando-a como uma possibilidade de trabalho no contexto referido, desde que seus profissionais se proponham a travar com O outro uma aproximação verdadeira.

### **CAP. 3. A TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL, POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO**

Os objetivos desse estudo originaram-se através das práticas realizadas na Terapia Ocupacional Social e tomaram forma conforme os aprofundamentos realizados ao longo de um percurso. Esse capítulo, em específico, se propõe a discutir essa categoria profissional enquanto uma possibilidade de trabalho que transcende a lógica institucional pautada acima, dentre outras existentes. Considerou-se, entretanto, que seria necessário discorrer sobre determinados pressupostos desse núcleo de práticas e de conhecimento antes de adentrarmos à discussão propriamente dita.

Os primeiros passos para o surgimento de uma terapia ocupacional no campo social deram-se a partir de críticas que os próprios terapeutas ocupacionais brasileiros passaram a fazer sobre as práticas e os embasamentos que os fundamentavam, passando, com isso, a focalizar novas formas de intervenção, que se direcionavam para demandas ainda não abordadas por aqueles profissionais, pelo menos não a partir do ponto de vista que estes sugeriam. É importante ressaltar que o contexto em que viviam contribuiu para tais elaborações, uma vez que se encontravam em meio a discussões e questionamentos da conjuntura social, política e histórica do país, ao final da década de 1970 e início da década de 1980, disparadas pelos movimentos populares e de redemocratização do país (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

Na década de 1970, segundo Galheigo (1997), os terapeutas ocupacionais trabalhavam exercendo o papel de “promotores de adaptação social” nas instituições totais, estabelecendo a ocupação do vazio institucional. O contexto era de ditadura militar e todos os eventos políticos eram mediados pelo Estado, em um processo de despolitização e controle da organização da sociedade civil através da repressão severa de qualquer tipo de organização popular, assim como da livre expressão dos indivíduos (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a).

Embora os profissionais terapeutas ocupacionais tenham iniciado, em meio a esse contexto, reflexões acerca da realidade social colocada, compreendendo que para a problemática que encontravam diante de si não era suficiente que se discutisse “apenas” sobre qual terapêutica ou qual programa individual seguir, não possuíam ainda os recursos necessários para enxergar além do que consideravam ser “o risco de medicalização da sociedade” (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002), ou ainda para realizar ações que se dedicassem a abordagens coletivas das questões com as quais trabalhavam. Não era possível, naquele momento, alargar o campo de sua ação a populações que constituíssem demandas

fora do sistema de saúde (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 1999), tendo em vista o histórico da saúde pública no Brasil, notadamente seu desenvolvimento na década de 1990, e o histórico do desenvolvimento da profissão no cenário nacional.

Apesar disso, percebe-se que

os profissionais vão, aos poucos, focalizar o “social”. Entretanto, este “social” é compreendido como o contexto global que influenciaria de fora a dimensão terapêutica. Ou seja, trata-se de um social substantivado, esvaziado de historicidade e de sua força explicativa do movimento e do real. Foi, assim, incorporado como um aspecto (entre outros) no interior de uma racionalidade fragmentadora e redutora (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, aspas no original).

Foi somente no final da década de 1980 que as mudanças políticas e econômicas influenciaram a prática do terapeuta ocupacional. Aqueles profissionais, como também outros, protagonizaram movimentos sociais que lutavam pelo direito das pessoas com deficiência, dos portadores de transtornos mentais, de crianças e adolescentes e foram assíduos à luta pela universalização dos direitos de acesso aos serviços sociais, com destaque para os serviços de saúde. Tais práticas reorganizaram a assistência e, conseqüentemente, transformaram as condutas dos terapeutas ocupacionais, que passaram a ter a cidadania como eixo articulador de seu trabalho (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a).

Acompanhando a dinâmica dos movimentos sociais, iniciou-se um relevante debate sobre os processos de desinstitucionalização, principalmente no campo da saúde mental. Apontavam-se possibilidades de rupturas com a realidade de asilamento imposta aos indivíduos que sofriam de transtornos mentais, ou que recebiam este rótulo para justificar a retirada do meio social. Soavam mais forte, então, as contradições acumuladas pela força do asilamento, pelo poder médico, pela visão redutora do adoecimento e pela gravidade das condições de vida nas enfermarias psiquiátricas em que loucura e miséria continuavam a se misturar (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a).

Os terapeutas ocupacionais que, desde a década de 1970 elaboravam críticas acerca do papel profissional desempenhado no interior das instituições totais, passaram a integrar tais discussões. A desinstitucionalização, acompanhada de intervenções no âmbito territorial, impulsionou a repensar a prática profissional que, naquele momento, recebeu o aval para romper os limites estabelecidos pelos muros da instituição, acessando o usuário em seu território e promovendo ações para além dos limites institucionais (MALFITANO, 2005). Os novos pressupostos impulsionam o descentramento da ação do terapeuta ocupacional: do

enquadramento individual (*setting*) para os espaços de vida cotidiana (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

Passou-se, então, a desenvolver-se uma prática inovadora na terapia ocupacional “marcada pelo princípio de responsabilidade territorial na assistência que envolve, entre outros aspectos, a valorização da demanda em que a pessoa é percebida como sujeito de direitos, de saber e de desejos” (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007b, p. 355). Para embasar essa nova prática territorial, utilizava-se uma compreensão de território que extrapolava o espaço delimitado geograficamente, mas pressupunha também sua constituição histórica e as relações socioeconômicas e culturais ali desenvolvidas (OLIVER; BARROS, 1999).

Essa contextualização territorial trouxe outros âmbitos para o desenvolvimento do trabalho, possibilitando que o processo proposto pela terapia ocupacional pudesse ser ampliado para a construção de novas abordagens, para a utilização de novos espaços e para as dimensões macroestruturais. O foco passou a ser o usuário, compreendido como sujeito de direitos, e as ações transdisciplinares, baseadas nos conhecimentos socioantropológicos (MALFITANO, 2005).

Junto a diversos estudiosos que trouxeram contribuições para a terapia ocupacional provenientes destes núcleos, destacamos o sociólogo Castel que, nas décadas de 1980 e 1990, colocou-nos a discussão sobre a adoção de políticas neoliberais, com a lógica do Estado mínimo, e das transformações no mundo do trabalho que ocasionaram degradação das relações de trabalho e dos sistemas de proteção associados (CASTEL, 1994). Revelou-nos também uma nova compreensão para a questão social, permeada por dois âmbitos: o trabalho e as relações sociais. Além disso, discorreu sobre a degradação das relações de trabalho e dos sistemas de proteção associados, demarcando que esta teria levado ao aparecimento de sujeitos considerados “sobrantes” que desenvolvem “déficits de integração” (no trabalho, moradia, educação, cultura) e sofrem desqualificação, invalidação social e dissolução de vínculos, até ameaças de exclusão com tratamento discriminatório explícitos (CASTEL, 1997).

Na atenção a essas populações atingidas pelas conjunturas sociais é que a terapia ocupacional no campo social passou a focar sua atenção. Partindo deste ponto, hoje, procura compreender as interações que atuam sobre os sujeitos, percebendo as variadas formas e intensidades de dissolução de vínculos, de vulnerabilização das redes sociais e precarização do trabalho, de modo a possibilitar que os sujeitos possam realizar reflexões sobre suas próprias realidades, encontrando maneiras de auxiliá-los nas transformações, caso essas sejam desejadas (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a).

Assim, se pode justificar a intervenção da Terapia Ocupacional Social com os colaboradores deste trabalho. Embora não tenha me dedicado à realização de ações técnicas com Pedrinho e Heitor no tempo em que pude acompanhá-los, reconheço a pertinência das ações desse núcleo profissional com estes sujeitos, na medida em que têm suas redes de suporte social bastante fragilizadas em função do lugar social que ocupam, apresentando dificuldades muitas de acesso nos mais variados campos da vida. Dessa forma, como nos sinalizam Barros, Lopes e Galheigo (2007b), os terapeutas ocupacionais poderiam travar verdadeira aproximação com o cotidiano desses jovens, a fim de observar e compreender a produção de sentidos executada por eles, suas maneiras de viver, trabalhar e realizar negociações culturais.

Além disso, essa noção de território possibilitaria aos técnicos, por comportar a necessidade de se ultrapassarem os espaços especializados da ação técnica, habilidades para o “reconhecimento do outro e a busca de estratégias para interagir em relações de alteridade e para aprender a conhecer as identidades singulares e coletivas, as culturas e as formas de linguagem e de comunicação presentes no território/comunidade (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007b, p. 355).

Ressalta-se ainda que a capacidade de trabalhar no território coloca, numa possível ação com esses jovens, uma potencialidade de suprainportância, já que estamos nos referindo a indivíduos que pouco acessaram as instituições formais de cuidado e acesso a direitos, em geral. Para que tenham as tramas de sua vida desveladas necessitam de acompanhamentos que verdadeiramente se aproximem de suas vivências e sabe-se que as instituições citadas não possuem as ferramentas necessárias para esse tipo de ação, não há recursos humanos suficientes, nem tempo e não se coloca esta aproximação como uma prioridade no que concerne aos objetivos traçados para os serviços.

No caso do CAPSad, por exemplo, houve acesso à informação de que ações territoriais raramente vem sendo realizadas. Segundo a coordenadora do local, houve um período em que os técnicos conseguiam conduzir usuários do serviço a cursos, faziam maiores contatos com as famílias e com outras instituições frequentadas pelos mesmos. Atualmente, entretanto, muito pouco se consegue fazer com relação aos espaços de vida dos indivíduos, por isso, o trabalho encontra-se mais focado na orientação, nas conversas sobre as possibilidades de inserções, nas buscas de informações sobre vagas nas escolas. Em suma, realizam-se apontamentos importantes do “caminho que pode ser feito, mas a ação compete à família” (sic), segundo a coordenadora local.

Dando continuidade aos pressupostos da Terapia Ocupacional Social temos que o olhar para as populações com as quais trabalha, caracteriza-se pelo entendimento ampliado da condição do sujeito em sociedade. Dessa forma, o foco das ações passa a não ser mais o indivíduo em sua singularidade, mas a coletividade e as relações nela estabelecidas, buscando a compreensão e a enunciação das regras que conformam essas relações (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a). Assim, pode-se considerar que há um “descentramento das ações da pessoa (considerada corpo /mente doente ou desviante) para o coletivo, a cultura da qual a pessoa não pode ser separada” (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p.100).

Tal premissa também se faria de extrema importância para a intervenção com os interlocutores deste trabalho, pois, faz-se necessário debruçar-se sobre os contextos nos quais vivem, para além de suas individualidades. Assim, estariam colocadas as possibilidades de compreensão de suas vivências, para além de culpabilizações costumeiras, tendo como foco que as escolhas e condições desses indivíduos são também fruto dos processos socioeconômicos pelos quais, como cidadãos, são permeados a todo o momento.

Outra característica que permeia fortemente o campo social e que influencia no tipo de prática realizada pela terapia ocupacional é a interdisciplinaridade exigida para o trabalho. A partir da conceituação deste campo fica nítida a percepção de que este impõe para si a atuação de diferentes profissionais, já que implica em:

uma gama de intervenções, individuais e coletivas, direcionadas para a promoção do direito e da cidadania, e que buscam viabilizar aquilo que o sujeito deseja, necessita e/ou possibilitar a ampliação de vivências e repertórios socioculturais para a sua vida (MALFITANO, 2005, p. 4).

Assim, uma variedade de ações provenientes de uma diversidade de núcleos pode ser desenvolvida a depender das demandas explicitadas pelos sujeitos, compondo um espaço que envolve dois âmbitos de atuação: um de caráter mais geral e interdisciplinar, com a participação de diferentes atores; outro que é composto por núcleos específicos nos quais se encontram a atuação de uma dada área, com um dado profissional, dentro de uma certa especificidade (MALFITANO, 2005). Observa-se o “descentramento do saber do técnico para a idéia de saberes plurais diante de problemas e de questões sociais” (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p.100).

No que concerne à atuação com jovens usuários de drogas, as ações interdisciplinares ganham especial relevância, uma vez que, como já fora frisado, essa é uma questão que compete aos mais variados campos do conhecimento, tornando essencial que haja uma comunicação entre estes para maior eficácia das ações. Sobre a especificidade do núcleo da

terapia ocupacional, evidencia-se a capacidade de articular entre os contextos coletivo e individual, uma vez que para além do desenvolvimento do trabalho individual e institucional, o profissional desloca-se para a reflexão e produção de intervenções que estejam relacionadas ao domínio “macro-estrutural e conceitual, o político-operacional e o da atenção pessoal e coletiva” (GALHEIGO, 1999, p. 24).

Enfatiza-se, portanto, a necessária incorporação do aspecto político no cotidiano do trabalho profissional, compreendendo-o como uma demanda que deve fazer parte integrante das tarefas diárias. O profissional precisa estabelecer um diálogo entre a microestrutura – seu cotidiano de ações com sua população-alvo – e a macroestrutura – no aspecto das políticas sociais – articulando uma política que viabilize o acesso aos direitos para esta população (MALFITANO, 2005, p. 4).

Há ainda, para que se efetive o trabalho do núcleo da terapia ocupacional no campo social, a necessidade de que se promova o descentramento do conceito de atividade como processo individual para inseri-lo na história e cultura de um grupo ou de uma pessoa. Tais atividades são objeto que se constrói na comunicação, na experiência e na situação vivida segundo a história, as práticas sociais e os valores culturais que cada pessoa ou grupo social realiza de forma particular (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

Esse entendimento sobre atividade permitiria a elaboração, por parte do terapeuta ocupacional, de ações pertinentes à faixa etária juvenil, a qual pertencem Pedrinho e Heitor, que levassem sempre em consideração as necessidades colocadas por eles, respeitando, inclusive, caso decidissem por não buscarem a abstinência com relação ao uso de drogas. Além disso, as atividades poderiam ser propostas como facilitadoras da tomada de consciência por parte dos mesmos, empregadas como meio de formação de vínculo, aproximação, intermediação que seriam capazes de possibilitar a construção conjunta de novos projetos de vida e o desenvolvimento de estratégias que buscassem o fortalecimento das redes pessoais e sociais de suporte, com o objetivo de que essas viessem a se traduzir em uma maior sustentabilidade autônoma desses sujeitos na estrutura social em que estão inseridos (GALHEIGO, 2003b; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

Como uma das estratégias de fortalecimento das redes sociais de suporte dos jovens em questão, o terapeuta ocupacional social poderia trabalhar para a inserção destes nos equipamentos que prestam cuidado aos indivíduos usuários de droga, quando assim seja pertinente, ou, ainda, trabalhar pelo fortalecimento das redes informais dos sujeitos, caso essas sejam significativas para eles. Entretanto, faz-se necessário demarcar que é fundamental estarmos em maior proximidade com estes sujeitos, fato que nos dá indicativos

sobre a pertinência dessas indicações conforme os interesses percebidos na relação de troca estabelecida durante o trabalho territorial. A possibilidade de inserção precisa ser real, a recomendação necessita estar contextualizada.

Dessa forma, a Terapia Ocupacional Social trabalha na construção de uma abordagem dos problemas a partir do aprendizado do reconhecimento de necessidades e do desenvolvimento da capacidade de buscar soluções criativas, o que “torna a técnica dependente da interpretação e da compreensão da realidade e não o inverso” (BARROS; GHIRARD; LOPES, 2002, p. 101). Além disto, sua prática implica na redefinição de objetivos e instrumentos da intervenção através da renúncia à adoção de pressupostos orientados pelo eixo estruturador saúde-doença, também como de modelos redutores e de perspectivas simplificadoras que não possuem capacidade de compreender o movimento da história e da vida em seu contexto (BARROS; GHIRARD; LOPES, 2002).

De forma a concretizar os pressupostos acima descritos, ao longo desses anos, docentes, profissionais e estudantes de terapia ocupacional dos dois núcleos do Projeto METUIA, que ainda se encontram em atividade, o da USP e o da UFSCar, têm desenvolvido projetos no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão em terapia ocupacional social em suas interconexões com os setores da assistência social, da cultura, da educação, dentre outros. Essas intervenções decorrem de projetos de extensão universitária e de parcerias estabelecidas em cada um deles, vindo a acontecer em diversos espaços, comumente, naqueles que são públicos ou comunitários e em algumas instituições sociais, como escolas, abrigos, centros comunitários e outros (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a). Dentre as experiências em desenvolvimento, tem aquela que possibilitou a realização desta pesquisa, no município de São Carlos, SP.

Ressalta-se, entretanto, que instituída a especificidade do núcleo da terapia ocupacional social, pode-se falar numa diminuição da homogeneidade da produção teórica e prática se comparada àquela realizada no início dos anos 1990 que era estruturada em bases comuns como estratégia política de representação e força necessárias para o reconhecimento que se buscava. Percebe-se, então, que há espécies de “micro-especificidades” dentro da categoria, originadas a partir de maiores identificações dos terapeutas ocupacionais sociais acerca dos temas que podem circunscrevê-los como tais, a exemplo do direito, da cidadania, da autonomia, da inserção, da cultura, da perspectiva do trabalho, dentre outros<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> Vale ressaltar que já se vem trabalhando numa proposta que acople essa diversidade de ações realizadas com a finalidade de construção de um panorama atualizado sobre quem somos e o que fazemos no sentido de não perdermos de vista a especificidade que nos une e trilhamos novos apontamentos para o futuro. O programa de

O Núcleo UFSCar do Projeto METUIA, por sua vez, tem realizado ações que se encontram no campo da infância e, principalmente, da juventude brasileira. Dessa forma, o laboratório em questão objetiva desenvolver e ampliar alternativas de prevenção às situações de vulnerabilidade e violência às quais estes jovens estão submetidos, “por meio da educação e da defesa da cidadania, bem como assumindo o desafio de criação de metodologias participativas” (LOPES et al., 2011, p. 277). Trabalha em prol da criação de espaços de participação democrática que ampliem “a rede de possibilidades desses jovens, na direção de, concretamente, envolvê-los numa atenção personalizada que tenha como parâmetro a possibilidade de construção de perspectivas de futuro, a partir da autonomia dos sujeitos” (LOPES et al., 2008, p. 68).

Em função desses objetivos, os técnicos procuram trabalhar através de oficinas que devem propiciar um ambiente descontraído, acolhedor, altamente flexível e aberto. Ao atuarem junto aos jovens devem estar munidos da apropriação do conhecimento em torno da garantia dos direitos e, o mais importante, dispostos a entrar em relação com o outro para a realização dos mais diversos fazeres, direcionados para múltiplas formas de expressão, tais como: a fotografia, a música, as artes plásticas, a comunicação visual, a escrita (LOPES et al., 2008). “Nessas trocas, nesse trânsito e nesse diálogo é que se encontram os subsídios potencializadores de invenções e criações de novas autonomias jamais pensadas e desejadas por esses jovens, em última instância, a construção de outros projetos de vida” (LOPES et al., 2008, p. 74).

Outra possibilidade de intervenção se dá através do chamado acompanhamento individual e territorial, “concebido como uma técnica, entendida aqui como um conjunto de métodos e procedimentos práticos, tornando-se mais uma ferramenta na conformação da assistência à população alvo da terapia ocupacional no campo social” (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011, p. 238). Esse tipo de ação permite ao técnico uma maior aproximação com aqueles com os quais intervém que só pode ser alcançada através da existência de vínculo e de confiança nas trocas das relações.

No caso de Pedrinho e Heitor, este tipo de intervenção poderia ser indicada, uma vez que ambos os jovens não vinham frequentando os espaços nos quais as atividades do METUIA estavam sendo disponibilizadas, não havendo maneiras de acessá-los por esta via.

---

Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos acaba de dar início a uma disciplina intitulada de “Estudos Avançados em Terapia Ocupacional (Terapia Ocupacional Social)” que postula acerca da diversidade de práticas e teorias que caracterizam hoje a terapia ocupacional no campo social. Contou com a presença de diversos profissionais da área convidados segundo o critério de heterogeneidade de ações na área a título de esclarecimento das mesmas.

Somado a isso, os jovens possuem demandas específicas, fazem uso de drogas de forma a considerarem que precisam de ajuda e estão ligados a outras atividades que representam dificuldades em suas trajetórias. Dessa forma, numa perspectiva territorial, os técnicos que viessem a intervir com eles poderiam contribuir de variadas formas, caso estivessem dispostos a colocar-se numa relação de alteridade, despidos dos preconceitos que perpassam as temáticas apresentadas nesses casos.

Ao me disponibilizar durante um ano para o acompanhamento do cotidiano desses jovens pude compreender, não sem dificuldade, a necessidade existente de revisar constantemente a forma de me portar junto aos interlocutores, teoricamente já apreendidas pelas leituras dos referenciais etnográficos. Precisava estar verdadeiramente disposta para os encontros que iriam se suceder, permitir-me escutar O outro, sem a realização de julgamentos imediatos, policiando-me para não recorrer a um tipo de pensamento automatizado, fugindo dos limites escorregadios, das elaborações calcadas no que **eu** achava que aqueles jovens deveriam fazer, ao invés de estarem fazendo aquilo que me contavam. Aprendi a nutrir por eles e seus familiares um profundo respeito.

Destino esse aprendizado para uma reflexão acerca da prática da terapia ocupacional social, tão semelhante ao pesquisar por mim experienciado, senão pelo fato de que busca intervir com a população acompanhada. Dessa forma, faz-se necessário questionar aos técnicos se: Estão, de fato, colocando-se numa relação de alteridade com os sujeitos com os quais atuam? Estão sendo capazes de deixar os próprios valores de lado no momento de estruturar, de forma conjunta, diversificados projetos de vida? Estão deixando-se compreender as reais demandas dessas pessoas?

É parte dessa reflexão também lembrar aos técnicos que estejam sempre atualizados com relação aos pressupostos da categoria, pois, a Terapia Ocupacional Social se trata de uma prática específica sempre respaldada por uma teoria também específica, constituída pelos conceitos sobre os direitos, a cidadania, a inserção social e a autonomia. Suas ações vêm ao encontro das relações sociais que se estabelecem na atualidade, das peculiaridades da constituição da subjetividade e da complexidade das demandas sociais contemporâneas (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a). Por isso, impõe aos seus técnicos que rompam efetivamente com o eixo estruturador da saúde, caso contrário, se coloca o risco da execução das intervenções territoriais embasadas pela lógica reducionista do consultório, do tratamento.

No que tange às drogas, o rompimento com o eixo estruturador da saúde faz-se de extrema necessidade para que o tema passe a ser considerado com a complexidade que merece, sem a qual não pode ser compreendido e, muito menos, utilizado como base de

inúmeras intervenções. A abordagem apenas pelo viés da saúde não é suficiente para as ações junto aos indivíduos, primeiramente, porque não há consenso entre eles sobre o fato de estarem **doentes**; segundo porque a saúde, por mais que possa se dedicar a técnicas e procedimentos que levem em consideração os contextos sociais dos indivíduos que fazem uso das drogas, assim como dos sentidos empregados nesse uso, os motivos, as sensações e as relações envolvidas nessa prática, de forma micro e macro-social, não se detém sobre estes eixos como **prioridade**. Necessita, portanto, de outros campos do conhecimento para apreender tais dinâmicas que atravessam os indivíduos, num entendimento amplificado e, por condição da existência, social.

Acerca desse âmbito social, da apreensão dos componentes sócio-econômicos, as ações da Terapia Ocupacional Social possuem contributos para a intervenção com jovens usuários de drogas, num movimento contínuo entre a teoria e a prática, entre a garantia dos direitos e as escolhas dos sujeitos por não acessá-los, numa leitura que extrapola as bases da saúde e emerge no conhecimento dos cotidianos, das necessidades sinalizadas, vontades muitas que por algum motivo não podem naquele momento ser concretizadas. Não se trata de medicamento ou tratamento psíquico (psicanalítico, comportamental, etc). Trata-se, menos ainda, da percepção acerca do nível de uso de drogas por meio das medidas objetivas, padronizadas ou da busca pela abstinência. Os terapeutas ocupacionais da área social se incumbem de auxiliar na inserção desses jovens nos locais (físicos ou sociais) aos quais desejam ter acesso, colocando esta premissa como de maior prioridade, diante da possibilidade de abstinência desses sujeitos.

Já que lhes compete o fortalecimento das redes de suporte social dos indivíduos em condição de vulnerabilidade social, a partir das demandas colocadas nas singularidades de suas existências (porém, ainda assim, imersos em uma coletividade), demarca-se a importância sobre a compreensão das redes sociais dos mesmos, uma vez que estas se mostraram nesse trabalho como reveladoras das necessidades de Pedrinho e Heitor. O conhecimento dessas redes sociais, no entanto, não pode ser de qualquer ordem, há uma especificidade na busca. Almeja-se conhecer essas relações travadas na perspectiva do desenvolvimento da vida e não dos instrumentos de mensuração de fatores ou riscos, que coadunam com a forma dominante no meio social de se pensar as drogas, pela perspectiva única do problema, da família “desestruturada”, de não existência de crença religiosa e, levando em consideração o “déficit” de ambas, de não existência de valores morais ou éticos.

Nesse sentido, mais do que pensar nas possíveis instituições que lhes poderiam prover cuidado e tratamento, é preciso fazer o movimento contrário e observar a quem (ou o que) aqueles jovens têm procurado para obter auxílio. Essa inversão significaria substituir a lógica do pensamento que busca os indivíduos passíveis de atendimento para determinadas instituições, detectando assim um padrão, pela lógica que busca obter, através da forma de se viver e se **relacionar** dos sujeitos, os lugares, as pessoas e as estratégias acessados nos momentos de dificuldades, valorizando suas subjetividades. Ainda assim, no entendimento das relações por eles e por outros construídas na informalidade, no reconhecimento de que, para além dos equipamentos formais, as pessoas buscam outras maneiras de se sentirem mais confortáveis com relação aos seus “problemas”, poderíamos trabalhar com a possibilidade de inserção formal, não menos íntegra, e mais, poderíamos trabalhar no interior de equipamentos formais.

Nesses casos, as redes sociais informais não seriam completamente perdidas, ainda poderiam ser consideradas do ponto de vista da relação entre os usuários dos serviços, atentando-nos para o fortalecimento mútuo que pode ser proporcionado nos espaços onde as dificuldades e os anseios, ainda que particulares, possuem similaridades. Além disso, potencializaríamos ou estabeleceríamos bases para as interlocuções possíveis entre os serviços e o território de vida dos usuários, exercendo a função, enquanto rede, de apoiar e proporcionar a criação de novos vínculos, bem como propiciar a intersecção com outras redes sociais dentro da comunidade, nas quais outras relações de cunho informal poderiam se dar e assim, sucessivamente.

Assim, através desse estudo, procuramos dar luz às redes sociais, formais e informais, acessada por jovens em uso de drogas, centrando foco, sobretudo, nas redes de caráter informal, com a presença de vizinhos, familiares e líderes religiosos enquanto pessoas que se mostraram importantes no fornecimento de auxílio frente às situações de dificuldades advindas do uso das drogas feito pelos dois jovens estudados. Ressaltamos a quebra de alguns paradigmas, como a presença de mães e irmãos preocupados, e de líderes religiosos sendo mais responsáveis pela fonte de suporte aos jovens, do que a fé depositada nas divindades daqueles credos.

A compreensão sobre as drogas que veicula no meio social também foi problematizada, junto à percepção do distanciamento de abordagens que levem em conta os laços sociais e culturais destas substâncias com a humanidade, já que as ações se dão em uma vertente que preza por ações de exclusão e abstinência, práticas que se coadunam com políticas repressivas instituídas no âmbito internacional e que expressam abordagens

patologizantes e criminalizadoras do fenômeno. Frente a isso, reconhecemos a Terapia Ocupacional Social como uma possibilidade sólida de contribuição para este campo, por meio de seu trabalho territorial e da interlocução com as redes sociais. Espera-se que essas experiências próximas às histórias dos sujeitos, possam contribuir com novas propostas de atuação e possam ofertar, até mesmo, num nível macrossocial, a formulação de políticas mais condizentes com suas realidades, já que o estudo sobre as redes sociais, especialmente, as informais, nos apontam possíveis caminhos de abordagem para o fenômeno e contribuem na própria compreensão do mesmo.

## REFERÊNCIAS

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: Maria Virgínia de Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (Orgs.). **Políticas Públicas: Juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 13-32.
- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 73-90.
- ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. Introdução. In: FREITAS, M.V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 6-8.
- ABRAMOVAY, M.; ESTEVES, L. C. G. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007. p. 19-54.
- ADORNO, R. de C. F.; ALVARENGA, A. T. e VASCONCELLOS, M. da P. C. Jovens, gênero e sexualidade: relações em questão para o campo da saúde pública. In: ADORNO, R. de C. F.; ALVARENGA, A. T. e VASCONCELLOS, M. da P. C. (Orgs.). **Jovens, Trajetórias, Masculinidades e Direitos**. São Paulo: Fapesp, Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 16-29.
- ALMEIDA, A. M. de et al. Maternidade na adolescência: um desafio a ser enfrentado. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília (DF), v. 56, n. 5, p. 519-522, 2003.
- AMPARO, D. M. do. et al. Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. **Estudos de Psicologia**, v. 13, n. 2, p.165-174, 2008.
- ANDRADE, G. R. B.; VAITSMAN, J. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 925-934, 2002.
- ANTUNES, C.; FONTAINE, A. M. Percepção de apoio social na adolescência: análise fatorial confirmatória da escala *Social Support Appraisals*. **Paidéia**, v. 15, n. 32, p. 355-366, 2005.
- BARROS, D. D. Operadores de saúde na área social. **Rev. Ter. Ocup. da Univ. de São Paulo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 11-16, 1990.
- BARROS, J. A construção do PCC. **Caros Amigos**, São Paulo, edição extra, ano X, n. 28, p. 3-13, 2006.
- BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia: terapia ocupacional no campo social. **O Mundo da Saúde**, v.26, n. 3, p. 365-69, 2002.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e sociedade. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 10, n. 2-3, p. 71-6, 1999.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 95-103, 2002.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Terapia Ocupacional Social: concepções e perspectivas. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007a. p. 347-353.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Novos espaços, novos sujeitos: a terapia ocupacional no trabalho territorial e comunitário. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007b. p. 354-363.

BASAGLIA, F.; BASAGLIA, F. O. (Orgs.). **Os crimes da paz**. México: Siglo, 1977.

BAUMAN, Z. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 276 p.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 336 p.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 260 p.

BECKER, H. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 2008 [1963]. 232 p.

BECKER, H. Conferência: A escola de Chicago. **Mana**, v. 2, n. 2, p.177-188, 1996.

BERRIDGE, V. Dependência: história dos conceitos e teorias. In: EDWARDS, G.; LADER, M. (Orgs.). **A natureza da dependência de drogas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p.13-34.

BIRMAN, P. Feiticiarias, territórios e resistências marginais. **Mana**, v. 15, n. 2, p. 321-348, 2009.

BIRMAN, P.; LEITE, M. P. Whatever happened to what used to be the largest catholic country in the world? **Daedalus - Journal of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 29, n. 2, p. 271-290, 2000.

BOEIRA, S. L. Marxismo Analítico e Funcionalismo. **Revista de Ciências Humanas** (Florianópolis), Florianópolis: Editora da UFSC, v. 14, n.20, p. 09-34, 1996.

BRANCALHÃO, W. R. D. **A educação para o adolescente em conflito com a lei: mecanismo de inserção ou exclusão social**. 2003. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Marília, 2003

BRASIL. **Decreto Lei 6368**. Diário Oficial da União. Brasília, p. 152-156, 1976.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990. 88 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. **Manual de Redução de Danos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília: Ministério da Saúde, 2005a.

BRASIL. Gabinete de Seguranças Institucional. Conselho Nacional Antidrogas. **Política Nacional sobre Drogas**. Resolução N°3/GSIPR/CH/CONAD, 2005b.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei número 11.343**, 2006a.

BRASIL. **Glossário de álcool e drogas**. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2006b.132 p.

BRITO, R. C. **Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua**: subsídios para uma intervenção comunitária. 1999. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

BROOK, J. S. et al. The psychosocial etiology of adolescent drug use: a family interactional approach. **Genetic, Social, and General Psychology Monographs** v. 116, n. 2, p. 111-267, 1990.

BUENO, M. E. N. et al. Paternidade na adolescência: a família como rede de apoio. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-9, 2012.

CABRAL, J. **O amor às avessas**: homossexualismo. Rio de Janeiro: Gráfica Universal Ltda, 1995. 48 p.

CACCIA-BAVA, A.; COSTA, D. I. P. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, A.; Pampols FEIXA, C.; CANGA, Y. G. (Orgs.). **Jovens na América Latina**. Escrituras/CEBRIJ, 2004. p.65-114.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000. 400 p.

CAMPOS, S. E. A. et al. **O lazer cotidiano do Jardim Gonzaga – São Carlos**. In: XV Encontro Nacional de Recreação e Lazer – Lazer e Trabalho: novos significados na sociedade contemporânea. Anais. Santo André, 2003.

CARDOSO JR, H. R.; NALDINHO, T. C. A amizade para Foucault: resistências criativas face ao biopoder. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 43-56, 2009.

CARNEIRO, H. **A fabricação do vício**. Texto apresentado na conferência: “A construção do vício como doença: o consumo de drogas e a medicina”, no XIII Encontro Regional de História (Anpuh-MG), Belo Horizonte, 2002.

CAROSO, C. A imagem e a ética na encruzilhada das ciências. In: VICTORIA, C. et. al. (Orgs.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 137-50.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.). **Saúde loucura**, n. 4. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21 - 48.

CASTEL, R. As dinâmicas do processo de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 26-7, p. 19-40, 1997.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. N.; BELFIORE, W. M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2000. 272 p.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.

CATANI, A. M.; GIGLIOTI, R. S. P. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Ed. UNESP, Coleção Paradidáticos (Série Cultura), 2004. 113 p.

CÉSAR, M. R. A. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008. 167 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas / Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. 200 p.

CÔRTEZ, M. M. P. **Modernidade, assimilação e ambivalência no Brasil: A construção social da ambivalência na sociedade brasileira contemporânea**. In: IX Congresso da Brasa (Brazilian Studies Association), 2008, New Orleans - EUA. Anais do IX Congresso da Brasa (Brazilian Studies Association), 2008.

CÔRTEZ, M. M. P. **Diabo e fluoxetina: formas de gestão da diferença**. 2012. 384 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

COSTA, L. G. **A rede de apoio social e afetiva de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas**. 2009. 93 f. Dissertação (Mestrado de Psicologia)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RGS, 2009.

CUNHA, C. V. da. **Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo sócio-antropológico sobre as redes de proteção, tráfico de drogas e religião no complexo de acari**. 2009. 999 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CUPERTINO, A. P. F. B. et al. Estresse e suporte social na infância e adolescência relacionados com sintomas depressivos em idosos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 371-378, 2006.

DALGALARRONDO, P. et al. Religião e uso de drogas por adolescentes. **Rev Bras**

**Psiquiatr**, v. 26, n. 2, p. 82-90, 2004.

DALMOLIN, M. B.; LOPES, S. M. B.; VASCONCELLOS, M. da P. C. A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. **Saúde e Sociedade**, v. 11, n. 2, p.19-34, 2002.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. 350 p.

DAS, V. **Critical Events: an anthropological perspective on contemporary India**. Oxford: University Press, 1995. 230 p.

DIAS, A. C. G.; TEIXEIRA, M. A. P. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paideia**, v. 20, n. 45, p. 123-131, 2010.

DINIZ, D. Ética na pesquisa em ciências humanas - novos desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 13, n. 2, p. 417-426, 2008.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

ESCOHOTADO, A. **História general de las drogas**: v. 1, 2 e 3. Barcelona: Alianza Editorial, 1998. 1432 p.

ESTEVES, J. R.; MENANDRO, P. R. M. Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 363-370, 2005.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2008.

FELTRAN, G. S. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, p. 565-610, 2010.

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **IDH São Carlos**, 2011. Disponível em < [apps.fiesp.com.br/regional/DadosSocioEconomicos/RankingIDH.aspx](http://apps.fiesp.com.br/regional/DadosSocioEconomicos/RankingIDH.aspx) > Acesso em: 20 de agosto de 2012.

IORE, M. **Algumas reflexões a respeito dos discursos médicos sobre uso de “drogas”**. Trabalho apresentado na XXVI Reunião da ANPOCS, Caxambu, 2002.

IORE, M. **Controvérsias médicas e a questão do uso de drogas**. 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

IORE, M. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates Institucionais e jurídicos. In: CARNEIRO, H.; VENÂNCIO, R. P. P. (Orgs.). **Álcool e drogas na História do Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2005. p. 257-290.

FIORE, M. **Consumo de substâncias psicoativas**: sujeitos, substâncias e eventos. Trabalho apresentado na VIII Reunion de Antropologia del Mercosur, 2009.

FLISHER, A. J. et al. Substance use by adolescents in Cape Town: prevalence and correlates. **J Adolesc Health**, v. 32, n. 1, p. 58-65, 2003.

FOUCAULT, M. **L'impossible prison, recherches sur le système pénitentiaire au XIX siècle**. Paris: Du Seuil, 1980.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I**: a vontade do saber. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 13 ed. 1999 [1988]. 153 p.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (Orgs.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. O triunfo social do prazer sexual: uma conversão com Michel Foucault. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 119-125.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 264-287.

FRACASSO, L. Comunidades terapêuticas. In: DIEHL, A; CORDEIRO, D. C.; LARANJEIRA, R. e cols. **Dependência química**: prevenção, tratamento e políticas públicas. São Paulo: Artmed, 2011. p. 60-69.

FRIEDMAN, H. L. The health of adolescents: beliefs and behaviour. **Social Science and Medicine**, v. 29, n. 3, p. 309- 315, 1989.

FRY, P. H. Two religious movements: protestantism and umbanda. In: WIRTH, J.; JONES, R. (Org.). **Manchester and São Paulo**: problems of rapid urban growth. Manchester and São Paulo: problems of rapid urban growth. Stanford: Stanford University Press, 1978. p. 134-162.

GALHEIGO, S. M. Da adaptação psico-social à construção do coletivo: a cidadania enquanto eixo. **Rev. Ciên. Méd.** PUCCAMP Campinas, v. 6, n. 2/3, p. 105-108, 1997.

GALHEIGO, S. M. Repensando o lugar do social: a constituição de um campo de conhecimento em terapia ocupacional. In: Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, 6., Águas de Lindóia, SP, 1999. **Programas e resumos**. Águas de Lindóia, 1999. p. 24.

GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional e contexto histórico-social: cultura, subjetividade. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-9, 2003a.

GALHEIGO, S. M. O social: idas e vindas de um campo de ação em terapia ocupacional. In: PÁDUA, E. M. M. e MAGALHÃES, L. V. (Orgs.). **Terapia ocupacional**: teoria e prática. Campinas: Papyrus, 2ª. Edição, 2003b. p. 29-46.

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 257-266, 2008.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991. 180 p.

GIL, G.; FERREIRA, J. Apresentação do livro Drogas e cultura: novas perspectivas. In: LABATE, B. C.; GOULART, S.; FIORE, M.; MACRAE, E.; CARNEIRO, H. (Orgs.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2008, v. 1. p. 9-11.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 158 p.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008. 320 p.

GOMES, M. P. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura**. São Paulo: Contexto, 2008. 237 p.

GOMES, B. R.; ADORNO, R. C. F. Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo. **Etnográfica**, v. 15, n. 3, p. 569-586, 2011.

GONÇALVES, H.; KNAUTH, D. R. Aproveitar a vida, juventude e gravidez. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 49, n. 2, p. 625-643, 2006.

HAWKINS, J. D.; CATALANO, R. F.; MILLER, J. Y. Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: implications for substance abuse prevention. **Psychological Bulletin**, v. 112, n. 1, p. 64-105, 1992.

HEILBORN, M. L. et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 13-45, 2002.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 121p.

HENMAN, A. War on drugs is war on people. **The ecologist**. v. 10, n. 8/9, p. 282 – 289, 1980.

IARD. **Étude sur la condition des jeunes et sur la politique pour la jeunesse en Europe: Résumé exécutif**. Milão: IARD, Instituto Associato Assirm (Associazione tra Istituti di Ricerche di Mercato), 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@ São Carlos**, 2011. Disponível em < <http://ibge.gov.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em 05 agosto de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição da população juvenil do município de São Carlos, segundo faixa etária e sexo**, 2012. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/> >. Acesso em 27 outubro de 2012.

KODJO, C. M.; KLEIN, J. D. Prevention and risk of adolescent substance abuse. The role of adolescents, families and communities. **The Pediatric Clinics of North America**, v. 49, n. 2, p. 57-268, 2002.

KOLLER, S. H.; CERQUEIRA-SANTOS, E.; MORAIS, N. A.; RIBEIRO, J. Juventude brasileira. **Relatório técnico para o Banco Mundial**. Washington DC: World Bank, 2005.

KOWARICK, L. **Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 203 p.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 63, p. 9-30, 2002.

LABATE, B; FIORE, M.; GOULART, S. Introdução. Prazer e risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de. In: LABATE, B. C.; GOULART, S.; FIORE, M.; MACRAE, E.; CARNEIRO, H. (Orgs.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. 1ed. Salvador: Edufba, 2008. p. 141-154.

LE GOFF, J. **A história nova**. Trad. de Eduardo Brandão 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 318 p.

LEITE, M. da C.; ANDRADE, A. G de (Orgs.). **Cocaína e crack: Dos fundamentos ao Tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 317 p.

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-18.

LIMA, S. **Participação social no cotidiano**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1983. 157 p.

LIMA, J. C. R. **Passageiros da fantasia**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1990. 190 p.

LONCLE, P. Jovem, um problema? Mônica Cristina Corrêa (tradução). **Revista Educação**, ed. 133, maio, 2008.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 23, p. 114-130, 2006.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R. **Projeto político pedagógico para o centro da juventude da região sul de São Carlos**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008.

LOPES, R. E., et al. Juventude pobre, violência e cidadania. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.17, n.3, p.63-76, 2008.

LOPES, R. E.; SOUZA, L. B. **Memória e ação territorial: da história do Jardim Gonzaga às bases de intervenção em Terapia Ocupacional Social**. 2010. 86 f. Relatório Final (Iniciação Científica-Programa PIBIC/CNPq/- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O.; CAPPELLARO, M. Acompanhamento individual e articulação de recursos em Terapia Ocupacional Social: compartilhando uma experiência. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 233-238, 2011.

LOPES, R. E. et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. **Interface** (Botucatu. Impresso), v.15, n.36, p.277-88, 2011.

MACRAE, E. A abordagem etnográfica do uso de drogas. In: MESQUITA, F.; BASTOS, F. I. (Orgs.). **Drogas e AIDS: Estratégias de Redução de Danos**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 94-111.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. **Rodas de fumo** – o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador: UDUFBA, 2000. 147 p.

MACRAE, E. **A subcultura da droga e a prevenção**. Texto Apresentado ao Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2003.

MACRAE, E.; VIDAL, S. S. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. **Revista de Antropologia** (São Paulo), v. 49, n. 2, p. 645-666, 2006.

MADEIRA, F. R. **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. 402 p.

MADUREIRA, R. Moradores de São Carlos acusam PMs de agressão e ameaças. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 ago 2008. Caderno Cotidiano.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horiz. antropol.** v.15, n.32, p. 129-156, 2009.

MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo - SP, v. 16, n.1, p. 01-08, 2005.

MALFITANO, A. P. S. **A tessitura da rede**: entre pontos e espaços. Políticas e programas sociais de atenção à juventude – a situação de rua de Campinas – SP. 2008. 352 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MALFITANO, A. P. S. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. **Etnográfica** (Lisboa), v. 15, n. 3, p. 523-542, 2011.

MALFITANO, A. P. S.; BARDI, G. **Atenção básica em saúde e juventude**: Investigando as ações realizadas numa região periférica de São Carlos, SP. 2010. 92 f. Relatório Final (Iniciação Científica - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

- MALVASI, P. A. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MARIANO, R. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 44, n.44, p. 24-44, 1996.
- MARQUES, E. C. L. As redes sociais importam para a pobreza urbana? Dados – **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 471-505, 2009.
- MARQUES, E. C. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Unesp, 2010, v. 1. 215 p.
- MARTELETO, R. M. Análise das redes sociais – aplicação nos estudos de transferência de informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.
- MARTINS, P. H. As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico. **Caderno CRH**. Salvador, v. 17, n. 40, p. 33-48, 2004.
- MARTINS, P. H.; FONTES, B. **Redes sociais e saúde**: novas possibilidades teóricas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004. 159 p.
- MATSUKURA, T. S.; MARTURANO, E. M.; OISHI, J. O questionário de suporte social (SSQ): estudos da adaptação para o português. **Rev. Latino-am Enfermagem**, v. 10, n. 5, p. 675-81, 2002.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996. 78p.
- MERCKLÉ, P. **Sociologie des réseaux**. Paris: a Decouvert, 2004. 128 p.
- MORAES, D. P. **Redes sociais e o processo de recuperação na Fazenda da Esperança**. 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- MOTA, L. de A. e. **Drogas e estigmas**. Trabalho apresentado na II Semana de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), 2005.
- NAKAMURA, E. O Método etnográfico em pesquisas na área de saúde: uma reflexão antropológica. **Saúde e Sociedade**, v.20, n.1, p. 95-103, 2011.
- NATIVIDADE, M. T. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 61, p. 115-132, 2006.
- NOVAES, R. et al. (Orgs.). **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo, Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006. 139 p.
- OLIVER, F. C.; BARROS, D. D. Reflexionando sobre desinstitucionalización y terapia ocupacional. **Materia Prima. Primera Rev. Independiente Ter. Ocup. Argentina**, Argentina, v. 4, n. 13, p. 17-20, 1999.

OLIVEIRA, L. R. C. Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos. In: VICTORIA, C. et al. (orgs.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 33-44.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PAKMAN, M. Redes: una metáfora para práctica de intervención social. In: DABAS, E.; NAJMANOVICH, D. (Orgs.). **Redes: el lenguaje de los vínculos**. Buenos Aires : Paidós, 1995. p. 294-302.

PANTOJA, A. L. N. Ser alguém na vida: uma análise sócio-anropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 335-S343, 2003.

PARDINI, D. A.; PLANTE, T. G.; HERMAN, A.; STUMP, J. E. Religious faith and spirituality in substance abuse recovery: determining the mental health benefits. **J Subst Abuse Treat**, v. 19, n. 4, p. 347-354, 2000.

PEREIRA, S. E. F. N. **Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas**. 2009. 337 f. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2009.

PEREIRA, P. E. “**Aí! Tá me tirando?!**” O que dizem jovens moradores da periferia de São Carlos sobre si mesmo e a questão das drogas. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PEREIRA, S. E. F. N.; SUDBRACK, M. F. O. Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24 n. 2, p. 151-159, 2008.

PERES, F.; ROSENBERG, C. P. Desvelando a concepção de adolescência/ adolescente presente no discurso de saúde pública. **Saúde e Sociedade**, v. 7. n. 1, p. 53-86, 1998.

PICCOLO, F. D. **Se deixar a droga levar...: um estudo sobre as trajetórias sociais de usuários de drogas em uma vila de Porto Alegre**. 2001. Dissertação (Mestrado em antropologia Social)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PIERUCCI, F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo/Ed. 34, 1999.

PIKO, B. Perceived social support from parents and peers: which is the stronger predictor of adolescent substance use? **Subst Use Misuse**, v. 35, n. 4, p. 617-630, 2000.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Ranking IDH-M dos municípios brasileiros**, 2000. Disponível em <[www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php](http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php)> Acesso em: 04 de agosto de 2011.

PORTUGAL, S. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica, **Oficina do CES**, 2007.

PRANDI, J. R. Coração de Pombagira. **Revista Esboços** - Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 17, n. 23, p. 141-149, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. **Visite São Carlos**. Disponível em <<http://www.visitesaocarlos.com.br/notnov251109.htm>>. Acesso em 31 agosto de 2012.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMON, O. de M. (org.) **Experimentos com história de vida** (Itália - Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p.14-43.

RAUPP, L. M. **Adolescência, drogadição e políticas públicas**: recortes no contemporâneo. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RAUPP, L.; MILNITSKY-SAPIRO, C. A “reeducação” de adolescentes em uma Comunidade Terapêutica: o tratamento da drogadição em uma instituição religiosa. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 361-368, 2008.

RAUPP, L.; MILNITSKY-SAPIRO, C. Adolescência, drogadição e políticas públicas: recortes no contemporâneo. **Estudos de Psicologia**, v. 26, n.4, p. 445-454, 2009.

RODRIGUES, T. M. S. Política de drogas e a lógica dos danos. **Verve**, v. 3, p. 257-277, 2003.

RODRIGUES, T. M. S. Drogas, proibição e abolição das penas. In: **Curso livre de abolicionismo penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, v.01. p. 131-151.

ROMANÍ, O. **Las drogas** – sueños e razones. Barcelona: Ariel, 1999. 219 p.

ROSA, T. T. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano**: a trajetória do ‘Gonzaga’ de favela a bairro de periferia. 2008. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2008.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994. 423 p.

ROTELLI, F. A instituição inventada. In: NICÁCIO, F. (Org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 13-32.

RUI, T. Encorporando as "drogas". In: **IX Congresso Argentino de Antropologia Social**, 2008, Posadas, Misiones. Fronteras de la antropologia, 2008.

RUI, T. A inconstância do tratamento: no interior de uma comunidade terapêutica. **Revista Dilemas IFCS-UFRJ**, v. 3, n. 8, p. 45-73, 2010.

SANCHEZ, Z. V. M.; OLIVEIRA, L. G.; NAPPO, S. A. Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. **Cienc Saude Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 43-55, 2004.

SANCHEZ, Z. V. M.; NAPPO, S. A. Intervenção religiosa na recuperação de dependentes de drogas. **Rev Saúde Pública**, v. 42, n. 2, p. 265-272, 2008.

SANTOS, M. S. Sexo, gênero e homossexualidade: o que diz o povo-de-santo paulista? **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p.145-156, 2008.

SÃO CARLOS. Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. **Plano municipal de assistência social 2003-2004**. São Carlos, 2003.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **O estado dos municípios 2006-2008: índice paulista de responsabilidade social**. São Paulo: Fundação SEADE, 2010.

SCADUTTO, A. A.; BARBIERI, V. O discurso sobre a adesão de adolescentes ao tratamento da dependência química em uma instituição de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n.2, p. 605-614, 2009.

SCHWARTZ, T.; VIEIRA, R.; GEIB, L. T. C. Apoio social a gestantes adolescentes: desvelando percepções. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 5, p. 2575-2585, 2011.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 391-398, 2008.

SCISLESKI, A. C. C. **Entre se Quiser, Saia se Puder**: os percursos dos jovens pelas redes sociais e a internação psiquiátrica. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SEADE. **Perfil dos municípios do Estado de São Paulo**, 2011. Disponível em <[www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php](http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php)>. Acesso em: 05 agosto de 2012.

SILVA, M. M. da. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 243-260, 2010.

SILVA, V. G. **O antropólogo e a sua magia**: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras . São Paulo: Edusp, 2006. 200 p.

SILVA, V. G. (Org.). **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007a. 328p.

SILVA, V. G. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. **Mana** (Rio de Janeiro), v. 13, n. 1, p. 207-236, 2007b.

SIMMEL, G. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (org.). **Simmel**, São Paulo: Ática, 1983. p. 183-188.

SCHOR, E. L. Adolescent alcohol use: social determinants and the case for early family-centered prevention. **Bulletin of the New York Academy of Medicine**, v. 73, n. 2, p. 335-356, 1996.

SOARES, C. B. **Adolescentes, drogas e AIDS**: avaliando a prevenção e levantando necessidades. 1997. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SPOSITO, M. P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 57-75.

SPOSITO, M. P.; CORRACHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, p. 141-172, 2005.

TARTER, R. E.; SAMBRANO, S.; DUNN, M. G. Predictor variables by developmental stages: a center for substance abuse prevention multisite study. **Psychology of Addictive Behaviors**, v. 16, n. 4, p. 3-10, 2002.

TELLES, V. S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001. 167 p.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.

TRAD, S. do N. S. **A trajetória da prevenção às drogas no Brasil: do proibicionismo à redução de danos – e seus reflexos nas políticas locais**. 2010. 300 f. Tese (Doutorado em Antropologia de La Medicina)- Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, 2010, 300 p.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela: do mito de origem à favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p.

VARGA, I. V. D. **Certezas Médicas, subversões francesas, paixões barrocas, especiarias africanas**. 1995. 276 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

VARGAS, E. V. Os corpos intensivos: sobre o estatuto social das drogas legais e ilegais. In: DUARTE, L. F. D. e LEAL, O. F. (Orgs.). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas Etnográficas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998. p. 121-136.

VARGAS, E. V. **Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas**. 2001. 600 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)- Universidade Federal de Minas, 2001.

VARGAS, E. V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, B. C.; GOULART, S.; FIORE, M.; MACRAE, E.; CARNEIRO, H. (Orgs.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2008, v. 1. p. 41-63.

VELHO, G. **Nobres e anjos**. Um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1998. 214 p.

VERÍSSIMO, M. A nova lei de drogas e seus dilemas: apontamentos para o estudo das formas de desigualdade presentes nos interstícios do ordenamento jurídico-penal brasileiro. **Civitas**. Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 330-344, 2010.

VICENTIN, M. C. G. Infância e adolescência: uma clínica necessariamente ampliada. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 15, n.1, p. 10-17, 2006.

VILA et al. Pesquisa etnográfica em saúde: sua apreciação por Comitês de Ética em Pesquisa. **Ver. SOCERJ**, v. 20, n.3, p. 240-242, 2007.

ZALUAR, A. (Org.). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1994. 171 p.

ZALUAR, A. Para não dizer que eu não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da vida privada no Brasil**, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 263-268.

**APÊNDICE A - Entrevista com as mães e irmãos:**

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar  
Juventudes e o uso de drogas: histórias de vida e redes sociais

*Giovanna Bardi*

*Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano*

1. Como você compreende o uso de drogas feito pelo Pedrinho/Heitor? (Por que você acha que ele usa drogas?)
2. Vocês conversam abertamente sobre o uso de drogas dele?
3. Já se utilizou de estratégias para impedi-lo de usar drogas? Quais?
4. Você acha que a localização (bairro) contribui para o uso de drogas do Pedrinho/Heitor?
5. Qual foi a situação de maior dificuldade que você testemunhou do Pedrinho/Heitor por conta do uso de drogas?
6. O que, em sua opinião, poderia ser feito para que o Pedrinho/Heitor não fizesse mais uso de drogas?
7. A quais pessoas você já recorreu para buscar ajuda para o uso de drogas do Pedrinho/Heitor? Você obteve ajuda dessas pessoas? Como?
8. Em que locais você já buscou ajuda para o uso de drogas do Pedrinho/Heitor? Você ficou satisfeita?
9. Você gostaria de apontar sugestões ou falhas de algum equipamento que trate a questão do uso de drogas no município?
10. Que tipo de conseqüências o uso de drogas do seu filho trouxe para a sua família?
11. Você se considera importante para o Pedrinho/Heitor, quanto a conseguir ajudá-lo com as dificuldades do uso de drogas? Por quê?
12. Como você acha que ele o enxerga?

Obrigada.

**APÊNDICE B - Entrevista com os amigos:**

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar  
Juventudes e o uso de drogas: histórias de vida e redes sociais

*Giovanna Bardi*

*Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano*

1. Como você conheceu o Pedrinho/Heitor? Há quanto tempo?
2. Qual a frequência com a qual vocês se encontram?
3. Que tipo de atividades vocês costumam fazer juntos?
4. Você já participou de situações de dificuldade na vida do Pedrinho/Heitor? Quais?
5. O Pedrinho/Heitor já pediu ajuda para você em alguma situação? Qual?
6. Qual o fato mais marcante da vida do Pedrinho/Heitor que você já presenciou?
7. Como você compreende o uso de drogas feito pelo Pedrinho/Heitor? (Por que você acha que ele usa drogas?)
8. Vocês conversam abertamente sobre o uso de drogas dele?
9. Já se utilizou de estratégias para impedi-lo de usar drogas? Quais?
10. Você acha que a localização (bairro) contribui para o uso de drogas do Pedrinho/Heitor?
11. Qual foi a situação de maior dificuldade que você testemunhou do Pedrinho/Heitor por conta do uso de drogas?
12. O que, em sua opinião, poderia ser feito para solucionar a situação do uso de drogas feito pelo Pedrinho/Heitor?
13. Em que papel você se vê na vida do Pedrinho/Heitor?
14. Como você acha que ele o enxerga?

Obrigada.

**APÊNDICE C - Entrevista com a coordenadora do CAPSAd:**

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar  
Juventudes e o uso de drogas: histórias de vida e redes sociais

*Giovanna Bardi*

*Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano*

1. Como se dá a entrada das pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas neste equipamento? Vocês recebem encaminhamentos? De onde?
2. Quais os profissionais que compõe o serviço atualmente?
3. Existem reuniões sistemáticas para falar, debater, refletir sobre a prática clínica/ organizar a prática clínica do serviço/ construção coletiva dos casos?
4. Há planejamento estratégico das ações do serviço? Quais são as metas e prioridades?
5. O CAPSAD apresenta três níveis de tratamento: intensivo, semi-intensivo e não-intensivo. Como funciona cada um e para que tipo de pessoas são indicados?
6. Quais são as modalidades de tratamento existentes no CAPSAD (atendimento individual, oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, etc) e como funcionam?
7. O tratamento oferecido pelo CAPSAD inclui recursos da comunidade (outros equipamentos sociais, contato com as famílias)? Quais?
8. Segundo a proposta da Reforma Psiquiátrica, os novos espaços de intervenção devem exercer a função, enquanto rede, de apoiar, promover saúde e proporcionar a criação de novos vínculos, bem como propiciar a intersecção com outras redes sociais dentro da comunidade. O CAPSAD, considerado como um desses novos espaços tem trabalhado com tais diretrizes? Como?
9. Em sua opinião, o uso de álcool e outras drogas implica em uma redução da rede de suporte social dos indivíduos que fazem uso dessas substâncias?
10. O tratamento realizado no CAPSAD deste município encontra-se interligado ao Programa de Redução de Danos? No que isso implica?
11. O CAPSAD encontra-se apoiado por leitos psiquiátricos em hospitais gerais do município? Quais são esses?
12. O serviço oferece condições para o repouso, bem como para a desintoxicação ambulatorial para pacientes que necessitem desses cuidados e que não demandam por atenção clínica hospitalar?
13. Como se trabalha para promover a inserção social das pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas?
14. Como se trabalha para preservar e fortalecer os laços sociais do usuário do serviço em seu território?

15. De que forma são feitas as categorizações dos pacientes (por exemplo, dependentes, uso abusivo)?
16. Em que situações recomendam-se a internação para usuários do serviço ou pessoas da comunidade? Quais as modalidades de internações existentes? (compulsória, não-compulsória)
17. Onde costumam se dar as internações?
18. Quando se considera que o usuário do serviço deve receber alta? (Quais são os tipos de altas existentes, alta melhorada, alta por pedido, alta por faltas, etc)
19. Quando a pessoa que faz uso da droga não comparece ao equipamento nos dias em que está agendado como se procede?
20. Quando a pessoa que faz uso de droga mostra-se resistente ao acompanhamento no CAPSAD como se procede?
21. Durante o tratamento a família do usuário do serviço é contatada? Em que situação? Por quem?
22. O recebimento de benefício (auxílio doença) do INSS pelos usuários do serviço está relacionado de alguma forma com os níveis de tratamentos oferecidos no serviço?
23. O que você acha da inserção dos CAPSAD na rede básica de saúde do município?
24. Existe diferença de abordagem no tratamento dado a pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas adultas e adolescentes/jovens? Se sim, quais?
25. Você acha que a abordagem terapêutica recebida pelos pacientes neste CAPSAD é eficaz?
26. Conte-me um caso/uma situação em que teve um desdobramento favorável, a partir das ações da equipe do CAPSAD.
27. Conte-me uma situação em que a equipe não conseguiu responder às demandas apresentadas por um paciente.
28. O que vocês sugerem para melhorar o atendimento dos CAPSAD?
29. Segundo o que você pode observar na sua prática de trabalho: Por que você acha que as pessoas fazem uso das drogas? (E os jovens mais especificamente)
30. Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

Obrigada.

**APÊNDICE D - Entrevista com o policial:**

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar  
Juventudes e o uso de drogas: histórias de vida e redes sociais  
*Giovanna Bardi*  
*Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano*

1. Como e quando foi criada a Delegacia de Entorpecentes de São Carlos (DISE)? Por que nasceu a necessidade de um serviço como a DISE, o que as pessoas gostariam de atender?
2. O que você sabia de drogas/entorpecentes antes de vir trabalhar aqui?
3. Quando os policiais vêm trabalhar aqui há alguma formação necessária antes de começar?
4. E hoje, como avalia seu conhecimento sobre o assunto?
5. Quantos são os policiais existentes na equipe de trabalho da DISE? Como se dividem as responsabilidades?
6. Conte para mim um dia típico do seu trabalho.
7. Que tipo de ações a DISE realiza hoje no município?
8. O número de policiais é efetivo para suprir a demanda do município?
9. Hoje em dia, qual a principal demanda do município com relação aos narcóticos?
10. Há alguma região específica onde o problema é maior? Se sim, vocês fazem ações direcionadas lá? Como?
11. Como se escolhe uma região prioritária de trabalho?
12. Na sua opinião, qual a região com maior incidência de narcóticos hoje na cidade?
13. Como você sabe, nosso projeto é sobre jovens. Há alguma diferença para o seu trabalho com essa faixa etária?
14. Há grupos específicos em que vocês focam suas ações? Quais? Por quê?
15. No que concerne à população adolescente, como o policial reage ao flagrante de uso de drogas ilícitas? E ao flagrante de tráfico de drogas?
16. No que concerne à população juvenil, como o policial reage ao flagrante de uso de drogas ilícitas? E ao flagrante de tráfico de drogas?
17. Como são as ações de combate ao tráfico de drogas?
18. Nós ouvimos as questões sobre os últimos acontecimentos na Praça Coronel Salles. O que está acontecendo lá?
19. O que a DISE tem feito com esse problema?

20. Há algum dia e horário específico da ação na Praça? Por quê?
21. Há diferenças na conduta policial com relação aos diferentes tipos de droga ilícita? (Por exemplo, a medida que é tomada quando o indivíduo é flagrado usando maconha é diferente da medida tomada quando se depara com um indivíduo usando cocaína/ou crack?)
22. Quais são as penalidades aplicadas para os adolescentes que forem pegos fazendo uso de alguma substância psicoativa ilícita? E para os jovens?
23. Como se determina a quantidade de droga ilícita necessária para que um indivíduo sob o porte cumpra uma penalidade de reclusão ou uma pena não privativa de liberdade?
24. O modo de obtenção da droga é levado em consideração para o julgamento da pena? (droga produzida, fabricada, adquirida, comprada...)
25. Quais as diferenças entre uma infração criminal, uma infração administrativa e uma infração sui generis?
26. Em que situações de conduta de trabalho os policiais se encontram habilitados para o uso de força física?
27. A DISE trabalha em parceria com outros equipamentos do município? Quais são eles?
28. Quando a DISE encontra um adolescente usando drogas o que ela faz?
29. Há um padrão de procurar algum local para encaminhamento? Qual?
30. Em algum momento já se executou parceria com alguma escola do município? Com que finalidade?
31. Conte-me um caso/uma situação em que você considera que DISE fez um bom trabalho.
32. Conte-me uma situação em que a equipe não conseguiu responder às demandas apresentadas pelo caso.
33. Você sugere ações de melhorias para a DISE? Quais?
34. O que é o Conselho Municipal Antidrogas? Como é formado? Quando foi inaugurado?
35. Quais são as ações executadas pela COMAD no município? Quais têm sido as metas e as prioridades?
36. Atualmente a COMAD executa ações de prevenção contra a disseminação do tráfico e do uso indevido de drogas? Quais?
37. De que forma a COMAD estimula e coopera com serviços que visam ao encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes?

38. Com quais órgãos o COMAD faz parceria para realizar seu trabalho? Como acontece?
39. Segundo o que você pode observar na sua prática de trabalho: Por que você acha que as pessoas fazem uso das drogas? (E os jovens mais especificamente)
40. O que você acha sobre a descriminalização das drogas no Brasil?
41. Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

Obrigada.

**APÊNDICE E - Entrevista com o pastor:**

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar  
Juventudes e o uso de drogas: histórias de vida e redes sociais

*Giovanna Bardi*

*Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano*

1. Como e quando se deu o seu encontro com a Assembleia de Deus na vida? Conte um pouco da história, do percurso até os dias de hoje.
2. Como se dá o processo de conversão nesta religião?
3. Quais as condutas esperadas dos fiéis da Assembleia de Deus?
4. Quais as condutas humanas (modos de viver da população) consideradas inadequadas pela Assembleia de Deus?
5. Como a Assembleia de Deus compreende o homossexualidade? Quais são as condutas com relação a essa população?
6. Como a Assembleia de Deus compreende o vício de drogas pelas pessoas da sociedade?
7. Você acredita que viver sob a conduta evangélica pode levar à cura de determinados “malefícios” da sociedade, como o uso de drogas, por exemplo? Como?
8. Gostaria, se possível, que você me contasse um caso de cura do vício das drogas pela conversão à religião evangélica.
9. Como você acha que Deus julgaria uma pessoa que fez uso de drogas durante a vida?
10. Como é para um pastor pregar em uma localidade permeada pela existência diária do tráfico de drogas? Quais são os desafios? E as dificuldades?
11. Como é para um pastor pertencer a uma comunidade que divide seus fiéis (não só, mas também) com religiões de caráter afro-brasileiras?
12. Por que você acha que a religião evangélica atinge em sua maioria a população pobre?
13. Como você vê o uso de drogas lícitas nos rituais de incorporação das religiões afro-brasileiras?
14. Como você conheceu o Pedrinho? Há quanto tempo?
15. Você já participou de situações de dificuldade na vida do Pedrinho? Quais?
16. O Pedrinho já pediu ajuda para você em alguma situação? Qual?
17. Em quais situações o Pedrinho procurou a Assembleia de Deus?
18. Qual o fato mais marcante da vida do Pedrinho que você já presenciou?

19. Como você compreende o uso de drogas feito pelo Pedrinho? (Por que você acha que ele usa drogas?)
20. Você considera que existe alguma relação entre o uso de drogas do Pedrinho e sua afinidade pelo candomblé?
21. Você percebeu mudanças no comportamento e no modo de vida do Pedrinho enquanto ele esteve frequentando os cultos da Assembleia de Deus? Quais?
22. Por que você acha que o Pedrinho não aderiu de fato à Assembleia de Deus?
23. O que, em sua opinião, poderia ser feito para solucionar a situação do uso de drogas feito pelo Pedrinho?
24. Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

Obrigada.

**APÊNDICE F - Entrevista com o pai-de-santo:**

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar  
Juventudes e o uso de drogas: histórias de vida e redes sociais

*Giovanna Bardi*

*Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano*

1. Como e quando se deu o seu encontro com o candomblé na vida? Conte um pouco da história, do percurso até os dias de hoje.
2. Quais as práticas do candomblé que hoje em dia você realiza? Quais os tipos de trabalho? Para quais entidades você trabalha?
3. Em seus rituais ou nas festas para as entidades o candomblé se utiliza de algum tipo de droga (lícita ou ilícitas? Quais? Com quais objetivos?
4. Como o candomblé compreende o vício de drogas pelas pessoas da sociedade?
5. O que o candomblé pode fazer para ajudar as pessoas que fazem uso de drogas?
6. Como você conheceu o Pedrinho? Há quanto tempo?
7. Qual a frequência com a qual vocês se encontram?
8. Que tipo de atividades vocês costumam fazer juntos?
9. Você já participou de situações de dificuldade na vida do Pedrinho? Quais?
10. O Pedrinho já pediu ajuda para você em alguma situação? Qual?
11. Qual o fato mais marcante da vida do Pedrinho que você já presenciou?
12. Como você compreende o uso de drogas feito pelo Pedrinho? (Por que você acha que ele usa drogas?)
13. O que, em sua opinião, poderia ser feito para solucionar a situação do uso de drogas feito pelo Pedrinho?
14. Em que papel você se vê na vida do Pedrinho?
15. Como você acha que ele o enxerga?

Obrigada.